

Bruna Karla Pereira

A convergência de sujeito e objeto direto:  
por uma sintaxe de bases enunciativas

Belo Horizonte  
2008

Bruna Karla Pereira

# A convergência de sujeito e objeto direto: por uma sintaxe de bases enunciativas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Lingüística.

**Área de concentração:** Lingüística teórica e descritiva

**Linha C:** Estudo da estrutura gramatical da linguagem

**Orientador:** Prof. Dr. Luiz Francisco Dias

Belo Horizonte  
Faculdade de Letras da UFMG  
2008

Dissertação intitulada “A convergência de sujeito e objeto direto: por uma sintaxe de bases enunciativas”, defendida por Bruna Karla Pereira, em 26 de fevereiro de 2008, e aprovada pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias (UFMG)

**Orientador**

---

Profa. Dra. Maria Elizabeth Fonseca Saraiva (UFMG)

---

Profa. Dra. Vanise Gomes de Medeiros (UERJ)

---

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

FALE/UFMG

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2008

À minha mãe,

Cuja palavra alicerça.

Ao meu pai,

Cujos braços edificam.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao poder do Espírito Santo, que me permite ultrapassar as limitações impostas e guia meus passos nos caminhos tortuosos. A Nossa Senhora, que me acalenta com seu manto sagrado, nos momentos de aflição.

À minha mãe, por despertar em mim a autoconfiança e o ideal de vitória. Ao meu pai, cujo trabalho honesto e sacrificado, possibilitou que eu conduzisse meus estudos. Aos meus pais, agradeço ainda a presença, o amor e o refúgio. À minha querida vó Irene, cujas preces me transmitem força espiritual para enfrentar os impasses do dia-a-dia. Ao exemplo de luta e firmeza deixado pelo meu avô, Alberto Pereira. À tia Kênia e ao tio Jeff, por terem me acolhido carinhosamente, quando resolvi mudar-me para Belo Horizonte. À Dona Angélica e ao Dr. Marino, que me proporcionaram um ambiente harmonioso e seguro, a fim de que eu pudesse me preparar para a última etapa de seleção para o doutorado e finalizar esta dissertação. Conquistas estas que são determinantes para prosseguir no trajeto que escolhi. À Cris, minha irmã e companheira. Ao Marcus, pela compreensão.

Agradeço ao Prof. Luiz, pela orientação dedicada e compromissada, desde os meus primeiros passos nos percursos teóricos da Enunciação; pela confiança depositada em mim; pela paciência no esclarecimento das dúvidas, que inquietam; pela disponibilidade para atender às reuniões por mim propostas; pela responsabilidade para comigo e para com meu trabalho; pela leitura minuciosa dos meus textos; pelo incentivo em meus projetos acadêmicos e pela seriedade.

Agradeço também a todos os outros professores e mestres que apostaram na minha formação e que deram atenção às minhas intervenções, demandas e dúvidas constantes.

Finalmente, agradeço à FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais), pela bolsa concedida. Sem este apoio financeiro, a realização deste trabalho estaria definitivamente comprometida, pois meu tempo de estudo teria de ser dispensado em atividades remuneradas paralelas. Estas atividades, por sua vez, impediriam minha dedicação plena ao mestrado. Sendo assim, o apoio concedido foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

“(…) la syntaxe serait au contraire ce qui touche de plus près au propre de la langue en tant qu’ordre symbolique, à condition de dissymétriser le corps des règles syntaxiques en y construisant les effets discursifs qui le traversent, les jeux internes de ces ‘miroitements’ lexico-syntaxiques à travers lesquels toute construction syntaxique est capable d’en laisser apparaître une autre (…)”  
(PÊCHEUX, 1982, p. 23).

## RESUMO

Consoante os estudos da enunciação, o funcionamento linguístico é regido pelo orgânico e pelo simbólico. Nesta perspectiva, partimos dos conceitos de fundamento referencial (FR) e condensação da ancoragem de lugares sintáticos para analisarmos, em um *corpus* amplo e diversificado, sentenças como “Ocorreram mudanças”. FR é a dimensão semântica do enunciado que permanece estável mediante alteração na concordância verbal ou na posição do SN. Por sua vez, verbos que se apresentam como condensativos são aqueles que, além de possibilitarem tais alterações, condensam a ancoragem de sujeito e objeto em um único campo de referência. Quanto ao FR, vejamos: (1a) “Mudanças ocorreram”, (1b) “Ocorreram mudanças” e (1c) “Ocorreu mudanças”. As três sentenças mantêm o mesmo FR, mesmo havendo variação na posição do SN e na concordância. Diferentemente, em (2) “O cão mordeu o funcionário”, a alteração na posição do SN, como em “O funcionário mordeu o cão”, modifica o FR. Quanto à condensação da referência, em (2), a ancoragem de sujeito e objeto ocorre em campos de referência distintos designados, respectivamente, “o cão” e “o funcionário”. Por outro lado, em (1), esta ancoragem ocorre, de modo condensado, no mesmo campo de referência designado “mudanças”. Por isso, em sentenças como (1), há uma convergência de sujeito e objeto no mesmo SN. Assim, a convergência é delineada por um espectro, no qual se sobressaem três estratos: grupo A (verbos que favorecem apenas ocorrências com convergência), grupo B (favorecem ocorrências com e sem convergência) e grupo C (não favorecem a convergência). “Ocorrer” representa A, pois não permite sentenças como “Eles ocorreram mudanças”; “morder” representa C, pois não permite alteração na posição do SN sem afetar o FR; por fim, “acabar” representa B, pois permite ocorrências condensativas (“Acabou a festa”) e não-condensativas (“Acabei o trabalho”). B é, portanto, uma categoria intermediária, que destaca o caráter contínuo deste espectro. Em suma, os conceitos de FR e condensação da referência fundamentam a análise da convergência. Esta análise, por sua vez, contribui para o estudo das injunções do simbólico na configuração orgânica das categorias gramaticais, pois se reconhece que os lugares sintáticos deixam de ter representação autônoma na linearidade sintática e só ganham visibilidade no domínio simbólico de sua constituição.

**Palavras-Chave:** enunciação, convergência, fundamento referencial e condensação da referência de sujeito e objeto.

## ABSTRACT

According to studies of the enunciation, the organic and the symbolic domains of language govern the linguistic functioning. In this theoretical frame, we deal with the concepts of “referential base” (RB) and “condensation of anchorage of syntactic places” in order to analyze clauses of the Portuguese language, such as “Ocorreram mudanças”, in a wide and diversified *corpus*. On one side, RB is the semantic dimension of the clause, which remains steady even if we modify the verbal agreement or the NP position. On another side, verbs that act in the mentioned condensation are those ones which allow these kinds of modifications. In addition, they condense the anchorage of the syntactic places, subject and object, in one only field of reference. Concerning the concept of RB, we should consider the following clauses: (1a) “Mudanças ocorreram”, (1b) “Ocorreram mudanças” and (1c) “Ocorreu mudanças”. The three clauses keep on the same RB, even though the position of the NP or the verbal agreement were modified. On the other hand, in a clause, such as (2) “O cão mordeu o funcionário”, if the position of the NP is modified, for instance: “O funcionário mordeu o cão”, the RB of (2) is modified as well. Concerning the concept of condensation of reference, in (2), the anchorage of two syntactic categories, subject and object, takes place in two domains of reference named, respectively, “o cão” and “o funcionário”. In contrast, in (1), this anchorage is condensed, that is, it takes place in the same domain of reference named “mudanças”. As a result, in clauses such as (1), there is a convergence of subject and object in the same NP. The convergence is outlined by a *spectrum* where three *strata* stand out: group A (verbs that favour only clauses with convergence), group B (verbs that favour clauses with or without convergence) and group C (verbs that do not favour clauses with convergence). First, “Ocorrer” exemplifies A, because this verb does not allow clauses such as “Eles ocorreram mudanças”; second, “morder” exemplifies C, because this verb does not allow the variation in the position of the NP without affecting the RB; third, “acabar” exemplifies B, because this verb allows clauses which are condensatives (“Acabou a festa”) and clauses which are not (“Acabei o trabalho”). Therefore, B is an intermediate category that puts in relief the continuous aspect of this *spectrum*. In sum, the concepts of RB and condensation of reference settle the analysis of convergence. This analysis, in its turn, offers contributions to the study of the injunctions of the symbolic domain in the organic configuration of grammatical categories, since we recognize that subject and object are no longer represented as autonomous categories in the syntactic chain. On the contrary, they acquire visibility only in the symbolic domain of their constitution.

**Keywords:** enunciation, convergence, referential base, condensation of the reference of subject and object.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO -----  | 12 |
| <b>1 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS</b> -----  | 17 |
| <b>2 BASES PARA A ANÁLISE DA CONVERGÊNCIA</b> -----   | 25 |
| 2.1 A RELAÇÃO ENTRE O PLANO DO ENUNCIÁVEL E O PLANO DA ORGANICIDADE -----   | 25 |
| 2.1.1 O plano do enunciável: panorama sobre uma semântica de bases enunciativas -----                                   | 26 |
| 2.1.1.1 Enunciação e a dimensão social do dizer -----   | 26 |
| 2.1.1.2 As injunções da memória no presente da enunciação -----   | 27 |
| 2.1.1.3 Referência: da exterioridade autônoma para a dimensão simbólica da língua -----                                 | 29 |
| 2.1.1.3.1 Referência: um objeto extralingüístico e autônomo -----   | 29 |
| 2.1.1.3.2 Referência: dimensão simbólica da língua -----  | 30 |
| 2.1.1.3.2.1 Referente: um mundo construído no discurso ---  | 30 |
| 2.1.1.3.2.2 Referente: o ponto de cruzamento entre discursos -----  | 32 |
| 2.1.2 O plano da organicidade: panorama sobre uma sintaxe de bases enunciativas -----                                   | 33 |
| 2.1.2.1 O conceito de lugar sintático -----   | 33 |
| 2.1.2.1.1 O lugar de sujeito -----  | 35 |
| 2.1.2.1.1.1 Pontos de contraste e de intersecção entre os conceitos de pessoalidade, anterioridade e morfema pessoal -- | 37 |
| 2.1.2.1.1.1.1 Pessoalidade -----  | 37 |
| 2.1.2.1.1.1.2 Anterioridade de predicação e sua relação com o conceito de pessoalidade -----                            | 41 |
| 2.1.2.1.1.1.3 Morfema pessoal e sua relação com os conceitos de pessoalidade e de anterioridade -----                   | 42 |
| 2.1.2.1.1.1.4 Um contraste entre a concepção tradicional de pessoalidade e a veiculada neste trabalho -----             | 43 |
| 2.1.2.1.2 O lugar de objeto -----   | 47 |
| 2.1.2.1.2.1 Lugar de objeto e modos de enunciação: uma revisitação -----  | 47 |
| 2.1.2.1.2.2 A condensação da ancoragem referencial dos lugares de sujeito e objeto -----                                | 50 |
| 2.1.2.1.2.3 O potencial de projeção do lugar de objeto e seus modos de operação -----                                   | 51 |
| 2.1.2.1.2.4 A relação entre a configuração sintática do verbo e seu significado -----                                   | 54 |
| 2.2 UMA TRAJETÓRIA SOBRE O <i>STATUS</i> SINTÁTICO DO SN EM DIREÇÃO AO CONCEITO DE CONVERGÊNCIA -----                   | 59 |
| 2.2.1 O SN de “verbos existenciais” definido como sujeito -----   | 60 |
| 2.2.3 O SN de “construções existenciais” definido como objeto -----   | 68 |
| 2.2.4 O SN pós-verbal de “verbos inacusativos” definido como predicativo ---  | 70 |
| 2.2.5 O SN posposto e a perda de <i>status</i> sintático de sujeito -----   | 72 |
| 2.3 A CONVERGÊNCIA: CRITÉRIOS E CONCEITOS SUSTENTADORES ---   | 77 |
| 2.3.1 Verbos que se apresentam como condensativos -----   | 77 |

|  |           |
|--|-----------|
| 2.3.2 O conceito de fundamento referencial (FR): uma abordagem contrastiva - | 78        |
| 2.3.2.1 Fundamento referencial <i>versus</i> conteúdo proposicional -----    | 79        |
| 2.3.2.2 Fundamento referencial <i>versus</i> valor de verdade -----          | 80        |
| 2.3.3 Campo de referência -----  | 81        |
| 2.3.4 Mobilidade na posição do SN e oscilação na concordância verbal -----   | 82        |
| 2.3.5 Convergência <i>versus</i> ambigüidade sintática -----                 | 85        |
| 2.3.6 O espectro verbal da convergência -----                                | 86        |
| <b>3 NO LIMIAR ENTRE O ORGÂNICO E O SIMBÓLICO: EVIDÊNCIAS PARA</b>           | <b>88</b> |
| <b>O FENÔMENO DA CONVERGÊNCIA -----</b>                                      | <b>88</b> |
| 3.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS -----                                      | 88        |
| 3.1.1 Tipos de sujeito -----   | 88        |
| 3.1.1.1 O sujeito base -----   | 88        |
| 3.1.1.2 O sujeito suporte -----  | 89        |
| 3.1.1.3 O sujeito projeção -----   | 95        |
| 3.1.1.4 O sujeito perfil -----   | 99        |
| 3.1.1.5 Duas leituras possíveis -----  | 100       |
| 3.1.2 Tipos de convergência -----  | 102       |
| 3.1.2.1 Convergência em SN -----   | 102       |
| 3.1.2.2 Convergência em categoria vazia com ancoragem referencial no         | 102       |
| texto -----  |           |
| 3.1.2.3 Convergência em categoria vazia com ancoragem referencial na         | 103       |
| enunciação -----   |           |
| 3.1.2.4 Convergência em categoria vazia com ancoragem referencial            | 104       |
| em um SN encapsulador -----  |           |
| 3.1.2.5 Convergência em categoria vazia com projeção de identidade --        | 105       |
| 3.1.2.6 Convergência em SN integrado -----                                   | 106       |
| 3.1.3 Locução verbal -----   | 106       |
| 3.1.3.1 Formação de tempos compostos -----                                   | 107       |
| 3.1.3.2 Determinação do aspecto verbal a partir de auxiliares acurativos -   | 107       |
| 3.1.3.3 Determinação do modo da ação verbal a partir de auxiliares           | 108       |
| modais -----   |           |
| 3.1.4 Infinitivo -----   | 111       |
| 3.1.4.1 Infinitivo sem flexão -----  | 112       |
| 3.1.4.1.1 Infinitivo sem flexão em Oração Subordinada                        | 112       |
| Substantiva Objetiva Indireta -----  |           |
| 3.1.4.1.2 Infinitivo sem flexão em Oração Subordinada                        | 114       |
| Substantiva Completiva Nominal -----   |           |
| 3.1.4.1.3 Infinitivo sem flexão em Oração Subordinada                        | 115       |
| Substantiva Subjetiva -----  |           |
| 3.1.4.1.4 Infinitivo sem flexão em expressão fixa -----                      | 117       |
| 3.1.4.1.5 Outros casos de infinitivo sem flexão -----                        | 117       |
| 3.1.4.2 Infinitivo com flexão -----  | 119       |
| 3.1.4.3 Dupla possibilidade de interpretação: infinitivo sem flexão ou       | 120       |
| infinitivo com flexão -----  |           |
| 3.2 OCORRÊNCIAS EXCLUÍDAS -----  | 123       |
| 3.2.1 Expressão fixa -----   | 123       |
| 3.2.2 Lugar sintático ocupado por oração -----                               | 124       |
| 3.2.2.1 Orações consideradas Subordinadas Substantivas Subjetivas ----       | 124       |
| 3.2.2.2 Orações consideradas Subordinadas Substantivas Objetivas             | 125       |
| Diretas -----  |           |

|  |            |
|--|------------|
| 3.2.3 Verbo em Oração Subordinada Adjetiva -----                                   | 125        |
| 3.2.4 Verbo atuando como auxiliar em locuções verbais -----                        | 127        |
| 3.2.5 Verbo atuando como operador argumentativo -----                              | 130        |
| 3.2.6 Verbo atuando como menção -----  | 131        |
| 3.2.7 Verbo homônimo -----   | 132        |
| 3.2.8 Sujeito perfil -----   | 132        |
| 3.2.9 Infinitivo sem flexão -----  | 133        |
| 3.2.10 Sentenças truncadas -----   | 134        |
| 3.2.11 Paráfrases de interrogativas -----  | 135        |
| <b>3.3 OCORRÊNCIAS CONSIDERADAS -----</b>  | <b>136</b> |
| 3.3.1 Verbos que favorecem ocorrências com convergência -----                      | 136        |
| 3.3.1.1 Grupo A -----  | 137        |
| 3.3.1.2 Grupo B -----  | 141        |
| 3.3.1.3 A determinação da posição do SN na convergência -----                      | 149        |
| 3.3.2 Verbos que não favorecem ocorrências com convergência -----                  | 149        |
| 3.3.2.1 Grupo C -----  | 150        |
| <b>4 RECAPITULAÇÃO E PROJEÇÕES DO CONCEITO DE CONVERGÊNCIA ---</b>                 | <b>155</b> |
| 4.1 A concomitância de categorias gramaticais -----                                | 155        |
| 4.1.1 A concomitância na Morfologia: um breve comentário -----                     | 155        |
| 4.1.2 A concomitância na Sintaxe: uma proposta de pesquisa -----                   | 156        |
| 4.1.2.1 A integração do SN constitutivo do adjunto no núcleo do<br>predicado ----- | 158        |
| 4.1.2.2 A integração do SN constitutivo do objeto no núcleo do<br>predicado -----  | 159        |
| 4.1.2.3 A integração do SN em verbos que se apresentam como<br>condensativos ----- | 161        |
| <b>CONCLUSÃO -----</b>   | <b>165</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----</b>  | <b>171</b> |
| <b>ANEXOS -----</b>  | <b>176</b> |

## INTRODUÇÃO

O campo da Sintaxe, nos estudos lingüísticos, tem sido bastante marcado por abordagens gerativistas. Neste tipo de abordagem, tenta-se compreender como a língua é “gerada” na mente dos falantes, que têm uma competência para produzir um número infinito de sentenças. Sendo assim, estudos baseados na teoria gerativa têm pouco compromisso com a enunciação. Diferentemente, neste trabalho, tomamos como pressuposto o fato de que a Sintaxe é permeada pela Semântica. A partir desta perspectiva, entendemos que a constituição das categorias lingüísticas sofre injunções do domínio discursivo de referência.

Entretanto, este trabalho não se pauta em uma semântica referencialista segundo a qual os nomes servem para “pegar” (OLIVEIRA, 2001, p. 152) indivíduos em mundo extralingüístico. Para nós, o referente não é um objeto autônomo, mas instituído no dizer e, portanto, uma entidade intralingüística. Assim, a sintaxe da qual partimos se redimensiona frente a uma sintaxe gerativista, na medida em que buscamos saber “como as formas lingüísticas ganham pertinência nos processos sócio-históricos de constituição da língua”<sup>1</sup>.

Em vista disso, uma categoria sintática não pode ser concebida como uma posição fixa dentro de um arcabouço arbóreo; mas, sim, como um lugar sintático, espaço de referência e, portanto, espaço de recortes na memória. Assim, o funcionamento das formas lingüísticas se sustenta a partir de seu funcionamento em outras enunciações que perfizeram seu trajeto histórico e a constituíram como materialidade orgânica e simbólica. Portanto, o funcionamento lingüístico não é um exercício puro da criatividade humana, pois se fundamenta em regularidades permitidas historicamente.

Frente a isto, faremos um estudo da configuração de sentenças como as que se seguem: “**faltava** luz”, “**existe** aqueles carros pipas”, “**surgiu** duas figuras interessantes”, “os desastres **acontecem**”, “alguma vida **pode haver**”, “**houveram** demonstrações”, etc. Poremos em pauta o estatuto sintático do SN que as compõe e as especificidades sintáticas e semânticas que as diferenciam de sentenças como “A criança comeu o bolo”.

Para isso, partiremos da hipótese segundo a qual este SN não pode ser categorizado dicotomicamente, pois, conforme evidenciam os exemplos acima, o SN pode estar posposto ou anteposto, e a concordância pode ou não se estabelecer. Estas são, portanto, algumas das especificidades que caracterizam este tipo de ocorrência e que nos permitem

---

<sup>1</sup> Palavras proferidas pelo Prof. Dr. Luiz Francisco Dias, em janeiro de 2008.

conceber um *status* sintático duplo para este SN. A partir desta concepção, o SN passa a ser visto como um ponto de convergência dos lugares sintáticos de sujeito e objeto direto.

Assim, as questões a que nos propomos responder são as seguintes:

- Qual o *status* sintático do SN em sentenças como aquelas referidas?
- Qual a atuação da concordância verbal e da posição do SN na configuração destas sentenças?
- Os verbos que as compõem são impessoais?
- O que é pessoalidade?
- Quais aspectos sintáticos e semânticos configuram este tipo de sentenças?
- Quais verbos atuam neste tipo de configuração?
- Como uma sintaxe de bases enunciativas pode contribuir para o estudo destas sentenças?

Diante disso, objetivamos:

- Fundamentar a hipótese segundo a qual o SN das sentenças apresentadas possui um *status* sintático duplo, havendo nele uma convergência de sujeito e objeto direto;
- Explicar em que consiste a convergência e definir os critérios que possibilitam sua identificação;
- Avaliar a pertinência de uma tipificação proposta com três grupos verbais: um grupo que favorece apenas ocorrências com convergência, um grupo que favorece tanto ocorrências com, quanto sem convergência e um grupo que não favorece a convergência;
- Investigar, em um *corpus* amplo e diversificado, quais verbos podem representar cada um dos tipos acima especificados, delimitando as razões;
- Destacar o fato de que as categorias sintáticas nem sempre apresentam recortes nítidos e discretos. Ao contrário, elas podem atuar de modo concomitante, sendo a convergência um exemplo.
- Pontuar a especificidade de uma posição teórica segundo a qual as categorias lingüísticas se delineiam no limiar entre o orgânico e o simbólico.
- Considerar que as lentes desta posição teórica são capazes de dar visibilidade ao modo como as categorias concomitantes se articulam na convergência.

Ademais, destacamos, a seguir, duas razões que justificam o desenvolvimento deste trabalho: uma de caráter analítico e outra de caráter teórico.

Quanto ao caráter analítico, faz-se necessário um estudo que reconheça as peculiaridades da configuração sintática de sentenças como “Houve festas”. Estas peculiaridades são determinantes, pois impedem que critérios, consensualmente definidores do *status* de sujeito e de objeto, sejam capazes de delimitar o *status* sintático do SN. Se nos restringirmos a estes critérios, que são a concordância verbal e a posição do SN, perpetuaremos as controvérsias sobre o tema. Assim, seremos conduzidos a uma proliferação de categorizações, tais como: sujeito, objeto, predicativo, etc.

Diferentemente, partimos da hipótese segundo a qual não se pode definir um único estatuto sintático para este SN, devido, dentre outros, aos seguintes motivos: o SN é móvel na sentença e a concordância verbal é variável. Com esta concepção, daremos enfoque a especificidades como estas, que podem ser resumidas, por enquanto, no reconhecimento da convergência dos lugares sintáticos de sujeito e objeto neste SN.

Quanto ao caráter teórico, trabalhamos com uma sintaxe que alia o orgânico e o simbólico na compreensão das categorias gramaticais. Ela difere, portanto, de vertentes mais formais que, baseadas, por exemplo, em um arranjo arbóreo fixo, aloca os itens lexicais em posições previamente definidas e nitidamente demarcadas. A partir de abordagens como estas, o máximo que se pode esperar é um movimento de constituintes, de uma posição para outra, quando, em sua posição de origem, eles não checam traços esperados. Sendo assim, esta armadura não daria margem para o estudo da concomitância de categorias sintáticas.

Por outro lado, quando partimos de uma sintaxe de bases enunciativas, podemos reconhecer, na convergência, a concomitância dos lugares de sujeito e objeto. Além disso, a partir desta sintaxe, damos visibilidade a este fenômeno, já que o encadeamento lingüístico não nos oferece elementos suficientes para explicarmos como estas categorias se articulam. Ademais, na sintaxe adotada, os lugares sintáticos não são concebidos como posições fixas, mas como espaços de referência. A partir deste conceito, podemos abstrair a possibilidade de condensação da ancoragem dos lugares de sujeito e objeto em um mesmo campo de referência. Esta é, portanto, uma das injunções do domínio simbólico na configuração da convergência e se constitui como um dos critérios para sua identificação. Nesse sentido, esta dissertação tem o propósito de contribuir e avançar nos estudos que têm como parâmetro uma sintaxe de bases enunciativas.

Em suma, este trabalho se faz pertinente, pois reconhece a duplicidade sintática instalada no SN. Este reconhecimento, por sua vez, abre espaço para o estudo de fenômenos que, semelhantes à convergência, constituem-se por uma concomitância de

categorias gramaticais e ganham visibilidade somente quando se considera a dimensão simbólica da língua.

Então, vejamos, a partir de uma breve apresentação de cada capítulo, como se estrutura esta dissertação.

No capítulo 1, explicamos quais os procedimentos tomados para pesquisa, busca e análise dos dados. Em síntese, trabalhamos com um tripé que abarca uma amostra controlada, uma amostra abrangente e uma amostra construída. Esta multiplicidade de dados não se pauta pela predominância de ocorrências, ao contrário, justifica-se por abrir espaço para ocorrências não contempladas na amostra controlada, mas possíveis lingüisticamente. Além disso, esta multiplicidade de dados contribui para a construção de agrupamentos de exemplos (*exemplos-colméia*) que evidenciam os critérios definidores da convergência.

No capítulo 2, apresentamos as bases teóricas que fundamentam esta dissertação. Tal capítulo foi subdividido em três grandes seções. Na primeira (2.1), explicamos a relação entre o plano do enunciável e o plano da organicidade. Esta seção, por sua vez, foi subdividida em duas para que definíssemos, primeiramente, um panorama sobre uma semântica de bases enunciativas (2.1.1) e, posteriormente, um panorama sobre uma sintaxe de bases enunciativas (2.1.1). Na segunda seção (2.2), fazemos uma trajetória sobre diversas perspectivas que abordam a temática deste trabalho e constatamos que a categorização do *status* sintático do SN não é consensual entre os lingüistas. Por último, na terceira seção (2.3), retomamos o conceito de convergência, para refiná-lo e sustentá-lo com a definição de critérios e conceitos diretamente relacionados à sua compreensão.

No capítulo 3, mostramos, passo a passo, as justificativas que nos permitem excluir determinadas ocorrências e considerar outras. Este capítulo também se subdivide em três seções. Na primeira (3.1), fazemos algumas considerações prévias abordando conceitos, ainda não apresentados ou ainda não desenvolvidos, que fundamentam a elaboração dos critérios de seleção das ocorrências. Esta seção se faz necessária para darmos mais transparência às decisões teóricas e metodológicas tomadas. Por sua vez, na segunda seção (3.2), expomos os critérios que nos autorizam a exclusão de ocorrências. Para cada critério exposto, há exemplos que ilustram a classe de ocorrências excluídas. Por último, na terceira seção (3.3), analisamos a atuação dos três grupos de verbos na configuração da convergência. Assim, os *exemplos-colméia* evidenciam o fenômeno e contribuem para o esclarecimento da tipificação proposta. Nesta seção, portanto, delimitamos quais verbos

fazem parte de qual grupo, considerando-se, evidentemente, o caráter espectral desta tipificação.

No capítulo 4, recapitulamos o conceito de convergência. Além disso, apontamos projeções para o estudo de outros fenômenos, além da convergência, que também se constituem a partir de uma concomitância de categorias lingüísticas. Esta projeção se faz pertinente, pois nos dará base para refinarmos e sedimentarmos a idéia central deste trabalho que é a percepção da categoria lingüística não só como materialidade, mas também como instância simbólica. Com efeito, no estudo da concomitância, o simbólico ganha contornos mais nítidos.

Por fim, na conclusão, apresentamos, de modo geral, os pontos principais desenvolvidos nesta dissertação e suas contribuições teóricas e analíticas para uma sintaxe de bases enunciativas.

## 1 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

As reflexões feitas por Dias (2006a), quanto ao estatuto do exemplo, servirão de apoio para desenvolvermos a especificidade de nosso trabalho com *corpus*. Esta especificidade consiste na abordagem de três tipos de dados: amostra controlada, amostra abrangente e amostra construída.

Antes, porém, de explicarmos em que consiste cada um destes tipos, é preciso esclarecer que esta diversidade de amostras não deve ser confundida com uma abordagem que necessita do *princípio de dominância das ocorrências*<sup>2</sup>. Em nosso trabalho, os *corpora* exercem o papel de auxílio na busca de determinada estrutura em um conjunto de textos efetivos. Assim, com os dados, poderemos constatar se esta estrutura tem ou não ocorrência efetiva na língua. Se sim, exemplos que se engendram nessas ocorrências poderão ser reconstruídos teoricamente. Nessa perspectiva, trabalhamos com base em um *princípio de ocorrências*, que focaliza as possibilidades oferecidas pela língua, independentemente de sua dominância, em números, nos dados. O que importa, portanto, não é demonstrar a quantidade de ocorrências encontradas, mas observar o funcionamento lingüístico, isto é, o sistema de regularidades que favorece a produção de determinadas estruturas.

Quanto aos diferentes tipos de amostra, o primeiro, *amostra controlada*, é composto por uma ampla amostra, à qual o pesquisador se submete para estabelecer um conjunto numérico preliminar das ocorrências. Esta amostra será constituída pela base de dados do NURC-RJ (Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro)<sup>3</sup>.

Por sua vez, o segundo tipo, *amostra abrangente*, é constituído por dados retirados no Google. Trata-se de uma seleção de dados em um universo muito mais amplo e mais diverso, porque a *internet* gera um número extenso e constantemente atualizado de entradas com a ocorrência buscada.

Por último, o terceiro tipo, *amostra construída*, é composto por exemplos reconstruídos teoricamente pelo pesquisador. Neste caso, os exemplos construídos se inserem nas possibilidades oferecidas por enunciados efetivos, através da elaboração de sentenças que contrastam ou reforçam determinada (s) ocorrência (s) das duas outras

---

<sup>2</sup> A diferença entre *princípio de dominância* e *princípio de ocorrências* foi exposta verbalmente pelo Prof. Dr. Luiz Francisco Dias, em orientação a esta pesquisa, em maio de 2007.

<sup>3</sup> <<http://www.lettras.ufrj.br/nurc-rj/>> Acesso em: 17 set. 2007.

amostras. Portanto, essas sentenças não deixam de ganhar “ancoragem em exemplos efetivamente realizados” (DIAS, 2006a, p. 52).

A exemplificação, portanto, passa a ser constituída por uma rede de exemplos a qual Dias (2006a) designa “exemplo-colméia”. Alguns dos exemplos das ocorrências de “acabar” podem ser vistos no “aglomerado” proposto a seguir:

- (1) “L2 que delícia... graças a Deus é... L1 [ **acabou** a espinha...” [n.02, acabx.cnc]<sup>4</sup>.
- (2) “eu go/ quero porque o limão **acabou**... da caipirinha...” [n.49, acabx.cnc].
- (3) “porque você vê que **acabaram** os botequins... né...” [n.12, acabx.cnc].
- (4) “**Acabou** os ingressos da promoção da Nestlé, mas só uns 60% (ou menos) estão com os torcedores o restante tá tudo na mão de cambista safado.”<sup>5</sup>.
- (5) “aí depois na... no... a última... quando você **acaba** o corredor vem uma parte assim uma ala” [n.64, acabx.cnc].

Em cada alvéolo desta “colméia” ou, em outras palavras, em cada exemplo deste “aglomerado”, podemos observar: posposição (1) e anteposição (2) do SN; estabelecimento de concordância (3); não estabelecimento de concordância (4); e, por fim, ocorrência com atualização dos lugares de sujeito e objeto separadamente (5). É importante observar ainda que este aglomerado é constituído não somente por dados de controle - exemplos (1), (2), (3) e (5) -, como também por dados abrangentes - exemplo (4).

Ademais, no que se refere aos exemplos, é importante ressaltar que a numeração deles, no corpo desta dissertação, é seqüencial dentro de cada capítulo, mas não de um capítulo para outro. Assim sendo, de uma seção para outra, os exemplos seguem a seqüência iniciada no capítulo onde eles estão inseridos. Entretanto, de um capítulo para outro, reinicia-se uma numeração nova a partir do algarismo 1. Se precisarmos retomar o mesmo exemplo, em outro capítulo, ele será repetido e terá uma numeração condizente com a numeração do capítulo onde ele será reinserido.

Adiante, faremos uma descrição mais detalhada do modo como trabalhamos com os três tipos de amostra acima introduzidos.

Quanto à amostra de controle, arquivamos os textos disponíveis no *site* do projeto NURC, que resultaram em um total de 5.045.760 (cinco milhões, quarenta e cinco mil, setecentos e sessenta) palavras. Essa contagem foi realizada pela ferramenta WORDLIST do programa WORDSMITH TOOLS.

<sup>4</sup> Esta notação será explicada, mais à frente, nesta mesma seção.

<sup>5</sup> <<http://www.saopaulofc.com.br/news.php?cod=23223>> Acesso em: 17 dez. 2007.

Além disso, os textos arquivados estão separados no *site* de acordo com gênero textual e data de gravação. Em relação ao gênero, os dados estão divididos em três categorias: a primeira é dominada Elocuções Formais (EF) e se constitui por aulas, palestras, conferências, etc.; a segunda é denominada Diálogo entre Informante e Documentador (DID), trata-se de entrevistas com temáticas variadas sobre transporte, vestuário, dinheiro, animais, etc.; por fim, a terceira é denominada Diálogos (D) e se constitui por conversas entre dois informantes na presença de um documentador. Em relação à data, as entrevistas foram gravadas nas décadas de 70 e 90, com informantes de “nível superior completo, nascidos no Rio de Janeiro e filhos de pais cariocas”<sup>6</sup>.

Ao todo, estes dados resultaram em 54 textos, que estão disponíveis com suas respectivas numerações, em CD-ROM anexo, caso seja necessária alguma consulta. Estes arquivos estão registrados em documento de *Word*, na pasta designada “Fonte dos dados: NURC”. No decorrer deste trabalho, utilizaremos a seguinte notação: [x.doc], para direcionarmos algum dado à fonte de onde foi retirado, caso ele não faça parte do *corpus* selecionado. Nesta notação, a variável x representa o número do texto que será indicado. Além da fonte de onde foram originados os dados, encontra-se, neste mesmo CD-ROM, o *corpus* selecionado. Estes arquivos, por sua vez, estão registrados, em PDF, na pasta designada “*Corpus* selecionado”.

Após arquivarmos estes 54 textos, realizamos uma busca pelas ocorrências nas quais estivessem inseridos os 21 (vinte e um) verbos em análise, sendo eles: “acabar”, “acontecer”, “aparecer”, “caber”, “cessar”, “chegar”, “chover”, “começar”, “crescer”, “entrar”, “existir”, “falir”, “faltar”, “fazer”, “haver”, “nascer”, “ocorrer”, “partir”, “sair”, “surgir” e “ter”.

Por sua vez, a escolha destes verbos se justifica porque observações preliminares nos permitiram caracterizá-los como verbos que favorecem a convergência, em oposição a verbos que não favorecem este fenômeno. Para analisá-los, partimos da tipificação baseada em um espectro do qual se podem auferir três camadas mais salientes, que são: verbos que favorecem apenas ocorrências com convergência (grupo A); verbos que não favorecem ocorrências com convergência (grupo C); e, no intermédio, verbos que favorecem tanto ocorrências com quanto sem convergência (grupo B)<sup>7</sup>. Estes verbos foram escolhidos, portanto, no intuito de explorar a tipificação proposta e, principalmente, no intuito de definir quais as distinções entre verbos dos grupos A e B, que favorecem a convergência.

---

<sup>6</sup> < <http://www.lettras.ufjf.br/nurc-rj/> Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>7</sup> Encontra-se, na seção “3.3 Ocorrências consideradas”, uma análise detalhada desta tipificação.

Quanto aos métodos de busca, utilizamos a ferramenta CONCORD do WORDSMITH, que nos proporcionou mais rapidez e eficácia na pesquisa. Esta ferramenta nos oferece uma lista de ocorrências com o verbo procurado e nos informa a fonte de onde ela foi retirada. Vejamos, por exemplo, o anexo [existx.cnc], o qual representamos a seguir:

existx.cnc: 232 entries (sort: 5L,5L)

| N | Concordance   | File   |
|---|---|--|
| 1 | so... AL : sim... mas se ela aceita a concorrência... entendeu... se ela aceitar... realmente...<br>Inf.: se ela aceitar a concorrência... AL : esse desafio... Inf: ela... dificilmente... ela<br>estará com condições... veja bem... não é de sobreviver... quando eu digo... o armazém<br>pode derrubar o supermercado? não... agora... não significa que ele não tenha... há...<br>LUGAR... a pequena empresa vai continuar <b>existindo</b> ... sem dúvida que vai... haverá<br>sempre um lugar pra pequena empresa... o PROBLEMA... é você... ser pequena empresa<br>e chegar... por hipótese... à multinacional... quando... JÁ EXISTE uma outra multinacional<br>no mercado... concorrendo... você pode continuar existindo... não há a menor dúvida<br>disso... o que vai ser impossível... é o seu crescimento... você terá que se conformar em s       | ith\<br>key<br>wo<br>rds\<br>dad<br>osd<br>~1<br>\03.<br>doc |
| 2 | eta... é a conhecida baliza... né? é... que é composta de duas hastes com um travessão...<br>um travessão ligando as duas... então é... o jogo de futebol envolve a participação<br>de onze jogadores em cada time... em cada... em cada equipe em cada quadro...<br>e esses onze jogadores também procuram marcar tentos... marcar gols... marcar... éh na<br>meta adversária e defender a sua... D e só <b>existem</b> essas pessoas é... envolvidas no<br>jogo? L não... envolvidas no futebol também... além do dos dois... D no jogo em si... L no<br>jogo em si há o há o há o juiz... e há os bandeirinhas... né? chamados juizes de linha... D<br>existe alguma diferença entre eles? qual a função? L bom... a função do juiz é é... é dirimir<br>as dúvidas que surjam no decorrer do do do jogo... e... e apontar é... quando determinada              | ith\<br>key<br>wo<br>rds\<br>dad<br>osd<br>~1<br>\07.<br>doc |
| 3 | cadeiras eram de moleque... de rua... soltar pipa... subir em árvore... essas coisas assim...<br>que dizer... fui uma menina descontrada... não devia assim adulta... ser tão inibida como<br>eu sou... que eu faço um esforço tremendo pra não ser... mas eu... realmente... sou muito<br>inibida sabe? D como é que vocês vêem a diferença entre zona norte do Rio de Janeiro...<br>os subúrbios e a zona sul? que diferença <b>existe</b> aí? L1 olha... eu não sei não... eu<br>particularmente... quando mocinha... né eu achava grande diferença... entendeu? L2 é... L1<br>mas agora eu acho que não existe... L2 eu acho que a diferença existe mais no pessoal<br>querer... apenas dizer... L1 ( ) é... L2 que a menina é de zona sul e que a outra menina de<br>zona norte... está entendendo? mas essas preocupação... porque no íntimo... no fundo... | ith\<br>key<br>wo<br>rds\<br>dad<br>osd<br>~1<br>\19.<br>doc |

Neste anexo, que se encontra na pasta “*Corpus* selecionado”, há uma lista com 232 entradas, número informado no cabeçalho “232 entries”, após o nome do arquivo “existx.cnc”. Além disso, na coluna “N”, encontra-se o número de cada ocorrência; por sua vez, na coluna “concordance”, encontra-se a ocorrência, com o verbo em destaque; por fim, na coluna “file”, encontra-se o número do texto de onde a ocorrência foi retirada, seguido do tipo de arquivo que o compõe, e.g.: “03.doc”, “07.doc” e “19.doc”. Este número se refere a um dos 54 textos anteriormente mencionados, coletados para compor a amostra controlada, após análise.

Além disso, com a ferramenta CONCORD, temos a possibilidade de definir o número de linhas que aparece antes e depois da ocorrência. Isto é importante, pois permite ao analista ter acesso não somente à oração em que ocorre o verbo, mas também a uma porção maior do texto. Este acesso, por sua vez, possibilita uma análise mais segura da

ocorrência, principalmente, quanto a questões de ancoragem referencial, tais como anáfora e catáfora. Vejamos, por exemplo, a seguinte ocorrência:

(6) “seja... de uma cidade que ((tosse)) já foi capital da república... pretensamente o centro cultural do país... essas conversas todas... e até hoje não tem um plano... ninguém sabe o que que vai fazer... ninguém sabe o que que vai ser a cidade... se isso vai ser centro comercial ou centro cultural... centro de turismo... cada dia inventam uma coisa... e é incrível... volto a cha... a chamar a atenção... enfatizar a possível deformação profissional... é uma coisa... a gente trabalha e vê que não **existe**... não é específico da minha profissão... deve ser... em termos de Rio... ou em termos de Brasil... de várias profissões... essa é a situação de sociólogos... situação de professor... situação de cada profissional que vê querer fazer a coisa direito e nem sempre a coisa é feita... mas... no nosso caso... voltando ao Rio... nós achamos que a cidade devia ter uma idéia... não precisava nem um plano... [n. 210, existx.cnc].

Neste caso, a definição de um parâmetro com quatro linhas antes e quatro linhas depois da ocorrência nos possibilita ter alcance do domínio de ancoragem da categoria vazia em “que não existe”. Esta categoria vazia tem referência em “um plano”, SN recuperado anaforicamente a três linhas antes de onde esta oração ocorreu. Trata-se, pois, de uma anáfora bem distante, que não seria identificada se não fosse possível visualizar uma parte mais extensa do texto em questão. Por isso, a possibilidade de definir o número de linhas também é um recurso importante para os propósitos metodológicos deste trabalho.

Quanto às notações e à organização dos dados, designaremos “concordância” à lista das ocorrências situadas na coluna nomeada “concordance”. Por sua vez, os nomes dos arquivos onde estão as concordâncias terão a seguinte notação: [*chavex.cnc*]. Nesta notação, consta a chave de busca, que pode ser o radical, no caso de verbos regulares, por exemplo: [*existx.cnc*], ou outro segmento, no caso de verbos irregulares, por exemplo: [*houvix.cnc*]. Por isso, no caso dos irregulares, poderá haver mais de um arquivo para representá-los, e.g.: [*houvix.cnc*] e [*hax.cnc*], para o verbo “haver”, e [*terx.cnc*] e [*tevex.cnc*], para o verbo “ter”.

Ademais, conforme já demonstrado, os nomes dos arquivos vêm sempre seguidos dos números de entradas que eles possuem, por exemplo: [*houvix.cnc: 149 entries*] e [*hax.cnc: 301 entries*]. Entretanto, no decorrer do trabalho, utilizaremos o nome do arquivo com sua palavra-chave, sem a indicação do número de entradas. Poderemos também

acrescentar a esta notação, o número da própria ocorrência, por exemplo: [n.210, existx.cnc], apontando para um dado específico da lista.

É importante mencionar que os arquivos em anexo são resultado de uma análise e, portanto, de uma seleção. A ferramenta CONCORD nos oferece todas as ocorrências em que o segmento digitado se encontra. Nesse sentido, os arquivos inicialmente gerados eram compostos por muito mais entradas que aquelas disponíveis na amostra controlada. Entretanto, nem todas elas eram pertinentes aos propósitos deste trabalho. A seguir, explicaremos os procedimentos realizados para a seleção dos dados.

Um dos arquivos mais numerosos encontrados foi o do verbo “entrar”. A busca com a palavra-chave “entr” gerou um total de 672 entradas. Analisamos todas estas entradas, das quais selecionamos 302, conforme consta no anexo [entr.cnc]. Para descartamos as outras entradas, partimos de critérios, que serão expostos na seção “3.2 Ocorrências excluídas”. No entanto, além das justificativas a serem apresentadas nesta seção, faz-se necessário explicar um outro motivo de exclusão. Ao darmos o comando “entr”, apareceram também palavras que não se inserem na classe do verbo “entrar”. Por exemplo: substantivos, tais como “entrada”, “entrevista”, “entretenimento”, “entradinha”, “entrosamento”; preposições como “entre”; conjunções como “entretanto”; adjetivos como “entrelaçadas”; e outros verbos, tais como “entrevistar”, “entrelaçar”, “entregar”, etc. Levando-se em conta estas justificativas e aquelas que ainda serão apresentadas, podemos compreender a considerável redução dos dados (302 entradas) em comparação com o tamanho do arquivo gerado (672 entradas).

Além disso, houve arquivos bem mais numerosos que este, por exemplo, a busca com a palavra-chave “ter” gerou um arquivo de 1229 (mil duzentas e vinte e nove) entradas. Neste caso, não analisamos todas elas, pois isto demandaria um tempo muito superior aos limites propostos para este trabalho. Assim, selecionamos as 286 primeiras ocorrências válidas para constituir tal arquivo, conforme consta no anexo [terx.cnc]. Na contramão de arquivos tão numerosos, também houve arquivos gerados com número bastante reduzido, por exemplo, [cessx.cnc] teve apenas duas entradas, sendo que uma não era o verbo “cessar”, mas o substantivo “cessão”. Por isso, este arquivo permaneceu com apenas uma ocorrência.

Ao todo, a amostra controlada é constituída por 3122 (três mil cento e vinte e duas) entradas. Estas entradas estão subdivididas na pasta “*Corpus* selecionado”, com os seguintes cabeçalhos: [acabx.cnc: 97 entries], [acontecx.cnc: 120 entries], [aparecx.cnc: 49 entries], [cabx.cnc: 11 entries], [cessx.cnc: 01 entries], [chegx.cnc: 416 entries],

[chovx.cnc: 37 entries], [começ.cnc: 103 entries]<sup>8</sup>, [crescx.cnc: 57 entries], [entr.cnc: 302 entries], [existx.cnc: 232 entries], [falix.cnc: 01 entries], [faltx.cnc: 45 entries], [fazx.cnc: 210 entries], [fizerx.cnc: 55 entries], [hax.cnc: 301 entries], [houvx.cnc: 149 entries], [nascx.cnc: 57 entries], [ocorrx.cnc: 31 entries], [partx.cnc: 20 entries], [saix.cnc: 291 entries], [surgx.cnc: 21 entries], [tenhax.cnc: 64 entries], [terx.cnc: 286 entries], [tevex.cnc: 103 entries] e [tiverx.cnc: 63 entries].

Em síntese, utilizamos um *software* para facilitar a busca das ocorrências que fazem parte da amostra controlada. No entanto, nem todas as entradas geradas por este programa compõem a referida amostra, porque elas passaram por um filtro de procedimentos e critérios que nos permitiram selecionar algumas e descartar outras.

Passemos, a seguir, para os procedimentos de busca na amostra abrangente. Para a constituição desta amostra, utilizamos artifícios bastante variados com o objetivo de restringir a pesquisa, dado que o Google ofereceria um número imenso de entradas desnecessárias aos nossos propósitos. Assim, não procuramos as ocorrências apenas pelo radical ou por outros segmentos morfêmicos. Digitamos, no espaço de busca do Google, fragmentos de sentenças com o verbo desejado a fim de direcionar a pesquisa para um tipo de ocorrência determinado.

Por exemplo, precisávamos verificar se o verbo “sair” teria a possibilidade de ocorrer com os lugares de sujeito e objeto atualizados separadamente, já que este tipo de ocorrência não foi oferecido pelos dados de controle. Assim, dentre várias tentativas, digitamos a seguinte expressão: “saiu fumaça”. Dentre as entradas geradas, selecionamos uma das que se encaixava nos nossos propósitos, como esta:

(7) “detalhe a moto está parada há algum tempo na garagem de venda e quando dei partida ela **saiu** fumaça, é normal?”<sup>9</sup>.

Assim, a amostra abrangente diferencia-se da amostra controlada, não somente no que se refere aos critérios de busca, mas também no propósito que a justifica: a pesquisa na amostra abrangente tem o fim de encontrar o que não foi revelado pela amostra controlada. Nesse sentido, a busca nos dados abrangentes nos permite alcançar uma amplitude maior de análise, dado que ela é capaz de mostrar exemplos efetivos de regularidades lingüísticas silenciadas na amostra controlada.

<sup>8</sup> Somente os arquivos [começ.cnc] e [entr.cnc] não têm o “x” em seus nomes, porque o programa os gerou com estes nomes e não nos permitiu alterá-los.

<sup>9</sup> <<http://www.motonline.com.br/default.asp?cod=7272&categoria=7&show=1>> Acesso em: 03 set. 2007.

Por exemplo, os dados do NURC não revelaram ocorrência do verbo “sair”, com atualização dos lugares de sujeito e objeto separadamente. Se nos restringíssemos a esta informação, classificaríamos este verbo como pertencente ao grupo A, que só favorece ocorrências com convergência. Entretanto, o Google nos ofereceu o exemplo (7).

Nesta sentença, os lugares sintáticos estão atualizados separadamente na linearidade da sentença: o lugar de sujeito é ocupado pelo pronome “ela”, enquanto o lugar de objeto é ocupado por “fumaça”. Por isso, “entrar” não faria parte do grupo A (verbos que favorecem apenas ocorrências com convergência), mas do grupo B (verbos que favorecem tanto ocorrências com quanto sem convergência).

Sendo assim, a amostra abrangente não deve ser vista apenas como um complemento da amostra controlada. Ao contrário, a amostra abrangente se constitui por um universo de dados constantemente atualizado e dinâmico. Sendo assim, ela é capaz de apresentar tanto regularidades disponíveis na amostra controlada quanto regularidades, por esta, silenciadas. Nesse sentido, faz-se necessário trabalharmos com amostras diversificadas, para que elas nos possam conduzir a uma visão mais ampla do funcionamento lingüístico.

Por último, a amostra construída está presente, e.g., em uma escala de personalidade proposta na seção “2.1.2.1.1.1.1 Personalidade”. Esta escala se constitui por sentenças reconstruídas teoricamente com base em ocorrências efetivas. Por exemplo, a partir de dados como “gosto de **sair**” [16.doc] e “quem falava em **entrar** em agência de banco?” [18.doc], casos em que o verbo destacado foi caracterizado como infinitivo sem flexão, construímos os exemplos: “O Paulinho gosta de quebrar as coisas” e “O Paulinho falou em quebrar a caixinha de música da Clarice”. Assim, os exemplos reconstruídos se encaixam em um padrão de ocorrências do tipo infinitivo sem flexão presente em oração subordinada substantiva objetiva indireta. Padrão este requerido na escala de personalidade proposta, mas que ganha contornos de gradação quando inserido na “colméia” de exemplos construídos, conforme será visto na seção referida.

Em suma, a partir da noção de *exemplo-colméia*, desenvolveremos um trabalho diferenciado com os dados, levando em consideração uma amostra controlada, uma amostra abrangente e uma amostra produzida. Todos estes três tipos de dados são organizados em função de se avaliar a pertinência dos três grupos propostos.

## 2 BASES PARA A ANÁLISE DA CONVERGÊNCIA

### 2.1 A RELAÇÃO ENTRE O PLANO DO ENUNCIÁVEL E O PLANO DA ORGANICIDADE

Partimos do pressuposto segundo o qual “A linguagem se produz na relação entre a dimensão material e a dimensão simbólica.” (DIAS, 2002, p. 52). Estas duas dimensões operam de modo interdependente, “a partir da tensão entre uma estabilidade da unidade, marcada na linearidade, isto é, pontuada na horizontalidade da ordenação do arranjo sintático, de um lado, e a verticalidade própria de um domínio de forças a ser representado, de um outro.” (DIAS, 2002, p. 53, grifo nosso).

O plano da organicidade é marcado, portanto, pela cadeia lingüística e pelas unidades que integram seu funcionamento. Assim, um enunciado funciona a partir dos mecanismos que estabelecem a *articulação* (DIAS, 2003) entre estas unidades. Segundo Dias (2003), há três modos de articulação: no primeiro, tem-se uma “forma dependente”<sup>10</sup> como elemento articulador; no segundo, altera-se a forma de uma das unidades em articulação; por fim, no terceiro, não se pode detectar nem “um elemento articulador no ‘corpo’ da sentença” (DIAS, 2003, p. 60) e nem uma alteração nas unidades de articulação.

O primeiro modo pode ser exemplificado por “mesa de mármore”, em que “de” articula “mesa” e “mármore”. Por sua vez, o segundo modo pode ser exemplificado por “Você viajou” e por “Eu viajei”. Nestes enunciados, o vocábulo sofre uma alteração na flexão, segundo a demanda expressa pelo lugar de sujeito. Por último, o terceiro modo pode ser exemplificado por “Comi uma pizza”. Nesse caso, “uma pizza” se articula com “comi” porque o verbo projeta o lugar de objeto, que é ocupado por “uma pizza”. Assim, a articulação entre o núcleo do SV e o SN, que ocupa o lugar de objeto, é uma relação de natureza semântica. Como não há uma partícula articuladora, nem uma alteração nas unidades de articulação, a relação entre verbo e lugar de objeto opera unicamente na direção do simbólico. Por sua vez, a articulação entre o núcleo do SV e o SN, que ocupa o lugar de sujeito, mesmo sendo marcada pela flexão verbal, origina-se de uma anterioridade de predicação<sup>11</sup>, que também opera unicamente na dimensão do simbólico.

Portanto, a articulação não possui um caráter puramente orgânico, até mesmo porque ela pode operar com elementos que sequer estão presentes na linearidade do arranjo

<sup>10</sup> Estamos nos referindo, mais especificamente, às preposições e conjunções designadas, por Câmara Jr. (1977, p. 60), “formas dependentes”.

<sup>11</sup> Este conceito será desenvolvido na seção “2.1.2.1.1.1 Pontos de contraste e de intersecção entre os conceitos de pessoalidade, anterioridade e morfema pessoal”.

sintático. Por isso, há uma “tensão” entre a estabilidade da unidade e o domínio do simbólico. Nesse sentido, “Palavras, sintagmas, sentenças não são entidades distinguíveis a partir da sua dimensão material. É na relação com o plano do enunciável que esses ‘objetos’ ganham identidade.” (DIAS, 2002, p. 52-53).

### **2.1.1 O plano do enunciável: panorama sobre uma semântica de bases enunciativas**

Para explicitarmos o elo existente entre o orgânico e o simbólico, mobilizamos conceitos da teoria da enunciação, tais como: enunciação, temporalidade e referência. Para efeitos metodológicos, abriremos uma seção para explicar, separadamente, cada um destes conceitos. Entretanto, deve-se compreender de antemão que eles se interpenetram e não possuem margens claramente definidas. Nesse sentido, o último deles ganha uma explanação mais detalhada neste trabalho, porque reúne os outros dois e porque dele dependerão vários outros conceitos desenvolvidos neste capítulo.

#### **2.1.1.1 Enunciação e a dimensão social do dizer**

De acordo com Guimarães (2005a), enunciar é colocar a língua em funcionamento por ser afetada pelos agenciamentos próprios do simbólico. Estes agenciamentos são aqueles que determinam o lugar social do dizer e o recorte de memória direcionador de sentidos.

Assim, enunciar não é colocar a língua em funcionamento por um ato individual de apropriação do aparelho formal da enunciação, conforme propõe Benveniste (1989). A língua funciona porque é gerenciada por uma memória de dizeres sociais que a faz significar. Nesse sentido, a enunciação não parte de um locutor individual, de uma subjetividade única. Entretanto, a contribuição de Benveniste (1989) se configura por trazer, para os estudos da enunciação, a idéia segundo a qual o locutor é uma figura lingüística e não um falante, entidade psicofisiológica que profere algo.

Por sua vez, Ducrot (1987) dá sua contribuição ao mostrar que o sujeito da linguagem não apresenta unicidade. Para este autor, o sujeito se desdobra em diferentes vozes presentes inclusive naquilo que não está expresso no enunciado dito, mas que está nele significado. Por exemplo, em “Pedro ganha bem, mas não consegue pagar todas as contas”, não há uma relação de oposição entre os dois enunciados que compõem este texto, mas entre o *topos* evocado pelo primeiro e a direção argumentativa tomada pelo segundo.

Neste caso, o *topos* evocado de “Pedro ganha bem” seria: quanto mais uma pessoa ganha, maiores as chances de esta pessoa poder pagar todas as suas contas. Este *topos*,

embora não esteja dito, possui uma direção argumentativa, qual seja, “Pedro paga todas as suas contas”. Esta direção é modificada por “mas não consegue pagar todas as contas”. Este redirecionamento, por sua vez, “veicula um conteúdo dirigido para a conclusão inversa” (DUCROT, 1989, p. 24) à conclusão desencadeada pelo *topos*. Sendo assim, este enunciado é tomado por um sujeito polifônico, constituído por, pelo menos, duas perspectivas.

Assim, Ducrot (1987), na contramão de Benveniste, não considera o sujeito no caráter subjetivo de um locutor, visto como base da constituição do “eu”. Ao contrário, para Ducrot (1987), o sujeito é perpassado por perspectivas polifônicas, isto é, por pontos de vista diversos; por isso, ele se afasta desta unicidade. Entretanto, nem Ducrot (1987), nem Benveniste (1989) operam com o modo como a dimensão social do dizer se infiltra na constituição desse sujeito. Nesse sentido, Guimarães (2005) propõe um desdobramento da figura do sujeito: o *lugar social do dizer*. Para este autor, o sujeito é afetado pelas injunções dos lugares sociais em que ele se insere:

a cena enunciativa coloca em jogo (...) papéis enunciativos como locutor-brasileiro, locutor-presidente, locutor-jornalista (...) O locutor não se apresenta senão enquanto predicado por um lugar social distribuído por uma deontologia do dizer. (GUIMARÃES, 2005, p. 26)

Em síntese, a enunciação é a língua posta em funcionamento. Este acontecimento enunciativo, por sua vez, é determinado pelo lugar social, que define o papel daquele que se responsabiliza pelo dizer, e pela memória de sentidos, composta por discursos entrelaçados, que orientam os recortes de significação.

### **2.1.1.2 As injunções da memória no presente da enunciação**

Nesta seção, faremos um contraste entre abordagens pragmática e enunciativa, no sentido de mostrar que a situação imediata de locução não basta para que compreendamos o funcionamento lingüístico. É preciso levar em conta que o dizer, considerado no presente do seu acontecimento, constitui-se a partir de “já-ditos”, pertencentes ao domínio da memória.

Para Ducrot (1989), a enunciação define-se na situação pragmática imediata de fala. Por isso, o presente é o momento cronológico em que tal enunciado é proferido. Assim, segundo este autor, um enunciado é sempre único: “Se digo duas vezes seguidas uma coisa que é habitualmente transcrita ‘O tempo está bom’, produzo dois enunciados diferentes, e isto somente porque o momento de sua enunciação é diferente.” (DUCROT, 1989, p. 13).

Ao contrário, para Guimarães (2005a, p. 69), “a relação de funcionamento da língua é com o interdiscurso e não com a situação”. Esta afirmação vai de encontro à posição pragmaticista segundo a qual o funcionamento da língua se dá na situação imediata de produção discursiva. Por exemplo, para Austin (1998), as condições de produção de um enunciado estão relacionadas com “a situação de quem falou, a finalidade com a qual falou, seu auditório, questões de precisão etc.” (AUSTIN, 1998, p. 121).

Entretanto, diferentemente de Ducrot (1989) e de Austin (1998), Guimarães (2005) defende que a enunciação não se esgota em um acontecimento delimitável por data, hora, minuto e segundo. Ao contrário, o presente da enunciação é “um novo espaço de conviviabilidade de tempos” (GUIMARÃES, 2005, p. 12), possuindo duas projeções: uma projeção de passado, pois é afetado por uma memória de discursos anteriormente produzidos, e uma projeção de futuro, pois o discurso presentemente produzido constituirá outros discursos.

Nesse sentido, um enunciado não é único a cada vez em que é produzido, pois ele sofre injunções da memória de sentidos que o afeta. Sendo assim, o enunciado é perpassado por um “já-dito” (GUIMARÃES, 2005a, p. 66), que se atualiza no dizer, pois um enunciado se relaciona com outros “alterando-os, repetindo-os, omitindo-os, interpretando-os” (GUIMARÃES, 2005a, p. 68). Frente a isso, o dizer ganha estabilidade tanto semântica, quanto orgânica na medida em que contrai pertinência com outras enunciações. Na dimensão semântica, esta estabilidade se configura, porque os sentidos são perpassados por “já-ditos”, recortados no acontecimento da enunciação. Por sua vez, na dimensão orgânica, esta estabilidade se configura, porque uma categoria lingüística é constituída a partir dos trajetos enunciativos percorridos por ela em sua história de enunciação.

Guimarães (1996) elucidada esta reflexão afirmando que:

as formas da língua são o que são pela história de suas enunciações. Uma forma é na língua o que ela se tornou pela história de seus funcionamentos na enunciação. Deste modo, deve-se considerar que a língua tem em si a memória desta história, ou seja, a língua carrega na sua estrutura as marcas de seu passado. (GUIMARÃES, 1996, p. 27).

Além de se fundamentar em Guimarães (1996), o nosso estudo também se fundamenta em Pêcheux (1998, p. 28), ao dizer que “toda construção sintática é capaz de deixar aparecer uma outra, no momento em que uma palavra desliza sobre outra palavra.”. Diante disso,

devemos considerar que a materialidade orgânica é arregimentada pela materialidade simbólica na medida em que uma estrutura funciona porque é sustentada historicamente<sup>12</sup>.

Diante do exposto, o simbólico tem caráter material pelo fato de que o acontecimento se atualiza a partir da memória advinda de outros acontecimentos. Por isso, o exercício da língua não é um exercício de criação da mente humana. Ao contrário, o exercício da língua deve ser concebido como o funcionamento de trajetórias e, portanto, de regularidades enunciativas. São estas regularidades que dão estabilidade ao dizer.

### **2.1.1.3 Referência: da exterioridade autônoma para a dimensão simbólica da língua<sup>13</sup>**

A referência é um tema bastante complexo no âmbito dos estudos semânticos, porque se trata de um conceito permeado por engendramentos teóricos diversos e até mesmo contrastantes. Assim sendo, propomo-nos a abordar, pelo menos, dois modos de se conceber a referência.

Em um primeiro modo, a referência é uma entidade discretizável em um “mundo” exterior à língua. Esta entidade, portanto, constitui-se de modo prévio e independente do lingüístico. Diferentemente, em um segundo modo, a referência é compreendida como um objeto discursivo, na medida em que faz parte da dimensão simbólica da língua. Nesta perspectiva, a referência não possui existência prévia ao discurso, porque ela se constrói nele e a partir dele. Portanto, neste segundo modo, a referência não é uma entidade autônoma, mas constitutiva da própria língua.

A seguir, resumidamente, veremos como as propostas de Frege (1978) e Oliveira (2001) podem ser representativas deste primeiro modo de se compreender a referência. Posteriormente, veremos como as formulações de Ducrot (1984) e Guimarães (2005) configuram o segundo modo.

#### **2.1.1.3.1 Referência: um objeto extralingüístico e autônomo**

Para representar o primeiro modo de se conceber a referência, observaremos a proposta de Frege (1978) e Oliveira (2001). Para eles, a referência é um universo de objetos autônomos que contraem pertinência com a língua somente porque ela fala sobre estes objetos. Por isso, eles se constituem de modo autônomo e fora da língua.

---

<sup>12</sup> Como se vê, o conceito de história adotado neste trabalho é diferente do conceito de história adotado pela Lingüística Histórica. Nesta abordagem, este conceito é pontuado, diacrônica ou sincronicamente, em recortes cronológicos definidos. De modo diverso, na abordagem adotada, “história” se refere às regularidades advindas de um percurso enunciativo, que não precisa ser especificado cronologicamente.

<sup>13</sup> Esta seção resume os aspectos principais abordados em Pereira (2007c).

Para Frege (1978), referência é um “objeto determinado” (FREGE, 1978, p. 62), “sensorialmente perceptível” (FREGE, 1978, p. 64). Diferentemente, o sentido é “o modo de apresentação do objeto” (FREGE, 1978, p. 62). Ainda, segundo Frege, em linguagem natural, “entender-se um sentido nunca assegura sua referência” (FREGE, 1978, p. 63). Isto significa que uma expressão pode ter sentido apenas e não ter referência. Por isso, faz-se necessária uma “linguagem logicamente perfeita” (FREGE, 1978, p. 76) na qual “deve-se exigir que toda expressão construída como um nome próprio (...) designe, de fato, um objeto” (FREGE, 1978, p. 76).

Por sua vez, para Oliveira (2001), “nem sempre falamos sobre indivíduos que existem no mundo (...) Nossa modelagem deve, no entanto, explicitar essa intuição básica de que falamos sobre objetos e situações no mundo.” (OLIVEIRA, 2001, p. 152-3). Na formulação desta autora, não há compromisso com a existência empírica do objeto. Entretanto, para que haja referência, é preciso pressupor a sua existência, em algum mundo possível ou imaginável, mas autônomo em relação à língua. Nas palavras dela, “interpretar um nome é ser capaz de pegar um certo indivíduo no mundo. O nome Carlos, por exemplo, pega um certo indivíduo no mundo.” (OLIVEIRA, 2001, p. 152).

Portanto, neste modo de se conceber a referência, a língua se situa em uma dimensão, e a referência, em outra, sendo esta independente e exterior àquela.

### **2.1.1.3.2 Referência: dimensão simbólica da língua**

Para representar o segundo modo de se conceber a referência, observaremos a proposta de Ducrot (1984) e Guimarães (2005a). De acordo com estes autores, a referência pode ser compreendida como uma exterioridade, somente se entendermos que ela não é palpável na materialidade daquilo que se ouve ou daquilo que se lê. Em outras palavras, a referência não é palpável na estrutura sintática ou lexical, embora seja evocada por esta materialidade orgânica<sup>14</sup>. Assim, a referência não está fora da língua, tendo em vista que a língua não se constitui apenas de uma dimensão formal, mas também de uma dimensão simbólica. A referência, portanto, está em uma outra dimensão lingüística: a simbólica.

#### **2.1.1.3.2.1 Referente: um mundo construído no discurso**

Para Ducrot (1984), “O referente de um discurso não é (...) como por vezes se diz, a realidade mas sim a *sua* realidade, isto é, o que o discurso escolhe ou institui como realidade” (DUCROT, 1984, p. 419, grifos do autor). O referente é, dessa forma, “um

<sup>14</sup>“A dimensão simbólica (...) é projetada da dimensão material” (DIAS, 2002, p. 52).

mundo construído em D” (no discurso<sup>15</sup>) (DUCROT, 1984, p. 437). Por isso, para este autor, o referente tem “um estatuto ambíguo” (DUCROT, 1984, p. 419): “por um lado deve ser exterior ao discurso e (...) por outro, é chamado pelo discurso e portanto fica inscrito nele.” (DUCROT, 1984, p. 419). Assim, “Não escapamos (...) a esta exigência, segundo a qual a palavra tem de conter, como seu elemento constitutivo, uma alusão a uma exterioridade” (DUCROT, 1984, p. 419). Entretanto, esta exterioridade não é autônoma, ao contrário, é instituída pelo dizer e, portanto, parte integrante da língua.

Sendo assim, Ducrot (1984) menciona uma peça de Pirandello na qual dois personagens, Sr. Ponza e Sr<sup>a</sup>. Frola, descrevem de modo contraditório uma única personagem, Sr<sup>a</sup>. Ponza. Com esta peça, Ducrot (1984) mostra como é que dois discursos, embora antagônicos, são capazes de falar sobre o mesmo referente. Um deles, a fala do Sr. Ponza, descreve a Sr<sup>a</sup>. Ponza como sendo sua segunda mulher. Por sua vez, a fala da Sr<sup>a</sup>. Frola descreve a Sr<sup>a</sup>. Ponza como sendo a primeira esposa de Ponza. Esta diferença leva os curiosos a perguntarem à própria Sr<sup>a</sup>. Ponza quem ela é afinal. E ela responde ser aquilo que os outros dizem que ela é. A atitude dos curiosos nos demonstra que eles concebem o referente do discurso da Sr<sup>a</sup>. Frola e de Ponza como uma entidade autônoma de que esses discursos falam. Contudo, a resposta da Sr<sup>a</sup>. Ponza revela o contrário: que não é ela, em carne e osso, o referente, “O referente aqui não são os seres mas as personagens criadas dentro do discurso” (DUCROT, 1984, p. 434).

Em vista do que foi exposto, este exemplo ilustra a proposição segundo a qual o referente é uma exterioridade constituída por uma dimensão discursiva, e não uma entidade autônoma em uma dada dimensão extralingüística. Ilustra ainda a proposição segundo a qual a existência de vários discursos é capaz de constituir um único referente; porém, a partir de perspectivas diferentes.

Outro exemplo interessante que mostra como a referência não depende do que se concebe como realidade autônoma é o seguinte: a mãe promete umas palmadas para o garoto endiabrado se ele fizer algum comentário a respeito do nariz do general Suif, que será um dos convidados para o jantar. Ela explica que o nariz do general havia sido mutilado durante uma guerra. A inquietação do garoto se revela no momento da sobremesa, ao questionar: “Como é que tu querias que eu falasse do nariz do general Suif se ele não o tem!” (DUCROT, 1984, p. 434). De acordo com Ducrot (1984, p. 434),

---

<sup>15</sup> “Discurso”, para Ducrot (1984a, p. 369), “significa uma seqüência de enunciados ligados entre si”.

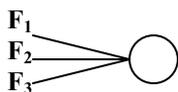
O espanto do garoto lembra o dos lógicos perante as entidades imaginárias. O que ele não compreende, mas testemunha involuntariamente, é que o nariz do general recebe uma certa forma de ser quando é objecto do discurso. Ora, dizer que ele não existe é igualmente discorrer sobre ele; é, num certo sentido, fazê-lo existir. É esta existência que constitui, de um modo geral, a do referente: de modo nenhum incompatível (porque não tem relação com ela) com a existência física.

Sendo o referente constituído pelos diferentes discursos que o descrevem e que o fazem existir, ele possui uma dimensão intradiscursiva. Assim, quanto ao seu “estatuto ambíguo”, ele é uma exterioridade, na medida em que é algo exterior às palavras, mas é intralingüístico, pois se institui no discurso.

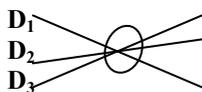
Assim, Ducrot (1984) oferece mais uma contribuição importante nos estudos enunciativos, pois desloca a compreensão da referência como uma exterioridade independente do lingüístico para a compreensão deste conceito como uma entidade que só se constitui a partir do dizer. Um refinamento desta discussão pode ser verificado em Dias (2002), que, em vez de falar em estatuto ambíguo do referente, define duas dimensões de constituição lingüística: o plano da organicidade e o plano do simbólico, conforme explicamos acima.

#### 2.1.1.3.2.2 Referente: o ponto de cruzamento entre discursos

Guimarães (2005a) afirma que, para Ducrot (1984), o referente “tem sua objetividade constituída pelo fato de várias falas falarem deste objeto” (GUIMARÃES, 2005a, p. 73), conforme representa o seguinte esquema (GUIMARÃES, 2005a, p. 74):



Diferentemente, para Guimarães (2005a, p. 74), “o objeto é uma exterioridade produzida pela linguagem, mas não se reduz ao que se fala dela, pois é objetivada pelo confronto de discursos”. Na perspectiva deste autor, “discurso” não é uma seqüência de enunciados ligados entre si. Trata-se de algo da dimensão simbólica, um recorte na memória de sentidos que afeta a significação de um enunciado. Assim sendo, a referência é constituída por um entrecruzamento destes recortes, conforme representado no seguinte esquema (GUIMARÃES, 2005a, p. 74):



Assim, vejamos como se opera este entrecruzamento em “Não economize na educação de seu filho, apenas na mensalidade<sup>16</sup>”. A constituição da referência deste enunciado se dá porque ele é afetado por dois recortes de sentido diferentes que se entrecruzam no verbo “economizar”. Em um primeiro recorte, o do senso-comum, o verbo “economizar” projeta o imaginário segundo o qual pagar menos pode ter, como consequência, um serviço de qualidade inferior. Por isso, “Não economize na educação de seu filho”. Por sua vez, em um outro recorte, o publicitário, o verbo “economizar” projeta a orientação segundo a qual é possível pagar menos e, ainda assim, obter um serviço de alta qualidade. Por isso, “economize apenas na mensalidade”. Assim sendo, de modo simultâneo e conflitante, estes dois recortes de sentido constituem a referência do verbo “economizar” neste anúncio.

Portanto, em uma perspectiva histórico-enunciativa, o referente se constitui a partir de “já-ditos”, que se entrecruzam e são recortados no acontecimento enunciativo. Assim, o referente não é uma entidade extralingüística, pois se inclui na dimensão simbólica, que é parte constitutiva da língua.

Em síntese, os conceitos “enunciação”, “tempo” e “referência” arregimentam a nossa compreensão do domínio simbólico da língua. Assim, para explicarmos o funcionamento da convergência, teremos como base o fato de que a enunciação não se restringe à situação imediata de fala, pois o presente é afetado por uma historicidade de sentidos. Esta historicidade é composta por já-ditos rememorados e reinterpretados no acontecimento. Por extensão, a referência não pode ser compreendida como um conjunto de objetos autônomos. Ao contrário, ela se constitui como uma entidade intralingüística e discursiva.

## **2.1.2 O plano da organicidade: panorama sobre uma sintaxe de bases enunciativas**

### **2.1.2.1 O conceito de lugar sintático**

Dias (2002), em revisão às concepções de sujeito mais recorrentes na Lingüística, propõe a existência de três diferentes suportes que definem esta categoria: o distributivo, o atributivo e o operativo. O *suporte distributivo* é aquele que conceitua sujeito como o termo com o qual o verbo estabelece concordância. Esta é a concepção adotada, por exemplo, por Perini (1995). Por sua vez, o *suporte atributivo* é aquele que define esta categoria como sendo um lugar gerado pela grade argumental do verbo. Esta é a posição adotada por Vilela (1999, p. 331), que considera “o sujeito tradicional como um

---

<sup>16</sup> *Outdoor* visto em Belo Horizonte, nas proximidades da Av. Carlos Luz, em dezembro de 2006.

complemento (...) selecionado pelo verbo”. Por último, o *suporte operativo* é aquele que busca as condições sob as quais este lugar será ocupado ou não.

A perspectiva que adotamos coincide com uma abordagem funcionalista como aquela adotada por Vilela (1999), na medida em que não concebemos as categorias sujeito e objeto como itens lexicais (suporte distributivo), mas como espaços de ocupação (suporte atributivo). No entanto, algumas das diferenças entre o conceito de actante e o de lugar sintático aparecem nas respostas para as seguintes questões: como são constituídos estes espaços e o que determina a sua ocupação (suporte operativo)?

Quanto à constituição dos lugares sintáticos, para Vilela (1999),

**valência** é a capacidade que um dado lexema (palavra) tem, por força de seu significado lexical, de abrir à sua volta um determinado número de lugares vazios e de prever a natureza e a forma dos termos que podem ou devem preencher esses lugares. Assim, o verbo *dar* prevê três lugares vazios (VILELA, 1999, p. 97, grifo do autor).

Portanto, o verbo “dar” é o predicado, “portador básico da valência” (VILELA, 1999, p. 328). Neste ponto, é importante ressaltar que os actantes (lugares vazios) estão “inscritos no significado do verbo” (VILELA, 1999, p. 331), isto é, são inerentes ao seu significado.

Entretanto, a noção de valência não abrange sentenças como “É dando que se recebe”. Nesta sentença, o verbo “dar” projetaria três lugares, que, ao contrário do que se prevê, não estão preenchidos. Neste ponto, interessa-nos explicar as condições de ocupação (suporte operativo) dos lugares sintáticos. De acordo com Vilela (1999), os argumentos podem ser elididos, em geral, por questões de ordem “contextual”<sup>17</sup>, podendo ser recuperados no texto. No caso dos provérbios, entretanto, não é possível haver esta recuperação, mas Vilela se conforma em dizer que se trata de um estilo “truncado” (VILELA, 1999, p. 343).

Diferentemente, operamos com os suportes atributivo e operativo em outra direção de análise.

Quanto ao suporte atributivo, nem sujeito, nem objeto se constituem por causa do significado do verbo. O objeto, por exemplo, é um lugar sintático projetado pelo verbo (DIAS, 2005), mas esta projeção não está ancorada no significado dele. Assim, discordamos de abordagens que definem a configuração sintática do verbo a partir de nuances de sentido<sup>18</sup>, pois tanto sua significação, quanto sua configuração sintática são arregimentadas em um trajeto histórico de ocorrências. Logo, mesmo havendo diferentes

<sup>17</sup> Noção que “remete a um espaço sem limites” (DIAS, 2002, p. 58).

<sup>18</sup> Este assunto será tratado, de modo mais detalhado, na seção “2.1.2.1.2.4 A relação entre a configuração sintática do verbo e seu significado”.

nuanças de sentido, há trajetos confluentes, que permitem ao verbo carregar uma “memória de percursos enunciativos com projeção de objetos” (DIAS, 2005, p. 117). De acordo com Guimarães (1996, p. 27), “a língua carrega na sua estrutura as marcas de seu passado. O que uma forma é, em certo momento, tem a marca de como ela funcionou nas enunciações em que a língua se pôs a funcionar.”. Portanto, as nuanças de sentido apresentadas pelos verbos não interferem na constituição dos lugares sintáticos, que se originam a partir de trajetos enunciativos.

Por sua vez, quanto ao suporte operativo, há casos em que a não-ocupação dos lugares sintáticos não está vinculada a uma simples elipse, conforme propõe Vilela (1999), mas a condições determinadas pelo modo de enunciação<sup>19</sup>.

Assim, nossa abordagem coincide com a funcionalista na medida em que trabalhamos com os suportes atributivo e operativo, mas se desloca desta perspectiva na medida em que lidamos de modo diferente com estes suportes.

#### **2.1.2.1.1 O lugar de sujeito**

A constituição do lugar de sujeito não depende de uma projeção do verbo. Este lugar sintático é, ao contrário, responsável por retirar o verbo de seu estado de dicionário, acionando a flexão. Portanto, o lugar de sujeito advém de um “ponto de partida” (DIAS, 2007a, p. 1) configurado enunciativamente: a *anterioridade de predicação*. A anterioridade de predicação é então “o ‘ponto de partida’ na enunciação para arrebatar o verbo da sua condição de infinitivo” (DIAS, 2007a, p. 1). Este conceito é construído a partir do suporte atributivo e do suporte operativo. Na constituição do suporte atributivo, a anterioridade projeta o lugar de sujeito, que, por sua vez, faz com que a flexão seja acionada. Na constituição do suporte operativo, o acionamento da flexão é motivado não apenas por forças orgânicas, mas também por forças enunciativas. Forças estas que levam à busca pelos domínios de ancoragem do lugar de sujeito.

Por isso, no suporte operativo, a anterioridade estará vinculada a diferentes condições capazes de definir os tipos de realização do lugar de sujeito na sentença. Em alguns casos, a anterioridade pode estar submetida à necessidade de se pontuar a referência deste lugar. Sendo assim, este lugar poderá ser ocupado por um SN, configurado como uma “base de definitude” (DIAS, 2002, p. 52), como “os vizinhos de Cláudio”, em “Os

---

<sup>19</sup> Na seção “2.1.2.1.2.1 Lugar de objeto e modos de enunciação: uma revisitação”, explicaremos, de modo mais detalhado, a influência do modo de enunciação na determinação das condições de ocupação do lugar de objeto.

vizinhos de Cláudio jogavam futebol aqui”. Em outros casos, a anterioridade é arregimentada por uma configuração enunciativa de carácter universal. Neste caso, o lugar de sujeito pode ser ocupado pelo pronome “quem” ou pelas expressões “aquele que” e “todo aquele que”. Por exemplo, em “Quem desdenha quer comprar”, todo aquele que “se adequar a este perfil estará se ajustando a uma verdade condensada nos próprios domínios do corpo textual no qual se insere a sentença” (DIAS, 2002, p. 60). Na seção “3.1.1 Tipos de sujeito”, detalharemos a classificação de sujeito adotada neste trabalho.

Por enquanto, importa ressaltar que o lugar de sujeito é projetado pela *anterioridade de predicação*. Esta anterioridade, por sua vez, possui uma dimensão orgânica, pois aciona, indiretamente, a flexão verbal, e uma dimensão enunciativa, pois é compreendida a partir das condições de ocupação do lugar de sujeito. Assim, o lugar de sujeito não é algo da instância verbal, conforme propõe Vilela (1999), mas algo da configuração enunciativa da sentença. Nesse sentido, o sujeito não é um complemento verbal.

Por sua vez, para compreendermos melhor o conceito de *anterioridade de predicação*, atentar-nos-emos para a distinção feita por Dias (2007a) entre este conceito e os seguintes: *anterioridade processual*, *anterioridade actorial* e *anterioridade de orientação*. A primeira pode ser compreendida como

aquilo que foi concebido primeiro no pensamento, e que se tornou ponto de partida para a agregação dos outros componentes sintáticos. No entanto, os estudos lingüísticos de abordagem cognitivista costumam rejeitar conceitos como esse. (DIAS, 2007a, p. 1-2).

Por sua vez, a *anterioridade de orientação* pode ser representada pelo tópico, noção segundo a qual a predicação se constitui em função de um dado enfoque informacional, por exemplo: “O João, ele trabalha no Carrefour”. Por fim, a *anterioridade actorial* é representada pela proposta segundo a qual, antes de haver uma ação, é necessário um ator para realizá-la. Por isso, o sujeito prototípico é considerado o agente da ação. Como se vê, nenhuma dessas três bases é capaz de definir o conceito de *anterioridade de predicação*, conforme trabalhamos.

Assim, no intuito de arregimentarmos este conceito, apresentaremos, a seguir, alguns pontos de contraste e de intersecção entre os conceitos de anterioridade de predicação, pessoalidade e morfema pessoal.

### 2.1.2.1.1.1 Pontos de contraste e de intersecção entre os conceitos de pessoalidade, anterioridade e morfema pessoal

É preciso explicitar, inicialmente, três conceitos distintos, mas que são, por vezes, interdependentes: pessoalidade, anterioridade e morfema pessoal. A pessoalidade é a participação de uma pessoa (locutor/interlocutor) ou de uma não-pessoa (“ele(a)”) <sup>20</sup> na cena descrita em um texto. Por sua vez, a anterioridade é o ponto de partida na enunciação que retira o verbo de seu estado infinito. Por fim, morfema pessoal é a desinência verbal que manifesta a relação de articulação entre sujeito e verbo. Esta desinência, entretanto, não tem o compromisso de ser materializada graficamente na sentença, ela pode se caracterizar por um morfema zero.

#### 2.1.2.1.1.1.1 Pessoalidade

Adiante, resumiremos algumas reflexões de Benveniste (1991) sobre o conceito de “pessoa”, que podem servir como ponta de lança para o conceito de pessoalidade que tentaremos explicitar.

De acordo com o autor, “eu” e “tu” devem ser tomados como “formas lingüísticas que indicam a ‘pessoa’” (BENVENISTE, 1991, p. 287). Entretanto, “pessoa” não é o falante psico-fisiológico que profere as palavras. Ao contrário, para Benveniste (1991), “locutor” “É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que (...) chamamos uma instância de discurso e que só tem referência atual. A realidade à qual ele remete é a realidade do discurso.” (BENVENISTE, 1991, p. 288). Além disso, a noção de pessoa, para Benveniste (1991), é dotada de uma “polaridade” dado que:

“Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*.” (BENVENISTE, 1991, p. 286).

Diferentemente, a terceira pessoa “*não* remete a nenhuma pessoa porque se refere a um objeto colocado fora da alocação (...) A forma *ele* faz necessariamente parte de um discurso enunciado por ‘eu’.” (BENVENISTE, 1991, p. 292).

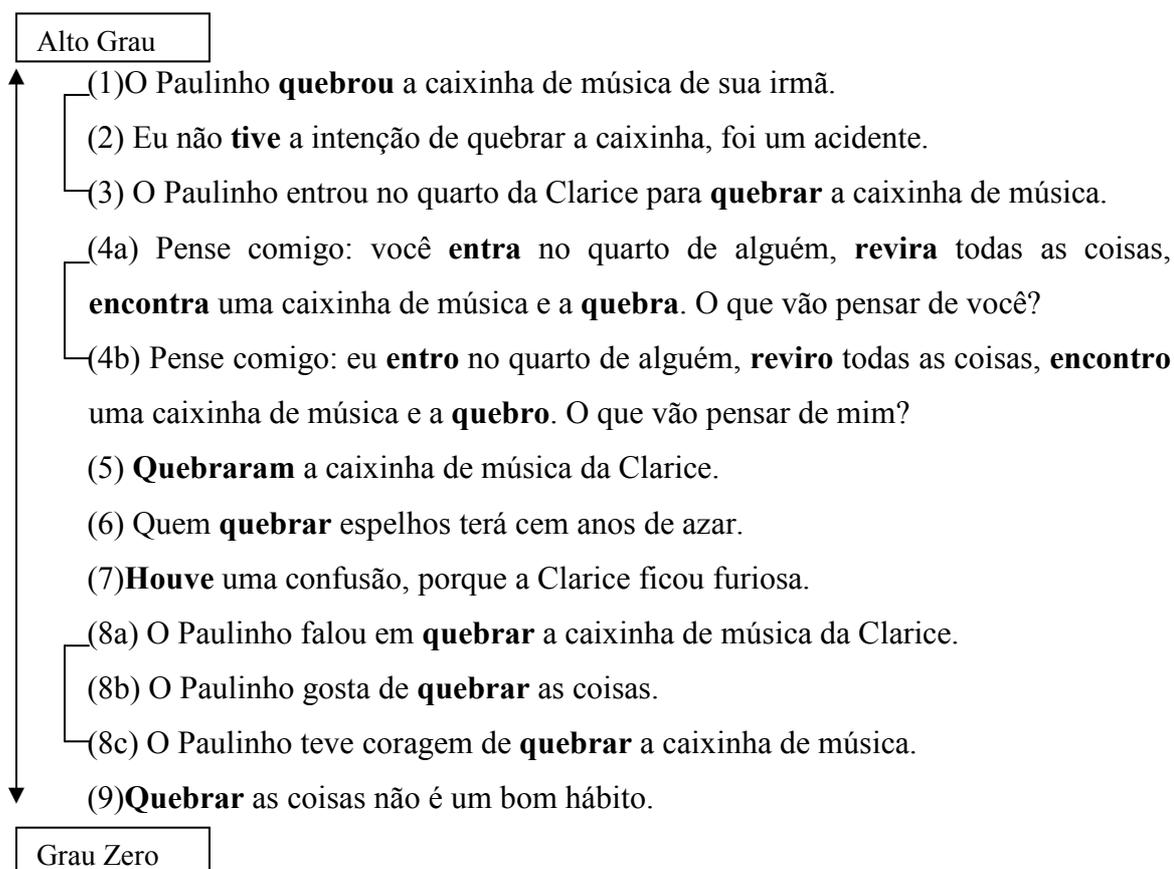
Por outro lado, entendemos pessoalidade como a participação de uma pessoa (locutor/interlocutor) ou de uma não-pessoa (“ele”) na cena descrita em um enunciado. Partindo disso, o conceito de pessoa, conforme trabalhado por Benveniste (1991), interessa-nos, na medida em que cobre a participação de um “eu” e de um “tu” na

<sup>20</sup> A separação “pessoa” *versus* “não-pessoa” é influenciada pela leitura de Benveniste (1991), mas estas duas categorias podem ser compreendidas como “uma personagem”, que tem enfoque na cena descrita.

enunciação. Outra contribuição deste conceito é que ele reconhece “eu” e “tu” como sendo categorias lingüísticas, e não seres ontológicos.

Entretanto, um primeiro ponto de deslocamento que apresentaremos é incluir, na personalidade, a terceira pessoa. Isto se deve ao fato de que se pode analisar a participação de um “ele” ou de um “ela” no evento descrito. Assim, o que entendemos por personalidade aqui abrange também a terceira pessoa. Outro ponto de deslocamento se deve ao fato de que nem sempre “eu” e “você” se referem exatamente ao locutor ou ao interlocutor, estas formas podem atuar como dispositivos de “dispersão do sujeito” na enunciação (GUIMARÃES, 1989)<sup>21</sup>. Neste caso, não se tem mais uma margem definida entre “eu” e “você” como locutor e alocutário.

A partir desta observação, poderemos propor, dentro do conceito de personalidade, um contínuo no qual visualizaremos ocorrências com graus mais baixos e mais altos de personalidade. Entretanto, os critérios que nos conduzirão a esta gradação estão vinculados não somente à participação de uma personagem na cena descrita pelo enunciado, mas também à amplitude do campo de referência do lugar de sujeito e ao estado do verbo (se finito ou infinito). Vejamos a seguir algumas sentenças:



<sup>21</sup> Este conceito permeará várias seções deste trabalho e será explicado, de modo mais detalhado, na seção “3.1.4 Infinitivo”, na qual retomaremos também o conceito de anterioridade.

Dentre as sentenças em análise, consideramos que (1), (2) e (3) ocupam, igualmente, o mais alto grau de pessoalidade, pois indicam a participação das personagens no evento descrito, delimitando a referência do lugar de sujeito. Assim, em (1), dá-se ênfase à participação de uma personagem na cena descrita, e o campo de referência do lugar de sujeito é designado por um SN determinado: “O Paulinho”. Por sua vez, em (2), dá-se ênfase à participação do locutor, e sua referência é pontuada na instância discursiva que profere “eu”. Por fim, em (3), temos um caso de elipse. Sendo assim, o lugar de sujeito do verbo “quebrar” se constitui a partir de uma categoria vazia, cuja referência é retomada na oração anterior, por anáfora. Trata-se, portanto, de um infinitivo flexionado, em um morfema zero, indicador de terceira pessoa. Neste caso também, a pessoalidade instala-se, e a ancoragem do lugar de sujeito tem um campo de referência específico designado “O Paulinho”. Por isso, no que se refere ao critério da pessoalidade, estas sentenças se situam, igualmente, em um grau alto.

Quanto às sentenças (4a) e (4b), a pessoalidade se instala, devido à participação de um “você”, em (4a), e de um “eu”, em (4b), mas a referência destas categorias é dispersa. Estes casos exemplificam diferentes modos de representação do sujeito na enunciação nos quais, ao mesmo tempo em que o sujeito se insere na cena descrita, ele se distancia. Dessa forma, o emprego de “eu” e de “você” não nos assegura uma participação efetiva do locutor ou do interlocutor, nestes casos. Por esta razão, consideramos que (4a) e (4b) possuem um grau de pessoalidade inferior ao grau de pessoalidade apresentado por (1), (2) e (3).

Em um grau de pessoalidade inferior a (4), situa-se (5). Nesta sentença, a pessoalidade se instala, mas apenas como projeção de uma identidade: “alguém quebrou a caixinha de música”. Sendo assim, a referência do lugar de sujeito não é pontual ou específica. Dessa forma, não é possível a identificação do campo de ancoragem deste lugar. Assim, evidencia-se a participação de uma personagem na cena, mas não se identifica sua identidade. Por isso, trata-se de um grau mais baixo em uma escala de pessoalidade.

Ainda em descendência, (6) também é constituído por pessoalidade, porque se evidencia a participação de uma personagem. Entretanto, a referência do lugar de sujeito é ampla, devido à ocupação por “quem”, sujeito perfil, que marca uma enunciação generalizadora. É por isto que (6) está abaixo de (5). Em (5), não se define a identidade, mas a ancoragem do lugar de sujeito não tem caráter genérico. Diferentemente, em (6), define-se um perfil no qual todo aquele que se insere na proposição formulada se encaixa

no domínio postulado pela sentença. Sendo assim, devido à genericidade na ancoragem do lugar de sujeito, (6) ocupa um grau mais baixo de pessoalidade que (5).

Por sua vez, (7) apresenta pessoalidade, porque, se o verbo tem uma marca morfológica de pessoa, sua relação com o lugar de sujeito já está marcada. Portanto, há uma força, a anterioridade, que leva à busca pela referência do lugar de sujeito. Porém, neste caso, não se enfatiza a participação de uma personagem, justamente para que se produza mais um efeito de constatação que de pessoalidade. Entretanto, esta pessoalidade existe, tendo em vista que “uma confusão” é um SN candidato a ocupar o lugar de sujeito, demarcando, portanto, sua ancoragem referencial e seu traço de pessoalidade. No caso de inversão “Uma confusão houve, porque a Clarice ficou furiosa”, em que se tem uma topicalização, esta pessoalidade apresenta-se mais evidente.

Neste ponto, é importante ressaltar que a palavra “pessoalidade” não é entendida, neste trabalho, como traço humano, em oposição ao traço não-humano, nem como traço animado, em oposição ao menos animado. Por isso, SNs como “uma confusão” podem engatilhar a pessoalidade. A diferença na gradação de (1) e de (7), por exemplo, consiste no fato de que, em (1), temos, como efeito de sentido, uma ênfase muito maior à pessoalidade que em (7).

Quanto às sentenças de (8), a pessoalidade se instala, semanticamente, porque se identifica a personagem das cenas referentes ao verbo “quebrar”. Entretanto, a organização sintática das orações subordinadas “em **quebrar** a caixinha de música da Clarice”, “de **quebrar** as coisas” e “de **quebrar** a caixinha de música” não permite a inserção de um pronome, adjacente ao verbo, para retomar o SN “O Paulinho”. Sendo assim, não se pode interpretar uma categoria vazia constituindo o lugar de sujeito nestas orações. Estes verbos estão em estado infinito, não apresentando articulação com o lugar de sujeito. Por isso, dizemos que a pessoalidade se instala semanticamente, mas sua instalação sintática é impedida pela configuração orgânica da sentença.

Finalmente, (9) não tem pessoalidade nem de ordem semântica nem de ordem sintática. Do ponto de vista semântico, a oração subordinada “quebrar as coisas” funciona como uma tese, uma afirmação geral que dispensa a participação de personagens. Assim, o verbo “quebrar” se insere em uma oração que atua como uma nominalização. Por isso, esta oração permite uma paráfrase de (9) como a que se segue: “O ato de quebrar as coisas não é um bom hábito”. Por sua vez, do ponto de vista sintático, “quebrar” apresenta-se em seu estado infinito. Logo, não há projeção do lugar de sujeito porque o verbo não foi acionado.

Sendo assim, tanto do ponto de vista sintático quanto do ponto de vista semântico, não há pessoalidade nesta sentença.

Em um balanço, entendemos pessoalidade como a participação de uma personagem na cena descrita pelo texto. Entretanto, para a auferição dos graus de pessoalidade, precisamos avaliar não só a participação de uma personagem, mas também a amplitude do campo referencial do lugar de sujeito e a projeção deste lugar<sup>22</sup>. Campos mais amplos de referência, como aqueles caracterizados pelo sujeito perfil, levam-nos a uma descendência na escala, enquanto campos mais específicos nos levam a uma ascendência.

Por sua vez, quando não há projeção do lugar de sujeito na oração, podemos nos deparar com duas situações. Uma delas é constitutiva de (8). Nestas sentenças, embora se identifique a personagem que participa da cena descrita, a estrutura da subordinada não permite a compreensão do verbo como sendo infinitivo com flexão. Portanto, a pessoalidade é barrada do ponto de vista sintático, mas ainda se constitui do ponto de vista semântico. Outra situação é aquela que se reflete em (9). Esta ocorrência situa-se no extremo inferior da escala, porque o verbo encontra-se em seu estado infinito e porque a oração subordinada atua como uma nominalização. Nesta oração, enfatiza-se uma tese e, portanto, dispensa-se a participação de personagens.

Sendo assim, o conceito de pessoalidade apresenta alguns deslocamentos no conceito de “pessoa” conforme propõe Benveniste (2001), mas este não deixa de apresentar contribuições para aquele.

#### **2.1.2.1.1.2 Anterioridade de predicação e sua relação com o conceito de pessoalidade**

Em retomada a Dias (2007a, p.1), anterioridade é “o ponto de partida na enunciação para arrebatado o verbo da sua condição de infinitivo”, é ela, portanto, que projeta o lugar de sujeito. Este conceito pode ser visto como uma das dimensões do conceito de pessoalidade, porque não há anterioridade sem pessoalidade.

Assim, de (1) a (7), casos em que, tanto do ponto de vista semântico, quanto do ponto de vista sintático, há pessoalidade, há também anterioridade. A anterioridade, nestes casos, é revelada porque o verbo está flexionado, manifestando então a presença do sujeito

---

<sup>22</sup> É importante ressaltar que, sendo dependente destes critérios, a ordem de gradação das ocorrências presentes na escala proposta talvez demande uma análise mais exaustiva. Entretanto, a escala delineada é pertinente para os propósitos deste trabalho na medida em que faz com que a pessoalidade seja vista a partir de um gradiente. Além disso, este contínuo é uma das características que nos permitem distingui-la dos conceitos de anterioridade e morfema pessoal.

na sentença. Assim, mesmo em (3), onde o morfema gramatical indicando terceira pessoa não está aparente, a anterioridade instala-se, dado que o lugar de sujeito tem ancoragem referencial em “O Paulinho”. Nesse sentido, “O Paulinho”, um indicativo de pessoalidade, é o que permite decidirmos pela análise de “quebrar”, em (3), como infinitivo com flexão, mesmo que esta seja a mesma forma do infinito sem flexão.

Em vista disso, podemos considerar que a anterioridade é um mecanismo que se constitui dentro da noção de pessoalidade, porque todas as ocorrências com anterioridade são também ocorrências com pessoalidade (seja em graus mais altos, seja em graus mais baixos). Entretanto, o inverso não é válido: não podemos conceber a pessoalidade como um dispositivo dentro da anterioridade, pois pode haver casos de pessoalidade, sem anterioridade, conforme revelam os exemplos de (8). Em “(8a) O Paulinho falou em **quebrar** a caixinha de música da Clarice”, por exemplo, instaura-se uma pessoalidade na interpretação de “quebrar”, que é, “O Paulinho”. No entanto, não há anterioridade. Conforme explicamos, o verbo está no infinitivo sem flexão, porque a configuração sintática da subordinada não permite a presença de um pronome adjacente a ele.

Em síntese, a anterioridade força imediatamente a busca pela pessoalidade, mas a pessoalidade pode se instaurar no enunciado, sem a constituição da anterioridade.

### **2.1.2.1.1.1.3 Morfema pessoal e sua relação com os conceitos de pessoalidade e de anterioridade**

O morfema pessoal é a manifestação da articulação entre lugar de sujeito e verbo. Logo, estando o verbo em seu estado finito, temos a prova de que a sentença onde ele se insere é constituída pelo lugar de sujeito. Por sua vez, se há o lugar de sujeito, manifesta-se a anterioridade de predicação, já que ela é responsável por projetar este lugar. Quanto à relação do conceito de morfema pessoal com o de pessoalidade, não é necessário que o verbo esteja em seu estado finito para haver pessoalidade, conforme ocorreu em (8). Entretanto, toda vez que o verbo estiver flexionado, será possível recuperar a participação de personagens no evento descrito, nem que seja em grau mínimo, como ocorreu em (7).

Todavia, nota-se que o morfema número pessoal nem sempre está configurado materialmente como desinência verbal, ele pode estar em sua forma zero. Neste caso, é a textualidade ou a enunciação que nos informará o campo de ancoragem referencial do lugar de sujeito. Em (3), por exemplo, a forma verbal “quebrar”, por si só, não nos permite caracterizar este verbo como infinitivo flexionado. Contudo, a textualidade nos oferece

elementos para dizer que o lugar de sujeito, nesta oração, é atualizado por uma categoria vazia que tem ancoragem referencial anafórica em “O Paulinho” da oração anterior.

Por sua vez, em (10):

(10) “Hum, hum ... quebrando as coisas!”,

o verbo acionado no gerúndio não nos permite identificar o campo de ancoragem do lugar de sujeito. No entanto, esta sentença está situada no funcionamento lingüístico de uma enunciação. Sendo assim, podemos imaginar uma cena na qual o locutor, que se coloca no papel de pai, direciona o enunciado ao alocutário designado “Paulinho”. Logo, identifica-se a ancoragem do lugar de sujeito: segunda pessoa do singular. Para darmos maior visibilidade a esta ancoragem, poderíamos inserir nesta sentença um vocativo, como em “Hum, hum ... quebrando as coisas, Paulinho!”, ou um pronome, como em “Hum, hum ... você quebrando as coisas enquanto eu estava fora...merece um castigo”. Contudo, o presente do acontecimento, em que (10) foi proferida, já é suficiente para demarcarmos a ancoragem do lugar de sujeito.

Assim, o morfema pessoal se relaciona com o conceito de anterioridade na medida em que ele manifesta a relação entre lugar de sujeito e verbo. Portanto, ele indica que o lugar de sujeito está projetado na sentença. Por sua vez, ele se relaciona com o conceito de pessoalidade na medida em que a instalação de um morfema número pessoal força imediatamente a busca da participação de personagens no evento.

#### **2.1.2.1.1.4 Um contraste entre a concepção tradicional de pessoalidade e a veiculada neste trabalho**

Em geral, as gramáticas tradicionais consideram impessoais verbos que “empregam-se sem sujeito” (LIMA, 1994, p. 401). Assim,

São orações sem sujeito – entre outras – as que denotam fenômenos da natureza (*chove, trovejou ontem, anoitece tarde durante o verão*) e as que têm os verbos *haver, fazer, ser*, empregados impessoalmente em construções como as seguintes:

Há grandes poetas no Brasil.

Fazia muito frio naquele mês (...) (LIMA, 1994, p. 236).

A partir de afirmações como esta, podemos observar que não se tem claro, para gramáticas tradicionais, a diferença entre os conceitos de pessoalidade, anterioridade e morfema pessoal, conforme delineamos acima. A seguir, apresentaremos os pontos de divergências entre posições como esta citada e posições como aquela adotada neste trabalho.

De acordo com esta definição, oração impessoais são aquelas que não têm sujeito. Em primeira instância, é preciso demarcar que o conceito de sujeito, em nosso trabalho, é bem diverso do conceito adotado por este gramático: “O sujeito é expresso por substantivo, ou equivalente de substantivo” (LIMA, 1994, p. 401). Esta definição é baseada no suporte distributivo (DIAS, 2005) e, portanto, não é pertinente aos nossos propósitos. Baseamo-nos no suporte atributivo para a definição do sujeito como lugar sintático, não como item lexical. Por isso, mesmo não havendo um item lexical, o lugar de sujeito pode se atualizar na sentença. A única condição para esta atualização é que o verbo esteja em estado finito. Assim sendo, se “chove”, “trovejou” e “anoitece” são verbos flexionados, o lugar de sujeito é constitutivo de cada uma destas sentenças. Logo, nossa proposta diverge frontalmente das gramáticas que classificam estas sentenças como orações sem sujeito.

Em segunda instância, de acordo com os exemplos (8), detectamos que, mesmo não havendo lugar de sujeito na sentença, é possível que haja pessoalidade. Então, ser empregado sem sujeito não é condição para que o verbo seja impessoal. Para nossos propósitos, o verbo só será impessoal se não for possível recuperar, nem em grau mínimo, a participação de uma personagem na cena descrita. Isto pode ocorrer somente em sentenças com grau zero de pessoalidade, como (9).

Diferentemente de uma definição resumida e pouco explicativa de impessoalidade como aquela apresentada por Lima (1994), Maciel (1931)<sup>23</sup> levanta algumas reflexões interessantes e mais elaboradas sobre o tema, que divergem, em partes, da direção tomada por Lima (1994). Em tese, a posição de Maciel (1931) é, em si, contraditória. Entretanto, não caracterizamos esta contradição como um traço negativo de seu trabalho, pois ela evidencia o impasse de alguém que, no século XIX, tentava refletir de modo mais consistente sobre o tema.

De acordo com este autor, “Verbo impessoal é aquelle que, apenas empregado na 3ª pessoa do singular, *não tem sujeito conhecido*.” (MACIEL, 1931, p. 389, grifos do autor). Tem-se aí um primeiro ponto de divergência entre a posição de Maciel (1931) e a de Lima (1994). Enquanto Lima (1994) afirma que o verbo impessoal se caracteriza por ser empregado sem sujeito, para Maciel (1931), o verbo impessoal é aquele que não possui sujeito conhecido. Isto significa que, para este autor, o verbo impessoal possui sujeito, que é, no entanto, desconhecido.

---

<sup>23</sup> 1ª edição: 1894

Além disso, o autor relaciona a impessoalidade ao fato de o verbo ser “apenas empregado na 3ª pessoa do singular” (MACIEL, 1931, p. 389). Partindo desta generalização, ele caracteriza ocorrências de concordância com o verbo “haver” anômalas, mas mostra a existência delas e fornece exemplos. Assim, afirma o autor:

Na dialectação brasileira dous são os phenomenos irregulares e anômalos, referentes ao emprego do verbo *haver*:

1.º A pluralidade que o fazem assumir, até mesmo pessoas de certa cultura, tomando erroneamente o objecto por sujeito, ex.: *Haviam* pessoas, *houveram* pessoas, em vez de *havia ... houve* (...). (MACIEL, 1931, p. 389).

Tal procedimento evidencia um reconhecimento do autor quanto à produtividade destas ocorrências, mas, ao mesmo tempo, revela um gesto de normatização, que deprecia tais ocorrências. Portanto, para Maciel (1931), a noção de impessoalidade não está vinculada somente ao fato de o verbo “não ter sujeito conhecido”, mas também à flexão do verbo em terceira pessoa do singular. Este ponto difere de nosso trabalho no sentido em que consideramos “Houve confusão” uma oração pessoal, mesmo que ela tenha como núcleo o verbo “haver” e mesmo que ele esteja na 3ª pessoa do singular. Portanto, o morfema zero de terceira pessoa do singular não é, para nós, critério de definição de uma ocorrência impessoal.

Prossegue o autor, na sua reflexão, afirmando que:

A maior parte dos impessoaes denota phenomenos meteorologicos, sendo o sujeito uma incognita, uma espécie de *x* syntactico, cujo valor *independe* de qualquer theorisação grammatical, ex.: *chove, troveja, amanhece, alvorece, neva, venta, gela, relampeia*.

A adopção de *x*, como sujeito do verbo impessoal, constitue necessidade para a analyse, pois, ao dizermos *chove*, exprimimo-nos com a *indeterminação* do sujeito. (MACIEL, 1931, p. 389, grifos do autor).

Diríamos então que o autor reconhece a existência do que designamos, neste trabalho, uma categoria vazia na constituição do lugar de sujeito. Portanto, o autor reconhece a existência do sujeito, nestas sentenças, e atribui a esta categoria um “*x* sintático”. Estas afirmações demonstram pertinência para com a nossa proposta, dado que, diferentemente de Lima (1994) e em concordância com a direção tomada por Maciel (1931), defendemos que, em sentenças como estas, instala-se o sujeito. É claro, entretanto, que dispomos de um arcabouço teórico bastante diverso para explicar isto, a começar pelo conceito de sujeito como lugar sintático e não como “ser de quem se diz alguma coisa” (MACIEL, 1931, p. 276).

Portanto, apesar deste ponto de contato entre as idéias de Maciel (1931) e nossa proposta, o autor parece contradizer estas afirmações em fragmentos posteriores do texto.

Assim, ele diz que “a defectividade ou falta do sujeito é o *caráter fundamental da impessoalidade*.” (MACIEL, 1931, p. 389, grifos do autor). A partir desta afirmação, não ter sujeito passa a ser condição *sine qua non* para a impessoalidade, sendo que, antes, o autor tinha admitido que ser impessoal era não ter sujeito conhecido.

Outros segmentos mostram esta mudança de direção tomada pelo autor, como o que se segue: “O verbo *haver* é impessoal e por isso não tem sujeito, do mesmo modo que *chove, troveja, faz calor, está fazendo frio* e outras phrases similares e analogas.” (MACIEL, 1931, p. 396). Neste caso, as mesmas frases, que antes eram consideradas como possuindo sujeito desconhecido, passam agora a ser consideradas sem sujeito. No fragmento seguinte, então, o autor explica que a incógnita *x* é uma indicação de que a oração não tem sujeito, e não mais uma indicação de que a oração tem sujeito desconhecido: “o criterio da impessoalidade é estatuido pela falta do sujeito (...) A incognita syntactica *x* significa: - ‘a proposição de que se trata não tem sujeito’ (MACIEL, 1931, p. 396-397). Portanto, com estes fragmentos, podemos dizer que sua proposta está mais próxima daquela adotada por LIMA (1994) que da nossa. Nesse sentido, Maciel (1931), apesar de se pôr a refletir de modo mais detido sobre o assunto, incorre em contradições.

Em recapitulação, na contramão do que, em geral, propõem as gramáticas tradicionais, trabalhamos com uma outra abordagem do conceito de pessoalidade. Nesta abordagem, os conceitos de pessoalidade, anterioridade e morfema pessoal se entrecruzam, em muitos casos, mas nem sempre são dependentes um do outro. Por exemplo, a pessoalidade pode não estar ligada nem à anterioridade, nem ao morfema pessoal, pois ela se instala a partir de índices textuais e enunciativos. Entretanto, havendo anterioridade e, por conseqüência, acionamento do verbo, instala-se também uma “força de busca” pela pessoalidade.

É importante demarcar, então, os pontos de contraste entre estes conceitos. Por um lado, a pessoalidade está mais vinculada à ordem do semântico e aos domínios de referência do lugar de sujeito. Por outro lado, a anterioridade é constituída por uma dimensão simbólica, na medida em que se trata de um mecanismo enunciativo que projeta o lugar de sujeito. Entretanto, ela é também constituída por uma dimensão orgânica, na medida em que a manifestação da articulação entre sujeito e verbo depende da saída do verbo de seu estado infinito.

Além disso, o verbo pode estar no infinitivo sem flexão e, mesmo assim, haver pessoalidade de ordem semântica. Sendo assim, o conceito de pessoalidade não depende do

acionamento do verbo, mas o conceito de anterioridade está estritamente vinculado a ele. Por isso, havendo anterioridade, há pessoalidade.

Para concluirmos, distanciamo-nos das gramáticas tradicionais neste aspecto, pois mesmo uma oração sem sujeito, como aquelas presentes em (8), pode ter pessoalidade identificada. Além disso, sentenças como “Houve confusão” e “Choveu” são também consideradas pessoais, porque o verbo está acionado. Conforme explicamos, este acionamento força a busca pela pessoalidade e explicita a articulação entre sujeito e verbo. Logo, ele torna indubitável a existência do lugar de sujeito na sentença.

#### **2.1.2.1.2 O lugar de objeto**

Objeto direto é um lugar sintático projetado pelo verbo e sedimentado pelos percursos históricos pelos quais passou este verbo em sua história de enunciação. Além disso, propomos que, em geral, os verbos da língua apresentam este potencial de projeção do lugar de objeto. Na seqüência, analisaremos ocorrências com “sair”, “nascer” e “acontecer”, que poderiam por em xeque tal generalização, dado que, *a priori*, estes verbos não teriam exemplares com ocupação do lugar de objeto. Para isso, delinaremos uma distinção entre potencial de projeção do lugar de objeto e modos de se operar com este potencial. Antes, porém, faremos uma revisitação do estudo da relação entre lugar de objeto e modos de enunciação e introduziremos o conceito de condensação do campo de referência dos lugares sintáticos.

##### **2.1.2.1.2.1 Lugar de objeto e modos de enunciação: uma revisitação**

De acordo com Dias (2005), há um problema que transpassa o conceito de objeto, em gramáticas do português: o *problema da completude*. Em boa parte dos casos, esta completude é definida a partir de um caráter deficitário do verbo, que precisa de um elemento para completar seu sentido. Por exemplo, para Lima (1968, p. 333), “O complemento forma com o verbo uma *expressão semântica*, de tal sorte que a sua supressão torna o predicado incompreensível, por omissivo ou incompleto”. Em outros casos, esta completude é definida a partir de um caráter superavitário do verbo, que precisa de um elemento para delimitar sua amplitude de sentido. Por exemplo, para Bechara (1999, p. 414), “Há verbos cujo conteúdo léxico é de grande extensão semântica; de modo que, se desejamos expressar determinada realidade, temos de delimitar essa extensão semântica mediante o auxílio de outros signos léxicos”. Assim, o principal ponto em relação a este problema é a centralidade do verbo na conceituação do objeto.

Diante deste problema, propomos dois deslocamentos nesta abordagem. O primeiro consiste no fato de que a constituição do lugar de objeto não se dá devido à suposta condição superavitária ou deficitária do verbo, mas devido ao percurso enunciativo pelo qual passou este verbo em sua história de ocorrências. O segundo deslocamento consiste no fato de que o efeito de completude do enunciado não está vinculado a uma demanda de sentidos do verbo, mas às condições de ocupação determinadas pelo *modo de enunciação* (DIAS, 2007). O primeiro deslocamento está relacionado ao *suporte atributivo* (DIAS, 2002) do conceito de objeto, concebido como um lugar sintático, que pode ou não ser ocupado. Por sua vez, o segundo deslocamento está relacionado ao *suporte operativo* (DIAS, 2002) no qual se buscam as razões que motivam a ocupação.

Quanto ao suporte atributivo, o verbo “dar”, em (11b), guarda uma memória de ocupação advinda de ocorrências como (11a):

(11a) Maria deu um carro para seu filho.

(11b) Quem dá empresta a Deus.

Por sua vez, quanto ao suporte operativo, o efeito de completude não se configura a partir de uma exigência verbal, mas a partir do modo de enunciação, compreendido como uma injunção do acontecimento sobre o “grau de amplitude dos domínios de referência” (DIAS, 2006, p. 65).

Assim, vislumbramos, pelo menos, dois modos de enunciação (DIAS, 2007) diferentes constituindo as sentenças em (11). (11a) configura-se a partir de um modo de enunciação especificador, tendo em vista que o campo de referência do lugar de objeto é pontuado e delimitado por “um carro”. Este modo de enunciação favorece a ocupação do lugar ou a elipse, como em (11c):

(11c) \_ Eu não acredito que Maria deu um carro para seu filho, se ela está desempregada.

\_ Pode acreditar, ela deu sim!

Por sua vez, (11b) configura-se a partir de um modo de enunciação generalizador, tendo em vista que o campo de referência do lugar de objeto é amplo. Assim, em um domínio discursivo religioso, por exemplo, este campo pode ser composto por referentes, tais como “amor”, “esmola”, “perdão”, “atenção”, “contribuição”, etc. Portanto, mesmo não havendo ocupação, produz-se o efeito de completude dado que o enunciado (11b) é recortado por uma memória de sentidos constituída no acontecimento da enunciação.

Sendo assim, o tipo de atualização do lugar de objeto, em (11a) e em (11c)<sup>24</sup>, exemplifica o que Dias (2006, p. 61) designa *predicação dirigida*, casos em que, em geral, há ocupação. Por sua vez, o tipo de atualização ocorrido em (11b) exemplifica o que Dias (2006, p. 61) designa *predicação centrada*. Neste tipo de predicação, não há ocupação do lugar de objeto justamente para que se possa estender o domínio de referência deste lugar. Este é um dos motivos pelos quais provérbios como (11b) adquirem caráter universal, podendo se configurar em recortes diversos, tais como o da religião, da política e do senso comum.

Assim, vimos que o modo de enunciação especificador favorece a predicação dirigida, enquanto o modo de enunciação generalizador favorece a predicação centrada. Entretanto, o modo de enunciação generalizador pode favorecer também a predicação dirigida. Neste modo de enunciação, porém, a predicação dirigida assume uma peculiaridade: o SN ocupante do lugar de objeto funciona apenas como parâmetro de ancoragem em um amplo domínio de referência.

Vejamos:

(12) Quem planta vento colhe tempestade.

Podemos compreender este enunciado a partir de um recorte de sentidos do senso comum. Neste caso, “vento” pode ser parâmetro de um domínio composto, por exemplo, por “ofensa”, “traição”, “mentira”, etc., enquanto “tempestade” pode ser parâmetro de um domínio composto por “desavença”, “desunião”, “ira”, etc. Assim, concluímos que “vento” e “tempestade”, em (12), não delimitam o campo de referência do lugar de objeto, como “um carro” o faz, em (11a). Por isso, designamos *predicação dirigida pontual* o tipo de ocupação configurado em (11a) e em (11c). Por sua vez, designamos *predicação dirigida paramétrica* o tipo de ocupação configurado em (12).

Em suma, o reconhecimento do problema da completude nos levou a promover dois deslocamentos no conceito de objeto: o primeiro está relacionado ao suporte atributivo segundo o qual o lugar de objeto é projetado pelo verbo não devido a seu sentido, mas devido à memória advinda de seu percurso histórico; o segundo está relacionado ao suporte operativo segundo o qual é o modo de enunciação que determina as condições de ocupação deste lugar. Nesse sentido, o efeito de completude não é algo da instância verbal, mas das injunções do acontecimento.

---

<sup>24</sup> Mesmo não havendo ocupação do lugar de objeto em (11c) “ela deu sim”, este é um caso de predicação dirigida pontual, porque o domínio de referência do lugar de objeto é pontualmente identificado em “um carro”. Neste caso, trata-se de uma simples elipse do SN, recuperável no diálogo. Não se trata, portanto, de predicação centrada, tendo em vista que a predicação está dirigida para o SN “um carro”, e não para o verbo.

### 2.1.2.1.2.2 A condensação da ancoragem referencial dos lugares de sujeito e objeto

Nos exemplos trabalhados anteriormente, observamos sentenças nas quais a ancoragem dos lugares sintáticos se dá em campos de referência distintos, mantendo a autonomia de cada um desses lugares. Por exemplo, em (11a), a ancoragem do lugar de sujeito se dá em um campo de referência designado por “Maria”, e a ancoragem do lugar de objeto se dá em um campo de referência designado por “um carro”. Com verbos deste tipo, mesmo se o lugar de objeto ou o lugar de sujeito não for ocupado, a autonomia destes lugares se mantém. Por exemplo, em “*Quem planta colhe*”, a ancoragem do lugar de sujeito se dá em um campo de referência designado por “quem”, enquanto a ancoragem do lugar de objeto se dá em um campo amplo de referência constituído, por exemplo, por “amor”, “esmola”, “perdão”, “atenção”, “contribuição”, etc., conforme comentamos.

Diferentemente, há verbos que são capazes de condensar a ancoragem dos lugares de sujeito e objeto em um único campo de referência. É o caso de “ter”, “haver”, “chegar”, “nascer”, “entrar”, “existir”, “ocorrer”, “acontecer”, “faltar”, “sobrar”, “sumir”, “aparecer”, “acabar”, “caber”, “surgir”, etc.

A idéia de condensação se fundamenta a partir de dois pressupostos: o primeiro é que, em geral, os verbos da língua projetam o lugar de objeto, e o segundo é que, havendo flexão, há sujeito. Assim, em uma sentença como “Houve festas”, o verbo “haver” projeta o lugar de objeto, e “festas” é candidato a ocupar este lugar. Além disso, o verbo está flexionado, marcando a articulação existente entre sujeito e verbo, por isso, “festas” é candidato a ocupar também o lugar de sujeito. Logo, tanto o lugar de sujeito quanto o lugar de objeto estão ancorados em um único domínio de referência designado por “festas”.

Expostas estas considerações, ressaltamos que os verbos anteriormente listados não podem ser considerados “monoargumentais”. Diferentemente, eles podem ser reconhecidos como verbos que se apresentam como condensativos. Dizemos “que se apresentam como” e não “que são”, pois, dentre estes verbos, há alguns que ora se apresentam como condensativos, ora não. Por exemplo, em “O padre começou a missa”, “O menino chegou a mesa para o canto” e “Pedro tem um livro”, os lugares sintáticos são atualizados separadamente. Portanto, nestas sentenças, eles não se apresentam como condensativos. De modo diverso, em sentenças como “Já começou a missa”, “O menino chegou” e “Tem festa hoje”, estes verbos se apresentam como condensativos. Nestes casos, os lugares de sujeito e objeto perdem sua autonomia, pois ocorre o que designamos *convergência*.

Tendo explicado as injunções do modo de enunciação na ocupação do lugar de objeto e o conceito de condensação da ancoragem dos lugares sintáticos, detalharemos a noção de potencial de projeção e seus modos de operação.

### 2.1.2.1.2.3 O potencial de projeção do lugar de objeto e seus modos de operação

Designamos *potencial de projeção* a formulação segundo a qual os verbos da língua, em geral, projetam o lugar de objeto<sup>25</sup>. Este potencial, por sua vez, pode ser operado de três modos: quando há ocupação do lugar de objeto, quando não há ocupação, e quando há convergência dos lugares de sujeito e objeto. Nos dois primeiros casos, o objeto mantém sua autonomia em relação ao sujeito; diferentemente, no terceiro caso, o objeto perde sua autonomia, pois ele se condensa com o sujeito.

Assim, a hipótese segundo a qual “plantar” é um verbo que projeta o lugar de objeto se torna mais visível diante de sentenças que evidenciam este potencial, por meio da ocupação do lugar. Portanto, mesmo quando não há ocupação, como em:

(13a) Quem planta colhe,

outras sentenças dão evidência deste potencial, como em:

(13b) Maria plantou *hortelã* em seu jardim.

Diremos, então, que o verbo “plantar” atua com dois modos de se operar com o potencial de projeção: *no primeiro modo*, há ocupação do lugar de objeto por um item lexical, esta ocupação configura a predicação dirigida pontual (13b) ou a predicação dirigida paramétrica, conforme exemplificado em (12), repetida aqui:

(12) Quem planta *vento* colhe *tempestade*.

Por sua vez, *no segundo modo*, não há ocupação do lugar, configurando a predicação centrada, conforme exemplificado em (13a).

No entanto, há verbos que, geralmente, não operam com o potencial de projeção dentro dos modos então propostos, como, por exemplo, “sair”, “acontecer” e “nascer”. Em relação ao verbo “sair”, não encontramos, em nossa amostra controlada, exemplares que

---

<sup>25</sup> Não analisamos a atuação de verbos copulativos quanto a este potencial de projeção. Assim, em sentenças como “João era bonito”, tal potencial não se aplica, pois “bonito” é um predicativo. Este item lexical, portanto, não está ocupando um lugar de objeto. Entretanto, talvez não possamos dizer o mesmo em relação a sentenças como “Era (-m) duas horas”. Neste caso, o verbo “ser” parece ter a mesma atuação de “Faz duas horas...” e de “Houve duas horas de debate”. Nestes três exemplos, a alteração na posição e na concordância é possível, sem afetar o fundamento referencial. Além disso, há uma convergência de duas categorias sintáticas em um mesmo domínio. Com os verbos “fazer” e “haver”, podemos afirmar que estas duas categorias concomitantes são sujeito e objeto, mas deveríamos empreender uma investigação bastante minuciosa se pretendêssemos transpor a mesma afirmação para o verbo “ser”. Isto porque estaríamos dizendo que o verbo “ser” também projeta o lugar de objeto, neste tipo de sentenças, o que está bem além dos propósitos deste trabalho.

evidenciem a operação deste verbo com um destes dois primeiros modos, mas encontramos na amostra abrangente. Por sua vez, os verbos “nascer” e “acontecer” não foram encontrados operando com um destes dois modos nem mesmo na amostra abrangente.

Logo, a generalização segundo a qual os verbos projetam o lugar de objeto poderia ser considerada desvantajosa, já que pode haver verbos que não ocorrem com o lugar de objeto atualizado de modo autônomo, isto é, desmembrado do lugar de sujeito na linearidade da sentença. Quanto ao verbo “acontecer”, por exemplo, não encontramos algo como “A empresa aconteceu uma reunião”. Este seria um indício de que nossa hipótese é pouco plausível. Entretanto, vejamos, a seguir, uma consideração que vai de encontro a esta crítica.

Esta consideração está relacionada ao fato que não se pode garantir terminantemente que um verbo não ocorra ou não possa ocorrer com o lugar de objeto atualizado de modo autônomo. Assim, mesmo verbos como aqueles acima mencionados podem nos surpreender quanto à possibilidade de atuar dentro do primeiro modo de operação (ocupação do lugar de objeto em sentenças sem convergência).

Vejamos as seguintes sentenças:

(14) Esse cano sai fumaça<sup>26</sup>.

(15) O vaso nasceu uma samambaia.

(16) Nossa homenagem a quem faz e acontece sem perder a ternura<sup>27</sup>.

O exemplo (14) nos levou a investigar a produtividade deste tipo de ocorrência, pois, neste caso, “sair” está atuando no segundo modo de operação do potencial de projeção. Nesta investigação, encontramos sentenças como as seguintes:

(14a) “Boa noite Gostaria de saber se quando eu gravar um video e reproduzi-lo na camera ela **sai** som ? Obrigado!”<sup>28</sup>.

(14b) “Certa vez coloquei o disco quase que no último volume e o alto-falante de um lado da minha caixa de som **saiu** fumaça, explode! boom!”<sup>29</sup>.

<sup>26</sup> Exemplo de Pontes, citado pelo Prof. Dr. Mário Alberto Perini (PUC-Minas), em palestra ministrada na Faculdade de Letras da UFMG, no dia 04 de outubro de 2006, por ocasião do *Seminário interinstitucional: Aspectos da transitividade no português*. Ao expor uma discussão acerca deste exemplo, o autor não analisou “esse cano” como sendo sujeito, nem “fumaça” como sendo objeto. O SN “esse cano” foi analisado como tópico. Para o autor, o tópico tem uma função sintática, que não é prevista dentro das funções tradicionais.

<sup>27</sup> *Outdoor*, em homenagem ao Dia Internacional das Mulheres, fotografado em 09 de março de 2007, em Itabira (MG).

<sup>28</sup> <[http://produto.arremate.com.br/MLB-64883007-cmera-digital-72-mp-sony-dsc-s700-s-700-ate-6x-pelo-mp-\\_JM](http://produto.arremate.com.br/MLB-64883007-cmera-digital-72-mp-sony-dsc-s700-s-700-ate-6x-pelo-mp-_JM)> Acesso em: 08 jan. 2008.

<sup>29</sup> <[www.soundchaser.com.br/phpBB2/viewtopic.php?p=330625&sid=88d996eb41822a8fb135916288f3cc3a-68k](http://www.soundchaser.com.br/phpBB2/viewtopic.php?p=330625&sid=88d996eb41822a8fb135916288f3cc3a-68k)> Acesso em: 03 set. 2007.

(14c) “esse purificador **sai** agua gelada e natural? se no caso de não sair gelada,vc vende algum que tem esta opção?”<sup>30</sup>.

Por sua vez, não encontramos nem na amostra controlada, nem na amostra abrangente ocorrências como (15). Entretanto, apesar de não termos evidências empíricas em nossos dados, consideramos que esta é uma ocorrência também possível no português. Nesse sentido, o conceito de potencial de projeção é necessário, pois não se pode garantir que um verbo não possa atuar no primeiro modo de operação.

Por fim, (16) nos desperta certa inquietação quanto à atuação do verbo “acontecer”. A análise mais imediata e mais plausível seria afirmar que, nesta sentença, este verbo se apresenta como condensativo, como em “Aconteceram discussões hoje”. Entretanto, será que tal ocorrência não estaria lançando uma possibilidade de autonomia para o lugar de objeto projetado por “acontecer”?

Nessa análise, o verbo não se apresentaria como condensativo, dado que teria um comportamento semelhante ao do verbo “plantar”, em “Quem planta colhe”. Assim, o lugar de sujeito seria ocupado por “Quem”, enquanto o lugar de objeto, projetado por “acontecer”, não seria ocupado. Entretanto, ele teria sua autonomia em relação ao lugar de sujeito, já que estaria ancorado em um campo de referência distinto do campo do sujeito. Como em “Quem planta colhe”, este campo amplo de referência estaria recortado por um dado domínio discursivo. Em (16), este domínio seria caracterizado por um discurso de homenagem ao Dia das Mulheres e seria constituído, por exemplo, por “harmonia”, “amor”, “aconchego”, “trabalho”, etc.

Esta análise parece viável ainda devido ao paralelismo do verbo “acontecer” com o verbo “fazer”, em (16). Estamos entendendo paralelismo aqui como a disposição destes dois verbos de forma linear e imediatamente consecutiva: “quem faz e acontece”. Este paralelismo parece produzir um efeito de transferência na compreensão da primeira oração “quem faz algo” para a compreensão da segunda oração “quem acontece algo”, em um processo de similitude. Assim, pela comparação de “quem faz e acontece” com “Quem planta colhe” e pelo paralelismo de “acontece” com “faz”, (16) não seria uma sentença que, pelo menos, lança a possibilidade de “acontecer” ter o lugar de objeto atualizado de modo autônomo, sem convergência?

Nesta seção, pretendemos mostrar que não se pode garantir que um verbo não tenha seu potencial de projeção operado no *primeiro modo*. Em outras palavras, não se pode

<sup>30</sup><[http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-66140075-purificador-de-agua-naturalis-da-lorenzetti-ate-12x-2349-\\_JM](http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-66140075-purificador-de-agua-naturalis-da-lorenzetti-ate-12x-2349-_JM)> Acesso em: 08 jan. 2008.

garantir que um verbo não ocorra ou não possa ocorrer com o lugar de objeto atualizado de modo autônomo. Conforme vimos, os verbos “sair” e “nascer”, que, na amostra controlada, realizaram-se apenas como condensativos, ocorreram, em (14) e (15), com atualização autônoma do lugar de objeto.

Nesse sentido, a noção *potencial de projeção* surge quando se reconhece o problema da completude que, em geral, permeia as gramáticas, na definição de objeto direto. Assim, esta noção rompe com as categorias “transitivo” e “intransitivo”, pois se considera que todos os verbos projetam o lugar de objeto. Trata-se, portanto, de uma generalização capaz de abarcar contingências que, mesmo não sendo evidenciáveis em uma determinada amostra, não podem ser negligenciadas.

#### **2.1.2.1.2.4 A relação entre a configuração sintática do verbo e seu significado**

Em abordagens tradicionais, a “transitividade” de um verbo pode variar segundo o “contexto” no qual ele se realiza. Por sua vez, em outras abordagens, a “transitividade” pode variar de acordo com alterações em nuances de sentido do verbo. O primeiro caso pode ser representado pela gramática de Cunha & Cintra (2001), enquanto o segundo pode ser representado pelos dicionários Ferreira (1999) e Borba (1991).

A seguir, mostraremos como tais concepções se manifestam nos trabalhos destes autores e como nosso trabalho toma uma direção diferente delas. Para nós, a ocupação/não ocupação do lugar de objeto não pode ser direcionada a uma questão de ordem “contextual”, pois está intimamente relacionada ao modo de enunciação, que determina as condições de ocupação. Além disso, a configuração sintática de um verbo não é alterada, se houver modificação em apenas alguma nuance de sentido.

Para Cunha & Cintra (2001, p. 136), verbos transitivos são aqueles que “exigem certos termos para completar-lhes o significado”, enquanto verbos intransitivos são aqueles cuja “ação está integralmente contida nas formas verbais” (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 136). Por isso, não precisam de um complemento. Por sua vez, objeto direto “é o complemento de um verbo transitivo direto” (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 140). Pelo que se propõe a partir destas definições, existe uma classe de verbos transitivos e outra de verbos intransitivos. Na primeira, espera-se que os verbos exijam objeto direto<sup>31</sup>; na segunda, espera-se que os verbos recusem objeto direto<sup>32</sup>.

<sup>31</sup> “Objeto direto” é compreendido aqui dentro do suporte distributivo, como item lexical.

<sup>32</sup> Perini (1995) afirma que estas duas classes de verbos, previstas pela classificação tradicional, contemplam apenas uma pequena parcela dos verbos da língua portuguesa. Nas palavras do autor, “É necessário

Entretanto, ocorrências como “Por que sonhas, ó jovem poeta?” (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 138) e “Sonhei um sonho guinholesco.” (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 138) revelam que um mesmo verbo é intransitivo, em uma oração, e transitivo, em outra. Qual a solução encontrada para este problema? Relacionar a transitividade à frase onde ocorre o verbo. Segundo os autores, “A análise da transitividade verbal é feita de acordo com o texto e não isoladamente. O mesmo verbo pode estar empregado ora intransitivamente, ora transitivamente” (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 138).

Esta solução é, a nosso ver, apenas paliativa, pois o problema está na própria classificação: verbos transitivos e intransitivos. Por isso, concordamos com Perini (1995), quando afirma que:

Procurando fugir ao problema, alguns autores sugerem que a transitividade não seria propriedade dos verbos, mas antes dos próprios contextos, ou de verbos em determinados contextos. Mas isso tem como consequência o esvaziamento da noção de transitividade, que se torna supérflua (...)

Digamos que, em vez de definir o verbo *comer* como transitivo ou intransitivo, disséssemos que ele é transitivo (ou “usado transitivamente”) em (6) [Meu gato já comeu todo mingau] e intransitivo (ou “usado intransitivamente”) em (7) [Meu gato já comeu] (...) As categorias transitivo e intransitivo já não se poderiam aplicar ao verbo *comer* tal como se apresenta (...) fora de contexto. *Comer* seria transitivo quando ocorresse com objeto direto, e intransitivo quando ocorresse sem objeto direto.

Mas isso viola a definição de transitividade: com efeito, segundo a definição, um verbo é transitivo não quando ocorre com OD, mas quando **exige** a presença de um OD – ou seja, quando **sempre** aparece com OD (...) Temos de concluir que tentar definir transitividade em termos de contextos específicos não cura os males da concepção tradicional. (PERINI, 1995, p. 162-163, grifos nossos).

Sendo assim, ao relacionar a transitividade ao contexto, Cunha & Cintra (2001) simplesmente invalidam tal conceito, pois ele deixa de pertencer a uma ordem geral de classificação para pertencer a uma ordem contextual. Esta solução não resolve, portanto, o problema, qual seja, a oposição transitivo e intransitivo não é capaz de explicar a configuração sintática dos verbos de modo generalizado e abstraído da especificidade de cada enunciado.

Assim, conforme explicamos na seção “2.1.2.1.2.3 O potencial de projeção do lugar de objeto e seus modos de operação”, não podemos negligenciar ocorrências de um verbo que *a priori* é considerado intransitivo, mas evidencia ocorrências com ocupação do lugar de objeto de modo autônomo, e.g., “sair”, em “Esse cano sai fumaça”. Do mesmo modo, não podemos negligenciar ocorrências de um verbo que *a priori* é considerado transitivo,

---

reconhecer que as duas noções de “exigência” e “recusa” de complementos não são suficientes para caracterizar todos os tipos de transitividade encontrados na língua.” (PERINI, 1995, p. 164).

mas ocorre sem ocupação do lugar de objeto (Quem planta colhe). Nesse sentido, ao admitirmos que os verbos, em geral, possuem o potencial de projeção do lugar de objeto e que este potencial pode ser operado de modos diferentes, propomos uma explicação mais geral para o fenômeno.

Até aqui, vimos que interpretar a configuração de um verbo somente a partir do “contexto” é uma medida apenas paliativa. Esta medida, em vez de corroborar a classificação tradicional, torna-a inválida. A seguir, veremos que, em vez de se ancorarem no “contexto”, Ferreira (1999) e Borba (1991) confluem no sentido de definir a configuração sintática do verbo a partir do significado que ele apresenta. Assim, para cada nuance de significado, o verbo terá uma configuração diferente.

Ferreira (1999) classifica o verbo “sair” em seis tipos de transitividade segundo o significado que ele apresentar. Assim, ele será:

1. **Transitivo circunstancial**, quando apresentar os sentidos “ir ou passar para fora” (Todos saíram de casa), “afastar-se, partir, largar” (O vapor saiu do Rio pela manhã), “proceder, provir, dimanar” (O calor sai da lareira), etc.;
2. **Transitivo indireto**, quando apresentar os sentidos “Fugir, afastar-se, desviar-se” (Não saia do assunto), “Desembaraçar-se, escapar(-se), livrar-se” (O soldado saiu do perigo com bravura), etc.;
3. **Intransitivo**, quando apresentar os sentidos “retirar-se, afastar-se do lugar onde se encontrava” (Ninguém saiu antes do final), “partir, ir-se” (O trem saiu há dois minutos), “brotar, irromper” (Após muita escavação, a água saiu), etc.;
4. **Predicativo**, quando apresentar os sentidos “vir a ser, tornar-se” (Maria saiu boa professora), “aparecer, surgir” e “transformar-se, transmutar-se”;
5. **Transitivo direto**, quando apresentar os sentidos “passar além de; atravessar, cruzar” (cambaleando como se estivesse bêbedo, saiu a porta);
6. **Pronominal**, quando apresentar os sentidos “escapar-se, livrar-se” (O rapaz saiu-se das dificuldades), “dizer inesperadamente” (Sem mais nem menos, saiu-se com palavras ásperas), “deixar de ser tímido” (Com a vinda para a capital, o rapaz saiu-se), etc.

Por sua vez, em Borba (1991), há uma lista de entradas, com o verbo “sair”, consideravelmente mais extensa que esta. Por isso, faremos um resumo de apenas algumas delas:

I. Indica ação com sujeito **agente**:

1. “Com complemento de origem, apagável, significa: 1.1 *passar do interior para o exterior, ir para fora: Gisa sai do banheiro enrolada na toalha*”;
2. “Com complemento da forma **de** + nome **abstrato**, significa *desviar, fugir: Para não sairmos do tema – Educação Física – vejamos o seguinte problema*”;
3. “Com complemento da forma **com** + nome **animado**, significa *ir em passeio, passear: Não saio mais com você*”.

## II. Indica processo:

1. “Com sujeito **paciente** expresso por nome designativo de veículo, significa *partir, afatar-se: O caminhão sai às três horas*”;
2. “Com sujeito **paciente** expresso por nome indicativo de algo sujeito a **periodicidade**, significa *aparecer, surgir: a lua ia tardando a sair*”;
3. “Com sujeito **paciente** expresso por nome indicativo de algo **contínuo** e, portanto, **não-contável** e com complemento de origem, apagável, significa *fluir, manar, expedir-se: A água sai da torneira e a fumaça, da chaminé (...)* O complemento de origem pode ocupar a posição de sujeito e este, a de complemento: A torneira do tanque não sai mais água”.

## III. Indica estado:

1. “com sujeito **inativo** expresso por nome e (...) Com complemento de origem *ter sua origem em, provir: Eu sai do lixo*”;
2. “Com sujeito **inativo** expresso por nome indicativo de **lugar** e com locativo, significa *ter ligação com, dar: afundaram pela boca da rua que saía na estrada*”;
3. “Com sujeito **inativo** expresso por nome concreto **não-animado** e com complemento de origem, significa (...) *estar em posição mais saliente*”.

Como se vê, tanto para Ferreira (1999), quanto para Borba (1991), a determinação de um “complemento” para o verbo “sair” depende da nuança semântica que ele apresenta. Para Ferreira (1999), se “sair” apresentar a nuança “passar além de”, ele será transitivo direto; mas, se apresentar a nuança “retirar-se”, será intransitivo. Por sua vez, para Borba (1991), se este verbo significar “fluir, manar, expedir-se”, o sujeito poderá ocupar a posição de complemento “A torneira do tanque não sai mais água”; mas, se este verbo tiver sujeito agente e significar “ir para fora”, ele não terá “complemento” direto.

No entanto, para nós, em cada uma das ocorrências acima citadas, o verbo “sair” possui confluências de percursos semânticos. Sendo assim, mesmo que, em cada uma delas, ele apresente nuanças de sentidos diversas, em cada uma delas, ele também guarda um feixe de sentidos comum. Entendemos “feixe semântico” como um “conjunto mínimo

de traços que determinam a significação em uma direção x ou y”<sup>33</sup>. Com o verbo “sair”, este feixe estaria relacionado a um deslocamento de dimensões espaciais ou não, internas para externas. Portanto, mesmo que outros feixes variem, esta não é uma razão plausível para dizer que a configuração sintática de “sair” varia de acordo com o suas nuances de significado.

Nesse sentido, todas estas ocorrências estariam alocadas no grupo B, dado que elas demonstram tanto a possibilidade de se operar com o primeiro modo do potencial de projeção (A torneira do tanque não sai mais água), quanto com o terceiro (Eu saí do lixo). Logo, para nós, modificações em nuances de sentido não são capazes de alterar a configuração sintática do verbo.

No entanto, consideraremos a possibilidade de uma mudança na configuração sintática do verbo, somente quando não houver nenhum feixe semântico confluyente. Por exemplo, o verbo “partir”, em “A mãe partiu o bolo” e em “O filho partiu”, não é o mesmo. Trata-se de verbos apenas homônimos, pois, semanticamente, eles não apresentam feixe de sentido comum: na primeira sentença, “partir” apresenta feixe semântico confluyente no trajeto de “cortar”; por sua vez, na segunda, “partir” apresenta feixe semântico confluyente no trajeto de “retirar-se”. Há, portanto, uma incompatibilidade de trajetos semânticos.

Sintaticamente, eles também são diferentes: na primeira sentença, o verbo se realiza no primeiro modo de se operar com o potencial de projeção; por outro lado, na segunda, o verbo não se realiza neste modo. Segundo análise desenvolvida neste trabalho<sup>34</sup>, vimos que o verbo “partir”, confluyente no trajeto semântico de “retirar-se”, só ocorre no terceiro modo de operação com o potencial. Portanto, estes verbos são apenas homônimos, porque não existe feixe semântico comum entre eles e porque a configuração sintática de cada um deles é diferente.

Outro ponto que merece destaque no estudo do significado do verbo é o ideal de completude que permeia os dicionários. Devemos estar atentos para o fato de que o significado de um verbo é construído no percurso enunciativo de sua história e, além disso, é recortado na ocorrência presente em que o verbo se atualiza. Sendo assim, sentidos são produzidos, repetidos, redefinidos, renovados, recriados e alterados. Logo, mesmo que sejam feitas listas, as mais extensas possíveis, para se determinar os

---

<sup>33</sup> Definição preliminar proposta pelo Prof. Dr. Luiz Francisco Dias, em reunião de orientação, no ano de 2007. Este é um conceito que merece ser desenvolvido, mas que, por enquanto, é suficiente, dado que este não é o escopo de nosso trabalho.

<sup>34</sup> Tratamos deste assunto na seção “3.3 Ocorrências consideradas”.

significados que um verbo pode apresentar, elas, ainda assim, constituem-se apenas como um ideal de completude.

De acordo com Dias & Bezerra (2006), o dicionário “opera sob o efeito da completude e sustenta uma legitimidade do saber sobre a significação” (DIAS & BEZERRA, 2006, p. 33). No entanto, “nenhum instrumento lingüístico (dicionário ou gramática) consegue reunir todo o saber sobre a língua” (DIAS & BEZERRA, 2006, p. 30), pois os sentidos se despontam e se deslizam continuamente no acontecimento, não podendo ser aprisionados em verbetes.

Em suma, vimos que a determinação da configuração sintática do verbo está ancorada, ora no “contexto”, ora no significado apresentado. Tentamos nos desviar destas concepções. Quanto à primeira concepção, defendemos que a ocupação dos lugares sintáticos é influenciada por fatores de ordem enunciativa, tais como os modos de enunciação e o percurso histórico do verbo. Por isso, a sua constituição sintática não pode ser vista apenas a partir do enunciado em que ele atua. Sendo assim, nossa proposta é dispensar a dicotomia “transitivo” *versus* “intransitivo” e pensar em algo mais amplo, que é o potencial de projeção e seus modos de operação. Quanto à segunda concepção, defendemos que diferenças em nuances de significado não são capazes de alterar a configuração sintática do verbo.

## 2.2 UMA TRAJETÓRIA SOBRE O *STATUS* SINTÁTICO DO SN EM DIREÇÃO AO CONCEITO DE CONVERGÊNCIA

A seguir, faremos uma revisão de diferentes abordagens teóricas no sentido de mostrar que a definição do estatuto sintático do SN de sentenças, conhecidas como “existenciais”<sup>35</sup>, não é consensual entre os lingüistas. Partiremos da proposta de Pezatti (1993) para quem este SN é sujeito. Diferentemente, Franchi *et al.* (1998) o consideram como objeto, enquanto que, para Nascimento & Kato (1995), não se trata nem de sujeito,

---

<sup>35</sup> Antes de passar para esta revisão, é necessário mencionar que utilizaremos as nomenclaturas: “verbos inacusativos”, “ergativos”, “monoargumentais” e “construções existenciais” ou “impessoais”, de acordo com o que estiver sendo utilizado por cada autor. No entanto, verbos como “ter”, “haver” e “chegar” não são considerados, em nossa abordagem, nem como impessoais, nem como monoargumentais. Não são impessoais, tendo em vista que a flexão verbal indica a presença do sujeito na sentença. Além disso, não são monoargumentais, tendo a vista não só a presença do lugar de sujeito, mas também a projeção do lugar de objeto. As outras nomenclaturas também não são adequadas para nosso enfoque: em relação a “verbos inacusativos/ergativos”, não nos comprometemos com a questão de atribuição de caso; por sua vez, em relação a “construções existenciais”, veremos que não há uma distinção muito nítida entre sentenças existenciais e não-existenciais, de acordo com os critérios que têm sido propostos.

nem de objeto, mas de um predicativo. Por sua vez, Decat (1981, 1983) defende que este SN sofre uma perda de *status* sintático de sujeito.

### 2.2.1 O SN de “verbos existenciais” definido como sujeito

Nesta seção, veremos como a questão da ordem dos constituintes no português tem sido trabalhada. Para isso, levaremos em conta a proposta de Pezatti (1993) segundo a qual o português não pode ser considerado uma língua de padrão SVO unicamente. Para a autora, há dois padrões predominantes: a ordem SV(O) e a ordem VS. Ainda, a autora defende que verbos de um argumento (V1) se dividem em duas classes quanto ao favorecimento de uma dessas ordens. Tal divisão caracteriza o padrão da ergatividade cindida. Ao considerarmos esta proposta, avaliaremos os critérios adotados para se definir estas duas classes e sugeriremos um outro viés de análise com base no conceito de convergência dos lugares sintáticos.

Segundo análise quantitativa feita por Pezatti (1993), os verbos de dois lugares (V2) ocorreram predominantemente com ordem SVO. Entretanto, os verbos de um lugar (V1) apresentaram duas classes distintas, uma classe em que o argumento estava posposto e outra em que ele estava anteposto. A primeira classe foi definida como sendo a de verbos existenciais (V1e), tais como “*ser, ter, existir, haver e acontecer, ocorrer, aparecer, surgir*, que denotam existência positiva ou emergência de uma entidade, e verbos como *faltar, falhar, pifar*, que indicam existência negativa” (PEZATTI, 1993, p. 161-2). Por sua vez, a segunda classe foi definida como sendo a de verbos não-existenciais (V1~e), tais como “morrer”, em “João morreu” (PEZATTI, 1993, p. 162), “sair”, em “Maria saiu” (PEZATTI, 1993, p. 169) e “entrar”, em “As crianças entraram em casa” (PEZATTI, 1993, p. 170).

Nesse sentido, a autora propõe que os verbos de um argumento (V1) pertencem a dois padrões distintos de atribuição de caso, caracterizando a ergatividade cindida no português. Assim, os argumentos de verbos não-existenciais (V1~e) se encaixam no padrão nominativo, porque o Si (sujeito da oração intransitiva) se alinha a St (sujeito de oração transitiva) e se opõe a O (objeto de oração transitiva). Por sua vez, os argumentos de verbos existenciais (V1e) se encaixam no padrão ergativo, porque Si se alinha a O (objeto de oração transitiva) e se opõe a St (sujeito de oração transitiva).

Este alinhamento se dá, segundo a autora, por razões vinculadas à “matriz de traços preferenciais” (PEZATTI, 1993, p. 163), que determina como será a constituição do

argumento selecionado pelo verbo. A seguir, vejamos a matriz preferencial de cada um dos argumentos selecionados por V2 e por V1:

| <i>Papel sintático</i>       | <i>St</i> | <i>SiPré</i> | <i>SiPós</i> | <i>O</i>  |
|------------------------------|-----------|--------------|--------------|-----------|
| <i>Papel semântico</i>       | Ativo     | Ativo        | inativo      | inativo   |
| <i>Forma de manifestação</i> | -lexical  | +lexical/∅   | +lexical     | +lexical  |
| <i>Definidade</i>            | +definido | +definido    | -definido    | -definido |
| <i>Categoria semântica</i>   | +humano   | +humano      | -humano      | -humano   |
| <i>Categoria semântica</i>   | +animado  | +animado     | -animado     | -animado  |
| <i>Status informacional</i>  | Dado      | Dado         | novo         | novo      |
| <i>Posição</i>               | Pré       | Pré          | Pós          | Pós       |

As categorias ativo e inativo são “hiperpapéis” que abrangem, respectivamente, por um lado, os papéis semânticos de agente, beneficiário e experienciador e, por outro, os papéis semânticos paciente, especificador e neutro (PEZATTI, 1993, p. 167). Por sua vez, a forma de manifestação pode ser “lexical (SN pleno), não-lexical (pronome) ou nulo (elíptico)” (PEZATTI, 1993, p. 164). Além disso, definido “equivale a identificável, e indefinido, a não-identificável” (PEZATTI, 1993, p. 164). Por fim, por um lado, dado é o “conhecimento que o falante assume estar na consciência do destinatário no momento da enunciação” (PEZATTI, 1993, p. 164). Por outro lado, novo é o tipo de “informação que o falante assume que está introduzindo na consciência do ouvinte” (PEZATTI, 1993, p. 164).

A partir da análise desses traços, afirma a autora:

O que caracteriza o objeto (O) e o sujeito do verbo existencial (SiPós) são os traços inativo, lexical, não-definido, não-humano, não-animado e novo. O sujeito de verbo não-existencial (SiPré) e o de verbo transitivo (St), por outro lado, apresentam um conjunto de traços opostos aos dos primeiros (...) O português apresenta, por conseguinte, uma *ergatividade cindida*, já que o argumento de verbos intransitivos se alinha ora a St ora a O, dependendo do tipo de verbo: V1~e ou V1e” (PEZATTI, 1993, p. 168).

Em suma, “O português falado é um sistema de ergatividade cindida, motivada por dois fatores: a natureza semântica do verbo (...) e, conseqüentemente, a natureza do SN que o acompanha” (PEZATTI, 1993, p. 169). Assim,

Há, na verdade, três classes de verbos nocionais no português: verbos de dois lugares, ou seja, verbos com dois argumentos nucleares (V2), que podem ser de ação, processo e estado; verbos de um único argumento nuclear, não existenciais (V1~e), de ação, processo ou estado; e verbos de um único lugar existenciais (V1e), de estado ou processo, que indicam a existência positiva ou negativa de uma entidade.

A seguir, levantaremos algumas questões-problema a partir das proposições de Pezatti (1993). Na primeira questão, abordaremos o caráter móvel das categorias

existenciais e não-existenciais, pois um verbo que, *a priori*, seria não-existencial pode se tornar existencial. Além disso, questionaremos até que ponto a predominância de posposição com verbos existenciais é determinante para uma distinção entre verbos existenciais e não-existenciais, se a anteposição também é uma possibilidade. Por sua vez, em uma segunda questão, avaliaremos se é mesmo vantajoso levar em conta traços do SN, tais como papel semântico (ativo/inativo) e categoria semântica (+animado/-animado). Nesse sentido, veremos que Dutra (1987) apresenta uma possibilidade de se explicar o fenômeno da ergatividade cindida sem focalizar estes traços.

Além dessas questões, observaremos que, apesar de Pezatti (1993) considerar a existência de um alinhamento de Si com O, no caso de V1e, e um alinhamento de Si com St, no caso de V1~e, em momento algum, a autora reconhece a possibilidade de uma concomitância de categorias sintáticas nestas sentenças de V1. Nesse sentido, proporemos uma análise diferente para estes tipos de verbos, levando em conta a tipologia proposta na análise da convergência dos lugares sintáticos.

Quanto à *primeira* questão, acreditamos que há uma circularidade na categorização de V1e e de V1~e, quanto à posição. Primeiramente, afirma-se que os verbos não-existenciais favorecem a anteposição. Assim, o verbo “morrer” é não-existencial, em “João morreu” (PEZATTI, 1993, p. 162), e segue o padrão nominativo, tendo em vista que “João”, Si, alinha-se a St, por estar anteposto. Entretanto, este mesmo verbo se torna existencial quando o SN está posposto, como em: “morreram os dois no mesmo dia” (PEZATTI, 1993, p. 162). Assim sendo, questionamos se, afinal, é o verbo não-existencial que define a posição preferida ou se é a posição que define se o verbo é existencial ou não. A primeira opção parece mais condizente com a seguinte afirmação: “A escolha de V1e obriga a colocação do argumento em posição pós-verbal, acarretando a ordem VS em 94,7% das ocorrências” (PEZATTI, 1993, p. 162).

Entretanto, temos evidências de que não é o tipo de verbo que define a posição, pois um mesmo verbo (*morrer*) pode aceitar posições diferentes. Ora, só porque ele aceitou uma posição diferente da esperada, isto é, só porque o SN foi posposto, vamos afirmar que ele sai da condição de verbo não-existencial e entra na condição de verbo existencial? Assim, esta alteração no estatuto do verbo “morrer” é justificada da seguinte maneira pela autora:

No exemplo (1) [João morreu], o falante escolhe indicar um processo, ou seja, a mudança de estado ocorrida com o referente *João*, e assim estrutura a frase colocando o SN em posição pré-verbal, como sujeito e também como tópico da sentença. Já em (2) [morreram os dois no mesmo dia], ele opta por indicar o fato ocorrido de forma global, numa única unidade informacional. Colocando o SN

em posição pós-verbal, descaracteriza-o, então, como sujeito e tópico da sentença, de modo que a sentença toda é a expressão do estado de coisas. (PEZATTI, 1993, p. 162).

Contudo, perguntamo-nos: conforme a citação, a sentença toda “morreram dois no mesmo dia” é a “expressão do estado de coisas”, mas a sentença toda “João morreu” também não expressa um estado de coisas? Além disso, o fato ocorrido “morreram dois no mesmo dia” está expresso “de forma global, numa única unidade informacional”, mas o fato “João morreu” também não está? Ainda, “João morreu” revela uma “mudança de estado ocorrida com o referente *João*”, mas “morreram dois no mesmo dia” não revela uma mudança de estado ocorrida com o referente “dois”? Justificativas como estas são realmente definidoras para se estabelecer a distinção entre V1e e V1~e? Assim, a diferença entre V1e e V1~e não seria questionável? E, afinal, qual seria realmente a relevância desta distinção para explicar o comportamento de verbos como “morrer”, “sair”, “entrar”, “aparecer”, “existir”, “surgir”, etc.?

Quanto à segunda questão-problema, relacionada ao papel semântico e à categoria semântica do SN, vejamos as seguintes sentenças:

(17a) “As crianças entraram em casa” (PEZATTI, 1993, p. 170).

(17b) “Em casa entra muita revista em quadrinho” (PEZATTI, 1993, p. 170).

(18a) “Maria saiu” (PEZATTI, 1993, p. 169).

(18b) “Sai as brigas em família” (PEZATTI, 1993, p. 169).

Considerando os critérios semânticos relacionados aos traços ativo/inativo, +/- humano e +/- animado, “sendo o nome ativo, ele se posiciona antes do verbo; se afetado ou inativo, depois do verbo.” (PEZATTI, 1993, p. 170). Ainda, sendo o nome -humano ou -animado, ele se posiciona depois do verbo, ao contrário, sendo +humano ou +animado, ele se posiciona antes do verbo. Tal generalização foi possível tendo por base uma análise quantitativa que teve o seguinte resultado: com verbos não-existenciais, 76,8% das ocorrências foi de SN +humano, 76,6% foi de SN +animado e 91,9% dos SNs se posicionavam antes do verbo; diferentemente, com verbos existenciais, 87,9% das ocorrências foi de SN -humano, 86,6% de SN -animado e 94,7% dos SNs se posicionavam depois do verbo. Desse modo, funcionam os pares (17a)/(17b) e (18a)/(18b). Em (17a) e em (18a), o SN é +humano, +animado e está anteposto. Por sua vez, em (17b) e em (18b), o SN é -humano, -animado e está posposto.

Além disso, os números resultantes do trabalho de Pezatti (1993) são evidentemente consideráveis para uma análise que se baseia no *princípio de predominância das*

*ocorrências*. Entretanto, para uma análise que leva em conta o *princípio de ocorrências*, a predominância não é o cargo chefe, mas sim as ocorrências, mesmo que sejam em número reduzido.

Sendo assim, veremos que estes critérios<sup>36</sup> não se aplicam às seguintes sentenças:

(18c) “sai uma moça de casa... vai morar sozinha... porque ela tem um bom ordenado” [n. 200, saix.cnc].

(18d) “em vez de sair uma formiguinha passando assim, não e eram assim quatrocentas formigas pra dentro de casa” [n. 20, saix.cnc].

(18e) “Não tem coisa nenhuma! Deixa de ser mentiroso! Tem mamãe! Quer ver como não tem! Quando eu bati assim saiu uma aranha-caranguejeira, de dentro do da bota dele” [n. 257, saix.cnc].

Em (18c), o SN “uma moça” é ativo, animado, humano e, no entanto, está posposto. Também em (18d) e em (18e), os SNs “uma formiguinha” e “uma aranha caranguejeira” são ativos e animados e, no entanto, também estão pospostos.

Ainda, para Pezatti (1993), a posposição, em (18b), justificar-se-ia não apenas pelos critérios definidos na tabela apresentada anteriormente, como também devido ao fato de que “O verbo *sair*, nesse caso, deixando de indicar movimento, que o caracteriza lexicalmente, passa a denotar surgimento de uma entidade.” (PEZATTI, 1993, 162). Entretanto, para (18c), (18d) e (18e), não se pode afirmar que o verbo “sair” deixou de indicar movimento, como foi afirmado em relação a (18b). Aliás, a nosso ver, mesmo em (18b), permanece o feixe semântico indicando movimento, constitutivo do percurso histórico deste verbo.

Há autores que trabalham com a questão da ergatividade cindida sem atribuir semelhante centralidade a tais critérios. Por exemplo, Dutra (1987) propõe que a ordem das palavras no português do Brasil é regulada por restrições de ordem pragmática. A autora segue a proposta de Du Bois (1985, *apud* DUTRA, 1987) referente à estrutura argumental preferida (EAP). A EAP é uma configuração lingüística constituída de um padrão gramatical que funciona paralelamente a um padrão discursivo.

---

<sup>36</sup>Seguindo esta linha de questionamento, observamos também como, às vezes, é difícil determinar o traço positivo ou negativo de critérios como cinese, volição e agentividade de A, conforme propõem Hopper & Thompson (1980). Por exemplo, em uma ocorrência como “O presente artigo **trabalha** com os conceitos de organização, auto-organização e autopoiese, na perspectiva do conhecimento”, vamos dizer que se trata de ação ou de estado no critério cinese? Como aplicar os critérios volição e agentividade de A a “o presente artigo”?

Assim, a autora destaca duas restrições pertencentes a esta configuração<sup>37</sup>: evitar mais de um argumento nuclear lexical e evitar A<sup>38</sup> novo. A Estrutura Argumental Preferida, então, fornece funções sintáticas específicas para o gerenciamento de informações dadas e novas. Sendo assim, informações novas tendem a ocorrer em O<sup>39</sup> ou em S<sup>40</sup>, enquanto informações dadas tendem a ocorrer em A. Por isso, A tende a favorecer a presença de pronomes e anáforas-zero, que retomam referentes já introduzidos, enquanto O e S tendem a ser lexicalizados por SNs plenos, que introduzem referentes no discurso. Assim, segundo Dutra (1987, p. 178),

Brazilian will treat S and O alike as result of discourse pressures to explicitly code new mentions in their full lexical form (...) In the same way S will be aligned with A in Brazilian as a result of the pressure to mark given/topical arguments in the discourse.

Portanto, Dutra (1987) propõe que o padrão de ergatividade cindida, no português do Brasil, é determinado pelo gerenciamento de informações dadas e novas no discurso. Sendo assim, S se alinha a A, quando S codifica informações dadas. Por outro lado, S se alinha a O, quando S codifica informações novas. Este é um critério também adotado no trabalho de Pezatti (1993), que inclusive menciona Dutra (1987) na bibliografia. Entretanto, o que pretendemos mostrar é que se pode trabalhar, sem prejuízos, com a temática da ordem dos constituintes, não dando enfoque a categorias, tais como agentividade, animacidade e caráter existencial ou não-existencial do verbo.

Nesse sentido, propomos um outro modo de trabalhar o comportamento sintático e semântico desses verbos V1, caracterizados, em nossa abordagem, como condensativos. A partir dessa caracterização, já introduzimos um viés bastante diferente da análise de Pezatti (1993). Ao considerarmos tais verbos como condensativos, estamos afirmando que eles não podem ser considerados monoargumentais, porque o lugar de objeto é projetado e, tendo o verbo marca flexional, o lugar de sujeito também existe na sentença. Além disso, ao contrário de Pezatti (1993), não nos ocupamos com padrões predominantes de ordem dos constituintes, tendo em vista que partimos do princípio de ocorrências e não do princípio de dominância.

---

<sup>37</sup> “According to Du Bois, the preferred argument structure is the result of two strong complementary statistical tendencies. The first is that clauses in general code at most one full noun phrase argument at one time (...) The second (...) is that the one noun phrase argument occurring in these clauses will tend to be either S, the subject of an intransitive, or O, the object of a transitive, and not A, the subject of a transitive.” (DUTRA, 1987, p. 165-168).

<sup>38</sup> A: Sujeito de verbo transitivo.

<sup>39</sup> O: Objeto de verbo transitivo ou bi-transitivo.

<sup>40</sup> S: Sujeito de verbo intransitivo.

Por isso, consideramos que verbos, tais como “sair”, “entrar”, “morrer”, “acontecer”, “aparecer”, “faltar”, dentre outros trabalhados pela autora, favorecem uma grande mobilidade na posição do SN. Esta ampla mobilidade de posição do SN é justamente um dos diferenciais que estes verbos apresentam em relação a verbos como “matar” e “comer”. No entanto, ela não é posta em foco pela autora, que está preocupada em sustentar a existência de duas classes distintas entre estes verbos: aquela em que eles ocorrem predominantemente com posposição (V1e) e aquela em que eles ocorrem predominantemente com anteposição (V1~e).

Além disso, consideramos a necessidade de uma classificação interna desses verbos condensativos, mas a classificação que adotaremos partirá de outros princípios. Por isso, poderemos alocar verbos existenciais e não-existenciais em um mesmo grupo. Por exemplo, o verbo “partir”, considerado não-existencial, em sentenças como “Os empresários partiram de avião”, poderá ser alocado no mesmo grupo em que estão os verbos “acontecer” e “faltar”, considerados existenciais, porque estes três verbos favorecem apenas ocorrências com convergência (grupo A<sup>41</sup>).

Diferentemente, o verbo *morrer*, considerado não-existencial, em “João morreu”, não será alocado no mesmo grupo destes três verbos também considerados não-existenciais. Isto se deve ao fato de que *morrer* apresenta um comportamento diferente: ele favorece tanto ocorrências com convergência (“João morreu”/“morreram duas pessoas”) quanto sem convergência (“João morreu uma morte lenta e agonizante”). Portanto, ele será alocado no grupo B.

Ressaltamos que a classificação proposta é independente do papel semântico (ativo/inativo) ou da categoria semântica (+/-animado e +/-humano). Assim sendo, tanto a sentença “Maria saiu” (PEZATTI, 1993, p. 169), com SN +ativo, +humano e +animado, quanto a sentença “Sai as brigas em família” (PEZATTI, 1993, p. 169), com SN -ativo, -humano e -animado, serão alocadas no grupo verbal B.

Quanto ao estatuto sintático do SN, a noção de convergência parte do princípio segundo o qual não é possível definir decisivamente se o SN é sujeito ou objeto, nestes casos. Esta indefinição se dá, tendo em vista que o SN apresenta mobilidade na posição e que o verbo apresenta possibilidade de variação na concordância, sem alteração do fundamento referencial da sentença. Além disso, o critério semântico segundo o qual a ancoragem dos lugares de sujeito e objeto se dá em um único campo de referência nos

---

<sup>41</sup> Os grupos A e B serão caracterizados e exemplificados na seção “3.3.1 Verbos que favorecem ocorrências com convergência”.

demonstra que há uma concomitância de duas categorias sintáticas em único SN neste tipo de sentença.

Assim, mesmo que Pezatti (1993) tenha considerado que “há uma marcação fluida com tais argumentos. SiPós e O alinham-se opondo-se a St e a SiPré” (PEZATTI, 1993, p. 168, grifos nossos), a autora afirma que “Os verbos intransitivos referem-se a eventos que envolvem um único participante (...) Seu único SN está sempre na função de S, podendo sua natureza semântica variar de agente controlador a não-controlador da ação.” (PEZATTI, 1993, p. 169, grifos nossos). Dessa forma, para a autora, o SN de V1, seja existencial ou não, é sujeito (Si). Considerando, portanto, um único estatuto sintático para este SN, não se permite pensar em uma concomitância de categorias.

Contrariamente, ao trabalharmos com a convergência, estamos reconhecendo que esta “marcação fluida” não se dá apenas no nível semântico. Reforçamos que nossos critérios semânticos não são aqueles adotados por Pezatti (1993). Quando falamos em critérios semânticos, estamos pensando em ancoragem dos lugares sintáticos em um único campo de referência e em insensibilidade do fundamento referencial à alteração na posição e na concordância. Assim, esta “fluidez” não se dá apenas no nível semântico, mas também no nível sintático.

Nesta seção, avaliamos a proposta de Pezatti (1993) para quem há dois padrões distintos na ordem dos constituintes de verbos de um argumento: o padrão dos verbos existenciais no qual o SN é posposto, e o padrão dos verbos não-existenciais no qual o SN é anteposto. Estes dois padrões configuram a ergatividade cindida no português do Brasil. A partir dessa proposta, admitimos que os critérios levados em conta pela autora podem ser dispensáveis se tomarmos um outro viés de análise. Dutra (1983), por exemplo, não atribui centralidade a critérios como ativo/inativo, +/- humano e +/- animado e, no entanto, propõe uma explicação interessante para o fenômeno da ergatividade cindida baseada no estatuto informacional dado/novo do argumento.

Diferentemente de Pezatti (1993) e de Dutra (1987), propomos uma abordagem que não está comprometida com as tendências predominantes de posicionamento do SN com este tipo de verbo. Ao contrário, estamos empenhados nas possibilidades que estes verbos oferecem de mobilidade na posição do SN. Nesse sentido, propomos uma classificação, estabelecendo uma distinção dentre verbos que se apresentam como condensativos (V1, na proposta de Pezatti (1993)). Entretanto, esta classificação não coincide com a diferença entre V1e e V1~e, porque se baseia em critérios diferentes. Algumas das vantagens desta proposta são: 1) ela não se compromete com categorias tais como +/-animado, +/-humano,

ativo/inativo, existencial/não existencial e 2) ela considera a existência de duas categorias sintáticas instaladas em um único SN.

Na seção seguinte, veremos que Franchi *et al.* (1998) abordam o fenômeno de modo diferente de Pezatti (1993): se, para Pezatti (1993), o SN que ocorre com *ter* e *haver* “existenciais” é sujeito, para Franchi *et al.* (1998), é objeto.

### 2.2.3 O SN de “construções existenciais” definido como objeto

Enquanto Pezatti (1993) divide os V1 (verbos de um lugar) em existenciais (“ter”, “existir”, “haver”, “acontecer”, “ocorrer”, “aparecer”, “surgir”, etc.) e não-existenciais (“sair”, “morrer”, “entrar”, etc.), Franchi *et al.* (1998) abrem uma classe diferenciada para os verbos “ter” e “haver” apenas, classe definida como construções existenciais (CE’s). Assim, para os autores, estes verbos não entram na classe dos ergativos (“acontecer”, “aparecer”, “chegar”, “existir”, “faltar”, “ir”, “ocorrer”, “surgir”, “vir”, etc.). A hipótese é aquela segundo a qual o “SN-argumento nas CE’s é sempre argumento interno, um objeto direto do verbo existencial de que recebe o Caso acusativo” (FRANCHI *et al.*, 1998, p. 123).

Antes de explicarmos a proposta de Franchi *et al.* (1998), abriremos um parêntese para mostrar que, mesmo dentro da abordagem gerativa, há autores que defendem a proposta segundo a qual o verbo *haver* está inserido na classe dos inacusativos (ou ergativos). Assim, Franchi *et al.* (1998) vão de encontro, por exemplo, a Miotto *et al.* (2005). Neste trabalho, tais autores tomam, como exemplo principal de inacusativos, o verbo “haver”. Segundo estes autores, “haver” não atribui caso acusativo e, por isso, o argumento deve sofrer um movimento para checar o caso nominativo:

“No caso de o atribuidor ser I finito, o DP se move para Spec IP para receber nominativo e passa a fazer parte de uma cadeia A (...) Ressalte-se que o DP, mesmo sendo complemento, pode ser deslocado para Spec de IP porque um verbo inacusativo não tem argumento externo.” (MIOTTO *et al.*, 2005, p. 201).

Assim, para Miotto *et al.* (2005), na mesma classe de “haver”, estão “existir” e “chegar”. Eles fazem parte de “uma classe de verbos que seleciona argumento interno sem selecionar argumento externo e, portanto, sem atribuir papel  $\theta$  a esta posição” (MIOTTO *et al.*, 2005, p. 148). Por isso, em ocorrências como “Existem dinossauros neste parque” (MIOTTO *et al.*, 2005, p. 147), mesmo havendo concordância, “dinossauros” não pode ser compreendido como argumento externo. Neste caso, afirmam os autores que, “se um DP aparece na posição de sujeito de um verbo desta classe, este DP não é o argumento externo deste verbo. Vemos aqui a necessidade de reforçar a diferença entre ser sujeito da sentença

e ser argumento externo do verbo.” (MIOTO *et al.*, 2005, p. 148, grifos dos autores). Portanto, “dinossauros” é um objeto, isto é, um argumento interno, na estrutura profunda, que se moveu para a posição de sujeito, na estrutura superficial.

Tendo explicado, portanto, que, mesmo dentro de um único viés, o gerativo, por exemplo, há controvérsias quanto à definição do *status* sintático do SN em construções existenciais, retornemos à proposta de Franchi *et al.* (1998). Estes autores defendem a hipótese segundo a qual “ter” e “haver” não são inacusativos e, portanto, são verbos capazes de atribuir caso ao argumento interno. Esta hipótese é defendida a partir das seguintes justificativas:

- 1) As CEs (construções existenciais) com *ter* e *haver* apresentaram 5% de ocorrências com concordância, quantidade irrisória na visão dos autores. Este é, portanto, um argumento contra a identificação deste SN como sujeito, tendo em vista que a concordância, em geral, não se estabelece. Além disso, “exemplos como esses são excepcionais, quando não resultado de superurbanismo na fala pública e em programas de TV.” (FRANCHI *et al.*, 1998, p. 124).
- 2) Dentre as ocorrências analisadas, apenas 0,4% apresentou SN anteposto. Este é mais um argumento contra a identificação do SN como sujeito.
- 3) “as CE’s com *haver* se constroem com um clítico acusativo: (81) Não há grandes montanhas em Portugal, embora **as haja** no norte da Espanha, (82) Cerimônias religiosas, **houve-as** e muito concorridas” (FRANCHI *et al.*, 1998, p. 125).
- 4) Além disso, as construções com *ter* e *haver* aceitam estratégias de indeterminação do sujeito. Esta indeterminação pode ser vista em sentenças como “(90) Me preocupo com o humano se embanando ele sozinho com as coisas que ele cria, sabe? Porque **você tinha** civilizações antigas, mas o que ele criava” (FRANCHI *et al.*, 1998, p. 126) e “(91) Se você pensar em termos de Idade Média, **você tinha** honrarias que eram concedidas porque fulano era duque, outro era bem definido, né?” (FRANCHI *et al.*, 1998, p. 126). A partir disso, propõem os autores:

“falando um tanto metaforicamente, o verbo existencial *ter*, apesar de seu emprego funcional, como um verbo operador “guarda a memória” da estrutura sintática histórica de que deriva: uma posição de sujeito se manifesta (...) Quanto à posição de sujeito, não se pode objetar à postulação, em um determinado quadro teórico, da presença de um expletivo nulo nas CE’s, como parte da representação de uma estrutura sintática subsistente.” (FRANCHI *et al.*, 1998, p. 127).

Quanto aos argumentos 1 e 2, conforme já dissemos, não partimos do princípio de dominância, mas do princípio de ocorrência. Nesse sentido, mesmo que uma análise

quantitativa avalie as 5% das ocorrências com concordância ou as 0,4% das ocorrências com anteposição como um número irrelevante, para nós, elas refletem a possibilidade lingüística e, por isso, não devem ser desconsideradas.

Quanto aos argumentos 3 e 4, não temos compromissos com conceitos tais como atribuição de caso e de papel temático. Entretanto, os autores têm uma proposta interessante, neste ponto, pois reconhecem tanto a projeção de uma posição de sujeito, quanto a projeção de uma posição de objeto para sentenças com *ter* e *haver*. Normalmente, estes verbos são concebidos como tendo uma única posição argumental (monoargumentais). Assim, ao afirmarem que “um verbo operador “guarda a memória” da estrutura sintática histórica de que deriva: uma posição de sujeito se manifesta” (FRANCHI *et al.*, 1998, p. 127) e que “o SN argumento é complemento dos verbos existenciais” (FRANCHI *et al.*, 1998, p. 125), eles estão prevendo, assim como nós, a projeção de duas categorias sintáticas na constituição destes verbos.

É claro, entretanto, que a convergência é uma hipótese impossível para a abordagem gerativa, tendo em vista que as posições na árvore sintática têm contornos nitidamente definidos. Assim, um item pode mudar de posição para checar algum traço, mas uma única posição não poderá abarcar traços de sujeito e de objeto concomitantemente.

Em suma, para Franchi *et al.* (1998, p. 129), “as CE’s do PB não se assemelham às sentenças com verbos ergativos e sujeito posposto (...) elas integram sim a classe de construções que chamamos de impessoais.”. Sendo assim, o SN que ocorre com os verbos “*ter*” e “*haver*”, nas construções existenciais, não é sujeito posposto, conforme afirma, por exemplo, Pezatti (1993), mas objeto.

Na seção seguinte, apresentaremos a proposta de Nascimento & Kato (1995). Estes autores adotam uma abordagem, ainda dentro da teoria gerativa, bastante diferente daquelas apontadas até então.

#### **2.2.4 O SN pós-verbal de “verbos inacusativos” definido como predicativo**

Para Nascimento & Kato (1995), o SN posposto a verbos inacusativos não é nem sujeito, nem objeto, mas predicativo. Eles defendem que, em uma sentença como “There is an actor in the room”, a mini-orção “in the room” é “licenciada por uma propriedade dos predicados nominais [-V], que podem s-selecionar proposições locativas” (NASCIMENTO & KATO, 1995, p. 39). Neste caso, o predicado nominal é *actor*, que, por sua vez, licencia a proposição locativa “in the room” e atribui papel temático a ela.

Além disso,

contrariamente a A e V (categorias [+V]), os Ns que são [-V], mesmo funcionando como núcleo de predicado, não têm uma estrutura temática em sua entrada lexical: “atribuem”, opcionalmente, os papéis temáticos “tema” ou “locativo” (...) (NASCIMENTO & KATO, 1995, p. 38).

Desse modo, “There is an actor in the room” assemelha-se a “The boy is a poet”, pois “os nomes ‘actor’ e ‘poet’ aparecem como núcleos de predicados, atribuindo, segundo nossa análise os papéis temáticos ‘Locativo’ e ‘Tema’, respectivamente” (NASCIMENTO & KATO, 1995, p. 51). Assim sendo, “as entradas lexicais que ocupam os núcleos dos N’s (ou NPs) são elementos predicativos, da mesma natureza dos verbos, adjetivos e preposições” (NASCIMENTO & KATO, 1995, p. 52). Por isso, o SN posposto a verbos inacusativos é considerado um predicativo.

Além disso, segundo os autores, “se adotarmos a hipótese da existência, no português, de um Adverbial Locativo Nulo com as mesmas propriedades de ‘there’ (...) poderemos analisar as construções existenciais dessa língua exatamente como analisamos sua contraparte em Inglês” (NASCIMENTO & KATO, 1995, p. 43).

Nesse sentido, uma sentença como “Tem/Há um homem na porta” (NASCIMENTO & KATO, 1995, p. 43) poderia ser representada da seguinte maneira: “[<sub>IP</sub>Loc.  $\theta_i$  [<sub>VP</sub> ter/haver [<sub>DP</sub> [<sub>DP</sub>  $t_i$ ] ] [<sub>D'</sub> e [<sub>N'</sub> [<sub>QP</sub> um] [<sub>N'</sub>homem [<sub>P'</sub> [<sub>DP</sub>  $t_i$ ] [<sub>P'</sub> na porta]]]]]]]]]]” (NASCIMENTO & KATO, 1995, p. 43). Nesta representação, “postula-se que ‘Loc.  $\theta$ ’ tem as propriedades de ‘There’” (NASCIMENTO & KATO, 1995, p. 44). Sendo assim, “os verbos inacusativos propriamente ditos devem ter um argumento locativo subentendido, correspondente ao sujeito locativo” (NASCIMENTO & KATO, 1995, p. 47).

Em suma, para estes autores, “actor”, em uma sentença como “There is an actor in the room”, é um predicativo porque atribui papel temático locativo a “in the room”. Além disso, nesta sentença, a existência de um argumento locativo “there” leva à interpretação de um sujeito locativo nulo em “Tem/Há um homem na porta”.

Finalizamos esta seção apontando para o fato de que, embora Franchi *et al.* (1993), Miotto *et al.* (2005) e Nascimento & Kato (1995) compartilhem do mesmo arcabouço teórico, cada um deles difere, de algum modo, na definição do estatuto sintático do SN em construções existenciais e/ou inacusativas. Para Franchi *et al.* (1993), o SN das CE’s é objeto e recebe caso acusativo. Por sua vez, para Miotto *et al.* (2005), este SN é um argumento interno, em estrutura profunda, que não recebe caso acusativo. Para receber caso, ele se move para a posição de sujeito, na estrutura superficial. Por fim, Nascimento &

Kato (1995) defendem que o núcleo do SN é um predicativo, capaz de atribuir papel temático.

Na seção seguinte, mostraremos que Decat (1981, 1983) traz uma importante contribuição para a abordagem que tentamos delinear, porque, diferentemente dos autores então mencionados, ela revela um impasse na determinação do *status* sintático do SN.

### 2.2.5 O SN posposto e a perda de *status* sintático de sujeito

Decat (1981) faz uma análise do fenômeno da concordância em sentenças nas quais o SN está posposto a verbos como “acontecer”, “chegar”, “surgir”, “começar”, “ocorrer”, “aparecer”, etc. Para isso, ela parte de gravações de conversas informais entre professores e estudantes universitários e propõe que os “erros” cometidos nas redações escolares (de níveis fundamental, médio e universitário) são um reflexo da língua falada no Brasil.

Sentenças como as que se seguem foram retiradas de redações e de trabalhos submetidos a avaliação:

(19) “aí então **começa** os maiores problemas” (DECAT, 1981, p. 27).

(20) “ficamos às vezes temerosos quando **acontece** esses momentos” (DECAT, 1981, p. 28).

(21) “e é por isso que **surge** as brigas” (DECAT, 1981, p. 28).

(22) “quando **chegou** ao engenho suas primas francesas” (DECAT, 1981, p. 28).

De acordo com Decat (1981, p. 28), houve três tipos de redações: aquelas cujas ocorrências sempre apresentaram concordância com o SN plural; aquelas cujas ocorrências não apresentaram um caso sequer de concordância com o SN plural; e, entre estes extremos, aquelas cujas ocorrências apresentaram oscilação na concordância, conforme mostra o seguinte exemplo:

(23) “Mas já pensou, se só **existisse** escolas particulares (...) mas graças a Deus **existem** as escolas estaduais” (DECAT, 1981, p. 28-9).

Entretanto, apesar de haver estes três tipos de redação, em geral, quando o SN invertido está no plural, a concordância não é feita<sup>42</sup>.

Verificou-se também, na língua falada, o mesmo fenômeno encontrado na língua escrita: a falta de concordância desses verbos com o SN posposto<sup>43</sup>.

(24) “**pintou** as lembranças daquele tempo” (DECAT, 1981, p. 32).

<sup>42</sup> “in the compositions examined, when the inverted NP is marked as to its number (i.e. plural), in general the agreement is not made” (DECAT, 1981, p. 31).

<sup>43</sup> “in spoken language the same phenomenon found in the written language – the lack of agreement of verbs with inverted NPs – is verified.” (DECAT, 1981, p. 32).

(25) “bateu saudades e eu vim” (DECAT , 1981, p. 32).

Tendo em vista a constatação segundo a qual a concordância nem sempre é estabelecida quando o SN está posposto, a autora levanta algumas hipóteses para explicar tal fato. Uma primeira hipótese estaria relacionada ao desconhecimento, por parte dos estudantes, em relação à regra geral de concordância verbal. Hipótese pouco plausível no entendimento da autora, porque, quando comparadas as redações de nível fundamental, médio e universitário, a mesma incidência do fenômeno foi verificada, com as mesmas características<sup>44</sup>. Por sua vez, uma segunda hipótese estaria relacionada à posposição do SN sujeito. Entretanto, esta também é uma justificativa insatisfatória tendo em vista que, mesmo estando o SN posposto, a concordância pode ser estabelecida, conforme mostra o exemplo (23).

Uma terceira hipótese estaria relacionada à explicação, em geral, dada pelos professores segundo a qual sujeito é o agente da ação. Entretanto, a maior parte dos SNs que ocorreram com os verbos mencionados não manifestaram a função semântica de agente. Por conseguinte, o estudante, acostumado a identificar a noção funcional de sujeito com a função semântica de agente, não consegue reconhecer SNs como “o dia do vestibular”, em “chega o dia do vestibular” (DECAT , 1981, p. 34), como sendo sujeito. Por isso, não efetuariam a concordância<sup>45</sup>.

Entretanto, segundo a autora, se houver intenção de se manter a análise desse SN como sujeito, é necessário que o professor explique as outras funções semânticas que ele pode ter, tais como tema, fonte, etc. Na opinião de Decat (1981), tal medida ainda não resolveria a questão da falta de concordância com os sujeitos invertidos, tendo em vista que o agente e outros papéis semânticos cabíveis na função de sujeito podem ser cabíveis também em outras funções sintáticas<sup>46</sup>. Por exemplo, em “A porta foi fechada pelo hóspede”, “hóspede” é o agente, mas não é o sujeito.

---

<sup>44</sup> “when compositions of primary, secondary and college students were compared, the same incidence of the phenomenon was verified, with the same characteristics.” (DECAT , 1981, p. 33).

<sup>45</sup> “The greater part, if not all, of the NPs that occur with verbs mentioned here do not manifest the semantic function of agent. Consequently, the student, accustomed to identifying the *function* of agent cannot recognize can not recognize those NPs used as subjects, and, therefore, would not effect verb agreement.” (DECAT , 1981, p. 35).

<sup>46</sup> “Of it is intended to maintain the analysis of these inverted NPs as being subjects (...) it is necessary that the teacher explain to the student the other semantic functions that a NP subject can take on, for example, THEME, SOURCE, etc. This, however, will not solve, in my opinion, the question of lack of agreement with the inverted subject, since other NPs can occur in other sentences with the function of theme, for example, and even so will still not be considered as subjects. The same is valid for the function of AGENT.” (DECAT, 1981, p. 35).

Uma quarta hipótese, considerada mais satisfatória pela autora, baseia-se na proposta de Perlmutter (1976, *apud* DECAT, 1981) segundo a qual “there is a loss of the *status* of subject on the part of the inverted NP. The lack of agreement in these cases is a strong indication in favor of Perlmutter’s theory.” (DECAT, 1981, p. 35). Dentre as hipóteses, esta última traz uma excelente contribuição para o nosso trabalho, tendo em vista que a autora coloca em xeque o *status* sintático do SN. Então, se, por exemplo, para Pezatti (1993), há um posicionamento decisivo quanto ao *status* sintático do SN posposto: sujeito, diferentemente, para Decat (1981), parece haver uma perda de *status* de sujeito.

Nesse sentido, ao afirmarmos que esta é uma contribuição para nosso trabalho, estamos ressaltando a necessidade de se reavaliar o estatuto deste SN, algo que se percebe no trabalho da autora. Entretanto, não estamos dizendo que concordamos com tal hipótese. Ao contrário, a hipótese segundo a qual há uma perda de *status* de sujeito conduz-nos a pensar que o SN não é sujeito. É por isso que, diante de uma sentença como “Houveram dúvidas na escolha dos candidatos” (DECAT, 1981, p. 36), a autora justifica o estabelecimento de concordância como uma hipercorreção.

Assim, aparecem-nos alguns questionamentos diante da sentença “Houveram dúvidas na escolha dos candidatos”: Será que este SN perde o *status* de sujeito, mesmo havendo concordância? Se o SN ocorrer anteposto “Dúvidas houveram na escolha dos candidatos”, e, portanto, passando a ser tópico, será que ele manteria terminantemente um único *status* sintático, o de sujeito? Ou será que este SN, estando posposto ou não, teria um *status* sintático duplo, sendo sujeito e objeto ao mesmo tempo? Esta última é o eixo do trabalho que estamos desenvolvendo.

Em suma, tendo observado que, com verbos como “acabar”, “sair”, “chegar”, “sobrar” e outros, a concordância com o SN plural e posposto, em geral, não era estabelecida, Decat (1981) avaliou algumas hipóteses que pudessem explicar este fenômeno. Dentre elas, ressaltamos a perda de *status* de sujeito. Esta hipótese é interessante porque reconhece o impasse existente na determinação do *status* sintático deste SN. No entanto, ela ainda não é satisfatória tendo em vista que, em sentenças como “Houveram dúvidas na escolha dos candidatos”, o SN está posposto, não é tópico e, no entanto, a concordância se estabelece. Sendo assim, “dúvidas” não deixa de ser sujeito, tendo em vista que a concordância é uma das formas de manifestação da relação de articulação existente entre o lugar de sujeito e o verbo.

Em outro artigo, Decat (1983)<sup>47</sup> retoma o estudo da concordância verbal com as seguintes sentenças, as quais ela insere no grupo das “impessoalizadas”<sup>48</sup>:

(26a) “Havia muitos manifestantes na praça” (DECAT, 1983, p. 43).

(26b) “Haviam muitos manifestantes na praça” (DECAT, 1983, p. 43).

(27a) “Existe problemas entre os professores” (DECAT, 1983, p. 43).

(27b) “Existem problemas entre os professores” (DECAT, 1983, p. 43).

(28a) “Chegou duas caixas de vinho” (DECAT, 1983, p. 39).

(28b) Chegaram duas caixas de vinho.

(28c) “Duas caixas de vinho chegaram” (DECAT, 1983, p. 39).

A partir destes exemplos, a autora defende que:

1. A concordância verbal (CV) é controlada pelo tópico, isto é, pelo sujeito temático.
2. A concordância verbal é uma regra que pode se aplicar para trás e, nesse caso, o verbo concorda OBRIGATORIAMENTE com o SN que imediatamente o precede, já que se trata de uma sentença constituída de tópico e comentário. Sendo o tópico, portanto, o controlador da concordância verbal, a concordância se estabelece, como em (28c).
3. Em sentenças com SN posposto, isto é, “constituídas só do comentário, a CV se aplicará OPTATIVAMENTE para frente, isto é, com o SN que se pospõe ao verbo” (DECAT, 1983, p. 44). São exemplos disso as sentenças (26a), (26b), (27a), (27b), (28a) e (28b). Este fenômeno acontece, porque estas sentenças não possuem o controlador da concordância verbal, o tópico.

De acordo com a autora, o controlador da CV é o tópico. Então, se uma sentença como “Houveram dúvidas na escolha dos candidatos” não possui tópico, a concordância é optativa. Ao contrário, espera-se que a concordância seja estabelecida “obrigatoriamente” quando a sentença possui o tópico. No entanto, deparamo-nos freqüentemente com ocorrências que apresentam esta condição, mas não estabelecem a concordância, como as que se seguem:

(29) “Daí, eles quando, quando eles **chegô** numa casa, que era feita de doce, tinha uma bruxa malvada. Eles comeram bastante. Depois a bruxa apareceu”<sup>49</sup>.

<sup>47</sup> As considerações feitas aqui sobre Decat (1983) são um resumo do que desenvolvemos em Pereira (2006).

<sup>48</sup> Decat (1983, p. 45) usa o termo “impessoalizadas” para se referir às “sentenças constituídas só do comentário”. Contudo, conforme veremos adiante, o comportamento da variação da concordância não é observado somente quando estas sentenças não possuem tópico, isto é, quando o SN está posposto. Este comportamento é observado também quando o SN está anteposto. Assim sendo, preferimos nomear este tipo de sentenças como ocorrências com convergência. Porém, utilizaremos o nome “impessoalizadas” em paráfrases às idéias da autora.

(30) “E então como sabiam que estava sendo pegado aqueles negro pra vim no Brasil, eles **chegava** de noite, fechavam a porta. E aí vieram e incendiaram, as tribo. Quando eles viram ...”<sup>50</sup>.

(31) “E aí, interessante, é que todo mundo chegava lá, as mulher perguntava o que é que ele fazia, não tinha um servente. Não tinha, trabalhava tudo em escritório. Aí eu ria, rapaz. E aí eles **chegava** – o peão é bicho desgraçado – ele se arrumava todo, se ajeitava, perfumava (...)”<sup>51</sup>.

Ocorrências como estas nos levam a questionar a afirmação segundo a qual o tópico é o controlador da concordância verbal, dado que, mesmo se o SN estiver anteposto, a concordância não é obrigatória, principalmente na modalidade oral do Português.

Outro ponto a ser mencionado em relação ao trabalho de Decat (1983) é que a autora reafirma o impasse existente na caracterização do SN destas sentenças. Assim, a dúvida na caracterização destes SNs fica explícita em afirmações como a que se segue: “teríamos que admitir que o SN que está depois do verbo é um objeto” (DECAT, 1983, p. 36). Ainda, no mesmo parágrafo, a autora afirma: “O fato de o SN ter perdido, com a posposição, o ‘status’ de sujeito, não quer dizer necessariamente que ele passe a ser objeto” (DECAT, 1983, p. 36-7). Além disso, uma outra afirmação como a que se segue: “A concordância do verbo haver – que é dado como impessoal – com o objeto direto é um fenômeno já registrado (...)” (DECAT, 1983, p. 41), se for relacionada a (26b), repetida aqui, “Haviam muitos manifestantes na praça”, mostra que este SN, considerado objeto direto em gramáticas tradicionais, pode apresentar comportamento de sujeito gramatical, tendo em vista o estabelecimento da concordância.

Em suma, o fato de a concordância ser variável também em sentenças com tópico revela que a hipótese segundo a qual tópico é o controlador da concordância também não é satisfatória. Apesar disso, Decat (1981, 1983) mostra-nos o conflito existente na determinação do estatuto sintático do SN nas construções “impessoalizadas”. Este é um passo importante para as reflexões que pretendemos desenvolver, porém, a partir de uma perspectiva enunciativa. Nesta abordagem, tomaremos a direção segundo a qual há uma convergência de sujeito e objeto direto no SN.

<sup>49</sup> <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0602/01.htm>> Acesso em: 28 jun. 2006.

<sup>50</sup> <<http://www.historia.ufr.br/labhoi/pdf/naresp03.pdf>> Acesso em: 29 jun. 2006.

<sup>51</sup> <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a07v2447.pdf>> Acesso em: 29 jun. 2006.

Com essa revisão, mostramos que a definição do estatuto sintático do SN é tema bastante controverso entre os lingüistas, mesmo entre aqueles que compartilham do mesmo viés teórico. Sendo assim, alguns concebem este SN como sujeito, outros como objeto, outros como predicativo, etc. Esta proliferação de categorizações dicotômicas, baseadas em um olhar que se constitui na órbita da seqüencialidade lingüística, não é capaz de dar visibilidade às peculiares que constituem as sentenças com convergência, tais como: possibilidade de variação na concordância verbal e na posição do SN, sem alterar o fundamento referencial da sentença; condensação dos lugares sintáticos em um único campo de referência; concomitância de categorias gramaticais e injunções do simbólico neste fenômeno. É, portanto, reconhecendo estas peculiaridades que nosso trabalho se desloca e se distingue daqueles que foram abordados nesta seção.

### 2.3 A CONVERGÊNCIA: CRITÉRIOS E CONCEITOS SUSTENTADORES

Conforme já introduzimos, a convergência<sup>52</sup> é a ocorrência concomitante das categorias sujeito e objeto direto. Ocorrências com convergência possuem duas características: presença de verbos que se apresentam como condensativos e fundamento referencial insensível à alteração na posição ou na concordância. Adiante, retomaremos o conceito de condensação dos lugares de sujeito e objeto, devido à relevância que ele apresenta para a compreensão da convergência. Além disso, desenvolveremos os conceitos de campo de referência e fundamento referencial, já mencionados neste trabalho, mas ainda não detalhados. Apresentaremos também um contraste entre o conceito de ambigüidade sintática e o conceito de convergência, para que eles não sejam confundidos. Por fim, especificaremos a tipificação dos verbos na convergência. Esta tipificação percorreu várias seções deste trabalho, mas ganhará um perfil mais sistemático a partir do que proporemos adiante.

#### 2.3.1 Verbos que se apresentam como condensativos

No decorrer deste capítulo, vimos que, em sentenças como “Houve uma festa” e “Teve uma festa”, a flexão verbal marca a existência do lugar de sujeito, e o potencial de projeção marca a existência do objeto. Logo, estes dois lugares sintáticos arregimentam a constituição orgânica destas sentenças.

---

<sup>52</sup> Em Pereira (2007a), apresentamos o conceito de convergência e propostas para sua fundamentação. Trata-se, no entanto, de um projeto que sofreu alterações no decorrer desta pesquisa.

Entretanto, verbos como “ter” e “haver” apresentam um comportamento bastante distinto de verbos como “matar”. Em “João matou o gato”, o lugar de sujeito é ancorado em um domínio de referência designado por “João”, enquanto o lugar de objeto é ancorado em um domínio designado por “gato”. Trata-se, portanto, do *primeiro modo de se operar* com o potencial de projeção, dado que o lugar de objeto mantém sua autonomia em relação ao lugar de sujeito.

Diferentemente, em “Houve uma festa”, a ancoragem de sujeito e objeto se dá, em um único campo de referência, designado por “uma festa”. Trata-se, portanto, do *terceiro modo de se operar* com o potencial de projeção. Neste caso, o lugar de objeto perde sua autonomia, devido à sua condensação com o lugar de sujeito. Por isso, verbos capazes de operar com este terceiro modo são aqueles que favorecem ocorrências com convergência.

### 2.3.2 O conceito de fundamento referencial (FR): uma abordagem contrastiva

A noção de fundamento referencial (doravante, FR) nasce da necessidade de reconhecer algo que permanece estável na significação de sentenças, quando há alteração na posição do SN ou na concordância verbal. Assim sendo, vejamos as seguintes sentenças:

(32a) Disritmia veste Henri Castelli.

(32b) Henri Castelli veste Disritmia<sup>53</sup>.

(33a) Confusão houve. Só não sei se houve festa.

(33b) Houve confusão. Só não sei se houve festa.

Diante dessas sentenças, não se pode afirmar simplesmente que a significação é a mesma ou que a significação é diferente entre (32a) e (32b) e entre (33a) e (33b). É preciso distinguir, para efeitos metodológicos, a dimensão estável e a dimensão flexível do referente perante as alterações sofridas na organicidade da sentença.

Nesse sentido, concebemos o referente como sendo constituído de uma dimensão estável, o FR, e de uma dimensão flexível, o sentido ou o significado. Esta é afetada por questões de ordem interlocutiva, aquela não. Por exemplo, (32b) “Henri Castelli veste Disritmia” pode, pertinentemente, ser seguido por “E você?”, pertinência que não ocorre quando este enunciado apresenta a ordem inversa, (32a) “Disritmia veste Henri Castelli”. Isto acontece, porque o enunciado (32a) se desvia dos propósitos comunicativos e dos

<sup>53</sup> <[http://igirl.ig.com.br/materias/332501-333000/332766/332766\\_1.html](http://igirl.ig.com.br/materias/332501-333000/332766/332766_1.html)> Acesso em: 10 nov. 2006.

efeitos de sentido para os quais (32b) foi construído. Entretanto, o FR, por não ser afetado por questões de ordem interlocutiva, permanece o mesmo, em (32a) e em (32b).

Este é também o caso de (33). Por exemplo, em espaço de réplica a uma sentença como “Pelo visto houve festa esta noite, né?”, a opção (33a), com topicalização, destaca mais o SN “confusão” que a opção (33b), sem topicalização. Esta sutileza faz com que (33a) e (33b) produzam efeitos de sentidos diversos. Contudo, apesar desta diferença, há ainda uma dimensão estável na significação destas sentenças, que deve ser considerada. Esta dimensão é o FR, que não varia diante de tais alterações.

Em resumo, nas ocorrências com convergência, o reconhecimento da dimensão estável do referente é extremamente necessário, porque somente estas ocorrências apresentam ampla possibilidade de alteração na concordância e na posição do SN sem afetar o FR. Adiante, apresentaremos um contraponto entre o conceito fundamento referencial e os conceitos conteúdo proposicional e valor de verdade. Em seguida, explicaremos o que estamos entendendo por ampla possibilidade de alteração na concordância e na posição do SN.

### **2.3.2.1 Fundamento referencial *versus* conteúdo proposicional**

Para autores como Searle (1932), a noção de conteúdo proposicional é imanente à sentença. Esta concepção possui duas implicações que são contrárias ao conceito de referente, conforme nos propomos a trabalhar. A primeira implicação é a concepção segundo a qual o significado é uma instância pronta e acabada, que se capta da sentença. A segunda é que tal concepção não reconhece a existência de uma outra dimensão da significação que é flexível e, portanto, afetada por questões de ordem interlocutiva.

De acordo com Guimarães (2005a), o referente, conforme vimos na seção “2.1.1.3.2.2 Referente: o ponto de cruzamento entre discursos”, é constituído por um “cruzamento” (GUIMARÃES, 2005a, p. 74) de dizeres históricos que são recortados no “acontecimento”. Assim, em relação à primeira implicação, o referente não existe a partir da estrutura formal da sentença puramente, conforme propõe Searle (1932, 30-1): “In the deep structure we can often identify (...) those [elements] that correspond to the indicator of propositional content”. Ao contrário, apesar de ser evocado pela dimensão orgânica, o referente é rememorado, atualizado e recortado pelo presente da enunciação. Por isso, sendo uma instância construída no dizer, ele não é algo pronto para ser captado de uma estrutura sentencial subjacente. Nessa perspectiva, podemos assumir a posição segundo a

qual “o sentido não é formal, mas tem uma materialidade, tem historicidade.” (Guimarães, 2005a, p. 68).

Por sua vez, em relação à segunda implicação, as diferenças entre (32a) e (32b) e entre (33a) e (33b) não seriam detectadas com o conceito de conteúdo proposicional, porque a “estrutura profunda” não é capaz de revelar as sutilezas no sentido que cada uma destas ocorrências produz. Por outro lado, com um conceito de referente que leva em conta as suas duas dimensões, uma estável e outra flexível, torna-se possível alcançarmos uma visão mais ampla da significação de tais sentenças.

Sendo assim, lançamos mão do conceito de fundamento referencial, em vez do conceito de conteúdo proposicional, tendo em vista que o primeiro faz parte de uma ampla concepção do referente. Tal concepção aborda o referente como uma instância a se construir no dizer, que é permeado pelo passado e que é configurado na atualidade do acontecimento.

### 2.3.2.2 Fundamento referencial *versus* valor de verdade

De acordo com a observação de Seiler (1975) quanto às sentenças:

(34a) “Seymour a coupé le salami avec un couteau” (SEILER, 1975, p. 168) e

(34b) “Seymour a utilisé un couteau pour couper le salami” (SEILER, 1975, p. 168)<sup>54</sup>,

não é necessário que duas ou mais frases tenham o mesmo sentido para que elas estejam em relação de paráfrase. Basta que elas tenham o mesmo valor de verdade<sup>55</sup>.

A partir de uma afirmação como esta, poderíamos levantar o seguinte questionamento: será que a noção de FR não está próxima da noção de valor de verdade? Enquanto o autor afirma que estas sentenças não têm o mesmo sentido, mas o mesmo valor de verdade, nós afirmaríamos que elas não têm o mesmo sentido, mas o mesmo fundamento referencial. Ora, será que não estaríamos dizendo a mesma coisa, porém, em outras palavras?

Resposta: não. A noção de valor de verdade está vinculada a uma concepção de referência da qual não compartilhamos. Nela, a atribuição de valor a uma sentença se dá, tendo em vista um conjunto de objetos e eventos autônomos. Como vimos, mesmo não havendo necessidade de saber se a sentença é verdadeira ou falsa, é necessário que ela preencha certo número de condições. Por exemplo, é necessário que ela tenha possibilidade

<sup>54</sup> (34a) Seymour cortou o salame com uma faca; (34b) Seymour usou uma faca para cortar o salame.

<sup>55</sup> “Il n’est pas nécessaire que deux ou plusieurs phrases aient le même sens pour qu’elles soient en rapport de paraphrase: il leur suffit d’avoir la même valeur de vérité.” (SEILER, 1975, p. 170-1).

de se referir a alguma pessoa chamada “Seymour”; é necessário que essa pessoa tenha existência em algum mundo possível; além disso, é preciso que ela seja capaz de cortar algo cujo nome é “salame”, etc. Só assim, é possível atribuir valor de verdade para a sentença.

Por outro lado, a noção de fundamento referencial se baseia em uma concepção segundo a qual o referente de uma sentença é constituído interdiscursivamente. Neste ponto, a referência não se ancora em um mundo autônomo extralingüístico. Ao contrário, ela é um objeto intralingüístico constituído na dimensão simbólica da língua.

Em resumo, compreendemos que o referente faz parte da dimensão simbólica da língua, ou seja, do domínio discursivo de significação. O referente, portanto, é um objeto interdiscursivo e “historicamente delimitado no acontecimento enunciativo” (DIAS, 2006, p. 56). A noção de fundamento referencial é, portanto, uma repercussão da abordagem que adotamos para o tema da referência. Por isso, trata-se de uma concepção totalmente desvinculada do conceito de valor de verdade. Ademais, a abordagem que adotamos traz consigo o conceito de campo de referência, que será desenvolvido na seção seguinte.

### **2.3.3 Campo de referência**

Campo de referência é o domínio de ancoragem dos lugares sintáticos. Neste domínio, a demanda de referência dos lugares se satura, e a significação deles se constitui. Para fins mais imediatos, importa ressaltar que, nas ocorrências sem convergência, a ancoragem dos lugares sintáticos de sujeito e objeto se dá em domínios de referência distintos. Por outro lado, em ocorrências com convergência, esta ancoragem se dá, de modo condensado, em um único campo de referência.

Conforme explicamos na seção anterior, este domínio é de ordem discursiva. De acordo com Dias (2005, p. 120), “na medida em que concebemos uma sustentação discursiva para a sentença, podemos projetar um domínio de referência capaz de dar suporte a uma ocupação”. Para ilustrar tal afirmação, veremos, a seguir, um caso no qual o elemento que designa o campo de referência, na convergência, é genérico.

Em “Vozes de burro não chegam ao céu”<sup>56</sup>, “vozes de burro” designa um domínio de referência amplo, que é recortado no acontecimento. Assim, tal sentença pode ser proferida, por exemplo, por alguém que critica a espera incansável dos sem-terra por uma reforma agrária a ser determinada pelo Planalto Central (“céu”). Nesse caso, o SN “vozes

---

<sup>56</sup> Esta sentença foi retirada de uma coletânea de provérbios, organizada pelo Prof. Dr. Luiz Francisco Dias.

de burro” delimita um domínio constituído por “as manifestações dos sem-terra”, “as reivindicações dos sem-terra” ou “a reforma agrária”. Portanto, é neste domínio de referência, designado por “vozes de burro” e delimitado pela enunciação de tal sentença, que se ancoram os lugares de sujeito e objeto.

Nesse sentido, o campo de referência dos lugares sintáticos está na ordem do discurso, da dimensão simbólica da língua. Portanto, o campo de referência não é um conjunto de objetos autônomos a que “vozes de burro” pode indicar, porque a saturação dos lugares sintáticos se dá independentemente de essas palavras se relacionarem a entidades empíricas.

A seguir, veremos como os conceitos anteriormente mencionados se relacionam para a definição dos critérios que permitem identificar a convergência.

### **2.3.4 Mobilidade na posição do SN e oscilação na concordância verbal**

Nesta seção, exploraremos os critérios relacionados à mobilidade na posição do SN e à possibilidade de oscilação na concordância verbal, como características pertencentes ao grupo de sentenças com convergência.

Estas duas características não são exclusivas das ocorrências com convergência, pois podem acontecer também em sentenças sem convergência. Contudo, é necessário ressaltar que, em sentenças com convergência, a possibilidade de alteração na posição e na concordância, sem afetar o FR, é de ordem ampla e irrestrita. Sendo assim, o FR de todas as ocorrências com convergência apresenta esta insensibilidade à alteração na ordem ou na concordância. Diferentemente, nem todas as ocorrências sem convergência apresentam esta insensibilidade. Tal razão nos permite afirmar que, embora estas duas características não sejam peculiares às sentenças com convergência, é somente nas sentenças com convergência que elas são generalizadas.

Vejamos novamente os seguintes exemplos:

(32a) Disritmia veste Henri Castelli.

(32b) Henri Castelli veste Disritmia.

(33a) Confusão houve.

(33b) Houve confusão.

Quanto à mobilidade na posição do SN, podemos observar que, tanto em (32) quanto em (33), o FR permanece o mesmo após a alteração na ordem dos SNs. Entretanto, as sentenças em (32) não são ocorrências com convergência: primeiro, porque o verbo “vestir” não se apresenta como condensativo; segundo, porque a determinação do *status*

sintático dos SNs que as constituem pode ser definida a partir da ordem dos constituintes. Determinação esta que é impossível em (33). Em (33), as sentenças possuem um verbo que se apresenta como condensativo.

Com isto, mesmo que (32) e (33) apresentem FR insensível à alteração na posição, trata-se de sentenças que são configuradas, respectivamente, sem e com convergência. Além disso, com estes exemplos, vimos que esta insensibilidade do FR à alteração na posição do SN não é uma característica exclusiva das ocorrências com convergência.

Entretanto, vejamos as sentenças que se seguem:

(35a) Já mataram cem pessoas neste semestre.

(35b) Cem pessoas já mataram neste semestre.

Estas sentenças não são ocorrências com convergência: primeiro, porque o verbo “matar” não é condensativo, isto é, a referência dos lugares sintáticos de sujeito e objeto se dá em campos distintos de referência; segundo, porque o FR delas é sensível à alteração na posição do SN. Em (35a), o lugar de objeto é ocupado por “cem pessoas”, enquanto o lugar de sujeito, embora não seja ocupado, constitui-se como um espaço de projeção de identidade<sup>57</sup>. Em (35b), diferentemente, este espaço de projeção de identidade se perde porque o domínio de referência do lugar de sujeito passa a ser delimitado pelo SN “cem pessoas”. Enquanto isso, o lugar de objeto passa a ter uma demanda de referência que não se satura, tendo em vista que o campo de referência do lugar de objeto, em (35b), não é recuperável.

Outra justificativa, que também nos leva à conclusão segundo a qual estas sentenças apresentam FR sensível à alteração na posição, pode ser concebida nas paráfrases. Assim sendo, uma paráfrase possível de (35a) pode ser:

(35a’) Estas cem pessoas estão mortas.

Contudo, esta não é uma paráfrase adequada para (35b), que, por sua vez, pode ter uma paráfrase contrária a (35a’):

(35b’) Estas cem pessoas estão vivas e a maioria não foi presa.

Portanto, os exemplos (35) nos mostram que o FR de certas sentenças sem convergência pode ser alterado por uma mudança na posição do SN. Por outro lado, o FR de sentenças com convergência é insensível a este tipo de alteração.

Por sua vez, quanto à oscilação na concordância verbal, vejamos as sentenças a seguir:

---

<sup>57</sup> Conceito detalhado na seção “3.1.1 Tipos de sujeito”.

(36a) Policiais mataram o bandido.

(36b) Os policiais matou o bandido.

(37a) Houve festas.

(37b) Houveram festas.

Tanto em (36), quanto em (37), o FR não foi afetado pela alteração na concordância. Assim sendo, um traço comum entre (36) e (37) é que ambos os pares têm FR insensível à alteração na concordância. Contudo, trata-se de sentenças configuradas, respectivamente, sem e com convergência.

Diferentemente, veremos que as sentenças seguintes, sem convergência, apresentam FR sensível à alteração na concordância:

(38a) Mataram bandidos aqui.

(38b) Matou bandidos aqui.

Em (38a), a referência do lugar de sujeito se constitui a partir de um espaço de projeção de identidade. Enquanto isso, o lugar de objeto é ancorado em um campo de referência específico designado por “bandidos”. Diferentemente, em (38b), produz-se uma demanda de referência do lugar de sujeito que não se satura porque o domínio referencial deste lugar não é recuperável. Há, portanto, uma alteração nos domínios de ancoragem dos lugares sintáticos capaz de causar uma alteração no FR.

Prova disso é que uma paráfrase feita para (38b) pode não ser uma paráfrase adequada para (38a). Por exemplo, podemos parafrasear (38b), pontuando o domínio de referência do lugar de sujeito:

(38b’) A força armada matou bandidos aqui.

Entretanto, a pontuação da referência, em uma paráfrase de (38a), causaria perda da indeterminação referencial do lugar de sujeito. Portanto, esta delimitação desfiguraria a sentença para os propósitos aos quais ela foi produzida. Assim, a paráfrase (38b’) não é adequada a (38a). Logo, as sentenças (38a) e (38b), ocorrências sem convergência, possuem fundamentos referenciais diferentes, isto é, têm FR sensível à alteração na concordância.

Ao final desta seção, esperamos ter esclarecido que a insensibilidade do FR à mobilidade na posição do SN e à oscilação na concordância não é uma característica peculiar de sentenças com convergência. Entretanto, apenas nestes tipos de sentenças, tal fenômeno é amplo e irrestrito.

### 2.3.5 Convergência *versus* ambigüidade sintática<sup>58</sup>

Convergência não se confunde com ambigüidade sintática, pois, na convergência, a duplicidade das categorias é constitutiva. Diferentemente, na ambigüidade, esta duplicidade pode ser desfeita.

Por exemplo, em uma sentença como:

(39) “Estou com vontade de comer chocolate de novo” (CANÇADO, 2005, p. 70), a alteração na posição de “de novo” é suficiente para desfazer a duplicidade. Em “Estou [de novo] com vontade de comer chocolate”, “de novo” exerce escopo sobre o SV “estar com vontade de comer”, não significando, necessariamente, que já se tenha comido chocolate. Por sua vez, em “Estou com vontade de comer [de novo] chocolate”, “de novo” exerce escopo sobre o SN “chocolate”, pressupondo que já se tenha comido chocolate antes. Neste caso, temos uma ambigüidade no escopo de “de novo”, que pode ser desfeita, alterando-se a posição deste constituinte.

Na convergência, diferentemente, não é possível desfazer a concomitância. Uma das justificativas é que nem a posição do SN, nem a concordância verbal são determinantes na caracterização de um *status* único para o SN. Entretanto, aparentemente, sentenças com convergência poderiam ser consideradas um caso de ambigüidade sintática.

Sendo assim, de um lado, teríamos uma ocorrência como “Houve brigas”, em que a oração não teria sujeito<sup>59</sup>, pois o verbo fica invariável (nos moldes tradicionais). Então, “brigas” só poderia ser objeto. De outro lado, teríamos uma ocorrência como “Brigas houveram”, em que “brigas” só poderia ser sujeito, pois está em concordância com o verbo.

Contudo, esta análise enfrenta um problema quando o SN está no singular, como em “Briga houve”. Neste caso, o verbo na 3ª pessoa do singular neutraliza tal diferença, pois a 3ª pessoa do singular marca tanto a concordância com o SN quanto a “impessoalidade”. Devido a esta coincidência, não seria possível distinguir se o SN é sujeito ou objeto.

Outra justificativa que nos conduz a perceber que “Houve brigas” e “Brigas houveram” não são ambíguas sintaticamente é que elas não apresentam sequer ambigüidade semântica. Como exemplificado, (39) tem duas interpretações possíveis, o que não ocorre com estas sentenças.

<sup>58</sup> Esta seção é uma apresentação sucinta do que desenvolvemos sobre o tema em Pereira (2006).

<sup>59</sup> Afirmar que esta oração não tem sujeito ou que é impessoal seria inaceitável para nossos propósitos, pois, se o verbo está flexionado, isto indica que o lugar de sujeito existe.

Em síntese, mostramos a necessidade de reconhecer um conflito constitutivo na identificação de sujeito ou de objeto direto nessas ocorrências. Assim, ao contrário da ambigüidade sintática, que pode ser desfeita, estas sentenças comportam um SN com caráter sintático duplo e indecomponível.

### 2.3.6 O espectro verbal da convergência

Na análise da convergência, tipificamos os verbos a partir do seguinte contínuo: aqueles que favorecem somente ocorrências com convergência (Grupo A); aqueles que favorecem tanto ocorrências com quanto sem convergência (Grupo B); por fim, aqueles que não favorecem ocorrências com convergência (Grupo C).

O grupo A pode ser representado por “ocorrer”. Por exemplo, em “Ocorreram reuniões hoje”, a ancoragem de sujeito e objeto se dá em um único campo de referência designado “reuniões”, e o FR é insensível à alteração na posição (“Reuniões ocorreram hoje”) ou à alteração na concordância (“Ocorreu reuniões hoje”). Além disso, uma sentença como “A empresa ocorreu uma reunião” não seria aceitável com este verbo. Por isso, ele favorece somente ocorrências com convergência. Assim, verbos deste grupo realizam apenas o terceiro modo de operação com o potencial de projeção, pois o lugar de objeto se condensa com o lugar de sujeito.

Por sua vez, o grupo B pode ser representado por “chegar”. Por um lado, este verbo favorece sentenças com convergência, quando se apresenta como condensativo, e.g., “Os meninos chegaram”. Nesta sentença, a ancoragem de sujeito e objeto se dá, em um único campo de referência, designado “os meninos”, e o FR não é sensível à alteração na posição (“Chegaram os meninos”) ou à alteração na concordância (“Chegou os meninos”). Por outro lado, este verbo favorece também sentenças sem convergência quando a atualização dos lugares sintáticos se dá, separadamente, na linearidade da sentença, como em “O menino chegou a mesa para o canto”. Neste caso, a ancoragem dos lugares sintáticos se dá em campos de referência distintos, e o FR é sensível à alteração na posição do SN. Portanto, verbos deste grupo realizam tanto o primeiro quanto o terceiro modo de se operar com o potencial de projeção.

Por fim, o grupo C pode ser representado por verbos como “matar”. Em análise a (35a) e a (35b)<sup>60</sup>, vimos que o fundamento referencial de sentenças com “matar” é sensível a alterações na posição ou na concordância. Além disso, a ancoragem dos lugares

---

<sup>60</sup>(35a) Já mataram cem pessoas neste semestre; (35b) Cem pessoas já mataram neste semestre.

sintáticos se dá em campos de referência distintos. Assim, verbos deste grupo realizam somente os modos de operação que mantêm a autonomia do objeto.

Por hora, esta distinção demarcando os três grupos nos basta. Entretanto, estes estratos do espectro e seu caráter contínuo serão mais bem explorados, com análise de dados, na seção “3.3 Ocorrências consideradas”.

Nesta seção, explicamos critérios e conceitos balizadores da convergência. Na seqüência, partiremos para a análise dos dados.

### 3 NO LIMAR ENTRE O ORGÂNICO E O SIMBÓLICO: EVIDÊNCIAS PARA O FENÔMENO DA CONVERGÊNCIA

#### 3.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

Antes de partirmos para a análise das ocorrências que foram consideradas e para as justificativas que nos conduziram à exclusão de outras, faz-se necessário explicar a tipificação de sujeito da qual partimos. Outro aspecto que conduziu nossa decisão na exclusão ou não inclusão de dados foi o tipo de atuação do verbo: quando presente em locução verbal, o fator decisivo era se ele atuava como principal ou como auxiliar; por sua vez, quando presente em uma forma infinitiva, o fator decisivo era se ele atuava com ou sem flexão. Além disso, mostramos que a convergência não se dá apenas em SNs, mas também em categorias vazias ou em categorias integradas, que serão distinguidas neste capítulo. Portanto, trata-se de aspectos que merecem ser destacados a fim de darmos maior transparência à análise.

##### 3.1.1 Tipos de sujeito

De acordo com Dias (2002), há quatro formas de atualização do lugar de sujeito: base, suporte, projeção e perfil.

###### 3.1.1.1 O sujeito base

O sujeito base se configura quando este lugar sintático é ocupado por um SN ao qual se pode atribuir diferentes graus de definitude. Vejamos:

(1) “O filho baleado (inint.) o rapaz. Depois chamaram, hum, a polícia. Ele pedia pra chamar a, a assistência, mas **a assistência** não chegava nunca, afinal chegou **um carro da polícia**, carregaram o rapaz e eu soube depois que **o tiro** tinha atravessado o intestino” [n.30, chegx.cnc].

Nesta sentença, “a assistência” e “o tiro” são SNs que ocupam o lugar de sujeito e que possuem um grau de definitude maior que “um carro da polícia”. De acordo com Dias (2002, p.55), “esta gradação numa escala de definitude não é paralela aos níveis de especificação do “ser” no mundo (...) Na verdade, a definitude está relacionada à pertinência que objetos de memória contraem na instância de enunciação da sentença.”. Sendo assim, estes SNs não são mais ou menos definidos “quanto à capacidade de apontar para um ser específico no ‘mundo real’” (DIAS, 2002, p.55), mas quanto à capacidade de pontuar ou não a referência do lugar sintático, de acordo a amplitude do domínio de

ancoragem. Assim, “um carro da polícia” contrai pertinência com este texto de um modo menos especificador, enquanto “a assistência” e “o tiro” pontuam a referência do lugar de sujeito, delimitando mais o campo de ancoragem.

Portanto, o sujeito base se constitui por um SN que pode receber graus de definitude diversos, de acordo com a abrangência ou delimitação que eles contraem com o campo de memória.

### 3.1.1.2 O sujeito suporte

Por sua vez, o sujeito suporte “é formado por um dêitico. O dêitico funciona como uma âncora, que se aporta, seja na pessoa constituída como perspectiva da enunciação, seja num campo de orientação temática (texto).” (DIAS, 2002, p.56).

Vejam os:

(2) “Dona L., a senhora poderia descrever a sua casa em Itaipava? #L A minha casa em Itaipava? Olha, **nós** começamos a casa do nada, porque **nós** compramos um terreno, aliás um terreno muito gostoso. Era um terreno de quatro mil e quinhentos metros quadrados. E **fizemos** uma casa na parte mais alta do terreno” [n. 12, começ.cnc].

(3) “L2 não é umidade... umidade é um troço que permanece... agora... frio... **entra** num frigorífico... L1 [ não... sinto uma umidade... L2 **entra** dentro de um frigorífico que você vai ver que é diferente...” [n. 276, entr.cnc].

(4) “L1 não... você não pode fazer educação sem dinheiro... L2 ô L.A. mas eu vejo lá na escola como a coisa acontece... eu tenho uma verba... sempre **existiu**... no entanto... eu tenho... eu sei que eu tenho esse limite... então vou ver o que é prioritário nisso...” [n. 79, existx.cnc].

(5) “o mato que tinha crescido... não posso chamar de matagal porque não era tanto assim... mas enfim... era uma... uma vegetação bem alta... e para surpresa de todo mundo **saiu** de lá de dentro e foi apanhado por... eh... um funcionário do Ministério... capivara... L2 hum... L1 ali... L2 naquela região?” [n. 198, saix.cnc].

(6) “uma vez aconteceu comigo um episódio que eu ... essa daí até eu fiquei com vergonha... foi quando ... uma... uma das vezes que eu fui a Tóquio... acho que foi na segunda vez... em Nova York eu mudei de avião... passei pro avião da Japan Airlines ... **acabou**... não é? D **acabou**...” [10.doc].

Em (2), o lugar de sujeito é ocupado por um dêitico (“nós”), que funciona como um suporte de ancoragem na enunciação. Este domínio de ancoragem é constituído pela figura “eu”, que se coloca como responsável pelo dizer e que inclui ainda outras figuras neste

“nós”. Estas figuras não estão explícitas, mas são possíveis de ser recuperadas como sendo, provavelmente, a personagem que se representa no papel de marido do locutor (designado “Dona L”) ou qualquer outra personagem que se representa como membro de sua família, por exemplo. Neste caso, a ancoragem dêitica se dá no espaço da enunciação e, por isso, depende da especificidade temporal instalada no momento presente em que esta sentença foi proferida. Ainda em (2), mesmo que a oração “E **fizemos** uma casa na parte mais alta do terreno” não tenha o lugar de sujeito ocupado por um dêitico, uma categoria vazia se instala e funciona como suporte para a ancoragem do lugar de sujeito na enunciação. Neste caso, o morfema número-pessoal “-mos” sinaliza a projeção desta categoria vazia.

Como em (2), o lugar de sujeito em (3) se constitui como um suporte de ancoragem na enunciação. Neste caso, entretanto, é o modo verbal no imperativo que sinaliza a ancoragem do lugar de sujeito, em um alocutário, instalado como segunda pessoa.

Em vista disso, Dias (2002, p. 57) apresenta-nos a seguinte síntese:

“Quando o lugar de sujeito não é lexicalmente materializado, a identificação das perspectivas de primeira e de segunda pessoa é possível, seja através das desinências verbais (...) <sup>61</sup> seja através do caráter imperativo <sup>62</sup> da sentença (...) seja através da presença do vocativo (28), ou mesmo através da entonação - marcada pela exclamação na escrita - (29) <sup>63</sup>.”.

Entretanto, diferentemente de (2) e de (3), em (4) e em (5), o lugar de sujeito não se ancora propriamente nas instâncias do dizer, que compõem o aparelho formal da enunciação. Ao contrário, ele se ancora na temática veiculada pelo texto no qual ele se insere. Em (4), por exemplo, mesmo que não haja a presença de um dêitico pronominal, como “ela” (“eu tenho uma verba... (ela) sempre **existiu**”), instala-se uma categoria vazia no lugar de sujeito. Esta categoria se ancora anaforicamente no SN “uma verba” da oração anterior. Por sua vez, em (5), a categoria vazia ancora-se cataforicamente no SN “capivara”, presente na oração seguinte. Assim, mesmo que não haja um dêitico “ela” (“para surpresa de todo mundo (ela) **saiu** de lá de dentro”), na oração, a categoria vazia se encarrega de fazer a ancoragem, em um SN, presente no texto.

(6) também é um exemplo de ancoragem na textualidade, e não nas figuras “eu” e “tu” da enunciação. Entretanto, a ancoragem da categoria vazia não se dá em um SN explícito no texto, como “uma verba”, em (4), ou “capivara”, em (5). Esta categoria retoma um SN encapsulador, reconstruído teoricamente, a partir de informações que estão disponíveis no texto e que não são recuperadas pontualmente em algum SN. Assim, não

<sup>61</sup> Seria o caso de “E **fizemos** uma casa na parte mais alta do terreno”, em (2).

<sup>62</sup> Seria o caso de (3).

<sup>63</sup> “(28) Roubando a viola de Pedro, hein Paulo!”; (29) “Roubando a viola de Pedro!” (DIAS, 2002, p. 56).

podemos dizer que esta categoria retome especificamente “avião da Japan Airlines”, porque não foi um avião da Japan Airlines que acabou, mas a empresa de aviação nomeada Japan Airlines.

De acordo com Conte (2003, p. 178),

O encapsulamento anafórico pode ser definido do seguinte modo: é um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto. Esta porção de texto (ou segmento) pode ser de extensão e complexidade variada (um parágrafo inteiro ou apenas uma sentença).

Seguem, aqui, dois exemplos (...)

(1) A Verdade, profunda anomalia do nosso sistema de televisão, representa o peso do poder político. *Este fato* provocou uma sucessiva fragmentação da rede privada, sobretudo no Centro-Sul (...)

(2) Hoje, todos os melhores espaços produtivos estão ainda na mão da velha estrutura do estado. Levará tempo para mudar *esta situação*.

Como se vê, a ancoragem realizada em (6) não corresponde à definição de encapsulamento anafórico, conforme proposto por Conte (2003). Para ela, o encapsulamento depende da presença de um SN, tais como “este fato” e “esta situação”, capaz de resumir e retomar porções anteriores do texto. Ainda, segundo a autora, o encapsulamento anafórico “revela uma clara preferência por um determinante demonstrativo” (CONTE, 2003, p. 178), papel também exercido por “este” e “esta”.

Entretanto, com a noção de encapsulamento proposta pela autora, pretendemos demonstrar que até mesmo uma categoria vazia é capaz de ter o mesmo gesto de um SN encapsulador, resgatando informações disponíveis, mas não exatamente pontuadas, no texto. Sendo assim, a categoria vazia em (6) funciona do mesmo modo, retomando um SN reconstruído, como por exemplo, “a empresa Japan Airlines”, ou mesmo, “esta empresa”.

Assim, o escopo da definição então citada não atinge casos em que o encapsulamento ocorre em uma categoria vazia, mas propomos que o funcionamento desta categoria é o mesmo de um SN encapsulador. Nesse sentido, observaremos adiante que o encapsulamento pode ter, pelo menos, quatro realizações: a) retomada a partir de um SN encapsulador explícito; b) retomada a partir de categoria vazia que se ancora em um SN encapsulador explícito; c) retomada a partir de uma categoria vazia que se ancora em um SN encapsulador reconstruído teoricamente em um SN-chave, que, por sua vez, possa atuar no lugar de um possível SN encapsulador; d) retomada a partir de um pronome, que pode ter ancoragem em um SN encapsulador explícito ou em um SN reconstruído teoricamente.

A realização (a) pode ser exemplificada com dados da autora referida, trata-se dos SNs “este fato” e “esta situação”, que retomam, respectivamente, os seguintes blocos de

informação: “A Verdade, profunda anomalia do nosso sistema de televisão, representa o peso do poder político.” e “todos os melhores espaços produtivos estão ainda na mão da velha estrutura do estado.”.

Por sua vez, a realização (b) será exemplificada em (7):

(7) “L2 dei... fui... fui eu que... fui eu que fez o noivado... L1 ah... você é uma irmã legal né? L2 foi... eh... foi o negócio eh... taí... faz e **acabou**... chega... foi uma confusão danada... L1 [ é... bota aí essa aliança ( ) é bota e **acabou**...” [n. 61, acabx.cnc].

Em (7), a convergência acontece em uma categoria vazia que se ancora no SN “o negócio”. Este SN, por sua vez, encapsula toda a temática que envolve o noivado: “o noivado”, “uma confusão danada”, “essa aliança”, etc. Nesse sentido, (7) representa o caso (b), pois se trata de um encapsulamento em categoria vazia, que tem ancoragem em uma base de definitude pontualmente identificada no texto “o negócio”. Além disso, este exemplo evidencia que o encapsulamento não é apenas anafórico na medida em que não retoma apenas informações precedentes ao enunciado, como “o noivado”, mas também informações posteriores, tais como “uma confusão danada” e “bota aí essa aliança”. Neste caso, trata-se de “uma ‘antecipação’ da cena de enunciação” (DIAS, 2002, p. 58).

Quanto a (c), um exemplo já explicado é (6). Neste caso, a categoria vazia se ancora em um SN reconstruído teoricamente a partir de um SN-chave, que pode ser “a empresa Japan Airlines” ou “esta empresa”. Além deste caso, destacamos outro:

(8) “não... não me agrada... eu prefiro mais ir pra uma montanha... aí eu vou... subo o morro... chego lá em cima cansado toda a vida... escaldado... aí eu durmo lá em cima... aquele ar fresquinho gostoso... desço... venho embora **acabou**... mais nada... é um agrado... fazer uma escalada... é mais interessante pra mim do que ir pra praia... pra praia eu me queimo todo... não sei porque eu não estou habituado... então toda vez que eu vou é aquilo... a gente quer beber tudo né?... a gente não se contém em beber um pouquinho...” [n. 47, acabx.cnc].

(8) também representa a realização (c), pois a categoria vazia não alcança ancoragem em um SN encapsulador explícito. Portanto, é necessário que definamos um SN-chave, como, por exemplo, “este passeio na montanha”, que seja possível de encapsular porções precedentes do texto. De acordo com Conte (2003, p. 179), “O antecedente (se é legítimo falar em antecedente) não é claramente delimitado no texto, mas deve ser reconstruído (ou mesmo construído) pelo ouvinte/leitor.”. Com isso, podemos dizer que a categoria vazia do verbo destacado em (8) se ancora em uma expressão-chave

como “este passeio na montanha”, reconstruída teoricamente, a partir das informações disponíveis no texto.

Por último, a realização (d) pode ser exemplificada em (9):

(9) “E não tinha esses enlatados essas coisas como agora tinha, uma coisa ou outra enlatada, quase tudo estrangeiro, produtos ... DOC - E quando é que começou a aparecer **isso**? LOC - **Isso** já começou, olha, dos anos 50, 60, em diante.” [n. 39, aparecx.cnc].

Neste caso, “isso” apresenta o mesmo funcionamento de um SN encapsulador na medida em que este pronome não retoma especificamente o SN “enlatados” ou os SNs coordenados “uma coisa ou outra enlatada” ou ainda “produtos”. Ao contrário, “isso”, de fato, resume todas estas informações anteriormente disponíveis. Por esta razão, um pronome apenas pode ter o mesmo funcionamento de um SN encapsulador.

Em suma, mesmo que Conte (2003) considere apenas a primeira realização de encapsulamento (a), propomos, pelo menos, três ampliações deste conceito. A primeira ampliação é aquela segundo a qual o encapsulamento não será concebido necessariamente como anafórico, ele pode se referir tanto a porções de informação dispostas antes quanto depois do enunciado onde ele se encontra. Por exemplo, vimos que “o negócio”, em (7), encapsula informações precedentes como “o noivado”, mas também “uma confusão danada” e “bota aí essa aliança”, informações posteriores. Por sua vez, uma segunda ampliação se refere ao fato de que o encapsulamento pode também se dar em uma categoria vazia, como em (6) e (8), e em um pronome, como em (9), e não exatamente em um SN. Por fim, uma terceira ampliação está no fato de que a categoria vazia pode retomar não apenas um SN encapsulador explícito, como também um SN reconstruído teoricamente a partir de um SN-chave.

Até então, vimos que, diferentemente do sujeito base, o sujeito suporte não pode receber dispositivos de determinação, tais como artigo definido ou indefinido. Trata-se de dêiticos como “eu”, “você”, “nós”, “isso”, “isto”, “ele” e “aquilo” que apontam para figuras enunciativas, para SNs ou para porções de texto. Além disso, vimos que este dêitico pode não estar lexicalizado por um pronome, mas realizado em uma categoria vazia, que também aponta para figuras enunciativas, SNs e partes do texto. No sujeito suporte, portanto, o verbo é acionado “quando a ancoragem alcança a especificidade da base constituída externamente ao corpo da sentença” (DIAS, 2002, p. 58). Nestes casos, tem-se a ancoragem do dêitico em alguma base, seja ela uma figura enunciativa, seja ela uma construção temática.

Entretanto, veremos, a seguir, que a constituição desta base pode ser muitas vezes difusa, tendo em vista os modos de representação do sujeito na enunciação. Inicialmente, observemos o seguinte enunciado:

(9) “Filipe, sou sua mãe e me acho no direito de dizer que você ultrapassou todos os seus limites.”.

Neste enunciado, “você” é a figura enunciativa na qual se insere o alocutário, alvo direto desta locução. Este alocutário é simplesmente um “tu”, instaurado a partir do “eu”, no momento presente em que este enunciado foi proferido. Logo, “você” é um dêitico que tem referência na enunciação. É importante mencionar que este “você” não se refere ao ouvinte, pessoa em carne e osso com quem se fala. Ao contrário, a referência de “você” se ancora no alocutário, figura discursiva do aparelho formal da enunciação.

Contudo, de acordo com Guimarães (1989), o “você” nem sempre funciona deste modo. Pronomes pessoais como “você”, “nós”, “a gente” e “eu” podem atuar de modo disperso, não se referindo pontualmente ao locutor ou ao alocutário. Vejamos um exemplo com “você”:

(10) “mas ele vende as... as... L2 as camisetas... L1 as camisetas dele a preço de banana pra essas lojas... e elas CObram uma coisa incrível está me entendendo? mas é também bobagem não é ( ) desde o momento que **você** se disponha a entrar numa loja dessa e pagar... então você tem o que você quer... você sabe que outras lojas que vendem coisas barato... talvez não tão bacana tão bonitinhas... sei lá porque as coisas caem melhor realmente... [17.doc]”.

Em (10), “você” não se refere especificamente ao alocutário, mas a uma dimensão mais geral na qual se insere “todo aquele que se dispôr a entrar numa loja dessa e pagar”. Preferimos conceber este tipo de ocorrência como a montagem de uma encenação, na qual o sujeito, ao mesmo tempo em que se distancia do que diz, insere-se nas possibilidades admitidas pelo seu dizer. Neste uso de “você”, “O enunciador fala da posição de ALp<sup>64</sup> na qual Lp se inclui. Assim, há aqui um enunciador que se caracteriza por um descentramento de Lp na direção de ALp” (GUIMARÃES, 1989, p. 51). Por isso, em (10), “você” não se refere pontualmente ao alocutário, mas a uma dimensão mais geral na qual se insere inclusive o locutor, que se representa de modo disperso.

<sup>64</sup> De acordo com Guimarães (1989, p. 46-47), “locutor é aquele que se representa como *eu* na enunciação (...) é uma figura constituída internamente ao discurso (...) O alocutário é o *tu* do discurso, representado enquanto correlato do locutor (...) Na personagem do locutor, podemos distinguir dois papéis: L e Lp. O locutor L é o que se representa como fonte do dizer. O locutor-Lp (...) é o locutor-enquanto-pessoa-socialmente-constituída (...) Registremos que, correlatamente ao locutor-L, há o alocutário-AL e, ao locutor-enquanto-pessoa, há o alocutário-enquanto-pessoa (ALp).”

Sendo assim, vemos que a ancoragem dos dêiticos é um fenômeno altamente complexo, sobre o qual não podemos nos estender mais, tendo em vista os propósitos deste trabalho. Apenas ressaltamos que nem sempre será possível delimitar ou especificar pontualmente, muito menos, materialmente, o espaço de ancoragem dos dêiticos no sujeito tipo suporte.

### 3.1.1.3 O sujeito projeção

Quanto ao sujeito projeção,

o sintagma base é formado por palavras que também não aceitam determinação. Trata-se de palavras como “alguém”, “ninguém”, “todos”, “quem”, classificadas pela gramática tradicional como pronomes indefinidos, e, em algumas situações, como pronome interrogativo. (DIAS, 2002, p. 58).

Vejam os:

(11) “#D (sup.) E **quem** entra no corpo a corpo com, com o cliente? #L É a vendedora. #D Hum. #L É a vendedora e a gerente” [n. 256, entr.cnc].

(12) “**alguém** tem que saber o que que está havendo... né... porque o barulho não é normal...” [08.doc].

(13) “como **todos** sabem...o ovo entra em quase todos os pratos...” [n. 104, entr.cnc].

Além desses casos, ocorrências consideradas como sujeito indeterminado pela gramática tradicional também entram no tipo projeção. Assim, as ocorrências com verbo na terceira pessoa do plural são exemplificadas por (14), (15) e (16), e as ocorrências na terceira pessoa do singular mais “se” são exemplificadas por (17):

(14) “a violência éh:: a gente tem que... tem que ter uma solução mais drástica né? uma/uma lei mais rígida né... pra controlar isso porque senão fí/daqui a pouco::... **vão sair matando** aí...” [48.doc].

(15) “a barraca... agora não... todas elas têm forração de nylon por dentro... toda fechada... vedadinha... você pode pegar um temporal tranqüilo... antigamente não começava a chover você saia cavando vala em volta... não podia dormir... agora não... está cheio: de... coisa de uns quatro anos pra cá é que **começaram** a incentivar... eh... camping... L2 camping...” [16.doc].

(16) acaso... olhando lá do Ministério da Saúde pro fundo eu vi... algumas... eh:... alguns patinhos brancos ainda... lá... sabia que havia pato selvagem ali naquela região?... agora... mais a... o mais interessante... em matéria de... ah:... animal inesperado na Avenida Brasil

foi... quando... **estão fazendo** um aterro atrás do Ministério né... que é para a tal via... suplementar que deve du/... duplicar” [n. 104, fazx.cnc].

(17) “é perigoso à noite sim... L1 é... L2 eh... às vezes... saio... às vezes saio assim com meu marido... nós... no carro... voltando pra casa ( ) ou mesmo saindo quando se **sai** mais tarde... a ordem é não parar nos sinais...” [n. 195, saix.cnc].

Ainda outra ocorrência alocada por Dias (2002) no tipo projeção é aquela considerada passiva sintética em gramáticas normativas, como por exemplo:

(18) “então você vai aí desenvolver aquela sua mediunidade... está entendendo... então há aquela prece... né... que **se faz** uma prece... que nossa prece não é lida... dizer até... meu Deus... muito obrigado pelo dia de hoje... isso... isso já é uma prece...” [n. 77, fazx.cnc].

Entretanto, de acordo com o pensamento de vários estudiosos, não concebemos sentenças deste tipo como sendo voz passiva, mas, sim, voz ativa.

Segundo estudo desenvolvido por Scherre (1999),

hoje, a estrutura classificada como passiva sintética – *joga-se búzios* ou *jogam-se búzios*; *doa-se filhotes* ou *doam-se filhotes*; *cobre-se botões* ou *cobrem-se botões*, *analisa-se dados* ou *analizam-se dados* – não é passiva sintética; é, sim, uma estrutura ativa de sujeito indeterminado semelhante a outras estruturas irmãs do tipo: *No Brasil, precisa-se urgentemente de reforma agrária* e *vive-se bem nesta terra*. A concordância nas estruturas denominadas passivas sintéticas é variável e ocorre *por atração* ou *por falsa concordância* com o objeto direto, em função, especialmente, do conhecimento da norma codificada, ou seja, da gramática normativa da língua portuguesa. (SCHERRE, 1999, p. 13-14).

Para elaborar estas conclusões, a autora se apóia nas reflexões de Antenor Nascentes, Said Ali e Mattoso Câmara. Para Nascentes (1938 *apud* SCHERRE, 1999, p. 14), “Tais frases são de sentido ativo e não passivo. A idéia é que alguém, que não se sabe quem seja, vende casas e não que casas sejam vendidas por alguém.”. Por sua vez, para Said Ali (1957 *apud* SCHERRE, 1999, p. 14), “em compra-se o palácio e morre-se de fome, o pronome se sugere, na consciência de todo o mundo, a idéia de alguém que compra, de alguém que morre, mas que não conhecemos ou não queremos nomear.”. Por fim, para Mattoso Câmara (1976 *apud* SCHERRE, 1999, p. 15),

A norma é (...) tratar o nome como paciente e pôr o verbo em concordância com ele.

Já na língua corrente, quer em Portugal, quer no Brasil, a tendência, combatida pela disciplina gramatical (...) é outra. O padrão espontâneo é de um verbo fixado no singular”.

Devido a posições como estas, contrárias à perspectiva tradicional, pode-se considerar que as sentenças mencionadas são ativas. Além disso, devido ao recorte teórico

proposto para este trabalho, o lugar de sujeito, neste tipo de sentenças, é atualizado pelo tipo projeção.

Em resumo, de acordo com Dias (2002, p. 59), todas estas sentenças “recebem o mesmo tratamento: sujeito de identidade projetada e não lexicalmente realizado”. Além disso, segundo o autor, “para todos esses casos, podemos formular uma expressão que funcionaria como paradigma dessa identidade: alguém que...” (DIAS, 2002, p. 59). Portanto, teríamos para (14) uma oração como “alguém que vai sair matando”; para (15), “alguém que começa a incentivar”; para (16), “alguém que está fazendo um aterro”; para (17), “alguém que sai mais tarde”; por fim, para (18), teríamos “alguém que faz uma prece”. Estes são, então, os casos propostos pelo autor que se inserem no tipo projeção. Trata-se da “projeção de uma identidade a partir da instância enunciativa circunscrita pelo predicado” (DIAS, 2002, p. 59).

Entretanto, o sujeito projeção abarca uma amplitude maior de ocorrências, como as que se seguem:

(19) “um imperador daqueles... de uns... de uns séculos atrás... eh... obviamente... era muito mais impune do que um homem desse... eu não sei quanto mais... mas aí **entra** num nível que pra mim... não consigo raciocinar...” [n. 249, entr.cnc].

(20) “dia tal tem que entregar o trabalho... dia tal tem que... isso é que interessa pra gente... são os grandes prazos... então... nós fomos... fomos... **chegou** nos três últimos dias... nós dormimos no trabalho... era aquele negócio assim de dormir na mesa...” [n. 316, chegx.cnc].

(21) “Porque atravessando a rua que ficava quase que, quase que defronte de minha casa **chegava** em Conde de Bonfim onde há toda espécie de comércio e de condução.” [n. 327, chegx.cnc].

(22) “Assim, por exemplo, fazer uma viagem de, por terra nessa área do norte da Bahia **entrando** para Pernambuco, para Recife, e fazer uma viagem de carro para o sul, por exemplo, pa... pro Paraná faz uma diferença bem grande, não?” [n. 302, entr.cnc].

(23) “começaria... aí... a juventude ((vozes))... que iria... mais ou menos... até que idade? ((vozes)) AL : depende... depende da pessoa... acho que... Inf.: sim... até que idade... mais ou menos? AL : uns trinta... Inf.: até uns trinta... aí começaria a idade madura ((vozes))... pra depois **chegar** à velhice...” [n. 213, chegx.cnc].

Todas estas ocorrências são semelhantes àquelas de verbos na terceira pessoa do singular com pronome “se”. Logo, elas podem ser parafraseadas por:

(19a) “mas aí **entra-se** num nível”.

(20a) “**chegou-se** nos três últimos dias”.

(21a) “**chegava-se** em Conde de Bonfim”.

(22a) “**entrando-se** para Pernambuco”.

(23a) “pra depois **se chegar** à velhice”.

Nas ocorrências de (19) a (23), o verbo está em seu estado finito, entretanto, o lugar de sujeito é atualizado por uma categoria vazia. Esta categoria vazia, por sua vez, não encontra ancoragem no texto, nem na enunciação. Trata-se da projeção de uma identidade que não se satura, mas é engatilhada pelo predicado e, portanto, constitui-se a partir dele. Sendo assim, poderíamos aplicar a estas sentenças o teste com o pronome “alguém”:

(19b) “mas aí **alguém entra** num nível”.

(20b) “**alguém chegou** nos três últimos dias...”

(21b) “**alguém chegava** em Conde de Bonfim”.

(22b) “**alguém entrando** para Pernambuco”.

(23b) “pra depois **alguém chegar** à velhice”.

Entretanto, nenhuma destas sentenças de (19b) a (23b) soa muito bem quando inseridas no local de onde foram retiradas. Isso ocorre porque elas foram enunciadas para projetar uma personalidade, mas esta personalidade é secundária para os propósitos comunicativos da sentença. (20), por exemplo, recusa semanticamente a presença de “alguém”. Vejamos: “... são os grandes prazos... então... nós fomos... fomos... (alguém) **chegou** nos três últimos dias... nós dormimos no trabalho...”. Neste caso, o enfoque da oração está no decorrer de um tempo que levou à chegada dos três últimos dias. Impõe-se, portanto, como efeito de sentido a força desta constatação, silenciando-se a projeção da identidade. Entretanto, esta projeção existe, é por esta razão que tal sentença está inserida em uma das ocorrências do sujeito tipo projeção.

Assim, apesar de a paráfrase com “alguém” não ser profícua com estas sentenças, a paráfrase com “se” é pertinente. Portanto, consideraremos estas sentenças como sendo constituídas por um sujeito do tipo projeção de identidade, ampliando a proposta formulada em Dias (2002). Há ainda uma outra ocorrência de projeção, que não foi mencionada por Dias (2002), mas que também se encaixa neste tipo:

(24) “a varanda como é feita no Brasil hoje, ela é uma espécie de um mirante. Você sabe que, eu tô tendo essa experiência? Nessa rua que eu moro atualmente, **eles** construíram uma série de prédios novos, com essas varandinhas que tão na moda.” [35.doc].

Nesta sentença, o pronome “eles” não atua como suporte de ancoragem, mas como sujeito projeção. Reconheçamos que esta oração pode ser parafraseada por “alguém

construiu uma série de prédios” ou por “Construiu-se uma série de prédios”. Estas paráfrases são possíveis porque o pronome “eles”, nesta sentença, não tem ancoragem no texto, ele funciona apenas como parâmetro de ancoragem em uma projeção de identidade, constituída no campo de memória que afeta a enunciação desta sentença. Logo, este “eles” não se configura como suporte, mas apenas como um parâmetro de projeção, tanto que ele pode ser retirado da oração, sem alterar a constituição do espaço referencial de indeterminação, e.g., “construíram uma série de prédios novos”. Portanto, o tipo projeção abrange mais esta ocorrência.

#### 3.1.1.4 O sujeito perfil

Por último, o sujeito perfil (DIAS, 2002) é caracterizado pelas expressões “aquele que”, “todo aquele que” e “quem”. Além disso, este tipo de sujeito é marcado por uma enunciação generalizadora, na qual todo aquele que “se adequar a este perfil estará se ajustando a uma verdade condensada nos próprios domínios do corpo textual no qual se insere a sentença” (DIAS, 2002, p. 60). Assim, o sujeito perfil pode ser atualizado sem ocupação, como em “Bebeu, jogou, furtou, beberá, jogará, furtará”, porque a anterioridade no tipo perfil é arregimentada por uma configuração enunciativa de caráter universal.

Vejamos alguns exemplos:

(25) “Isso é um absurdo porque o cara quando vai fazer Engenharia ele sabe exatamente o que ele vai ... Eu quando entrei eu sabia que eu queria fazer eletrônica. Todo mundo que **entra**, pode perguntar, 90% sabe o que quer fazer e os outros 10% você resolve internamente com transferência.” [52.doc].

(26) “eu morei fora então eu vejo o que eu sentia muita falta também... era até:: de coisas materiais própria/a própria televisão... né?... éh::... muitas opções de teatro e ( )... os melhores ... éh:: tudo a/ tudo éh tudo que é feito na televisão... é vindo aqui do Rio de Janeiro né? os artistas... eh:: ah sei lá éh:: não tem o/o que explicar... só quem **nasce** no Rio de Janeiro mesmo... ((riso)) éh... sabe né?” [48.doc].

(27) “mas é difícil... é lento... o negócio... você não consegue mudar rapidamente... AL : só com alguma estratégia... não é? Inf.: só com uma estratégia... pela quebra de... hã... de uma outra empresa... é feito uma corrida de Fórmula Um... hã... dois carros disputam o primeiro lugar... aquele que **sair** em primeiro... na "Pole Position" levou a vantagem” [03.doc].

Em (25), o sujeito está lexicalizado pela expressão “todo mundo que”, em (26), pelo pronome “quem” e, em (27), pela expressão “aquele que”. Trata-se de expressões genéricas que configuram o sujeito perfil. Veremos, em seções posteriores, que este tipo de

sujeito apresenta restrições para a convergência, pois estas expressões não têm mobilidade na sentença. Portanto, não podem estar pospostas ao verbo.

### 3.1.1.5 Duas leituras possíveis

Todos estes casos analisados nos revelam a força de anterioridade que o lugar de sujeito possui. Isso indica que ele nos faz buscar algo na textualidade ou na enunciação que justifique a flexão verbal, isto é, que justifique a articulação existente entre lugar de sujeito e verbo. Sendo assim, a anterioridade, isto é, o “ponto de partida” para o acionamento do verbo, pode ser definida a partir de diferentes modos de atualização do lugar de sujeito. Estes modos, portanto, são capazes de acionar o verbo, retirando-o de seu estado finito. Em cada um dos exemplos mencionados, identificamos, individualmente, estes tipos de atualização. Entretanto, na análise dos dados, deparamo-nos com casos que oferecem dupla possibilidade de interpretação.

Vejamos:

(28) “geralmente elel<sup>65</sup> fazem questão de ensinar até os nomes em... japonês... para que a pesso... tenha... realmente... a base... e a agilidade... a destreza... do oriental... pra **ter** uma idéia... hoje em dia você fala assim... ah eu vou dar um pé na barriga... mas não é... em japonês é tamoi nage... completamente diferente né...” [n.5, terx.cnc].

(29) “muitas vezes vão chegando aqueles barcos de turismo e ficam ali parados, trinta, quarenta, cinqüenta, esperando que o mar se acalme pra poder entrar. #D (inint./sup.) e há um fenômeno também do mar que faz com que ele (sup./inint.) #L (sup.) Pois sim! Tem a maré, mas não é só a maré. É a agitação do mar, também, entende? Se ele estiver muito agitado mesmo, na maré baixa não dá pra **entrar** e você pra entrar, você tem que se deitar na barca. Então você vai naquelas lanchas maiores, depois você passa para a barca de dois lugares” [n. 153, entr.cnc].

Podemos dizer que a configuração textual e enunciativa destes dois fragmentos nos possibilita interpretar o tipo de sujeito com sendo suporte ou projeção. Em (28), temos uma categoria vazia que se instala no lugar de sujeito. Na primeira análise, “pra ter uma idéia” pode ser parafraseado por “pra se ter uma idéia”, o que nos leva à leitura como sujeito projeção. Na segunda análise, podemos compreender que a categoria vazia está no lugar de um suporte dêitico de segunda pessoa “você”, com referência ao alocutário, figura

---

<sup>65</sup> Idêntico ao original.

constituída no presente desta enunciação. Sendo assim, o sujeito desta sentença também pode ser compreendido como suporte de ancoragem.

Por sua vez, em (29), o tipo projeção se caracteriza na medida em que podemos parafrasear “na maré baixa não dá pra **entrar**” por “na maré baixa não dá pra **se entrar**” ou por “na maré baixa não dá pra **alguém entrar**”. Quanto à leitura do tipo suporte, instala-se, no lugar de sujeito, uma categoria vazia com suporte dêitico, que se ancora no “você” da oração seguinte. Este “você” é, como já visto anteriormente, uma forma de dispersão na representação do sujeito. Neste caso, o locutor promove uma encenação na qual “todo aquele que deseja entrar tem que se deitar na barca”. Portanto, este você não é exatamente o interlocutor, mas uma representação dispersa do próprio locutor.

A partir desses exemplos, importa ressaltar que, independentemente de haver duas leituras possíveis, a força da anterioridade se impõe no lugar de sujeito, levando-nos a buscá-la. Outra menção importante se deve ao fato de que a análise proposta não nos conduz a uma interpretação dúbia ou tênue. Simplesmente, há duas possibilidades de análise, e estas duas possibilidades não se justificam porque o dado é ambíguo. Ao contrário, elas se justificam porque o próprio dizer não se fecha em si mesmo, o dizer é impreciso e, neste caso, não nos proporciona a acuidade suficiente para determinarmos uma análise, e não outra. Assim, a partir de exemplos como estes, o lingüista não é capaz de levar a análise em um último grau, decidindo por apenas uma possibilidade. Isto não torna a análise lacunar e nem caracteriza os dados como sendo lacunares. A lacuna e o “equivoco” (PÊCHEUX, 1990) são constitutivos do dizer, do discurso, da enunciação.

De acordo com Pêcheux (1990, p. 53),

toda descrição (...) está exposta ao equivoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (...) Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação.

Apesar desta constatação, “O fantasma da ciência régia é justamente o que vem (...) negar esse equivoco dando a ilusão que sempre se pode saber do que se fala (...) negando o ato de interpretação no próprio momento em que ele aparece” (PÊCHEUX, 1990, p. 55). Diferentemente de posturas como esta, ao apresentar mais de uma possibilidade de análise, estamos reconhecendo este caráter, nem sempre discreto, que as categorias lingüísticas podem apresentar.

Nesta seção, fizemos uma breve revisão da tipologia de sujeito formulada por Dias (2002). Com esta revisão, apontamos algumas possibilidades de ampliação, que também terão enfoque em seções posteriores deste trabalho. Ressaltamos que a pertinência desta tipologia se deve ao fato de que se trata de recortes de personalidade, no texto ou na enunciação, que nos permitem visualizar o “ponto de partida” na projeção do lugar de sujeito. Estes tipos de sujeito se constituem, portanto, como uma tentativa de darmos visibilidade a esta anterioridade, que nem sempre está demarcada por dispositivos lingüísticos, que nem sempre tem ancoragem no texto e que nem sempre tem uma constituição referencial delimitada. Isto ocorre porque a anterioridade é algo mais ligado à enunciação. Como conseqüência, ela sofre recortes de memória específicos de cada enunciado. Por isso, a projeção do lugar de sujeito é algo da instância enunciativa e não da instância verbal.

### 3.1.2 Tipos de convergência

Em análise dos dados, foi possível identificar seis tipos de realização da convergência, que serão delimitados a seguir:

#### 3.1.2.1 Convergência em SN

(30) “... então não **havia** essa proteção de nota não... mas... entre os alunos... consideração... vamos dizer... mãe professora... amiga da professora...” [n. 03, hax.cnc].

Esta ocorrência é um exemplo *default* de convergência. Observemos que o SN “essa proteção de nota” pode ser posposto ou anteposto, sem provocar alteração no fundamento referencial da sentença. Quanto ao critério da possibilidade de variação na concordância, aqui ele não se aplica, pois o SN está no singular. Além disso, nesta sentença, o verbo é condensativo, tendo a ancoragem dos lugares de sujeito e objeto em um único campo de referência designado “essa proteção de nota”.

#### 3.1.2.2 Convergência em categoria vazia com ancoragem referencial no texto

(31) “às vezes a gente chegava assim na porta do hotel... dava meia-volta... e **entrava** de novo... por causa daquela chuva fininha... fininha...” [n. 136, entr.cnc].

(32) “ela fez aquele estrado de madeira... e ripinhas de madeira quadriculado e... a... então... **havi/ha/havia**... sei lá... como é que é? AH esqueci... parreira... né... foi crescendo por ali...” [n. 242, hax.cnc].

Em (31), o lugar sintático de sujeito é do tipo suporte, sendo atualizado por uma categoria vazia. Esta categoria vazia tem ancoragem anafórica em “a gente”. Além disso, o verbo “entrar” projeta o lugar de objeto. Sendo assim, a convergência se dá em uma categoria vazia que tem ancoragem anafórica no texto. Diferentemente, em (32), a categoria vazia tem ancoragem catafórica em “parreira”. Apesar desta diferença, ambas as sentenças exemplificam casos em que a ancoragem dos lugares de sujeito e objeto se dá em uma categoria vazia com referência no espaço textual.

### 3.1.2.3 Convergência em categoria vazia com ancoragem referencial na enunciação

(33) “eu parti da análise dos manuais tradicionais... e **cheguei**... aos manuais... aos últimos que nós temos em termos de Comunicação e Expressão... parti... éh... dos antigos...” [n. 24, chegx.cnc].

Em (33), a convergência se dá em uma categoria vazia com ancoragem referencial na enunciação, pois “eu” é a instância discursiva que indexa o locutor. Diferentemente, quando o pronome está lexicalizado, como em (34):

(34) “Então, acompanhava muito de longe as notícias, e quando eu **cheguei**, eu falei assim, vi uma multidão de caras-pintadas, pirralhada, né, na rua, molecada de quatorze, quinze anos” [n. 27, chegx.cnc],

a convergência se dá no pronome “eu”. (33) e (34) entram na tipificação de sujeito suporte, portanto. Assim, a convergência se justifica, em (33) e em (34), porque o verbo “chegar” está atuando como condensativo e porque tanto a anteposição quanto a posposição do pronome não provocam alteração no fundamento referencial da oração.

Ainda, neste tipo de realização da convergência, situa-se:

(35) “tecido leve, eh, o algodão já é um pouco mais pesado. #D E essas fibras (sup.) #L (sup.) Lonita é um tecido leve (sup.) #D (sup.) sintéticas (sup.) #L (sup.) Poliéster, né, parece ser tecido leve também, não sei. #D Agora conta pra mim a vida disso aqui. **Nasce**, vive e morre. #L Você diz desde o, desde quando ela é feita? #D Pode ser. #L Bom, isso aí tem uma origem vegetal e por processos industriais é formada a linha, né, extraída do vegetal e ...” [n. 29, nascx.cnc].

Neste caso, a convergência se dá em uma categoria vazia que se ancora em domínios de significação disponíveis na situação imediata em que o enunciado é proferido. O referente está na órbita daquilo que é acessível para locutor e interlocutor. Ele está acessível, portanto, na órbita daquilo que locutor e interlocutor concebem como evidente. Assim, a categoria vazia aponta para informações ou objetos específicos, disponíveis na

circunstância em que o enunciado é dito. Logo, a categoria vazia da forma verbal “nasce” está ancorada em um processo dêitico que aponta, possivelmente, para algum tipo de tecido presente no espaço onde se desenrola o diálogo. A oração poderia ser parafraseada por “isso nasce”.

De acordo com Benveniste (1989, p. 85),

“As formas denominadas tradicionalmente “pronomes pessoais”, “demonstrativos”, aparecem agora como uma classe de “indivíduos lingüísticos”, de formas que enviam sempre e somente a “indivíduos”, quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais que enviam sempre e somente a conceitos.”.

Nestes casos, portanto, a significação da categoria vazia depende das injunções do acontecimento, no que se refere à sua dimensão de atualidade situacional, cronológica e pragmática. Este tipo de realização da convergência revela que o acontecimento também tem seus elementos pragmáticos.

### **3.1.2.4 Convergência em categoria vazia com ancoragem referencial em um SN encapsulador**

(36) “L1 o jornalista veio pra nossa mesa... conversou... indagou milhões... nesse tempo Juscelino era presidente não era? ou não? **tinha acabado... tinha acabado...** tinha saído sessenta e cinco Juscelino saiu... né? não... sessenta e seis o Juscelino não era mais... L2 não... sessenta e seis já era o Jango... L1 não... L2 o... o... Jânio... L1 Jânio... L2 quer dizer...” [n. 68, acabx.cnc].

Neste caso, a categoria vazia da locução “tinha acabado” tem ancoragem, em um SN encapsulador, que não está expresso no texto, mas que pode ser extraído dele segundo as informações disponíveis. Um SN possível capaz de encapsular expressões como “nesse tempo Juscelino era presidente”, “tinha saído”, “sessenta e cinco Juscelino saiu” e “sessenta e seis já era o Jango...” é “o mandato de Juscelino”. Em paráfrase a (36), portanto, teríamos uma oração como “o mandato de Juscelino tinha acabado”. Trata-se, portanto, de um gesto de interpretação do leitor, que encapsula, em um SN não-explicito no texto, a referência da categoria vazia.

Sendo assim, a ancoragem de sujeito e objeto se dá em uma categoria vazia, que, por sua vez, ancora-se em um SN encapsulador. No entanto, este SN deve ser reconstruído teoricamente com base nas informações disponíveis do fragmento de texto em questão.

Ainda, quanto à convergência, nota-se que o SN encapsulador, se posposto ou anteposto ao verbo, não provoca alteração no fundamento referencial da oração. Além

disso, o verbo “acabar” está atuando como condensativo. Portanto, estes traços nos levam à caracterização da convergência na oração em análise.

É este também o caso de (37):

(37) “na casa da minha sogra... a parte de cima dos meus armários estão cheias... quer dizer que é muito complicado... disco e livro é uma parada... D agora uma última coisa assim antes de terminar... L [hum D ( ) **está** quase **acabando**... assim... quais são... eh... assim... tipos de lugar onde a pessoa pode morar... assim a depender se mora na cidade ou se mora... eh... no interior...” [n. 25, acabx.cnc].

Em (37), a ancoragem referencial da categoria vazia da locução “está quase acabando” se dá em “o tempo da entrevista”. Este encapsulamento é possível, porque se trata de um enunciado retirado de uma entrevista entre informante e documentador. Entretanto, esta informação só é recuperável quando se considera a situação pragmática que está envolvendo os locutores. Tal fator poderia levar esta ocorrência a se situar no tipo “Convergência em categoria vazia com ancoragem referencial na enunciação”.

Vemo-nos, portanto, em uma situação limítrofe na determinação do tipo de convergência que prevalece. No entanto, neste caso, observamos que o tipo encapsulamento tem predominância, pois, mesmo considerando a situação pragmática, a categoria vazia, nesta sentença, possui um caráter mais de retomada a informações presentes no texto que dêitico. Prova disso é que não é possível apontar para uma entrevista (enquanto ato de linguagem), como se pode apontar para um tecido no momento presente da interlocução. Devido a esta predominância, alocamos esta ocorrência no tipo convergência em categoria vazia com ancoragem referencial em um SN encapsulador.

### 3.1.2.5 Convergência em categoria vazia com projeção de identidade

Neste caso, a ancoragem da categoria vazia não se dá nem no espaço textual, nem na enunciação, nem em elementos oferecidos na órbita daquilo que locutor e interlocutor concebem como evidente. Vejamos:

(38) “então é muito movimentado... é muito engraçado de olhar... mas quando **chegou** na hora de olhar realmente o... o... a sala de jantar e a sala de estar...” [n. 132, chegx.cnc].

(39) “às vezes... saio... às vezes saio assim com meu marido... nós... no carro... voltando pra casa ( ) ou mesmo saindo quando se **sai** mais tarde... a ordem é não parar nos sinais...” [n. 195, saix.cnc].

Nestas sentenças, há projeção de uma personalidade, mas ela não é identificada em nenhum dos três domínios anteriormente previstos. Logo, a ancoragem de sujeito e objeto

se dá no domínio da memória, que constitui apenas uma projeção de identidade para o lugar de sujeito. Sendo assim, estas sentenças poderiam ser parafraseadas por “quando alguém chegou na hora de olhar” e por “quando alguém sai mais tarde”. Nestas paráfrases, seria possível alterar a posição do pronome “alguém”, sem afetar o fundamento referencial da sentença. Além disso, os verbos “chegar” e “sair” apresentam-se como condensativos, possibilitando a convergência de sujeito e objeto.

### 3.1.2.6 Convergência em SN integrado

(40) “aquilo pra dar infiltração é um problema... e a casa dela -- coisa horrorosa... quando **chove** tem que fechar tudo porque não tem beiral...” [n. 05, chovx.cnc].

(41) “**Choveu** chuva/de molhar pra valer./chuva de pingo grosso/qual caroço de abacate,...”<sup>66</sup>.

Diferentemente de (41), em que o SN “chuva” está desmembrado da forma verbal “choveu”, em (40), este SN está integrado. O que evidencia a convergência no SN integrado, em (40), é que, à semelhança de (41), o SN “chuva” pode estar anteposto ou posposto, sem alterar o fundamento referencial da sentença. Além disso, o verbo “chover” está atuando como condensativo, possibilitando a condensação, em um único campo de referência, dos lugares de sujeito e objeto. Logo, em sentenças como (40), a convergência se dá em um SN que está virtualmente integrado à instância verbal.

Em suma, os dados em análise nos revelaram seis tipos de realização da convergência: convergência em SN; convergência em categoria vazia com ancoragem referencial no texto; convergência em categoria vazia com ancoragem referencial na enunciação; convergência em categoria vazia com ancoragem referencial em um SN encapsulador; convergência em categoria vazia com projeção de identidade; e, por fim, convergência em SN integrado. Entretanto, a determinação destes tipos partirá de uma predominância de características que levará o pesquisador a decidir entre um ou outro tipo. Não se trata, portanto, de categorias estanques, facilmente delimitáveis.

### 3.1.3 Locução verbal

Como a questão da locução verbal não é tema central deste trabalho, trabalhamos com a definição presente em Bechara (1977) e com as tipificações propostas. Para o autor,

---

<sup>66</sup> <<http://luizmoreira.blogspot.com/2007/04/choveu-chuva.html>> Acesso em: 06 dez. 2007.

Chama-se *locução verbal* a combinação de diversas formas de um verbo auxiliar com o infinitivo, gerúndio ou particípio de outro verbo que se chama *principal*: *hei de estudar, estou estudando, tenho estudado* (...) Entre o auxiliar e o verbo principal no infinito pode aparecer ou não uma preposição (*de, em, por, a, para*). (BECHARA, 1977, p. 110, grifos do autor).

Além disso, segundo Bechara (1977, p. 11), “várias são as aplicações dos verbos auxiliares na língua portuguesa”, das quais ressaltamos as que se seguem com exemplos retirados de nosso *corpus*:

### 3.1.3.1 Formação de tempos compostos

- a) *Pretérito mais-que-perfeito*: “quando eu entrei pra, pra, pra fazer o, o curso, eu **tinha acabado** a escola técnica e, pintou um trabalho” [acabx.cnc, n. 71].
- b) *Pretérito perfeito composto*: “foi uma exceção porque normalmente não **tem acontecido**, não...” [acontecex.cnc, n. 42].
- c) *Futuro do pretérito composto*: “ se não tivesse havido Revolução... ele jamais... **teria chegado** ao... poder de dirigir... a França” [chegx, n. 207].

### 3.1.3.2 Determinação do aspecto verbal a partir de auxiliares acurativos

Segundo Bechara (1977, p. 111),

os verbos *acurativos* se combinam com o infinitivo ou o gerúndio do verbo principal para determinar com mais rigor os aspectos do momento da ação verbal que não se acham bem definidos na divisão geral de tempo presente, passado e futuro (...).

Assim, seguem as seguintes subdivisões propostas pelo autor:

- i) “**início de ação**: começar a escrever, por-se a escrever, etc.” (BECHARA, 1977, p. 111):
  - a) E quando é que **começou a aparecer** isso? [n. 39, aparcx.cnc].
  - b) “porque como houve corporações de operários **passou a haver** corporações de patrões” [n. 88, hax.cnc].
- ii) “**iminência de ação**: estar para (por) escrever, etc.” (BECHARA, 1977, p. 111):
  - a) “começou realmente a chover porque estava **ameaçando a chover** e um vento” [n.1, chovx.cnc].
  - b) “e a Nestlé **acaba entrando** no mercado...” [n. 161, entr.cnc].
- iii) “**desenvolvimento gradual da ação; duração**: estar a escrever, andar escrevendo, vir escrevendo, ir escrevendo, etc.” (BECHARA, 1977, p. 111):

- a) “aquilo **vai crescendo... vai crescendo...** de repente você perde o controle” [n. 34, crescx.cnc].
- b) “estudamos trabalhando... e **fomos fazendo** força nisso aí... [n. 141, fazx.cnc].
- c) “no mercado... concorrendo... você pode **continuar existindo...** não há a menor dúvida disso...” [n. 132, existx.cnc].
- d) “eu já cheguei à conclusão que **está havendo** uma perturbação qualquer aí...” [n. 36, hax.cnc].
- e) “Deslumbrado né ( risos ) Loc - Oh! Neve! Aí é tanto que você **sai tirando** foto assim dos altos dos montes, assim das das montanhas, né, tudo com neve lá” [46.doc].

iv) “**repetição de ação:** tornar a escrever, costumar escrever (repetição habitual), etc.” (BECHARA, 1977, p. 112):

- a) “depois a cidade ainda... **voltou a crescer** mais recentemente então pra bairros residenciais” [n.01 crescx.cnc].
- b) “é **costuma fazer** isso... então nós fizemos uma uma uma:... despedida” [n. 86, fazx.cnc].

v) “**término de ação:** acabar de escrever, cessar de escrever, deixar de escrever, parar de escrever, vir de escrever”, etc.” (BECHARA, 1977, p. 112):

- a) “reuniões muito desagradáveis, muito provavelmente são aquelas que, quando os nossos vão, né, os nossos mais amigos, íntimos, vão embora, **deixam, de existir** né” [n.232, existx.cnc].
- b) “como é que o senhor se sentia assim com seus filhos... que tinham **acabado de nascer...**” [33.doc].

### 3.1.3.3 Determinação do modo da ação verbal a partir de auxiliares modais

Segundo Bechara (1977, p. 112), “os auxiliares *modais* se combinam com o infinitivo ou gerúndio do verbo principal para determinar com mais rigor o modo como se realiza ou se deixa de realizar a ação verbal”. Seguem alguns exemplos com auxiliares modais:

- i) “**necessidade, obrigação, dever:** haver de escrever, ter de escrever, dever escrever, precisar (de) escrever, etc.” (BECHARA, 1977, p. 112):
- a) “matam por matar... entendeu? então isso **tem que acabar...**” [n.39, acabx.cnc].

- b) “eu tenho a impressão que **deve começar** em primeiro lugar num gabinete... é evidente...” [n. 94, começ.cnc].
- c) “regime de medo... né? bom... vontade nós **tínhamos de fazer** nossa baguncinha... mas... eh... ficava de castigo.” [n. 118, fazx.cnc].
- d) “sim... de ordem econômica... está bom... **precisa haver** dinheiro...” [n. 215, hax.cnc].

**ii) “possibilidade ou capacidade:** poder escrever, etc.” (BECHARA, 1977, p. 112):

- a) “agora não sei qual será o futuro ... isso aqui **pode acabar** de uma hora pra outra o curso qualquer coisa ...” [n.48, acabx.cnc].
- b) “ele entra na disputa ele perde. Então isso **pode acontecer**. E esse é o grande problema. [n.33, acontecx.cnc].
- c) “a pessoa chega no vestibular sem **saber fazer** conta com vírgula, divisão, né.” [n. 145, fazx.cnc].

**iii) “vontade ou desejo:** querer escrever, desejar escrever, odiar escrever, abominar escrever, etc.” (BECHARA, 1977, p. 112):

- a) “continuemos a jogada que eu **quero chegar** lá...” [n.06, chegx.cnc].
- b) “Deixa eu ver, que mais, que mais que eu **gostaria de ter** numa cidade, sei lá, não me lembro mais.” [n. 188, terx.cnc].

**iv) “tentativa ou esforço:** buscar escrever, pretender escrever, tentar escrever, ousar escrever, atrever-se a escrever, etc.” (BECHARA, 1977, p. 112):

- a) “mas esse coitado do povo está **tentando fazer** isso há muito tempo...” [n. 160, fazx.cnc].
- b) “então eu, faço um crediário e compro assim, umas, duas três camisas, duas calças pra, eu não **procuro sair**, ficar olhando na vitrine uma roupa não” [40.doc].
- c) “não **pretendo sair** daqui, só morto mesmo. Eu pretendo ficar aqui.” [n. 10, saix.cnc].
- d) “tinha poucas alunas... aí então ela **resolveu fazer** uma... uma revisão da matéria...” [n. 63, fazx.cnc].
- e) “eu tinha de escolher: ou, ou ficar na multinacional ou, na IBM, ou vim fazer o curso né, e **optei por fazer** o curso né, feliz ou infelizmente não sei” [n. 200, fazx.cnc].

**v) “consecução:** conseguir escrever, lograr escrever” (BECHARA, 1977, p. 112):

- a) “ele **conseguiu chegar** em casa e eu não tinha chegado” [n.52, chegx.cnc].

b) “você não **conseguiria fazer** amizades facilmente?” [n. 132, fazx.cnc].

**vi) “aparência, dúvida:** parecer escrever, etc.” (BECHARA, 1977, p. 112):

a) passamos embaixo daquelas árvores... "ah meu Deus... olha o lacerdinhas caindo em cima da gente"... porque eles caem mesmo das árvores... D1 **pareciam ter** atração por certas cores [n. 195, terx.cnc].

**vii) “movimento para realizar um intento futuro** (próximo ou remoto): ir escrever, etc.” (BECHARA, 1977, p. 112):

a) “eu então combinei três pessoas pra **virem fazer** um joguinho... nesse tempo eu jogava... enjoei...” [n. 169, fazx.cnc].

b) “Bem, **vou fazer** uma pergunta bem objetiva ...” [n. 201, fazx.cnc].

c) “um pouco... difícil da gente... da gente... saber como **vai acabar** isso... [n. 28, acabx.cnc].

**viii) “resultado:** vir a escrever, chegar a escrever, etc.” (BECHARA, 1977, p. 112):

a) “de forma que são... eles **chegam** acho que **a pagar** quarenta por cento de imposto” [n. 79, chegx.cnc].

b) “eu não sei se **chega a haver** diferença de ruas mais mais bem tratadas” [n. 191, chegx.cnc].

Além de definir o que é locução, o autor se propõe a definir o que não é locução verbal:

os verbos *deixar, mandar, fazer* e sinônimos (causativos) e *ver, ouvir, olhar, sentir* e sinônimos (sensitivos) que, juntando-se a infinitivo ou a gerúndio, não formam locução verbal, mas, muitas vezes, se comportam sinteticamente como tal. (BECHARA, 1977, p. 113).

Assim, entenderemos que as ocorrências com estes verbos seguidos de infinitivo ou gerúndio não se constituem como locução.

Em resumo, apresentamos alguns exemplos de locução com os quais nos deparamos na análise dos dados. Ressaltamos que a inserção de cada exemplo em um dos tipos propostos por Bechara (1977) pode não ser decisiva. Por exemplo, a alocação de “ela **resolveu fazer** uma... uma revisão da matéria...” no tipo “esforço ou tentativa” não é explicitamente prevista, porque o verbo “resolver” não está na lista proposta pelo autor. Entretanto, acreditamos que este é o local mais provável diante das outras possibilidades. No entanto, este não é um ponto relevante para nós, pois esta seção se justifica apenas para

mostrarmos com base em que classificamos uma determinada ocorrência como locução ou não. Sendo assim, não temos compromisso com um aprofundamento teórico neste assunto.

### 3.1.4 Infinitivo

Consideraremos “infinitivo sem flexão” o uso do verbo na sua forma de infinitivo (isto é, com as terminações de primeira, segunda e terceira conjugações), quando não se evidencia um morfema indicador de flexão. Em estado de dicionário, o infinitivo sem flexão é utilizado como um nome do verbo. Neste caso, não se projeta o lugar de sujeito, o verbo está ali para que uma definição possa ser produzida. Do mesmo modo, em uma sentença, o infinitivo sem flexão é também utilizado como uma nominalização. No entanto, ele está ali para se falar do fato sem relação com alguma “personagem”. Por exemplo, quando se afirma que “Caminhar de manhã é bom”, silencia-se a participação de uma personagem neste fato; apenas se constata algo. Por isso, trata-se de “infinitivo sem flexão”. Entretanto, quando se afirma que “O fato de Pedro caminhar não indica que ele vai emagrecer”, evidencia-se a participação de uma personagem. Por isso, trata-se de “infinitivo com flexão”<sup>67</sup>.

Assim, o infinitivo sem flexão pode não ter pessoalidade, dado que, em geral, é puramente um fato o que está em foco. Além disso, ele não possui morfema flexional. Ainda, é importante mencionar que o número de ocorrências de infinitivo sem flexão é reduzido em comparação ao número de ocorrências de infinitivo com flexão. Isto se deve ao fato de que o lugar de sujeito é constituído por uma anterioridade que força a busca por uma pessoalidade. Sendo assim, mesmo que o verbo, no enunciado, tenha a mesma forma do infinitivo sem flexão, em muitos casos, pode-se interpretar um morfema zero na sua constituição, isto é, uma latência de pessoalidade, pois a textualidade oferece elementos para uma ancoragem de ordem pessoal.

Entretanto, nem sempre é possível caracterizar com nitidez se o infinitivo é pessoal ou não. Em consequência, torna-se difícil definir se a ocorrência é constituída por infinitivo sem ou com flexão. Nestes casos, consideramos a dupla possibilidade de interpretação, tendo em vista que a questão do infinitivo não pode ser analisada apenas no domínio orgânico de sua configuração. Assim, além de considerarmos a inserção do infinitivo em uma textualidade e a força da anterioridade na constituição do lugar de

---

<sup>67</sup> As nomenclaturas “infinitivo com flexão” e “infinitivo sem flexão” são mantidas para se evidenciar que, apesar de estas categorias possuírem formas idênticas, existem dispositivos capazes de determinar a análise de uma em detrimento de outra. No entanto, acreditamos que o nome “infinitivo com flexão” não é adequado, porque, se o verbo está flexionado, ele está em seu estado “finito”, e não em estado infinito.

sujeito, é preciso considerar que o próprio dizer é em si mesmo conflitante e ambíguo. Por isso, ele nem sempre nos oferece elementos para uma análise dicotômica. Sendo assim, caberá ao pesquisador apresentar as análises possíveis para modos de inserção na língua que ficam em situações limítrofes.

A seguir, veremos primeiramente casos de infinitivo sem flexão, que foram excluídos; posteriormente, exemplificaremos casos de infinitivo com flexão, que foram mantidos; e finalmente, apresentaremos exemplos em que há mais de uma possibilidade de leitura, por isso, foram também mantidos.

### **3.1.4.1 Infinitivo sem flexão**

As ocorrências de infinitivo sem flexão foram excluídas, pois, se não há morfema indicador de flexão, não há anterioridade de predicação e não há lugar de sujeito na sentença. Em conseqüência, não é possível que haja convergência dos lugares de sujeito e objeto. Esta é, portanto, uma restrição à convergência.

Apesar da complexidade que envolve a temática do infinitivo, levaremos em conta, pelo menos, dois critérios para determinarmos o infinitivo sem flexão. O primeiro é de ordem semântica: consideramos infinitivo sem flexão as ocorrências nas quais não se evidencia, textualmente, uma personalidade. O segundo é de ordem sintática: a ausência de morfema verbal indicador de flexão.

Assim, consideraremos infinitivo sem flexão alguns casos de inserção do verbo em uma subordinada objetiva indireta, subjetiva ou completiva nominal ou em uma expressão fixa, seguido de uma preposição. Quando inserido em uma dessas orações, o verbo funciona como núcleo de um item ocupante de lugares sintáticos. Conforme havíamos mencionado, ao substituir um substantivo, esta oração adquire um caráter de nominalização, tendo como enfoque uma tese e não mais uma personalidade. Além disso, no que se refere ao critério sintático, haverá ocorrências deste tipo de orações e também de expressões fixas nas quais, mesmo sendo possível recuperarmos uma personalidade, a presença de um pronome antes do infinitivo é impedida. Por isso, não se evidencia um morfema número-pessoal. Tais casos corroboram a leitura do infinitivo sem flexão, em detrimento da leitura com flexão.

#### **3.1.4.1.1 Infinitivo sem flexão em Oração Subordinada Substantiva Objetiva Indireta**

Vejamos:

(42) “L1 acho que o sistema bancário já que nossa conversa é em torno de dinheiro... evoluiu muito e se popularizou... eu me lembro quando eu era garoto que quem falava em **entrar** em agência de banco? ninguém fala:va... banco era um negócio cheio de gra:de... todo fecha:do... complica:do... só entravam senhores de negócios... tá entendendo... era uma coisa muito restrita...” [18.doc].

(43) “mas ele vende as... as... L2 as camisetas... L1 as camisetas dele a preço de banana pra essas lojas... e elas CObram uma coisa incrível está me entendendo? mas é também bobagem não é ( ) desde o momento que você se disponha a **entrar** numa loja dessa e pagar... então você tem o que você quer... você sabe que outras lojas que vendem coisas barato... talvez não tão bacana tão bonitinhas... sei lá porque as coisas caem melhor realmente... [17.doc]”.

(44) “antigamente jogava muito buraco... hoje em dia eu já não ligo muito pra isso... jogar futebol de vez em quando e passear bastante... vez por outra eu estou metido com excursão... gosto de **sair** gosto de passear... aqui... até agora nunca tive vontade de ir pra fora não... ou não tive condição... não sei...”[16.doc].

(45) “o neném nasce quinze de outubro... nasce quinze de outubro e no dia trinta de junho... de julho nós não tínhamos um lugar ainda pra ficar... né? pensando em **sair**... etc... etc... aquele negócio compra apartamento... não compra apartamento... aluguel caRÍssimo e...” [08.doc].

Nestas ocorrências, a configuração orgânica parece, em grande parte, determinar a análise dos verbos, em destaque, como sendo infinitivo sem flexão. Assim, mesmo que seja possível recuperar a personalidade deles na textualidade, a construção na qual eles se inserem não aceitaria a inserção de um sintagma ou de um pronome adjacente a eles. Por exemplo, em (44) “gosto de sair”, é possível recuperar a personalidade de sair: “eu”. Entretanto, a construção impede a colocação deste pronome antes de “sair”, “gosto de (eu) sair”, ou depois, “gosto de sair (eu)”. Do mesmo modo, em (45), é possível recuperar a personalidade de “sair”: “nós”. Contudo, tanto a colocação de “nós” na oração, como em “pensando em nós sair”, quanto a concordância, como em “pensando em sairmos” seriam pouco aceitáveis. Portanto, nestes casos, a definição do infinitivo como sendo sem flexão é mais orientada por razões de ordem formal que por razões de ordem enunciativa.

Por sua vez, em (42) e em (43), tanto a configuração formal quanto a configuração enunciativa favorecem a interpretação do verbo “entrar” como sendo infinitivo sem flexão. Nestes casos, a sentença que antepõe e a que precede o verbo em análise possuem elementos de caráter generalizador. Em (42), o verbo em análise está inserido em uma

interrogativa com o pronome “quem”, e esta interrogativa é seguida por uma resposta com o pronome “ninguém”. Portanto, a pessoalidade não está pontuada, levando-nos à interpretação de “entrar”, como infinitivo sem flexão. Já em (43), o “você” da oração principal e das orações seguintes não pontua diretamente o interlocutor. Trata-se de uma forma de dispersão do sujeito (GUIMARÃES, 1989), que possibilita a montagem de uma encenação, na qual alguém que se disponha a entrar na loja e pagar terá o que quer, independentemente de esse alguém ser ou não o interlocutor.

Neste ponto, ressaltamos que, quando Guimarães (1989) trata das formas de *indeterminação* (dispersão) do sujeito, ele não está alocando esta ocorrência na categoria sujeito indeterminado das gramáticas tradicionais. Ao contrário, ele está se referindo “ao modo de representação do sujeito da enunciação” (GUIMARÃES, 1989, p. 51). No caso da indeterminação com “você”, “você” não se refere pontualmente ao alocutário, há uma dispersão da referência<sup>68</sup>.

Portanto, no caso de (42) e (43), tanto o fato de o verbo estar inserido em uma objetiva indireta, sem flexão de pessoa, quanto a enunciação generalizadora possibilitam a interpretação deste verbo como sendo infinitivo sem flexão. Diferentemente, em (44) e (45), apesar de a pessoalidade ser recuperável, a construção sintática tem mais peso na decisão pelo infinitivo sem flexão, pois nem a colocação de um pronome adjacente ao verbo, nem a concordância seriam aceitáveis. Logo, não há um morfema zero, indicador de flexão, nestas sentenças.

#### 3.1.4.1.2 Infinitivo sem flexão em Oração Subordinada Substantiva Completiva Nominal

Observemos as seguintes ocorrências:

(46) “o Passeio Público é lindo, aliás o Campo de Santana, é lindo, é lindo, porque eu já fui, né, é Projeto do [nome da pessoa], do século XIX, sabe, é um projeto romântico, aquela coisa de paisagismo, mas quem tem coragem de **entrar**, né, você morre de medo né, apesar da, você tá ali, nas imediações, você pode tar com calor, pode querer sentar no banco, mas você tem medo de enfrentar né uma praça, dessas numa cidade como tá né.” [35.doc].

---

<sup>68</sup> Temos utilizado a expressão “forma de dispersão do sujeito” em vez de “forma de indeterminação do sujeito”, que foi a expressão utilizada por Guimarães (1989). Desse modo, manteremos a ligação com o trabalho do autor, que fala sobre a “dispersão” do sujeito na enunciação, evitando a possível confusão entre “formas de indeterminação” e “sujeito indeterminado”.

(47) “L2 gasta mesmo... L1 não porque então... eu não janto... mas em compensação como três sanduíches... à noite... gasto tanto como numa refeição normal... D bem... você falou num problema de:... **sair** daqui e ir até:... a Gávea... eh:... problema de transporte... de chegar até o túnel Rebouças etc...” [16.doc].

(48) “no hipódromo há um negócio... quando o cavalo (es)tá... está prestes a a... a **sair** me parece que ele fica num lugar que tem uma denominação inglesa também... parece que ele fica no "box"...” [07].

Ocorrências como estas em que o verbo está inserido em uma completiva nominal também não favorecem a colocação de um pronome adjacente ao verbo, mesmo que a pessoalidade seja recuperável. Assim, em (48), por exemplo, embora seja possível recuperar a pessoalidade de “sair”, nem SN “o cavalo”, nem o pronome “ele” podem estar adjacentes ao verbo. Por isso, é a configuração formal deste verbo, em uma completiva nominal, que determina, em grande parte, a análise deste verbo como sendo infinitivo sem flexão. Nestes casos, a recuperação da pessoalidade não interfere.

Por sua vez, quanto a (46) e (47), a configuração de uma textualidade generalizadora corrobora a análise, pois não se tem enfoque em uma pessoalidade. Sendo assim, permite-se a leitura de tais orações como sendo infinitivo sem flexão. Em (46), por exemplo, esta textualidade generalizadora se caracteriza pelo pronome interrogativo “quem”, na oração principal, que não pontua a referência, e pelo uso de “você”, nas orações posteriores, como forma de dispersão do sujeito na enunciação. Quanto a (47), o foco da interlocução está no problema da saída, do traslado, do transporte. Portanto, não se tem como foco a participação de uma pessoalidade, mas o fato em si<sup>69</sup>.

Assim, consideramos que determinadas ocorrências nas quais o verbo está inserido em completivas nominais são ocorrências de infinitivo sem flexão. Por isso, foram excluídas da análise.

### 3.1.4.1.3 Infinitivo sem flexão em Oração Subordinada Substantiva Subjetiva

Vejamos os seguintes exemplos:

(49) “eles hoje têm outra situ/ eles trabalham... sim... mas não é pra sobreviver... Doc: eles quem?... Loc: os jovens... normalmente... não é? se eles têm ... eu estou falando da família média... eu fiquei aí... hein... nessa faixa... eu não estou saindo dela não... **sair** daí é um

<sup>69</sup> Apesar de darmos enfoque aqui à interpretação do infinitivo sem flexão em relação a (47), esta é uma sentença que favorece também a leitura de infinitivo com flexão, conforme será visto mais à frente.

perigo... nós vamos muito profundo... melhor a gente ficar mesmo só na... na família de classe média... né?” [27.doc].

(50) “você falou em pão antes logo no começo...você podia enumerar assim alguns tipos de pães que você pode comprar nesses lugares? #L bom...PÃES...pães de fôrma não é pra ter em casa...é muito bom **ter** um pão de forma em casa...na padaria você compra as bisnagas...pão francês...pão careca...existem também::: pães-de-ló...pão-de-MEL...”[25.doc].

(51) “um amigo nosso que já tinha CARro naquela época que também não era uma coisa muito comum... **ter** CARro... ele tinha u:m chevroletzinho... não sei de que ano trinta e pouco sei lá... e:... então ele nos trouxe... de carro lá da da Tijuca pro Flamengo e tal... ainda: são meus compadres até... até hoje são...” [33.doc].

Em (49), “sair daí” está subordinada a “é um perigo”; em (50), “**ter** um pão de forma em casa” está subordinada a “é muito bom”; por último, em (51), “**ter** carro” está subordinada a “não era uma coisa muito comum”. Estas subordinadas atuam sintaticamente no lugar de substantivos e têm como núcleo verbos no infinitivo sem flexão, pois não se evidencia aí uma pessoalidade, é como “Caminhar faz bem” ou “Viajar é bom”. Sendo assim, por ser dispensável a recuperação de uma pessoalidade, estes verbos foram considerados sem flexão. Nestas sentenças, portanto, eles fazem injunção a um fato, a uma tese, sem que seja necessário focalizar a participação de uma personagem.

No entanto, é importante observar sempre a injunção da textualidade na configuração do infinitivo. Vejamos:

(52) “Ah, é a gruta azul (sup.) #D (sup.) A senhora teve ocasião de ver, de fazer (sup./inint.) #L (sup.) Tive, tive. Só que no dia em que eu fui lá ela estava verde. Eu juro. Morrerei dizendo que ela estava verde. Todo mundo diz, todo mundo diz que ela nunca fica verde mas no dia que eu fui lá ela estava verde. #D (inint./sup.) estava verde. #L Aliás, pra mim foi um sacrifício **entrar**, porque eu tenho um pouco de claustrofobia, entendeu?” [n. 219, entr.cnc].

Esta sentença, por exemplo, revela a possibilidade de se compreender “entrar” como sendo infinitivo com flexão, mesmo estando em uma subjetiva. Assim, acreditamos ser possível parafraseá-la por: “pra mim foi um sacrifício (eu) entrar”, já que, neste caso, não há impedimento formal para a colocação do pronome adjacente ao verbo. Do mesmo modo, não há impedimento sintático na colocação de pronomes, em (49) “(a gente) sair daí é um perigo”, em (50) “é muito bom (a gente) **ter** um pão de forma em casa” e em (51) “não era uma coisa muito comum... (a gente) **ter** CARro”. Por isso, a interpretação de

infinitivo com flexão também é possível. Entretanto, como a participação de uma personalidade não é foco destas sentenças, mas a constatação de um fato, ressaltamos a leitura do infinitivo sem flexão. O mesmo ocorre com (47), que, apesar de estar inserido em uma completiva nominal, aceita a colocação de um pronome. Portanto, uma paráfrase como “você falou num problema de...(a gente) **sair** daqui” seria possível, mas é preciso considerar que o foco desta sentença está em uma tese, e não em uma personalidade.

Sendo assim, (47), (49), (50), (51) e (52) possibilitam duas leituras, já que a inserção de um pronome adjacente ao verbo não é barrada. No entanto, estas sentenças foram excluídas, pois a textualidade prioriza o enfoque em uma tese, sem evidenciar o traço de personalidade. Assim, para efeitos de exemplificação, estas sentenças nos mostram que a determinação do infinitivo sem flexão não parte apenas de questões formais, mas também de questões enunciativas.

#### **3.1.4.1.4 Infinitivo sem flexão em expressão fixa**

Tenhamos como exemplo:

(53) “ele um dia foi visitar um parente ali perto daquela favela do Bonsucesso ... ( ) mas como o Geraldo não é de **aparecer** ...” [30.doc].

Este caso é muito semelhante àquele das completivas nominais e das objetivas indiretas, pois a configuração formal da expressão é o que mais justifica a condição de infinitivo sem flexão. Como pode ser visto em (53), a personalidade de “aparecer” é recuperável: “O Geraldo”. No entanto, nem o SN “o Geraldo”, nem o pronome “ele” podem estar adjacentes a “aparecer”. Logo, trata-se de infinitivo sem flexão. Por isso, ocorrências deste tipo também foram excluídas.

#### **3.1.4.1.5 Outros casos de infinitivo sem flexão**

Há ocorrências em que a própria textualidade, sendo construída de modo mais generalizador, leva-nos a caracterizar o infinitivo como sendo sem flexão. Nos casos seguintes, ao contrário de formatos anteriormente descritos, a inserção de um pronome adjacente ao verbo não é barrada. Entretanto, a interpretação de infinitivo com flexão é preterida, tendo em vista uma gama de recursos textuais que conduzem a leitura para uma interpretação mais generalizada do fato, sem evidenciar qualquer personalidade.

Vejamos:

(54) “L2 mas não é controlado não... entendeu... L1 não não é controlado diretamente... mas indiretamente é... L2 não é porque os outros vão falar que você vai ficar chateado e

não vai chegar atrasado não... você chega atrasado... L1 por que **chegar** atrasado ( ) ((risos))? D ele vem de carro... como é que você vem? L2 eu venho de ônibus... ( ) D você vem nesse ônibus?” [16.doc].

(55) “DOC - E ... Mas, depois assim na sua adolescência, não tinha grupinho? LOC - Não... Tinha DOC - ( ininteligível ) LOC -Não até tinha mas, não era muito constante entendeu, era aquela coisa de, quem tava sem namorado, se juntava pra **sair**, entendeu, porque era época que tava todo mundo começando a namorar” [45.doc].

Em (54), apesar de as orações que precedem a frase “por que chegar atrasado” estarem marcadas pelo pronome “você”: “L2 não é porque os outros vão falar que **você** vai ficar chateado e não vai chegar atrasado não... **você** chega atrasado”, este “você” pode ser caracterizado como uma forma de dispersão do sujeito. Sendo assim, “você” não tem ancoragem referencial específica no interlocutor. Trata-se de um recurso de teatralização discursiva para se postular uma cena na qual alguém (não necessariamente o interlocutor) chega atrasado e é censurado por isso. Neste processo, então, já se começa a engatilhar uma enunciação mais generalizadora. Nesse sentido, o locutor 1 (L1) continua a interlocução com uma enunciação também generalizadora, fazendo uso do infinitivo sem flexão, que não alcança pessoalidade nas enunciações anteriores.

Por sua vez, em (55), a genericidade é configurada pelo “quem”, sujeito perfil, presente na oração precedente àquela que está em análise, e por “todo mundo”, presente em uma das orações seguintes àquela em análise. Outros elementos que marcam uma enunciação mais generalizadora, neste fragmento, são: o uso de “ter” atuando como condensativo, que representa mais uma constatação do fato e menos uma busca de pessoalidade; e o uso da expressão “era época”, que parece condicionar os fatos a uma tendência da época e nem tanto à participação efetiva do locutor naquilo que relata. Tudo isso, então, configura uma enunciação generalizadora, que influencia a interpretação de “sair”, em (55), como sendo infinitivo sem pessoalidade e, portanto, sem flexão.

Por isso, tanto em (54) quanto em (55), mesmo que os verbos “chegar” e “sair” não estejam inseridos em um dos formatos anteriormente descritos, trata-se também de infinitivo sem flexão, pois pertencem a uma textualidade generalizadora. Além disso, é importante ressaltar que mesmo os formatos anteriormente descritos devem ser analisados com cautela, pois, se a presença de um pronome, adjacente ao verbo, for permitida pela organicidade sentencial, é possível que se recupere uma pessoalidade. Nestes casos, teremos dupla possibilidade de leitura.

### 3.1.4.2 Infinitivo com flexão

Vejamos:

(56) “não é o problema de **existir** ou não o dinheiro” [n. 153, existx.cnc].

(57) “Tanto que você, eh, eh, muitas vezes vão chegando aqueles barcos de turismo e ficam ali parados, trinta, quarenta, cinquenta, esperando que o mar se acalme pra poder **entrar**.” [152, entr.cnc].

(58) “L2 são bastante sofisticadas... bastante sofisticadas... L1 [ são bastante ( ) ah... existe até uma certa discriminação para atender a quem entra bem ou mal vestida... L2 exatamente... até na maneira de **entrar**... L1 de **entrar**... é...” [n.118, entr.cnc].

Nos casos exemplificados, a pessoalidade se instala, tanto explicitamente, em um SN, quanto em uma categoria vazia (recuperável pontualmente ou não no texto). Assim, em (56), a convergência ocorre no SN “o dinheiro”, que ocupa o lugar de sujeito e objeto concomitantemente. Por sua vez, em (57), a convergência ocorre em uma categoria vazia recuperável em “aqueles barcos de turismo”. Por último, em (58), a convergência também ocorre em uma categoria vazia. Contudo, esta categoria não é recuperável de modo pontual no texto, mas a partir de informações disponíveis, que podem ser encapsuladas em uma palavra-chave “a cliente”: “na maneira de (a cliente) entrar”.

Neste momento, faz-se necessário ressaltar que o estudo da configuração do infinitivo coloca imediatamente em pauta o conceito de anterioridade de predicação. Assim, conforme nos mostram os exemplos de (56) a (58), a força da anterioridade do lugar de sujeito leva-nos a uma busca pela pessoalidade que compõe as predicções “existir”, “poder entrar” e “entrar”. Esta anterioridade, no entanto, não significa necessariamente a busca de uma ancoragem referencial no corpo textual anafórico. Ela força a busca de uma pessoalidade, que pode ser recuperável antes ou depois do verbo, em um SN (57), em alguma informação encapsulada a partir do texto (58) e demais pontos de ancoragem conforme descrevemos na seção “3.1.1 Tipos de sujeito”.

Assim, o conceito de anterioridade não está relacionado à posição de um determinado constituinte na linearidade da sentença, nem muito menos à presença deste constituinte no texto, mas a um “ponto de partida” que aciona a flexão. Este ponto de partida se configura não no escopo do verbo, mas na dimensão da textualidade ou da enunciação, que é capaz de projetar este “ponto de partida”. Por isso, o sujeito não é um argumento do verbo, ele é algo da construção enunciativa na qual se insere a sentença. Sendo assim, mesmo que a forma do infinitivo sem flexão coincida com a forma do

infinitivo com flexão, a textualidade nos permitirá, na maior parte dos casos, decidir entre um ou outro.

Assim, a questão do infinitivo se configura no limiar entre as possibilidades lingüísticas e as injunções da textualidade e da enunciação. É a partir do desenvolvimento da leitura que o lingüista poderá definir se o infinitivo está ou não agregando pessoalidade. Assim, nestes casos, mesmo que não haja concordância, como em (57), há uma flexão latente, marcada pelo morfema zero, capaz de articular o lugar de sujeito e o verbo.

### **3.1.4.3 Dupla possibilidade de interpretação: infinitivo sem flexão ou infinitivo com flexão**

Os casos apresentados a seguir demonstram uma situação limítrofe na qual o infinitivo pode ser interpretado tanto com flexão quanto sem flexão, de acordo com a leitura que se faça. É importante ressaltar que, ao reconhecermos casos em que há dupla possibilidade de interpretação, não estamos engendrando uma argumentação tênue sobre algo desconhecido. Ao contrário, estamos considerando o espaço limite no qual se cruzam a textualidade e a organicidade lingüística para a constituição do infinitivo. Logo, trata-se de uma reflexão coerente para o propósito geral que permeia nosso trabalho: perceber quais as injunções do acontecimento, isto é, da língua em funcionamento, na configuração das categorias lingüísticas.

Vejamos:

(59) “L2 é... desprezo totalmente o dinheiro... pra mim... pra mim o dinheiro: serve pra isso... pra comprar um Tarod... pra comprar um móvel... pra **ter** um automóvel... viajar... não me prendo ao problema de... de juntar dinheiro... pra... pra ganhar o juro da ação da Petrobrás que vai subir... ou então pra:... fazer o enxoval da filha...” [n. 249, terx.cnc].

Apesar de (59) constituir-se como uma opinião do locutor sobre o dinheiro, o verbo em destaque faz parte de uma enumeração das utilidades do dinheiro para quem não se prende a ele: “pra comprar um Tarod... pra comprar um móvel... pra **ter** um automóvel... viajar...”. Nesse sentido, a opinião do locutor é colocada em contraste com a opinião daqueles que preferem economizar, ou seja, daqueles que se “prendem a ele”: “juntar dinheiro... pra... pra ganhar o juro da ação da Petrobrás que vai subir... ou então pra:... fazer o enxoval da filha...”. Assim, de acordo com cada um destes pontos de vista, a enumeração das utilidades do dinheiro seria diferente. Neste aspecto, uma leitura possível do infinitivo seria sem flexão, tendo em vista uma enumeração de utilidades dada a partir de dois pontos de vista gerais.

Entretanto, há também uma leitura com pessoalidade possível. Neste caso, a presença do pronome “eu” nas orações “pra (eu) comprar um Tarod... pra (eu) comprar um móvel... pra (eu) **ter** um automóvel...” seria possível. Nesta leitura, a participação do locutor na enumeração das utilidades do dinheiro estaria colocada em evidência, e o infinitivo seria compreendido como sendo flexionado.

Outra sentença que se constitui a partir de duas possibilidades de análise é a seguinte:

(60) “... agora... já... diversão... a idéia já é bem mais ampla... quer dizer... a princípio... estar em casa num dado momento... lendo uma certa obra... é divertido também... né... como **sair** à noite... ir pra um bar... beber com um amigo... dançar... eu me divirto até... agarrando e dando uns beijos na minha filha” [n. 105, saix.cnc].

Podemos interpretar “sair” como sendo infinitivo sem flexão, se concebermos que se trata de uma “tese”, uma afirmação mais geral que não envolva especificamente (ou somente) a participação do locutor. Um traço da textualidade que pode corroborar esta interpretação é que o locutor se dispõe a explicar um conceito “diversão...a idéia já é bem mais ampla”. Ao explicar esta idéia, não se parte de uma pessoalidade, mas de uma enumeração dos elementos que a constituem, sendo um deles “sair à noite”. Assim, atribui-se um tom menos específico e mais amplo às afirmações.

Por sua vez, a interpretação com flexão ocorre na medida em que podemos compreender a instalação de uma categoria vazia, qual seja, uma elipse do pronome “eu”, nas orações constitutivas desta sentença: “(eu) estar em casa num dado momento... lendo uma certa obra... é divertido também... né... como (eu) **sair** à noite... (eu) ir pra um bar... (eu) beber com um amigo... (eu) dançar... eu me divirto até... agarrando e dando uns beijos na minha filha”. Neste caso, a pessoalidade estaria colocada em evidência.

Ainda outros exemplos são os que se seguem:

(61) “minha vida mudou completamente, foi uma mudança radical, cento e oitenta graus. Passei a não, poder sair, não saio de noite, e hoje em dia você sem carro fica muito difícil pra poder **sair**. Então é preciso que alguém, venha aqui, e me apanhe, e me traga, de volta porque ele não vai, e eu vou pouco a teatro se bem que eu gostasse muito de teatro” [n. 115, saix.cnc].

(62) “Agora... não... faltou falar da juventude né... hoje o quadro na verdade mudou muito... mais uma vez como suburbano... adolescente... eu continuava a jogar bola na rua... pião já não rodava tanto... a bola de gude também... muito menos... mas aí veio um quadro novo dos bailes né... de **sair**... com os amigos... à noite... pra ir pra os bailes... clubes... e na

época da discoteca... que graças a Deus... ( ) contemporâneo da discoteca... então... eu freqüentava também... todos finais de semana os clubes...” [n. 181, saix.cnc].

Em (61), a interpretação do infinitivo sem flexão ocorre na medida em que concebemos a afirmação “fica muito difícil pra poder **sair**” como uma tese, sem evidenciar a participação do locutor. Pelo menos dois elementos da textualidade na qual está inserida esta afirmação nos permitem esta interpretação. Um deles é a expressão “hoje em dia”. Esta expressão conduz as razões para a “dificuldade de sair sem ter carro” a um problema da contemporaneidade e não exatamente a uma questão de comodidade do próprio interlocutor. Outro elemento é o *status* de “você”, que funciona como forma de dispersão do sujeito. Sendo assim, este “você” não tem como referência direta o interlocutor, mas todos aqueles que querem sair e que, para isso, precisam de um carro. Portanto, estes dois elementos favorecem uma interpretação de “poder sair”, como sendo infinitivo sem flexão, já que se evidencia muito mais uma tese do que a participação de um locutor específico.

Entretanto, mesmo que o “você” tenha uma dimensão mais geral nesta textualidade, ele pode ser alocado na oração em análise “pra (você) poder sair”, havendo, portanto, a marcação de uma personalidade. Neste caso, o pronome estaria simplesmente elíptico nesta unidade oracional. Por isso, a interpretação de (61) com flexão também é possível.

Por sua vez, em (62), também há elementos que podem ser destacados a fim de justificarmos a interpretação do infinitivo sem flexão. Um deles é alocar o fato de “sair com os amigos” em “um quadro novo dos bailes”. Este enquadramento faz com que “sair” seja compreendido não a partir de uma opção do locutor, mas algo que seria uma tendência deste quadro. Logo, não se coloca, em evidência, o fato de o locutor sair, mas o fato de sair como sendo pertencente a este quadro. Também justifica a interpretação do infinitivo sem flexão o fato de que oração em destaque se constitui como uma dentre outras enumerações pertencentes a este quadro: “**sair**... com os amigos... à noite... pra ir pra os bailes... clubes...”. Então, acreditamos que estes dois elementos da textualidade, quais sejam, o enquadramento em uma tendência e o pertencimento a uma enumeração, corroboram a interpretação de “sair” como sendo infinitivo sem flexão.

Por outro lado, a interpretação de “sair” como sendo infinitivo com flexão também é possível, se compreendermos a configuração de uma categoria vazia, na qual o pronome “eu” está elíptico: “de (eu) **sair**... com os amigos... à noite... pra (eu) ir pra os bailes... clubes...”. Neste caso, a personalidade se instala, porque se coloca em evidência a participação do locutor nos eventos descritos.

Sendo assim, por disporem de duas interpretações, sentenças como estas não foram excluídas do *corpus* em análise, já que há possibilidade de constituição do lugar de sujeito. Entretanto, apesar de reconhecermos a interpretação destes verbos como infinitivo sem flexão, é a interpretação com flexão que viabiliza uma análise da convergência dos lugares sintáticos. Por isso, ela nos interessa mais que a interpretação sem flexão, em termos de recortes metodológicos.

### 3.2 OCORRÊNCIAS EXCLUÍDAS

Dentre os dados em análise, algumas ocorrências foram desconsideradas porque não contraíam pertinência para com os objetivos propostos. Assim, listaremos, a seguir, exemplos de ocorrências excluídas, alocadas separadamente segundo o tipo de justificativa que condicionou sua exclusão. Em geral, apagaram-se as ocorrências nas quais: o verbo pertence a uma expressão fixa; o lugar sintático é ocupado por uma oração; o verbo está inserido em uma oração subordinada adjetiva; o verbo é apenas auxiliar em locuções verbais; o verbo atua como operador argumentativo ou como menção; o verbo é apenas homônimo; a sentença é constituída por um sujeito do tipo perfil; a sentença é constituída por infinitivo sem flexão; a sentença está truncada; o lugar sintático é ocupado por um item lexical que faz paráfrase a expressões interrogativas.

#### 3.2.1 Expressão fixa

Neste tipo de ocorrência, o verbo funciona apenas como um dos componentes da expressão. Portanto, ele não atua como uma construção sintática autônoma, o seu funcionamento está condicionado ao funcionamento da expressão em sua totalidade.

Vejamos:

(63) “... olha em Nova Iorque se não houvesse metrô... eu creio que era impossível... L1 exato... L2 mesmo a pé... por cima do: da parte superfície é humanamente impossível... porque **o que existe de** habitantes e de:... pessoas que PAssam... por dia lá é uma coisa monstruosa né?...” [20.doc].

(64) “... não... tudo... eu não quero indústria aí é que está o teu engano... o meu negócio não é indústria... eu estou tomando chá de indústria... **chega de** operário... L2 **chega de** operário? L1 ( ) por mais alto que seja o seu nível... trabalhando dentro de uma indústria... você não passa de um simples operário... o cara entra às sete está desligado do mundo até às cinco e meia...” [16.doc].

(65) “Doc. você jogou basquete também? Loc. joguei quando:: estudante... quando universitário ainda joguei pela faculdade... joguei basquete... pratiquei vôlei... futebol... e o::... jiu jitsu... e pratiquei também... tiro... tiro ao alvo... Doc. e tênis? Loc. não não... nunca fui **chegado a** tênis... nunca fui **chegado a** tênis... não que não gostasse nem admirasse mas... eu acho mais monótono...” [31.doc].

(66) “Com o Senador Darci Ribeiro, eu trato de você mesmo, porque são trinta anos de convivência, a gente vai acostumando, não tem, é bem normal, e ele também **faz por onde**, tratar dessa forma, a todos que trabalham com ele.” [42.doc].

Nas expressões “o que existe de”, “chega de”, “chegado a” e “faz por onde”, os verbos “existir”, “chegar” e “fazer” atuam dentro de um aglomerado do qual eles apenas fazem parte. Por isso, são as expressões que funcionam como construção sintática, e não os verbos.

### 3.2.2 Lugar sintático ocupado por oração

Este tipo de ocorrência foi excluído porque, para os limites deste trabalho, propomo-nos a analisar sentenças nas quais as categorias sujeito e objeto possam ser identificadas em SNs (sejam eles retomados por pronomes ou atualizados em categorias vazias ou em categorias integradas), mas não em orações. Entretanto, percebe-se, de antemão, que a oração, quando subordinada a uma principal, composta por um verbo que se apresenta como condensativo, também possui mobilidade na posição. É o que se constata nos pares de (67) a (72), apresentados a seguir.

#### 3.2.2.1 Orações consideradas Subordinadas Substantivas Subjetivas

(67a) “[o que acontece comigo] acontece com::... milhares de pessoas todos os dias” [48.doc].

(67b) “acontece com milhares de pessoas todos os dias [o que acontece comigo]”.

(68a) “[o que há de mais bonito] **existe** em folclore baiano” [07.doc].

(68b) “Existe, em folclore baiano, [o que há de mais bonito]”.

(69a) “**cabe** ao poder público [não deixar o sujeito fazer essas patifarias]” [20.doc].

(69b) “[não deixar o sujeito fazer essas patifarias] **cabe** ao poder público”.

(70a) “mas **acontece** [que... nós não temos essas condições]” [02.doc].

(70b) “mas ... [que nós não temos essas condições] ...acontece”.

(71a) “**ocorre** [que a minha família... a minha responsabilidade é muito grande...]” [18.doc].

(71b) “[que a minha família... a minha responsabilidade é muito grande...] **ocorre**”.

### 3.2.2.2 Orações consideradas Subordinadas Substantivas Objetivas Diretas

(72a) “não **havia** também [como se tratar]” [37.doc].

(72b) “[como se tratar] não havia”.

(73) “é aquela velha história... pega um tijolo... bota um barbante no tijolo... **faz** um elefante puxar...” [n. 120, fazx.cnc].

Nota-se, portanto, que, nas ocorrências com verbos que se apresentam como condensativos, há mobilidade na posição da oração. Isto significa também a possibilidade de convergência em oração, que ocupa o lugar sintático. Sendo assim, a própria classificação delas como sendo subjetivas ou objetivas diretas estaria comprometida. Entretanto, permaneceremos com a divisão tradicional, dado que nosso escopo, até o momento, não abarca ocorrências nas quais o lugar sintático é ocupado por oração.

Por fim, (73) é uma ocorrência na qual os lugares de sujeito e objeto se atualizam separadamente na linearidade da sentença: o lugar de sujeito é do tipo suporte, com ancoragem em segunda pessoa, que, por sua vez, é determinada pelo imperativo; já o lugar de objeto é ocupado pela oração “um elefante puxar”. Casos como este, apesar de o lugar sintático estar ocupado por uma oração, não foram excluídos da análise, pois não se trata de verbos condensativos.

### 3.2.3 Verbo em Oração Subordinada Adjetiva

Este tipo de subordinada também foi excluído porque, nestes casos, o lugar sintático é ocupado por um pronome relativo, que não tem mobilidade na sentença. Então, se este pronome não pode ser posposto ao verbo, não há convergência. Esta é, então, uma das restrições encontradas em relação à mobilidade na posição do SN com verbos que se apresentam como condensativos.

Vejamos:

(74) “... porque é dinheiro que **entra** e **sai** no dia seguinte quase... né...” [38.doc].

(75) “Fui, fui quase suspenso, é, coisa que nunca **aconteceu** no S. José” [52.doc].

(76) “a quantidade de íons que **existe**... vai ser extremamente pequena... certo?” [01.doc].

(77) “E o que não nos **falta** aqui é sol, né?” [39.doc].

(78) “naquela faixa... todavia deve/... deveria diminuir o estrago que **houve**...” [16.doc].

(79) “é a mesma coisa que **ocorre** em termos de uma empresa...” [03.doc].

(80) “a primeira Constituição Francesa... que **surge** nessa fase...” [06.doc].

(81) “uma vez em agosto numa feira de exposições que **teve** em Três corações...” [47.doc].

Estes exemplos nos mostram que os verbos “entrar”, “acontecer”, “existir”, etc., mesmo atuando como condensativos, nestas sentenças, não favorecem a convergência. Ela é barrada, nestes casos, porque o ocupante do lugar sintático é um pronome relativo, que não pode ser posposto. Estes casos foram, portanto, excluídos. No entanto, eles não invalidam a hipótese da convergência, pois esta restrição não está no âmbito da construção sintática do verbo, mas da construção da sentença na qual este verbo está inserido.

Importa ressaltar, ainda, que os casos de oração subordinada adjetiva só foram excluídos quando o verbo se apresentava como condensativo. Portanto, exemplos como os que se seguem foram considerados:

(82) “eu não... não aplaudia as coisa errada que ele **fazia**...” [n. 88, fazx.cnc].

(83) “se vai punir o... o... o... assalariado do banco que... que **faz** um desfalquezinho” [n. 93, fazx.cnc].

Em (82), “que” ocupa o lugar de objeto e retoma o SN “as coisa errada”, enquanto “ele” ocupa o lugar de sujeito. Por sua vez, em (83), “que” ocupa o lugar de sujeito e retoma o SN “o assalariado do banco”, enquanto “um desfalquezinho” ocupa o lugar de objeto. Nestas sentenças, portanto, os lugares de sujeito e objeto estão atualizados separadamente. Logo, estes verbos não se apresentam como condensativos e, por isso, as ocorrências de adjetivas foram consideradas nestes casos.

Vejamos agora um outro tipo de oração subordinada que barrou a mobilidade na posição do SN:

(84) “... dizem oh... se o senhor vai pagar isto... isso aqui é a entrada... depois em cada prestação é tanto... depois de um prazo o senhor paga tanto e pra **entrar** vai dar mais tanto...” [18.doc].

Nesta sentença, o impedimento na alteração da posição do SN deve-se ao fato de que o núcleo da oração subordinada “entrar” está adjacente ao núcleo da principal “vai dar”. Neste caso, quando se pospõe o SN, ele deixa de pertencer à oração subordinada e passa a pertencer à principal. Sendo assim, enquanto em “pra (o senhor) entrar vai dar mais tanto”, “o senhor” ocupa o lugar de sujeito do verbo “entrar”; em “pra entrar, (o senhor) vai dar mais tanto”, “o senhor” deixa de ser sujeito do verbo “entrar” para ser sujeito da locução “vai dar”. Este é, portanto, mais um exemplo de subordinada que foi excluído.

Estes casos de subordinada impedindo a convergência poderiam nos levar a pensar que todos os períodos compostos por subordinação deveriam ser excluídos. No entanto,

não podemos fazer esta generalização. Isto se deve ao fato de que nem todas as ocorrências de período composto por subordinação apresentaram restrição, como se pode ver a seguir:

(85) “Se eu tiver mesmo de comprar alguma coisa, eu ainda tento comprar num camelô da cidade, pra não ter que **entrar** numa loja, tal a ojeriza.” [n. 38, entr.cnc].

(86) “ele vai levar quanto tempo pra comprar o apartamento dele e o carro... pra **chegar**... portanto... nesse nível aqui... dentro de uma escala?” [n. 89, chegx.cnc].

(87) “você falou que **existe** o supervisor:... e **existe** o técnico...” [n. 21, existx.cnc].

Os verbos “entrar” e “chegar”, em (85) e (86), compõem uma subordinada adverbial. Além disso, os lugares sintáticos de sujeito e objeto desses verbos estão atualizados por uma categoria vazia, com anáfora. Assim, podemos parafraseá-las da seguinte maneira:

(85a) “Se eu tiver mesmo de comprar alguma coisa, eu ainda tento comprar num camelô da cidade, pra (eu) não ter que **entrar** numa loja, tal a ojeriza.”

(85b) “Se eu tiver mesmo de comprar alguma coisa, eu ainda tento comprar num camelô da cidade, pra não ter que **entrar** (eu) numa loja, tal a ojeriza.”

(86a) “ele vai levar quanto tempo pra comprar o apartamento dele e o carro... pra (ele) **chegar**... portanto... nesse nível aqui... dentro de uma escala?”

(86b) “ele vai levar quanto tempo pra comprar o apartamento dele e o carro... pra **chegar** (ele)... portanto... nesse nível aqui... dentro de uma escala?”

Também o verbo “existir”, em (87), compõe uma subordinada, porém, objetiva direta e pode ter a posição do SN alterada:

(87a) “você falou que [o supervisor] **existe**:::... e o [técnico] **existe**...”

Logo, a subordinação não impõe sempre uma restrição à convergência, é preciso analisar outros fatores que podem barrá-la, tais como a adjacência dos núcleos das orações principal e subordinada e a ocupação dos lugares sintáticos por um pronome relativo.

### 3.2.4 O verbo atuando como auxiliar em locuções verbais

Neste caso, não é possível analisar a convergência, porque o verbo, atuando como auxiliar, perde partes de sua configuração sintática no que se refere à constituição dos lugares sintáticos. Assim, apesar de ele poder guardar os morfemas modo-temporal e número-pessoal, que indicam sua articulação com o lugar de sujeito, ele não é mais uma categoria lexical plena<sup>70</sup>.

<sup>70</sup> Neste ponto, fazemos apenas uma alusão às noções categoria lexical plena *versus* categoria funcional, conforme abordam Hopper & Traugott (1993). Segundo estes autores, “it is usually accepted that some kind

A seguir, estão, portanto, alguns exemplos de locuções que foram excluídas:

(88) “eu tinha consultório aqui na avenida Rio Branco ... e o meu telefone **havia** enguiçado...” [20.doc].

(89) “Então você **começa** a fazer coisas que você nunca faria no Brasil.” [46.doc].

(90) “Deslumbrado né ( risos ) Loc - Oh! Neve! Aí é tanto que você **sai** tirando foto assim dos altos dos montes, assim das das montanhas, né, tudo com neve lá” [46.doc].

(91) “uma/uma lei mais rígida né... pra controlar isso porque senão fi/daqui a pouco::... vão **sair** matando aí...” [48.doc].

(92) “Quer dizer, ele **teve** que passar a noite em claro pra recompor o que tinha sido feito.” [39].

(93) “a minha escolha não é diferente... eu vou aonde **tiver** programado...” [16.doc].

Não sendo mais uma categoria lexical plena, o verbo auxiliar não projeta o lugar de objeto, apenas sinaliza sua relação com o lugar de sujeito, pois é nele que a flexão ocorre. Por sua vez, é o verbo principal que demarca a projeção do lugar de objeto. Neste ponto, é importante mencionar que compreendemos a locução como sendo um bloco único no qual o verbo auxiliar é flexionado, permitindo a articulação com o lugar de sujeito. Por sua vez, o verbo principal, e não o auxiliar, apresenta o potencial de projeção do objeto, permitindo a articulação com o lugar de objeto. Assim, como o verbo auxiliar não projeta o lugar de objeto, as ocorrências nas quais o verbo analisado atuava como auxiliar foram excluídas.

Entretanto, as ocorrências nas quais o verbo analisado era principal, em uma locução, não foram excluídas. Partindo da premissa segundo a qual a locução funciona como um bloco único, a flexão é responsabilidade do verbo auxiliar. Então, mesmo que o principal não seja flexionado em número e pessoa, ele está acionado virtualmente pela flexão do auxiliar. Além disso, ele se encarrega da projeção do lugar de objeto. Sendo

---

of distinction can be made (...) between “content” words, also called “lexical items,” and “function” words, also called “grammatical” words. The words *example*, *accept*, and *green* (...) are examples of lexical items (...) The words *of*, *and*, *or*, *it*, *this* (...) are function words.” (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p.4). Sendo assim, para estes autores, os verbos auxiliares entram em um dos tipos classificados como formas gramaticais, qual seja, o clítico: “These are forms that are not affixes, but are constrained to occurring next to an autonomous word, known as the host (...) The Greek stem from which the word clitic is derived means ‘to lean’; so a clitic is a form that ‘leans’ against another.” (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p.5). Dentre outros tipos de formas gramaticais estão: “Grammatical words with relative phonological and syntactic independence. For example, English prepositions” (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p. 4); “Derivational forms (...) In *swimmer*, the suffix *-er* derives a noun from the verb *swim*” (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p. 5); por fim, “Inflexions (...) by definition are always part of another word.” (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p.6). Entretanto, segundo os autores, “there is no full agreement on definition of grammatical forms, in general it is possible to speak of a “continuum” with various “cluster” or “focal areas” (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p.4), conforme estes quatro tipos de formas gramaticais mencionados.

assim, podemos aplicar o teste da posição em locuções, quando o verbo analisado é principal, como se constata nos seguintes exemplos:

(94) “porque eu acho que eu vou ficar uma velha ridícula... porque qualquer dia... estou eu **saindo**... aí... de capa... cheia de colares assim...” [n. 205, saix.cnc].

(94a) “... porque qualquer dia... [eu] estou **saindo**... aí... de capa... cheia de colares”.

(94b) “... porque qualquer dia... estou **saindo** [eu]... aí... de capa... cheia de colares”.

(95) “Depois que ele perdeu a visão, não dirigiu mais, minha vida mudou completamente, foi uma mudança radical, cento e oitenta graus. Passei a não poder **sair**, não saio de noite” [n. 127, saix.cnc].

(95a) “Passei (eu) a não poder **sair**”.

(95b) “Passei a não poder **sair** (eu)”.

(96) “eu não pretendo ficar trinta e cinco anos na mesma indústria não... pretendo **sair** de uma pra outra” [n. 165, saix.cnc].

(96a) “pretendo (eu) **sair** de uma pra outra”.

(96b) “pretendo **sair** (eu) de uma pra outra”.

(97) “as prestações... após a entrega das chaves... serão... de três mil e seiscentos cruzeiros... sabe quanto é que está **saindo** o meu financiamento mensal?...” [n. 237, saix.cnc].

(97a) “sabe quanto é que [o meu financiamento mensal] está **saindo**?...”.

(97b) “sabe quanto é que está [o meu financiamento mensal]**saindo**?...”.

(85)<sup>71</sup> “Se eu tiver mesmo de comprar alguma coisa, eu ainda tento comprar num camelô da cidade, pra não ter que **entrar** numa loja, tal a ojeriza.” [n. 38, entr.cnc].

(85a) “Se eu tiver mesmo de comprar alguma coisa, eu ainda tento comprar num camelô da cidade, pra não ter que **entrar** (eu) numa loja, tal a ojeriza.”.

(85b) “Se eu tiver mesmo de comprar alguma coisa, eu ainda tento comprar num camelô da cidade, pra não ter (eu) que **entrar** numa loja, tal a ojeriza.”.

(98) “Então, houve a tentativa do trabalhador de se defender da opressão do patrão e começaram então a **surgir** as primeiras associações de operários.” [n. 17, surgx.cnc].

(98a) “e [as primeiras associações de operários] começaram então a **surgir**.”.

(98b) “e então começaram [as primeiras associações de operários] a **surgir**.”.

(99) “eu posso **ter** pequenas empresas de diversas dimensões...” [n. 35, terx.cnc].

(99a) “posso **ter** [eu] pequenas empresas de diversas dimensões...”.

---

<sup>71</sup> Exemplo retomado deste mesmo capítulo.

(99b) “posso [eu] **ter** pequenas empresas de diversas dimensões...”.

Com base nestes exemplos, vimos que o teste da posição, com locuções verbais, pode ser feito tanto em relação ao auxiliar, quanto em relação ao principal. Isso indica que, mesmo nas locuções, há possibilidade de análise da convergência dos lugares sintáticos. Por isso, estas ocorrências foram consideradas, diferentemente daquelas em que o verbo analisado era auxiliar. Neste caso, a razão pela exclusão se deve ao fato de que ele é apenas uma categoria formal que não projeta o lugar de objeto.

### 3.2.5 Verbo atuando como operador argumentativo

Observemos as seguintes ocorrências:

(100) “gerando um câmbio negro... e ia gerando uma série de outras coisas... porque se a gasolina sobe de seis para oito... pra dez... pra vinte ou lá o que seja... se você tem mil cruzeiros... você paga se não tem... não tem... **acabou**... deixa o carro em casa e não anda” [18.doc].

(101) “não não... cometa... L1 cometa que você diz? não... não... também... L2 ( ) nós nunca saímos de casa... L1 pra ver nada... L2 pra ver nada... a gente chegava na janela daqui e procurava ver... não estava vendo desse ângulo... () e **acabava**... pronto... L1 mas eu vi eclipse aqui desta janela...” [22.doc].

(102) “L1 [ você deu a maior força pra ela ( ) L2 dei... fui... fui eu que... fui eu que fez o noivado... L1 ah... você é uma irmã legal né? L2 foi... eh... foi o negócio eh... taí... faz e acabou... **chega**... foi uma confusão danada... L1 [ é... bota aí essa aliança ( ) é bota e acabou...” [17.doc].

(103) “a menina continuava sentada... sabe que aquilo ... eu sempre respeitei os mais velhos... isso... então eu achava assim uma desconsideração da parte dela... se permanecia sentada... em cima da mesa ... **começa** que em cima da mesa não é lugar de sentar...” [14.doc].

(104) “A senhora aqui, por exemplo, como é que se situa em relação a eles? #L Aí é que está, é que eu não me situo, (risos) eu, eu não me situo, mesmo, você sabe? Eu não tenho, o meu, o meu senso de direção é ... **Começa** que eu sou canhota! Então se eu estou num táxi e o homem me pergunta eu digo: não, o senhor vira à direita. E aí é pra virar à esquerda e ele se aborrece muito em geral” [28.doc].

(105) “Doc. popular... você acha que o judô é assim... popular? Loc. é popular... tem a capoeira... o judô é muito popular.. as academias estão cheias... de judocas... **haja** visto que

o Brasil já tem... inclusive... uns:: quatro ou cinco... campeões panamericanos de judô...” [31.doc].

Neste tipo de ocorrências, o verbo não atua como construção sintática com projeção dos lugares sintáticos. Diferentemente, ele atua como um marcador discursivo, articulando as unidades semânticas do texto. Assim, ele pode representar a finalização de uma unidade argumentativa, conforme pode ser visto em (100), (101) e (102); ele pode ainda representar o início de uma enumeração de justificativas, como pode ser visto em (103) e em (104); ou pode também iniciar uma explicação, como em (105). Assim sendo, em (100), (101) e (102), “acabou”, “acabava” e “chega” podem ser substituídos, por exemplo, por “pronto”; por sua vez, em (103) e em (104), “começa que” pode ser substituído por “em primeiro lugar”; por fim, em (105), “haja vista” pode ser substituído por “tendo em vista que”.

Por isso, estes verbos atuam como operadores argumentativos e não como construção sintática com projeção de lugares sintáticos. Esta é a razão por que foram excluídos.

### 3.2.6 Verbo atuando como menção

Sentenças como as que se seguem foram excluídas, pois o verbo não está sendo usado, mas mencionado:

(106) “tem sondagem de terreno e não sei mais o quê... e depois você deve comprar material... material enorme... né... nessas alturas todas tem dinheiro rodando até dizer **chega**<sup>72</sup>... você bota os pobres dos operários trabalhando... os operários trabalham... constroem o edifício” [08.doc].

(107) “então é aquele negócio que... que... que funciona... que você não tem isso mais nos Estados Unidos... que tinha nos Estados Unidos nos fins de cinq"uenta e sete... depois que começou os Estados Unidos... eh ... agora eu estou preocupado com meu português... eu disse... **começou os Estados Unidos**... eu devia dizer... depois que os Estados Unidos começaram ( ) ((risos)) D [((risos)) não se preocupe não... não... pode ficar à vontade ((riso)) L ( ) começaram a ingressar assim... um pouco mais de... de revisionismo” [10.doc].

(108) “e tudo era assim, chegava no Natal, sempre a parte do peru ficava com a Maria, porque ela, cozinava maravilhosamente bem. Um paladar! **Ter mão**, que se usa muito

<sup>72</sup> Na transcrição, nenhuma destas ocorrências de menção estava com aspas.

esse termo, não? E ter uma mão boa pra cozinhar então era, sempre gostoso o que ela fazia.” [37.doc].

Em todas estas sentenças, o caráter de menção fica explícito diante da presença do verbo “dizer”, como em (106) e em (107), e diante de expressões metalingüísticas, como “se usa muito esse termo”, em (108).

### 3.2.7 Verbo homônimo

Estamos considerando verbo homônimo o verbo que, mesmo apresentando a mesma grafia, possui trajetos semânticos distintos do verbo que é foco deste trabalho. Vejamos:

(109) “há: determinados juízes à parte que... é... em função da exibição de te/ exibição maior ou menor da técnica... premiam é aqueles que se **houve** melhor na luta... D ( )” [07.doc].

(110) “nós estávamos com os ingressos de futebol... "como é que eu vou **fazer** pra entrar?"... o estádio já devia estar cheio aquela hora... não havia mais ingresso pra vender à venda...” [22.doc].

(111) “se... realmente a guerra foi perdida pelos países do eixo... é que as condições... sociológicas... econômicas e políticas etc. etc. **fizeram** com que fosse perdida a guerra...” [04.doc].

Em (109), o verbo “haver” conflui no percurso semântico de “dar conta de; lidar com, sair-se” (HOUAISS, 2001). Por isso, este verbo não apresenta nenhum trajeto de sentido em comum com o verbo “haver”, quando se apresenta como condensativo. Portanto, nesta sentença, ele atua em uma configuração diferente do verbo “haver” condensativo, que é foco deste trabalho. Trata-se apenas de um verbo homônimo<sup>73</sup>. Por isso, não foi considerado. Por sua vez, o verbo “fazer”, confluyente no percurso semântico de “proceder” ou “lidar com”, como em (110), e de “causar”, como em (111), não possui nenhum trajeto em comum com “realizar, obrar” (HOUAISS, 2001) ou “tempo decorrido”, trajetos aos quais damos enforque neste trabalho. Assim, por atuarem como homônimos, verbos como “haver” e “fazer” de (109) a (111) não foram considerados.

### 3.2.8 Sujeito perfil

<sup>73</sup> Esta posição, tomada por nós, não condiz diretamente com a proposição de dicionaristas como HOUAISS (2001). Para ele, uma ocorrência como (109) seria exemplo de uma das acepções do verbo “haver”. Ele, portanto, não abre uma outra entrada lexical para uma ocorrência como esta.

Revisitemos alguns exemplos de sujeito perfil, com a mesma numeração inicialmente dada:

(25) “Todo mundo que **entra**, pode perguntar” [52.doc].

(26) “só quem **nasce** no Rio de Janeiro mesmo... ((riso)) éh... sabe né?” [48.doc].

(27) “aquele que **sair** em primeiro... na "Pole Position" levou a vantagem” [03.doc].

Em (25), o sujeito perfil está lexicalizado pela expressão “todo mundo que”, em (26), pelo pronome “quem” e, em (27), pela expressão “aquele que”. Estas expressões não podem figurar pospostas ao verbo. Por isso, neste tipo de ocorrência, o teste da mobilidade na posição não se aplica, mesmo que o verbo em análise se apresente como condensativo. Portanto, se o SN não é móvel, não há convergência.

Entretanto, este fato não invalida a hipótese deste trabalho, tendo em vista que, nestas sentenças, é o tipo de sujeito atualizado que promove uma restrição quanto à mobilidade na posição. Neste caso, o impedimento na mudança de posição não é um problema da configuração sintática do verbo ou da sentença, mas do tipo de sujeito atualizado.

### 3.2.9 Infinitivo sem flexão

Conforme explicamos nas considerações preliminares, excluimos somente as ocorrências de infinitivo sem flexão, que não permitiram a leitura de infinitivo com flexão. Em resumo, as ocorrências de infinitivo sem flexão são aquelas nas quais a organicidade sintática impede a alocação de um pronome adjacente ao verbo, mesmo sendo possível recuperar uma idéia de pessoalidade. Outro tipo de infinitivo sem flexão são as ocorrências nas quais a estrutura permite a instalação de um pronome, mas a textualidade impede uma leitura em que se evidencie a participação de uma personagem. Revisitemos alguns exemplos, com numeração diferente da que foi inicialmente dada na seção “3.1.4.1 Infinitivo sem flexão”:

(112) “desde o momento que você se disponha a **entrar** numa loja dessa e pagar” [17.doc].

(113) “há um negócio... quando o cavalo (es)tá... está prestes a a... a **sair**” [07.doc].

(114) “mas como o Geraldo não é de **aparecer** ...” [30.doc].

(115) “quem tava sem namorado, se juntava pra **sair**” [45.doc].

Em (112), “entrar” compõe uma oração subordinada substantiva objetiva indireta; em (113), “sair” compõe uma subordinada substantiva completiva nominal; em (114), “aparecer” compõe uma expressão fixa. Em todos estes casos, é possível recuperar a pessoalidade, mas a organicidade da sentença impede a colocação de um pronome

adjacente a estes verbos. Quanto a (115), apesar de a estrutura aceitar a colocação de um pronome, é a textualidade que impede a interpretação de infinitivo com flexão, tendo em vista, dentre outros aspectos já mencionados, a presença do sujeito perfil na oração anterior. Esta presença nos conduz a uma interpretação mais generalizada, sem evidenciar uma pessoalidade.

### 3.2.10 Sentenças truncadas

A seguir, apresentaremos exemplos em que a sentença está incompleta ou sem coesão. Casos como estes tiveram de ser excluídos, pois não viabilizaram a análise da convergência dos lugares sintáticos.

Vejam os:

(116) “ela não gostava de praia... nunca... meu pai fazia Tudo pra ela ir... botar o pé na areia na água... ela não botava... ela... conseguiu uma vez... ele conseguiu às cinco horas da manhã... levar ela na praia... então ela **acabou** POR causa da gente... meu pai comprou uma casa em Itacuruça e ela ia por causa de nós mas por ela não ia mesmo... ela não gostava” [50.doc].

(117) “então é preferível levar em moeda mais forte... eu levo ou marco... ou franco suíço... ou então o florim... que são as três moedas que se consegue realmente trocar com muita facilidade e geralmente trocando sempre com vantagem... coisa que o dólar nem sempre **acontece**... dependendo de determinadas ocasiões o dólar... ah... desce... não desce... não é como aqui no Brasil... essas variações muito grandes... mas sempre é uma” [18.doc].

(118) “eu não sei porque o Brasil não chega lá... não sei... porque o governo tinha responsabilidade de já ter chegado... perto do primeiro mundo... num país que é rico... que infelizmente tem muito analfabeto... mas que **haveri/** que devia haver programação... pra educar... ou para multAR... porque nos Estados Unidos em todas as cidades se se cuspir no chão paga-se uma multa... é... que é muito elevada...” [51.doc].

Em (116), “então ela **acabou**” é seguido por “por causa da gente”, que introduz uma outra unidade informacional sem relação com a oração em destaque. Por sua vez, em (117), a oração “coisa que o dólar nem sempre **acontece**” constitui-se como uma falha momentânea na estruturação da sentença, que deveria ser “coisa que nem sempre acontece com o dólar”. Por último, em (118), houve uma ruptura na seqüência de fala “mas que **haveri/**” e uma correção imediatamente “que devia haver programação”. Esta foi considerada, aquela não. Assim, por afastarem-se das regularidades apresentadas pelas demais construções, sentenças como estas foram excluídas de nossa análise.

### 3.2.11 Paráfrases de interrogativas

Entendemos como paráfrases de interrogativas as expressões que costumam ser derivadas de “o que”, tais como: “o que que” e “o que é que”. Estes casos foram excluídos quando o verbo analisado apresentava-se como condensativo. Por exemplo:

(119) “Você falou em salada...o que é que normalmente **entra** na salada?” [25.doc].

(120) “O Grajaú, o que que **teve** lá?” [53.doc].

Nestas sentenças, os verbos, em destaque, apresentam-se como condensativos. Entretanto, as expressões “o que é que” e “o que que” barram a análise da convergência, porque não é possível pospô-las ao verbo. Ao contrário, a expressão “o que” não barra a análise da convergência, pois esta é móvel.

Nesse sentido, compreendemos que (119) e (120) são paráfrases de sentenças como (119a) e (120a), respectivamente:

(119a) “o que **entra** na salada?”.

(120a) “o que **teve** lá?”.

Logo, (119)/(119a) e (120)/(120a) são as mesmas quanto ao fundamento referencial. Entretanto, a construção sintática delas é diferente, porque, enquanto “o que” de (119a) e de (120a) pode ser anteposto e posposto, isto não ocorre em (119) e (120). Por isso, estas ocorrências foram excluídas.

Diferentemente, ocorrências de paráfrases interrogativas, em verbos que não se apresentavam como condensativos, não foram excluídas. Nestes casos, não estávamos analisando a possibilidade de alteração na posição do item lexical que ocupa o lugar sintático. Vejamos:

(121) “que **que faz** com isso” [09.doc].

(122) “o quê **que você fazia** de gostoso na infância” [50.doc].

Em (121) e em (122), os lugares de sujeito e objeto estão atualizados separadamente na linearidade da sentença: em (121), “que”, em negrito, ocupa o lugar de objeto, em retomada a “que”, enquanto o lugar de sujeito se constitui a partir de uma categoria vazia do tipo projeção: “que que (se) faz com isso”. Por sua vez, o lugar de sujeito, em (122), é ocupado por “você”, enquanto o lugar de objeto é ocupado por “que”, em negrito, que também retoma “o que”.

Assim, nas sentenças com verbos que se apresentam como condensativos, as ocorrências com paráfrases de interrogativas foram desconsideradas, porque estas expressões não são móveis. Por outro lado, nas sentenças com verbos que não se

apresentam como condensativos, as ocorrências com paráfrases de interrogativas foram consideradas porque, nestes casos, não estávamos focalizando a mobilidade na posição do item lexical ocupante do lugar sintático.

Em resumo, apagaram-se as ocorrências que apresentavam restrições à convergência, mas é importante ressaltar que elas não invalidam a hipótese deste trabalho, porque se trata de fatores que estão além das possibilidades de atuação sintática do verbo. Trata-se de situações pontuais e específicas que restringem a atuação condensativa do verbo, mas esta atuação não deixa de estar latente em sua configuração.

### 3.3 OCORRÊNCIAS CONSIDERADAS

Nesta seção, daremos enfoque a algumas das ocorrências selecionadas para compor nosso *corpus*. Assim, organizaremos os exemplos mais relevantes em colméias, considerando as amostras controlada, abrangente e construída. Ao organizarmos estes exemplos em colméias, demonstraremos os critérios que diferenciam verbos do grupo A (que favorecem apenas ocorrências com convergência), do grupo B (que favorecem tanto ocorrências com quanto sem convergência) e do grupo C (que não favorecem ocorrências com convergência).

#### 3.3.1 Verbos que favorecem ocorrências com convergência

Dentre os 21 verbos analisados, verificamos que todos eles favorecem ocorrências com convergência. Entretanto, nove destes verbos favorecem apenas ocorrências com convergência, por isso, são caracterizados como pertencentes ao grupo A. Os outros doze favorecem ocorrências com e sem convergência, por isso, são caracterizados como pertencentes ao grupo B.

Vejamos, a seguir, um esquema da classificação destes verbos:

| Quadro 1 |  |
|----------|--|
| GRUPO A  | “acontecer”, “entrar”, “existir”, “faltar”, “haver”, “nascer”, “ocorrer”, “partir” e “surgir”.                       |
| GRUPO B  | “acabar”, “aparecer”, “caber”, “cessar”, “chegar”, “chover”, “começar”, “crescer”, “falir”, “fazer”, “sair” e “ter”. |

De um lado, os verbos do grupo A são aqueles que ocorrem em sentenças nas quais a alteração na posição do SN ou na concordância não modifica o fundamento referencial delas. Conforme veremos nos exemplos seguintes, estes verbos permitem mobilidade na

posição do SN e possibilidade de variação na concordância. De outro lado, os verbos do grupo B, além de partilharem destas características, também possibilitam ocorrências sem convergência. Sendo assim, a distinção entre estas duas classes de verbos foi possível porque, em relação à primeira, só encontramos ocorrências nas quais o verbo se apresentava como condensativo. Diferentemente, em relação à segunda, constatamos ocorrências destes verbos também sem condensação dos lugares de sujeito e objeto.

Os seguintes blocos de exemplos foram construídos de forma a demonstrar que a posposição (**Pos.**), a anteposição (**Ant.**), o estabelecimento da concordância (**Com conc.**) e o não estabelecimento da concordância (**Sem conc.**) são componentes regulares das ocorrências destes verbos. Esta constatação se coloca, portanto, na contramão de posições defensoras da idéia segundo a qual tais verbos se caracterizam pela posposição do SN e pela ausência de concordância. Os blocos de exemplos do grupo B, por sua vez, têm uma especificidade que é a exemplificação de ocorrências nas quais os lugares de sujeito e objeto são atualizados separadamente.

### 3.3.1.1 Grupo A

#### ACONTECER

**Pos.:** “mostrar como é que a gente vai fugir... aí **acontece** o reverso da medalha...” [n. 03, *acontecx.cnc*].

**Ant.:** “pois bem...no campo do direito... a mesma coisa **acontece**...” [n. 29, *acontecx.cnc*].

**Com conc.:** “logo após uma corrida de Fórmula 1, como os desastres **acontecem** com muito mais rapidez” [n. 47, *acontecx.cnc*].

**Sem conc.:** “E na vida a gente aprende muitas coisas, **acontece** muitas coisas, isso eh normal”<sup>74</sup>.

**Sem convergência:** NÃO ENCONTRADO.

#### ENTRAR

##### **Com convergência:**

**Pos.:** “a casa enchia também ((riso))... **entrava** água dentro dela...” [n.01, *entr.cnc*].

**Ant.:** “marcava-se encontro ali, quer dizer a pessoa **entrava** e ia encontrar” [n.13, *entr.cnc*].

<sup>74</sup> <<http://forum.outerspace.com.br/showthread.php?t=1337&page=3>> Acesso em: 17 dez. 2007.

**Com conc.:** “só **entravam** senhores de negócios... tá entendendo...” [n.134, entr.cnc].

**Sem conc.:** “... aí **entra** o clima e... e toda... toda a natureza...” [n.70, entr.cnc].

**Sem convergência:** NÃO ENCONTRADO.

## EXISTIR

**Com convergência:**

**Pos.:** “Eu acho que, eu acho que **existe**, cobrança” [n.7, existx.cnc].

**Ant.:** “Esse tipo de coisa **existia** naquela época” [n.23, existx.cnc].

**Com conc.:** “como eu disse... anteriormente... **existem** as regras do futebol...” [n.19, existx.cnc].

**Sem conc.:** “**existe** aqueles carros pipas aqueles carros próprios” [n.04, existx.cnc].

**Sem convergência:** NÃO ENCONTRADO.

## FALTAR

**Com convergência:**

**Pos.:** “era uma cidade que permanentemente se não **faltava** luz **faltava** gás” [n.03, faltx.cnc].

**Ant.:** “Então a base **faltava**, então, eu acho que a base é fundamental” [n.07, faltx.cnc].

**Com conc.:** “eles sempre pagavam maravilhosamente bem... nunca **faltaram**...” [n.36, faltx.cnc].

**Sem conc.:** “**falta**-lhe meios financeiros ... sociais ... e até políticos” [n.37, faltx.cnc].

**Sem convergência:** NÃO ENCONTRADO.

## HAYER

**Com convergência:**

**Pos.:** a gente vê que... que **houve** um progresso extraordinário nesse sentido... [n.02, houvx.cnc].

**Ant.:** “eu nunca acreditei... como... bom alguma vida **pode haver**...” [n.42, hax.cnc].

**Com conc.:** “não há interesse .. nem do Governo Federal ... nem do governo Estadual ... em que **hajam** professores efetivos mais” [n.121, hax.cnc].

**Sem conc.:** “mas **houve** aqueles problemas todos...” [n.82, houvx.cnc].

**Sem convergência:** NÃO ENCONTRADO.

NASCER

**Com convergência:**

**Pos.:** “depois parece que **nasceu** uma criança dela” [n.05, nascx.cnc].

**Ant.:** “como **eu** nasci na beira da praia... eu trouxe todos os erros...” [n.03, nascx.cnc].

**Com conc.:** “**nasceriam** flores nos postes telegráficos... tá?...” [n.55, nascx.cnc].

**Sem conc.:** “No meu jardim **nasceu** rosas e malmequeres”<sup>75</sup>.

**Sem convergência:** NÃO ENCONTRADO.

OCORRER

**Com convergência:**

**Pos.:** “Lá também **ocorre** assalto, mas lá não é como aqui no Rio.” [n.28, ocorrx.cnc].

**Ant.:** “mas eu acredito que essa mesma coisa **ocorra** num país de clima frio” [n.01, ocorrx.cnc].

**Com conc.:** “quando eu vou a São Paulo ocorre... **ocorrem** coisas engraçadíssimas...” [n.31, ocorrx.cnc].

**Sem conc.:** “comentava as vantagens que existe de **ocorrer** esses fenômenos... essas ca/... catástrofe” [n.03, ocorrx.cnc].

**Sem convergência:** NÃO ENCONTRADO.

PARTIR

**Com convergência:**

**Pos.:** “Os vértices apontam para as Sagres de onde **partiram** os navegadores corajosos”<sup>76</sup>.

**Ant.:** “eu uma grande... anGÚStia de... de ver aquilo **partir** e tal...” [n.01, partx.cnc].

**Com conc.:** “então eles aí **partiram** para um estudo muito interessante” [n.18, partx.cnc].

**Sem conc.:** “nao sabem que daqui **partiu** os primeiros emigrantes para os States”<sup>77</sup>.

**Sem convergência:** NÃO ENCONTRADO.

<sup>75</sup> < [http://www.cercifaf.org.pt/mosaico.edu/ca/gpri\\_textos.html](http://www.cercifaf.org.pt/mosaico.edu/ca/gpri_textos.html) > Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>76</sup> <<http://tomarpartido.weblog.com.pt/arquivo/170692.html>> Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>77</sup> <[www.bravanews.com/index.php?id=788-50k](http://www.bravanews.com/index.php?id=788-50k)> Acesso em: 17 dez. 2007.

## SURGIR

**Com convergência:**

**Pos.:** “então **surge** a Segunda Guerra” [n.02, saix.cnc].

**Ant.:** “bem os sindicatos **surgem** no governo de Getúlio Vargas” [n.07, saix.cnc].

**Com conc.:** “então felizmente **surgiram** os cartões de crédito” [n.16, saix.cnc].

**Sem conc.:** “Agora, **surgiu** muito bem duas figuras interessantes” [n.20, saix.cnc].

**Sem convergência: NÃO ENCONTRADO.**

Ressaltamos que estes verbos não apresentaram, no *corpus* em análise, ocorrências com atualização dos lugares de sujeito e objeto separadamente. Este fato nos leva, portanto, a caracterizá-los como verbos que se apresentam como condensativos.

É importante mencionar ainda que, no decorrer da pesquisa, encontramos ocorrências como a que se segue:

(123) “A pessoa em causa, com graves dificuldades de visão, **partiu** os óculos ao ter sido alegadamente assaltada em plena rua de Jesus, na Praia da Vitória”<sup>78</sup>.

Neste caso, “partir” tem os lugares de sujeito e objeto atualizados separadamente: o lugar de sujeito é ocupado por “A pessoa em causa, com graves dificuldades de visão”, enquanto o lugar de objeto é ocupado por “os óculos”. Entretanto, este verbo é apenas homônimo do verbo que exemplificamos no bloco acima. Por isso, “partir”, no bloco acima, não teve registro de ocorrência sem convergência.

Para definirmos tais verbos como homônimos, mas diferentes, observamos, conforme já mencionado, o critério dos trajetos semânticos. Assim, “partir”, confluyente no trajeto semântico de “dividir-se em partes” (HOUAISS, 2001), não possui nenhum trajeto semântico em comum com “partir”, confluyente no trajeto semântico de “sair de algum lugar” (HOUAISS, 2001). Esta ocorrência, portanto, não justifica uma migração do verbo “partir” do grupo A para o grupo B, tendo em vista que este verbo, tomado no bloco exemplificado, apresenta-se somente como condensativo.

Faz-se necessário mencionar ainda que, na pesquisa ao Google, deparamo-nos com ocorrências um pouco estranhas como as seguintes, que foram desconsideradas:

<sup>78</sup><<http://www.viaoceânica.com/canais/noticias/noticia.php?id=6087>>Acesso em: 17 dez. 2007.

(124) “Bom para os internautas mas péssimo para os profissionais que se engajaram e apostaram no projeto. Ainda pior se pensarmos que ele “**existiu**” o tempo necessário para se adequar e dizer ao que veio, mas que - por alguma razão - não se mostrou um produto “consumível”.<sup>79</sup> (as aspas são do próprio autor).

(125) “E antes deste tempo, sabendo que isto era o Sr. Benjamim Quaterpage venerável, quem Crowfoot tinha lhe, ele, contado levou ação boa do recém-chegado como ele **aconteceu** o dele entre seu amigos que na parte deles/delas o receberam”<sup>80</sup>.

Caracterizamos (124) como uma idiossincrasia de ordem pessoal, que não tem produtividade, isto é, não possui dimensão social de uso. Portanto, não faz parte das regularidades lingüísticas constitutivas do verbo “existir”<sup>81</sup>. Por sua vez, (125) foi encontrado em um *site* que se justifica como projeto de tradução, mas de confiabilidade duvidosa, como evidencia a falta de coesão e, conseqüentemente, de coerência deste trecho.

Portanto, ocorrências como (124) e (125) são exemplos de construções pouco usuais, possivelmente “lapsos”, que não se engendram em regularidades lingüísticas socialmente compartilhadas. Por isso, estas ocorrências não têm pertinência suficiente para fazer migrar os verbos “existir” e “acontecer” do grupo A para o grupo B. Logo, foram desconsideradas.

Partiremos, a seguir, para os exemplos de verbos que fazem parte do grupo B.

### 3.3.1.2 Grupo B

ACABAR

**Com convergência:**

**Pos.:** “L2 que delícia... graças a Deus é... L1 [ **acabou** a espinha...” [n.02, acabx.cnc].

**Ant.:** “eu go/ quero porque o limão **acabou**... da caipirinha...” [n.49, acabx.cnc].

**Com conc.:** “porque você vê que **acabaram** os botequins... né...” [n.12, acabx.cnc].

<sup>79</sup> <<http://www.dramasurbanos.weblogger.terra.com.br/>> Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>80</sup> <<http://www.portlivros.info/3130333733/ch98.html>> Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>81</sup> Mesmo que não haja estranheza, por parte de alguns, em relação a (124), esta sentença seria ainda sim excluída, porque o verbo “existir” está atuando em um percurso semântico com trajetos comuns a “durar”, por exemplo: “ele durou o tempo necessário”. Este trajeto, por sua vez, diverge do trajeto semântico de “existir”, em sentenças como “Existiu um problema”. Por isso, em (124), “existir” seria considerado um verbo homônimo, o que também justificaria sua exclusão.

**Sem conc.:** “**Acabou** os ingressos da promoção da Nestlé, mas só uns 60% (ou menos) estão com os torcedores o restante tá tudo na mão de cambista safado.”<sup>82</sup>.

**Sem convergência:**

“aí depois na... no... a última... quando você **acaba** o corredor vem uma parte assim uma ala” [n.64, acabx.cnc].

APARECER

**Com convergência:**

**Pos.:** “sempre existe uma resistência a essa força e... aí... **aparece** um fluxo...” [n. 02, aparecx.cnc].

**Ant.:** “minha mãe não **aparece** muito lá... nem pai também não...” [n. 13, aparecx.cnc].

**Com conc.:** “é simples... geralmente **aparecem** vinte... trinta pessoas...” [n. 01, aparecx.cnc].

**Sem conc.:** “eu liguei pc HOJE e entrei na net normals, ai do nada apareceu a barra de busca e **apareceu** varias letras nela”<sup>83</sup>.

**Sem convergência:**

“lá na América também eu cozinhava porque, mas lá você encontrava tudo pronto; ou semi-pronto, já naquele tempo, você punha as coisas no forno, aquilo ia **aparecendo** a comida, uma coisa estranhíssima que é lá sabe, vem no alumínio, vem toda empacotada, aí você, compra, aparece o molho, aparece tudo, uma delícia, preparado né?” [n. 11, aparecx.cnc].

“Até ai blz, baixei o pacote do GLIB versão 2.12.9 e fiz tudo certinho do jeito que o arquivo de texto diz para fazer, quando eu dei um “#make install” ele **apareceu** o seguinte erro”<sup>84</sup>.

CABER

**Com convergência:**

<sup>82</sup> <<http://www.saopaulofc.com.br/news.php?cod=23223>> Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>83</sup> <<http://forum.clubedohardware.com.br/teclado-nao-funciona/444883?s=8aa4dc99f905a53c5f081c4192393522&amp>> Acesso em: 14 dez. 2007.

<sup>84</sup> <<http://under-linux.org/forums/kurumin/93104-estou-tentando-instalar-o-xmms-e-ele-pede-para-instalar-glib-primeiro.html>> Acesso em: 14 dez. 2007.

**Pos.:** “e **cabia** metade daqueles que estavam lá dentro...” [n. 02, cabx.cnc].

**Ant.:** “a geladeira não **cabia** na cozinha tinha que ficar na copa...” [n. 03, cabx.cnc].

**Com conc.:** “Mas deixa-me responder a uma questão anterior, para te dizer que no coração dos homens não **cabem** muitas mulheres.”<sup>85</sup>.

**Sem conc.:** “**Cabe** várias reflexões sobre o campo da dinâmica grupal nas comunidades virtuais.”<sup>86</sup>.

### **Sem convergência:**

“o nosso problema de informação é muito sério porque você vê uma planta... você não sabe reconhecer se o quarto **cabe** às vezes a tua mobília...” [n. 11, cabx.cnc].

## CESSAR

### **Com convergência:**

**Pos.:** “Perfazendo o menor 18 anos de idade, **cessam** os poderes de representação da mãe”<sup>87</sup>.

**Ant.:** “Tanto que lá, de uma às cinco a vida **cessa** completamente. Não se abre nem museu.” [n. 01, cesso.cnc].

**Com conc.:** “Porque as rotinas **cessam** como **cessam** os homens que as habitam.”<sup>88</sup>.

**Sem conc.:** “Após os médicos tentarem todos os meios possíveis, **cessou** meus sinais vitais. Tive então uma visão divina”<sup>89</sup>.

### **Sem convergência:**

“A comoção entre os tricolores interrompeu as comemorações da torcida do lado de fora da Fonte Nova. Uma hora depois da tragédia, os músicos **cessaram** o som dos trios elétricos de Ricardo Chaves, Capitão Axé e Olodum”<sup>90</sup>.

## CHEGAR

### **Com convergência:**

**Pos.:** “**chegava** o velhinho diretor... a menina continuava sentada.” [n.21, chegx.cnc].

<sup>85</sup> <[http://acaciasrubras.no.sapo.pt/biblioteca/diario/petala\\_4/index.htm](http://acaciasrubras.no.sapo.pt/biblioteca/diario/petala_4/index.htm)> Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>86</sup> <<http://www.altiplano.com.br/0703comunidadekatya.html>> Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>87</sup> <<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/0/33397017ab3979ae802570040053cd79?OpenDocument>> Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>88</sup> <<http://outro-tempo.blogspot.com/2007/05/24.html>> Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>89</sup> <<http://umadam.meio.zip.net/>> Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>90</sup> <<http://www.atarde.com.br/esporte/noticia.jsf?id=809687>> Acesso em: 06 dez. 2007.

**Ant.:** “mas a assistência não **chegava** nunca” [n.30, chegx.cnc].

**Com conc.:** “nós **chegamos** lá era na sexta-feira...” [n.73, chegx.cnc].

**Sem conc.:** “ah... precisa ver gente de muito DINHEIRO né... aquele pessoAL ir pra aquele... sabe? ir pra aquela festa com muita jóia... aquela coisa... aquela ostentação toda... e **chego** eu e meus badulaques... não uso jóia em hipótese alguma...” [n.59, chegx.cnc].

### **Sem convergência:**

“Harry ainda estava sem saber o que fazer, mas tirou o casaco dela e pôs no porta-ternos dele. **Chegou** a cadeira para trás e ela se sentou.”<sup>91</sup>.

## CHOVER

### **Com convergência:**

**Pos.:** “Quando você poderia imaginar que **choveria** peixe no Brasil?”<sup>92</sup>.

**Ant.:** “A chuva **chove** mansamente... como um sono/Que tranqüilize, pacifique, resserene.../A chuva chove mansamente... Que abandono!/A chuva é a música de um poema de Verlaine...”<sup>93</sup>.

**Com conc.:** “Nos últimos dias, **choveram** críticas nos meios de comunicação ao Itamaraty e aos negociadores brasileiros.”<sup>94</sup>.

**Sem conc.:** “ontem **choveu** pedrinhas de gelo três vezes”<sup>95</sup>.

**Sem convergência:** “Duas palavras: Sodoma, Gomora. Qual era o pecado de quais estas cidades conseguiram a sua fama, de qual o próprio pecado recebeu seu nome, “Sodomia”, sexo anal (...) Deus **choveu** fogo naquele lugar, não se esqueça.”<sup>96</sup>.

## COMEÇAR

### **Com convergência:**

**Pos.:** “no ano que eu saí que **começou** o clássico... científico...” [n.04, começ.cnc].

**Ant.:** “a luta está apenas **começando**... no meu ponto de vista...” [n.03, começ.cnc].

<sup>91</sup> <<http://www.alianca3vassouras.com/13/1329-2.html>> Acesso em: 06 dez. 2007.

<sup>92</sup> <[http://www.plenarinho.gov.br/noticias/agencia\\_plenarinho/mini-tornado-faz-chuva-de-peixes](http://www.plenarinho.gov.br/noticias/agencia_plenarinho/mini-tornado-faz-chuva-de-peixes)> Acesso em: 06 dez. 2007.

<sup>93</sup> <<http://zezepina.utopia.com.br/poesia/poesia057.html>> Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>94</sup> <[http://www.mre.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1290&Itemid=256](http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1290&Itemid=256)> Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>95</sup> <<http://ideia-fixa.blogspot.com/2005/11/ontem-choveu-granito.html>> Acesso em: 06 dez. 2007.

<sup>96</sup> <<http://www.amigosgospel.com/novo/viewtopic.php?t=1705&sid=061c1d5a235adaef3164260716b4d21f>> Acesso em: 17 dez. 2007.

**Com conc.:** “**começaram** as lutas... as guerrilhas...” [n.35, começ.cnc].

**Sem conc.:** “depois das cinco aí **começa** as programações...” [n.95, começ.cnc].

**Sem convergência:**

“quando eu **começo** um regime geralmente...” [n.41, começ.cnc].

CRESCER

**Com convergência:**

**Pos.:** “e **creceu** uma vegetação bastante densa lá” [n.30, crescx.cnc].

**Ant.:** “eu acho maravilhoso as pessoas **crescerem** juntas sabe?” [n.27, crescx.cnc].

**Com conc.:** “então os... macacos **cresceram**... e se multiplicaram” [n.49, crescx.cnc].

**Sem conc.:** “na época em que **creceu** as lutas para derrubar o governo da ditadura, várias faculdades se mobilizaram e as lutas se politizaram superando o patamar academicista”<sup>97</sup>.

**Sem convergência:** “Ele **creceu** esse núcleo, de uma maneira, estrondosa” [n.31, crescx.cnc].

FALIR

**Com convergência:**

**Pos.:** “Em 1934 **faliu** a empresa norte americana American Austin Car Company, que tinha sido criada em 1929”<sup>98</sup>.

**Ant.:** “Mato Grosso não **faliu**, pelo contrário, produzimos mais, arrecadamos mais, estamos melhores”<sup>99</sup>.

**Com conc.:** “Nossas instituições **faliram** e se desmoralizaram quase que por completo em todas as esferas de poder.”<sup>100</sup>.

**Sem conc.:** “Senão tem muitos município aí que **vai falir**...né?” [n.01, falix.cnc].

**Sem convergência:**

“Ele **faliu** a empresa do pai, a Beneficência Portuguesa, o Povo brasileiro quando foi deputado”<sup>101</sup>.

<sup>97</sup> <[http://www.pstu.org.br/editorias\\_materia.asp?id=2337&ida=0](http://www.pstu.org.br/editorias_materia.asp?id=2337&ida=0)> Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>98</sup> <[http://www.doidosporclassicos.com/Gallery/main.php?g2\\_itemId=114%20-%2026k%20-%20](http://www.doidosporclassicos.com/Gallery/main.php?g2_itemId=114%20-%2026k%20-%20)> Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>99</sup> <<http://www.onortao.com.br/ler.asp?id=607>> Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>100</sup> <<http://faber.crosstalkmedia.net/?cat=5>> Acesso em: 17 dez. 2007.

## FAZER

**Com convergência:**

**Pos.:** “o inverso do Brasil... e que lá sempre **faz** calor...” [n.122, fazx.cnc].

**Ant.:** “Dois dias **faz** que o prelado viajou à sede internacional de «Ajuda à Igreja que Sofre», em Königstein (Alemanha)”<sup>102</sup>.

**Com conc.:** “Acordei de sobressalto. **Fazem** dias que não durmo bem, sonhos confusos e opressores, o travesseiro cada vez mais quente, e o ar do quarto, abafado.”<sup>103</sup>.

**Sem conc.:** “**Faz** meses que passamos quase todas as 24 horas do dia lado a lado e nunca nos aborrecemos um com o outro. Vivemos um transe amoroso.”<sup>104</sup>.

**Sem convergência:**

“bom... todos os alunos **fazem** provas escritas...” [n.49, fazx.cnc].

## SAIR

**Com convergência:**

**Pos.:** “logo que **saiu** um dos primeiros jatos...” [n.17, saix.cnc].

**Ant.:** “a gente **sai**... agora... agora...” [n.02, saix.cnc].

**Com conc.:** “e nós **saímos** geralmente de automóvel.” [n.233, saix.cnc].

**Sem conc.:** “então **sai** dentro de um envelope... eh... trezentos cruzeiros” [n.11, saix.cnc].

**Sem convergência:**

“detalhe a moto está parada há algum tempo na garagem de venda e quando dei partida ela **saiu** fumaça, é normal?”<sup>105</sup>.

## TER

**Com convergência:**

**Pos.:** “aprender a ler... isso é muito importante... isso é muito bacana... dá pra gente comemorar... eu por exemplo gosto de comemorar essas coisas... agora... não importa que **tenha** gente de fora ou não...” [n.03, tenhax.cnc].

<sup>101</sup> <<http://www.supervasco.com/opine.asp?p=9>> Acesso em: 14 dez. 2007.

<sup>102</sup> <<http://www.cleofas.com.br/virtual/texto.php?doc=ESCOLA&id=esc1274>> Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>103</sup> <<http://burnbahiaburn.blogspot.com/2004/12/acordei-de-sobressalto.html>> Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>104</sup> <<http://alberguedamica.weblogger.terra.com.br/>> Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>105</sup> <<http://www.motonline.com.br/default.asp?cod=7272&categoria=7&show=1>> Acesso em: 03 set. 2007.

**Ant.:** “Muito bom, ficamos cantando/gritando, no videokê e falando besteiras como sempre, até solta de fogos **teve**.”<sup>106</sup>.

**Com conc.:** “Não posso colocar os assuntos abertamente aqui, mas hoje **tiveram** mais passagens engraçadas do que da outra vez, nem o câmara – que estava registrando o momento – agüentava e ria dos meus “causos”.”<sup>107</sup>.

**Sem conc.:** “sim pessoas... que cuidassem do dos filhos... ou sempre foi ela que:... [ Loc: bem... bem ela... vamos dizer pessoas no sentido de babás não... [ Doc: hum... [ Loc: ela sempre cuidou... mas **teve** pessoas quer dizer primeiro teve... evidentemente a mãe dela no:... sobretudo no **prIMEIro** e no **se/...**” [n.52, *tevex.cnc*].

**Sem convergência:** “depois... mesmo que eu **tenha** um carro” [n.02, *tenhax.cnc*].

Apesar de a diferenciação entre verbos dos grupos A e B se mostrar nítida, é importante ressaltar que esta classificação não é estanque. Ao contrário, ela é figurada dentro de um espectro composto por três estratos mais salientes, que definimos como: verbos que somente favorecem a convergência, verbos que favorecem tanto ocorrências com quanto sem convergência e verbos que não favorecem ocorrências com convergência. Nesse sentido, a alocação destes verbos, em um grupo e não em outro, foi permitida por aquilo que os dados efetivos nos ofereceram. Por exemplo, o verbo “nascer” só foi encontrado em ocorrências com convergência, isto é, só atuou no terceiro modo de se operar com o potencial de projeção. Tal fato nos levou a alocá-lo no grupo A.

Entretanto, nenhum *corpus*, por mais amplo e diverso que seja, é completo o suficiente para afirmarmos, peremptoriamente, que o verbo “nascer” é um verbo condensativo. Ao alocarmos este verbo no grupo A, dizemos que ele *apresenta-se como* condensativo, segundo a amostra obtida. Quando utilizamos a expressão “apresenta-se como”, damos margem à possibilidade de este verbo migrar para outro grupo, caso um outro *corpus* forneça evidências para isto.

Em outras palavras, em nossos dados, não encontramos uma sentença como “O vaso nasceu uma samambaia”, atuando no primeiro modo de se operar com o potencial de projeção. Ocorrência que acreditamos fazer parte, perfeitamente, das possibilidades lingüísticas deste verbo. Entretanto, se, por ventura, um exemplo deste tipo for registrado,

<sup>106</sup> <[http://www.mytchelledantas.weblogger.terra.com.br/200507\\_mytchelledantas\\_arquivo.htm](http://www.mytchelledantas.weblogger.terra.com.br/200507_mytchelledantas_arquivo.htm)> Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>107</sup> <<http://www.brunasurfistinha.com/blogs/>> Acesso em: 02 abr. 2007.

este verbo deixa de pertencer ao grupo A para pertencer ao grupo B. Esta postura é necessária, pois, conforme explicamos na seção “2.1.2.1.2.3 O potencial de projeção do lugar de objeto e seus modos de operação”, não podemos garantir que a atualização dos lugares de sujeito e objeto separadamente seja impossível, em outros *corpora*, ou mesmo, em outros tempos.

Portanto, ao classificarmos estes verbos como sendo do grupo A, não queremos dizer que eles são peremptoriamente condensativos. A própria idéia de convergência já demarca o potencial de projeção do lugar de objeto com estes verbos, pois ela prevê a existência de sujeito e de objeto na sentença. Conforme vimos na seção mencionada, os verbos possuem um potencial de projeção do lugar de objeto, que pode ser realizado de três modos: um *primeiro modo* seria a ocupação desse lugar por um SN. Por sua vez, um *segundo modo* seria a não-ocupação desse lugar, mantendo a sua autonomia em relação ao sujeito. Por último, em um *terceiro modo*, este lugar é projetado, mas, ao sofrer uma convergência com o lugar de sujeito, ele perde sua autonomia. Nesse caso, o verbo se realiza como condensativo, pois condensa a ancoragem desses dois lugares em um único campo de referência.

Assim, o que difere verbos do grupo A de verbos do grupo B e do grupo C é que o potencial de projeção dos verbos do grupo A foi realizado, em nossos dados, apenas no terceiro modo de operação. Este modo, diferentemente do primeiro e do segundo, que são mobilizados por verbos do grupo B e do grupo C, não mantém a autonomia dos lugares sintáticos. Sendo assim, ao dizer que estes verbos pertencem ao grupo A, estamos afirmando que o potencial de projeção desses verbos só foi operado no terceiro modo.

Entretanto, mesmo que tenhamos alocado estes verbos no grupo A, a tipologia proposta prevê que, se tais verbos forem encontrados, em uma outra amostra, tendo seu lugar de objeto operado de modo autônomo, este verbo será simplesmente deslocado do grupo A para o grupo B. Neste grupo, estão contidos os verbos que favorecem tanto ocorrências com quanto sem convergência. Este é o caso de “chegar”, que admite tanto uma sentença como “O menino chegou a mesa para o canto”, sem convergência, quanto uma sentença como “Chegaram os meninos”, com convergência.

Em suma, esta flexibilidade na compreensão dos grupos tipificados revela, primeiramente, o caráter contínuo deste espectro. Além disso, tal flexibilidade revela a capacidade, que este contínuo tem, de prever ocorrências que, mesmo não sendo evidenciáveis no *corpus* em análise, não podem ser negligenciadas.

### 3.3.1.3 A determinação da posição do SN na convergência

A partir dos blocos de exemplos anteriormente expostos, constatamos que os verbos analisados favorecem tanto a posposição quanto a anteposição do SN. Em outras palavras, a constituição lingüística destes verbos oferece, como regularidade, as duas possibilidades. Entretanto, a posição em que o SN está na sentença é regida por determinações de ordem interlocutiva. Assim, embora, em alguns casos, a posposição seja mais recorrente (e.g. “haver” e “fazer”) e, em outros, a anteposição seja mais recorrente (e.g. “sair” e “entrar”), esta recorrência não supera o predomínio dos fatores comunicativos na determinação da posição do SN. Estes fatores, por razões variadas, vão focalizar uma informação em detrimento de outra e, conseqüentemente, ditar qual será a posição do SN na sentença.

Assim, embora com o verbo “fazer”, por exemplo, seja mais comum a posposição, o seguinte exemplo, retomado do bloco “fazer”, demonstra-nos uma ocorrência com anteposição:

(126) “Dois dias **faz** que o prelado viajou à sede internacional de «Ajuda à Igreja que Sofre», em Königstein (Alemanha)”<sup>108</sup>.

Ao antepor o SN “dois dias”, tem-se como objetivo focalizar esta informação em detrimento de outra. Logo, a recorrência de posposição com o verbo “fazer” não é capaz de impedir a anteposição, se esta também é uma possibilidade gramatical deste verbo.

Deve-se ressaltar, por fim, que esta ampla mobilidade na posição do SN e na concordância é característica apenas de verbos que se apresentam como condensativos. Conforme veremos no tópico seguinte, verbos do grupo C, que não favorecem a convergência, apresentam restrições quanto a estes aspectos.

### 3.3.2 Verbos que não favorecem ocorrências com convergência

Na seção 2.3.4 “Mobilidade na posição do SN e oscilação na concordância verbal”, vimos que estas características não são peculiares às ocorrências com verbos que se apresentam como condensativos. Entretanto, é nestas ocorrências que elas têm dimensão ampla e irrestrita. Assim, “Disritimia veste Henri Castelli” é um exemplo de ocorrência sem convergência que apresenta possibilidade de alteração na posição do SN, sem modificação no FR. Por sua vez, “Os policiais mataram o bandido” é um exemplo de ocorrência sem convergência que apresenta possibilidade de alteração na concordância. Contudo, nem todas as ocorrências sem convergência permitem estas alterações. Mesmo

<sup>108</sup> <<http://www.cleofas.com.br/virtual/texto.php?doc=ESCOLA&id=esc1274>> Acesso em: 17 dez. 2007.

“matar”, que possibilita variação na concordância, não possibilita modificação na posição do SN, sem afetar o FR, conforme já foi explicado na seção mencionada acima.

A seguir, faremos uma demonstração de outras ocorrências sem convergência cuja alteração na posição do SN ou na concordância afeta o FR:

### 3.3.2.1 Grupo C

Vejam os seguintes quadros:

| Quadro 2 <sup>109</sup> |   |  |
|-------------------------|---|--|
| Verbo                   | Concordância  | Posição do SN  |
| <i>Morder</i>           | (1a) Os cães morderam o funcionário da empresa.<br>(1b) Os cães mordeu o funcionário da empresa.    | (1c) O cão mordeu uma criança de dois anos.<br>(1d) Uma criança de dois anos mordeu o cão.           |
| <i>agredir</i>          | (2a) Os maridos violentos agridem as esposas.<br>(2b) Os maridos violentos agride as esposas.       | (2c) Os maridos violentos agridem as esposas.<br>(2d) As esposas agridem os maridos violentos.       |
| <i>Beijar</i>           | (3a) Os devotos beijam os pés de imagens sacras.<br>(3b) Os devotos beija os pés de imagens sacras. | (3c) Os devotos beijam os pés de imagens sacras.<br>(3d) Os pés de imagens sacras beijam os devotos. |

A partir deste quadro, faremos, inicialmente, um comentário sobre a questão da concordância, exemplificada na segunda coluna. Depois, comentaremos a questão da posição do SN, exemplificada na terceira coluna.

Os exemplos da segunda coluna revelam que os verbos “morder”, “agredir” e “beijar” possibilitam alteração na concordância, sem afetar o FR das sentenças. Este é, no entanto, um fenômeno que permeia, em geral, as ocorrências lingüísticas, principalmente, no que se refere à modalidade coloquial. Não se trata, portanto, de um dado fundamental, diretamente relacionado ao tema da convergência. No entanto, observa-se que esta oscilação na flexão verbal é válida apenas em ocorrências nas quais o tipo de sujeito é

<sup>109</sup> Foi necessário reiniciar uma nova numeração dos exemplos, antes de finalizar este capítulo, devido à apresentação deles em quadros.

base, porque, em ocorrências com o tipo de sujeito projeção ou suporte, esta oscilação não é permitida.

Vejamos:

| Quadro 3                |                                 |                                    |
|-------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| (1e) Morderam crianças. | (2e) Agrediram os delinqüentes. | (3e) Beijaram os pés destas        |
| (1f) Mordeu crianças.   | (2f) Agrediu os delinqüentes.   | imagens.                           |
|                         |                                 | (3f) Beijou os pés destas imagens. |

Nestes casos, a alteração na flexão verbal afeta o FR das sentenças, pois o tipo de sujeito é alterado. Em consequência, o campo de referência também é alterado.

Nas ocorrências (1e), (2e) e (3e), o lugar de sujeito se atualiza como sujeito projeção, com ancoragem em uma identidade projetada, que não demanda uma pontuação na referência. Diferentemente, nas ocorrências (1f), (2f) e (3f), devido à alteração na flexão, o lugar de sujeito passa a ser constituído como sujeito suporte. Neste caso, produz-se uma demanda de referência pontual para o lugar de sujeito, que não é saturada, pois as sentenças, em análise, não oferecem domínios de ancoragem. Em outras palavras, estas orações só poderão ser compreendidas, se inseridas em um espaço textual no qual seja possível recuperar a referência do lugar de sujeito. De outra forma, em (1e), (2e) e (3e), a demanda de referência já se satura nos domínios da memória, dispensando uma ancoragem anafórica, por exemplo.

Sendo assim, (1f), (2f) e (3f) podem dispor de paráfrases com pontuação da referência do lugar de sujeito, como em:

(1f<sup>o</sup>) O cão mordeu as crianças.

(2f<sup>o</sup>) O guarda agrediu os delinqüentes.

(3f<sup>o</sup>) O devoto beijou os pés das imagens.

Inversamente, as sentenças (1e), (2e) e (3e) não podem dispor de paráfrases com pontuação da referência do lugar de sujeito. Se isto ocorrer, o lugar de sujeito deixará de ter ancoragem em uma projeção de identidade, levando a uma alteração no FR da sentença.

Em resumo, quanto à oscilação na flexão de verbos que não se apresentam como condensativos, há dois tipos de análises. A primeira se refere às ocorrências de sujeito base. Estas permitem a oscilação na concordância, conforme exemplos dados na segunda coluna do quadro 2. Por sua vez, a segunda análise se refere a ocorrências do tipo projeção conforme exemplos dados no quadro 3. Estas ocorrências não permitem variação na flexão,

sob pena de alterar o FR das sentenças. Portanto, a oscilação na flexão em terceira pessoa do singular ou em terceira pessoa do plural nem sempre é permitida em ocorrências sem convergência. Ao contrário, em ocorrências com convergência, esta oscilação na concordância é sempre possível.

No que se refere aos exemplos da terceira coluna, do quadro 2, observamos que a alteração na posição do SN pode não somente modificar o FR da sentença, como produzir uma sentença inusual, é o caso de (3d). Faremos, a seguir, um comentário sobre cada um dos exemplos.

Em (1d), a alteração no FR se deve ao fato de que o lugar sintático de sujeito está ancorado em um domínio referencial designado por “uma criança de dois anos”, e não mais por “o cão”. Além disso, o lugar de objeto está ancorado em um domínio referencial designado por “o cão”, e não mais por “uma criança de dois anos”. Deste modo, podemos reescrever (1c) com a seguinte relativa: “que, posteriormente, teve de receber uma vacina antitetânica”, como em:

(1c') O cão mordeu uma criança de dois anos, que, posteriormente, teve de receber uma vacina antitetânica.

Entretanto, esta reescrita não é pertinente para (1d). Por isso, cada uma dessas sentenças se assenta em bases referenciais distintas.

Por sua vez, em (2d), a alteração no FR se deve ao fato de que o lugar sintático de sujeito está ancorado em um domínio referencial designado por “as esposas”, e não mais por “os maridos violentos”. Além disso, o lugar de objeto está ancorado em um domínio referencial designado por “os maridos violentos”, e não mais “as esposas”. Deste modo, podemos reescrever (2c) com a seguinte relativa: “que, posteriormente, procuram uma delegacia de mulheres em busca de amparo”, como em:

(2c') Os maridos violentos agridem as esposas, que, posteriormente, procuram uma delegacia de mulheres em busca de amparo.

Contudo, esta reescrita não é pertinente para (2d). Por isso, (2c) e (2d) estão ancoradas em bases referenciais distintas.

Por fim, em (3d), a alteração no FR se deve ao fato de que o lugar sintático de sujeito está ancorado em um domínio referencial designado por “os pés de imagens sacras”, e não mais por “os devotos”. Além disso, o lugar de objeto está ancorado em um domínio referencial designado por “os devotos”, e não mais por “os pés de imagens sacras”. Neste caso, além de haver uma alteração no FR, produz-se uma sentença inusual.

Portanto, diferentemente de uma sentença como “Disritimia veste Henri Castelli”, as ocorrências com os verbos “morder”, “agredir” e “beijar” não permitem alteração na posição do SN, sem afetar o FR.

É importante mencionar ainda o que ocorre com sentenças como as seguintes:

| Quadro 4                    |                                     |  |  |
|-----------------------------|-------------------------------------|--|--|
| <b>Ordem canônica</b>       | (4a) <i>O menino bebeu o suco.</i>  | (5a) <i>As mães compraram os presentes.</i>  | (6a) <i>Os atletas comeram as frutas.</i>  |
| <b>Leitura linear</b>       | (4b) <i>O suco bebeu o menino.</i>  | (5b) <i>Os presentes compraram as mães.</i>  | (6b) <i>As frutas comeram os atletas.</i>  |
| <b>Leitura topicalizada</b> | (4c) <i>O suco, bebeu o menino.</i> | (5c) <i>Os presentes, compraram as mães.</i> | (6c) <i>As frutas, comeram os atletas.</i> |

Nestas sentenças, quando há alteração na ordem dos SNs, há duas leituras possíveis. Uma delas é a linear. Nesta leitura, a alteração na posição do SN produz uma modificação na categoria sintática do SN e no fundamento referencial da sentença. Em consequência, produzem-se sentenças inusuais. Este é o caso de (4b), (5b) e (6b). Em (4b), por exemplo, “o suco” deixa de ser ocupante do lugar de objeto para ser ocupante do lugar de sujeito. Além disso, “o menino” deixa de ser ocupante do lugar de sujeito para ser ocupante do lugar de objeto. Nesse sentido, (4b) é uma sentença pouco usual.

Por sua vez, uma outra possibilidade de leitura é a aquela com topicalização: (4c), (5c) e (6c). Neste caso, mesmo havendo alteração na posição dos SNs, eles apresentam as mesmas categorias sintáticas das sentenças em ordem canônica - (4a), (5a) e (6a)-, e o FR não é alterado. Por exemplo, “o suco” continua sendo ocupante do lugar de objeto, e “o menino” continua sendo ocupante do lugar de sujeito.

Portanto, vale esclarecer estas duas possibilidades de leitura, pois, quando aplicamos o teste da posição em ocorrências deste tipo, estamos levando em conta a leitura linear. Do contrário, o teste não se aplica. Sendo assim, a partir dos exemplos localizados nos quadros 2, 3 e 4, apresentamos as razões por que tais verbos não favorecem ocorrências com convergência.

Em resumo, dentre os 21 verbos analisados, definimos quais fazem parte do grupo A e quais fazem parte do grupo B. Ressaltamos que a tipificação proposta se configura como um espectro, que possui camadas mais salientes, isto é, grupos A, B e C. No entanto, não se trata de categorias estanques. Ao contrário, este contínuo é capaz de prever

ocorrências que não apareceram no *corpus* em análise, mas que, se, por ventura, forem registradas, podem fazer com que um verbo migre de um grupo para outro.

## 4 RECAPITULAÇÃO E PROJEÇÕES DO CONCEITO DE CONVERGÊNCIA

Abordamos a convergência como um fato lingüístico que, para ser analisado, deve-se romper com os limites da cadeia lingüística, tendo em vista que nem a posição do SN, nem a concordância são determinantes na categorização do SN. A partir desta proposta, tivemos alguns ganhos conceituais tais como o conceito de fundamento referencial e o de verbo que se apresenta como condensativo. Assim, a noção de condensação da ancoragem dos lugares sintáticos, em um único campo de referência, é algo da dimensão simbólica que interfere na configuração da convergência. Entretanto, esta formulação ainda não é suficiente para explicitar a ligação entre dimensão orgânica e dimensão simbólica na convergência e em outros fenômenos de concomitância. Por isso, propomos, para o doutorado, uma análise que aborde outros fenômenos, no intuito de explicar esta ligação.

### 4.1 A concomitância de categorias gramaticais

Compreendemos concomitância como a ocorrência simultânea de categorias gramaticais. Esta simultaneidade pode se dar em graus diversos, de acordo com a possibilidade de desmembramento destas categorias. Por isso, os diferentes tipos de concomitância podem ser projetados em uma escala.

#### 4.1.1 A concomitância na Morfologia: um breve comentário

Em Dias & Pereira (2007), mostramos que a percepção da concomitância está presente em conceitos clássicos da Morfologia, tais como composição e morfema cumulativo. Além disso, vimos que também Gonçalves (2003) reconhece esta concomitância na análise que faz dos *blends* lexicais.

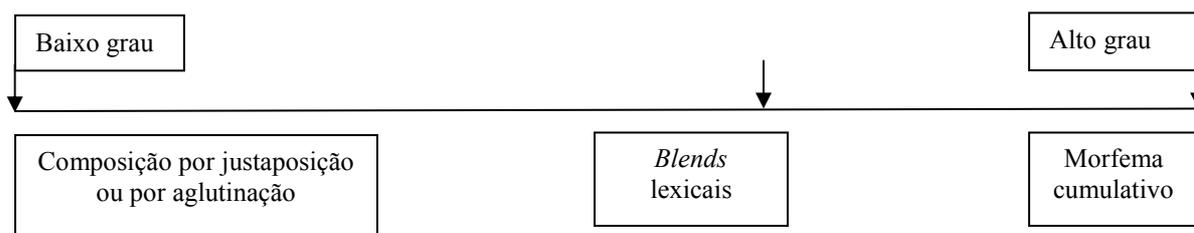
Para Gonçalves (2003), a formação de palavras como “tristemunho” e “sacolé” decorre de um processo não-concatenativo no qual há uma interseção entre as bases. Este processo, designado *blend*, mistura ou cruzamento lexical, “provoca uma ruptura na ordem linear estrita por meio de um *overlapping*” (GONÇALVES, 2003, p. 151). Assim sendo, a palavra complexa “tristemunho”, por exemplo, possui um segmento “ambimorfêmico” (“ste”) que evoca, simultaneamente, as suas bases formadoras: “triste” e “testemunho”.

Segundo Gonçalves (2003), este processo é diferente da formação de compostos regulares. Os compostos preservam “a ordem linear dos elementos formadores, de modo que a segunda palavra se inicia exatamente no ponto em que a primeira termina, como em ‘baba-ovo’ (‘bajulador’), mesmo quando um elemento é apagado por crase (‘aguardente’),

elisão ('planalto') ou haplologia ('dedurar')" (GONÇALVES, 2003, p. 150). Diferentemente, no *blend*, "as bases são literalmente fundidas" (GONÇALVES, 2003, p. 151).

Assim sendo, tanto na composição, quanto no *blend*, podemos observar a concomitância de duas bases lexicais na formação do vocábulo complexo. Esta concomitância apresenta um grau mais baixo na composição, pois as bases podem ser identificadas integralmente no encadeamento do vocábulo. Diferentemente, esta concomitância apresenta um grau mais alto no *blend*, pois há uma sobreposição das bases. Entretanto, os *blends* não alcançam o grau máximo auferido pelo morfema cumulativo. Por exemplo, no morfema "-mos" de "partimos", há uma concomitância das categorias pessoa (primeira) e número (plural), sendo que estas categorias não são desmembráveis. Diferentemente, em "tristemunho", as bases são desmembráveis.

Para visualizar os fenômenos então analisados, propomos o seguinte esquema que projeta uma escala de concomitância:



A partir desta escala, podemos constatar que a percepção de fenômenos relativos à concomitância é algo que já vem tomando corpo nos estudos morfológicos, desde conceitos clássicos.

#### 4.1.2 A concomitância na Sintaxe: uma proposta de pesquisa

Além disso, em Dias & Pereira (2007), observamos que, na Sintaxe, a percepção do fenômeno da concomitância não tem sido muito difundida. Seiler (1975) é um dos poucos a tratar sobre o tema. De acordo com o autor, em sentenças como "Seymour cortou o salame com uma faca"<sup>110</sup>, há duas atribuições simultâneas ao sujeito: a predicação principal "cortou o salame" e a predicação acessória "com uma faca". A esta ocorrência simultânea de predicções ele designa *princípio de concomitância*.

Diríamos que esta concomitância ocupa um grau baixo na escala, porque as duas predicções são identificadas, separadamente, na linearidade da sentença. Ao contrário, a convergência ocupa a posição máxima, tendo em vista que não é possível desmembrar

<sup>110</sup> "Seymour a coupé le salami avec un couteau". (SEILER, 1975, p. 168).

“Houve desastres”, em uma sentença na qual “desastres” ocupe o lugar de sujeito, e, em outra, na qual “desastres” ocupe o lugar de objeto.

Ainda, quanto ao *princípio de concomitância*, discutimos a distinção de Seiler (1975) entre ocorrências de instrumental marcadas e não-marcadas. Para ele, ocorrências não-marcadas são aquelas em que o verbo pode ser extraído de um nome deverbal presente em “com SN”. É o caso da sentença (1b), que pode ser extraída de (1a), exemplos de Seiler (1975, p. 183):

(1a) Avec un sourire tu obtiens plus (Com um sorriso, você cativa mais).

(1b) Si tu souris tu obtiens plus (Se sorrir, você cativa mais).

Por sua vez, ocorrências marcadas são aquelas em que o SN não é deverbal e, portanto, não é possível extrair dele um verbo. Neste caso, é necessário escolher verbos de utilização, tais como “usar” e “utilizar”. Assim, uma paráfrase de (2a) será (2b), exemplos também de Seiler (1975, p. 188):

(2a) Max coupe le poisson avec un couteau (Max corta o peixe com uma faca).

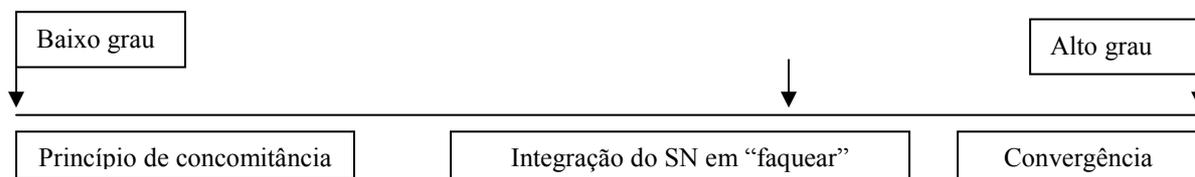
(2b) Max utilise un couteau por couper le poisson (Max usa uma faca para cortar o peixe).

No entanto, observamos que esta diferença entre instrumental marcado e não-marcado não se aplica generalizadamente ao português. Vejamos, por exemplo, (2c):

(2c) Max faqueou o peixe.

Nesta paráfrase, não foram necessários verbos de utilização. Neste caso, propusemos que há um fenômeno de concomitância, tendo em vista que o SN “uma faca”, constitutivo do adjunto “com uma faca”, está integrado no verbo “faquear”. Devido a esta integração, tal fenômeno ocupa um alto grau na escala de concomitância, entretanto, não ocupa o grau máximo tendo em vista a possibilidade de desmembramento, como em (2a).

Assim sendo, poderíamos localizar estes fenômenos na seguinte escala de concomitância sintática:



Na seqüência, apresentaremos a possibilidade de um desdobramento desta análise, propondo três tipos de integração de SN à instância verbal: a *integração do SN constitutivo do adjunto*, a *integração do SN constitutivo do objeto* e a *integração do SN em verbos que se apresentam como condensativos*.

#### 4.1.2.1 A integração do SN constitutivo do adjunto no núcleo do predicado

Vejamos as seguintes sentenças:

(3) João martelou o prego.

(4) Pedro faqueou o peixe.

Nelas, observamos que os SNs dos adjuntos “com um martelo” e “com uma faca” estão integrados respectivamente nos núcleos “martelou” e “faqueou”. Portanto, estas sentenças podem ser paráfrases das que se seguem:

(3a) João bateu o prego com um martelo.

(4a) Pedro cortou o peixe com uma faca.

Nestas paráfrases, o SN constitutivo do adjunto é desmembrado do verbo. Podemos dizer que este desmembramento é total. Primeiro, porque o SN cognato deixou de estar aglutinado no núcleo verbal e passou a fazer parte do adjunto adverbial; segundo, porque os verbos “martelar” e “faquear” foram substituídos por “bater” e “cortar”.

Entretanto, há casos em que este desmembramento é parcial apenas, tendo em vista que tanto o verbo integrador quanto o SN cognato estarão presentes na sentença. O primeiro sendo núcleo do predicado, e o segundo compondo o adjunto adverbial. Vejamos:

(3b) João martelou o prego com um martelo enferrujado.

(4b) Pedro faqueou o peixe com uma faca afiada.

Nestes casos, o verbo não é alterado, como ocorre em (3a) e em (4a). Por isso, em (3b) e em (4b), a lexicalização do cognato no adjunto não desfaz a concomitância que há, por exemplo, no verbo “martelar”, entre o feixe semântico envolvendo “com um martelo” e o feixe semântico envolvendo “tocar com força e repetidamente”. Entretanto, devido à necessidade de um detalhamento ou de uma especificação maior do SN, é necessário que ele se desmembre da instância verbal para se constituir como item léxico. Podemos afirmar, portanto, que, embora tenha ocorrido um desmembramento sintático, na linearidade da sentença, não houve um desmembramento semântico.

Por fim, ainda temos as seguintes possibilidades:

(3c) Joãozinho ficou martelando a mesa com uma caneta, só para irritar a professora.

(4c) Pedrinho tentava faquear o peixe com um pedaço de pau, imitando a faca de seu pai.

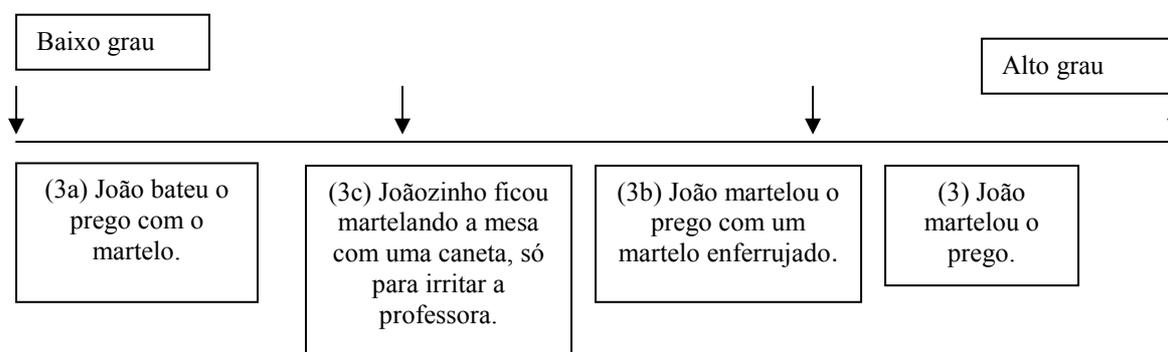
Nestes casos, proporíamos um desmembramento também, porém mais efetivo que aquele apresentado, em (3b) e em (4b), e mais próximo daquele apresentado, em (2a) e em (3a). Este desmembramento é mais efetivo que aquele de (3b) e de (4b), pois o adjunto adverbial não é constituído por um nome cognato. Além disso, ele se aproxima do desmembramento

apresentado em (2a) e em (3a), mas não o alcança, pois os verbos “martelar” e “faquear” não foram alterados.

Assim sendo, os verbos “martelar” e “faquear” são destituídos, respectivamente, dos traços “com um martelo” e “com uma faca”, porque o feixe semântico instrumental destes verbos foi modificado por “com uma caneta” e “com um pedaço de pau”. Entretanto, não se trata também de um desmembramento total, tendo em vista que os verbos não foram alterados.

Portanto, embora “martelar” e “faquear” tenham perdido os traços semânticos relativos, respectivamente, a “com um martelo” e “com uma faca”, estes verbos ainda estão presentes na sentença e guardam os feixes semânticos referentes, respectivamente, a “tocar com força e repetidamente” e “golpear”. Sendo assim, em (3c) e em (4c), o desmembramento do SN, no adjunto, levou a um desmembramento total na dimensão orgânica da sentença. Entretanto, a substituição do SN cognato, em (3c) e (4c), levou a um desmembramento somente parcial semanticamente, pois o verbo não foi alterado e guardou feixes semânticos que antes compunham a concomitância, como em (3) e em (4).

Portanto, poderíamos projetar uma escala de concomitância para estas ocorrências:



Nesta escala, percebemos que, embora cada uma destas ocorrências apresente graus mais baixos ou graus mais altos de concomitância, nenhuma delas atinge o máximo grau. Isto se deve ao fato de que a concomitância, nestes casos, pode ser desfeita pelos processos de desmembramento anteriormente explicitados.

#### 4.1.2.2 A integração do SN constitutivo do objeto no núcleo do predicado

Vejamos a seguinte sentença:

(5) André cuspiu (PERINI & FULGÊNCIO, 1992, p. 79).

De acordo com Perini & Fulgêncio (1992, p. 79),

“o verbo *cuspir* (...) carrega consigo uma expectativa muito alta de que “a coisa cuspada” seja cuspe e não, digamos, sangue ou guaraná. Tanto é assim que a explicitação do objeto (...) só ocorre quando há reversão da expectativa (...) Outra situação seria o caso de se pretender qualificar o objeto esperado”.

Embora Perini & Fulgêncio (1992) não tenham desenvolvido uma proposta analítica acerca de ocorrências como esta, aproveitamos a reflexão para compreender (6), a seguir, como um caso em que o SN “grito”, constitutivo do objeto, está integrado à instância verbal. Assim sendo, a lexicalização do cognato pode ocorrer quando há “reversão da expectativa”, como em (6a), ou quando se pretende “qualificar o objeto esperado”, como em (6b):

(6) André gritou.

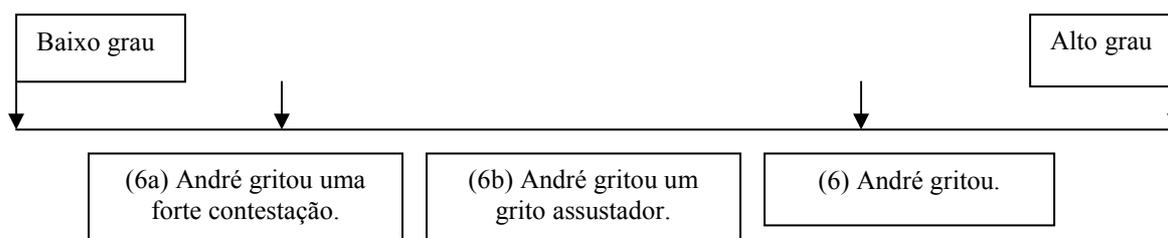
(6a) André gritou uma forte contestação.

(6b) André gritou um grito desesperador.

Em (6a), propomos que há um desmembramento entre “grito” e “gritar”. Este desmembramento é total sintaticamente, mas parcial semanticamente. Assim, mesmo que o verbo “gritar” tenha perdido o feixe semântico relativo a “grito” (pois o SN lexicalizado é “uma forte constestação”), ele ainda mantém o feixe semântico relativo ao ato de “falar (...) em tom de voz muito alto” (HOUAISS, 2001), antes concomitante ao feixe perdido. Sendo assim, podemos afirmar que, embora o desmembramento seja forte, tendo em vista a destituição do traço semântico “grito”, o verbo “gritar” ainda permanece na sentença, guardando outros feixes semânticos. Por isso, podemos dizer que este desmembramento é intenso, mas não é total, porque permanece um resquício de traços, que eram, em (6), concomitantes a “gritar”.

Por sua vez, quanto a (6b), não podemos afirmar que o SN cognato desmembrou-se totalmente, tendo em vista que o feixe semântico relativo a “grito” permanece integrado ao verbo. Nesse sentido, avaliamos que este desmembramento se dá, apenas, na organicidade da sentença, diante da necessidade de especificar o SN cognato, sem causar uma destituição de feixes semânticos no verbo. Assim, embora o SN tenha se desmembrado do verbo, sintaticamente, a concomitância ainda permanece nos traços semânticos que o verbo comporta. Por isso, trata-se de um desmembramento parcial, porém menos intenso que aquele apresentado em (6a). Nesta sentença, houve destituição de traços semânticos do verbo. Diferentemente, em (6b), não houve destituição de traços semânticos, apenas desmembramento no âmbito sintático, devido à necessidade de adjetivação do SN cognato.

Para estas ocorrências, também poderíamos propor uma escala de concomitância, como a seguinte:



Nesta escala, nenhuma das ocorrências apresenta o máximo grau de concomitância, tendo em vista que a integração, em (6), pode ser desfeita, conforme foi explicado na análise de (6a) e de (6b). Além disso, nenhuma destas sentenças ocupa o grau mínimo porque, mesmo havendo desmembramento, ele é parcial.

#### 4.1.2.3 A integração do SN em verbos que se apresentam como condensativos

Em sentenças como “Choveu”, a convergência se dá no SN integrado ao verbo. Assim sendo, este fenômeno ilustra a coocorrência de dois subtipos de concomitância: 1) a integração e 2) a convergência.

Vejamos:

(7a) Choveram protestos<sup>111</sup>.

(7b) Protestos choveram.

(7c) Choveu protestos.

As ocorrências de (7a) a (7c) mostram a possibilidade de variação na concordância verbal e mobilidade na posição do SN sem alteração do fundamento referencial das sentenças. Além disso, trata-se de ocorrências nas quais o verbo apresentou-se como condensativo, tendo em vista que os lugares de sujeito e objeto se ancoram em um mesmo campo de referência designado “protestos”. Portanto, há convergência dos lugares sintáticos de sujeito e objeto direto no mesmo SN.

Por sua vez, observemos as seguintes orações:

(8) Choveu.

(9) Trovejou.

Nestas sentenças, propomos que os SNs “chuva” e “trovão” estejam aglutinados, respectivamente, aos verbos “chover” e “trovejar”. De acordo com Dias (2002), em “Choveu ontem”, “o sujeito está aglutinado na própria instância do verbo” (DIAS, 2002, p.

<sup>111</sup> Excerto de reportagem publicada, no CD-ROM Folha (1999), em comentário a uma propaganda de mau gosto veiculada pela Goodyear, que comparava a barriga avantajada de um mestiço a um estepe e os lábios de um negro a um pneu.

55). Porém, para Perini & Fulgêncio (1992, p. 80), em uma sentença como esta, “não há sujeito porque se trata do esperado, ou seja, chuva”.

Primeiramente, a proposta de Perini & Fulgêncio (1992) vai de encontro à nossa definição de sujeito. Este autor adota o *suporte distributivo* (DIAS, 2002) para a conceituação das categorias sintáticas, isto é, para ele, sujeito é o termo que estabelece concordância com o verbo. Como em “Choveu” não existe um termo que estabeleça concordância com o verbo, o autor afirma que a sentença não possui sujeito. Entretanto, de acordo com a perspectiva que adotamos, havendo flexão, há sujeito na sentença.

Quanto à afirmação de Dias (2002) segundo a qual o sujeito está aglutinado ao verbo, faz-se necessária uma observação. Ao afirmar que o sujeito é que está aglutinado ao verbo, subentende-se que o SN integrado de sentenças como “Choveu ontem” teria um *status* sintático único: sujeito. Entretanto, conforme propomos acima, quando o SN está lexicalizado, sentenças como as de (7) apresentam todas as características de ocorrências com convergência. Por isso, ao invés de dizer que o sujeito está integrado à instância verbal, preferimos dizer que o SN está integrado à instância verbal. Assim, em “Choveu ontem”, a convergência dos lugares sintáticos de sujeito e objeto ocorreria neste SN aglutinado.

Nesse sentido, nem o lugar de sujeito, nem o lugar de objeto estariam aglutinados ao verbo. Com efeito, os conceitos de *anterioridade de predicação* (DIAS, 2007a), em relação ao sujeito, e *projeção* (DIAS, 2005), em relação ao objeto, demonstram que os lugares sintáticos são categorias que não estão acopladas ao verbo. Assim sendo, a convergência ocorreria não na instância verbal, mas no SN “chuva” que está, virtualmente, aglutinado à instância verbal.

Observemos ainda alguns aspectos da constituição destes verbos:

(8a) “os donos do poder chovem benesses a fim de obter adeptos” (HOUAISS, 2001).

(9a) “A platéia trovejou aplausos” (HOUAISS, 2001).

Quanto à convergência, (8a) e (9a) revelam-nos que estes verbos pertencem ao grupo B, pois podem favorecer sentenças com ou sem convergência. Assim, de (7a) a (7c), a convergência ocorre no SN “protestos”. Por sua vez, de (8) a (9), a convergência ocorre no SN que está integrado à instância verbal. Diferentemente, de (8a) a (9a), “chover” e “trovejar” não se apresentam como condensativos. Neste caso, os lugares sintáticos são atualizados, separadamente, na linearidade da sentença.

Por sua vez, quanto à integração, as sentenças (8a) e (9a) mostram-nos que o SN se desmembra do verbo, na dimensão orgânica, tendo em vista que o objeto é lexicalizado.

Além disso, há também um desmembramento na dimensão semântica, pois, o SN lexicalizado, no lugar sintático de objeto, não é um cognato, mas “benesses” e “aplausos”. Entretanto, este desmembramento semântico é apenas parcial, porque, apesar de os verbos “chover” e “trovejar” serem destituídos, respectivamente, dos feixes “chuva” e “trovão”, eles guardam, respectivamente, os feixes semânticos “precipitação” e “estrondo” que, em (8) e em (9), compunham a concomitância.

De outro modo, podemos observar casos em que há um desmembramento também parcial, mas, desta vez, menos intenso que aquele apresentado de (8a) a (9a). Vejamos:

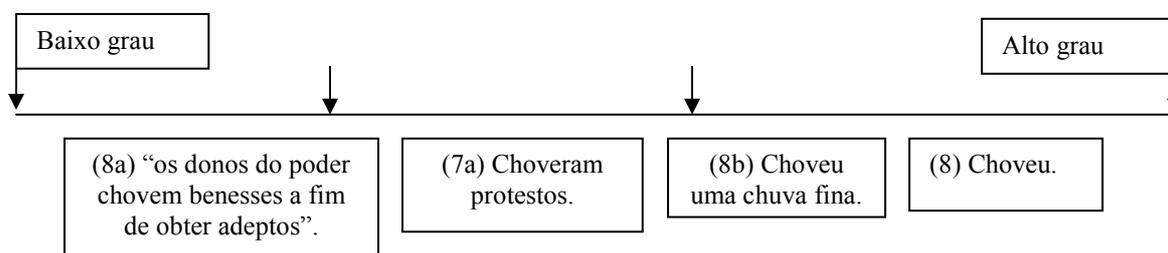
(8b) Choveu uma chuva fina.

(9b) Trovejaram trovões assustadores.

Nestes casos, há um desmembramento porque o SN cognato é lexicalizado. Entretanto, não se trata de um desmembramento total porque, sendo lexicalizado o nome cognato, não há uma reversão da expectativa. Neste caso, o desmembramento se justifica, como já foi comentado, pela necessidade de se atribuir uma especificação ao SN. Assim, os verbos de (8b) e (9b) não só mantêm, respectivamente, seus feixes semânticos relacionados a “precipitação” e “estrondo”, como também os feixes semânticos relacionados a “chuva” e “trovão”. Neste caso, houve um desmembramento de ordem sintática, mas não houve um desmembramento de ordem semântica, porque os verbos não foram destituídos dos traços semânticos que compunham a concomitância em (8) e em (9).

Para finalizar esta seção, apresentaremos duas escalas que podem ser auferidas segundo os dois tipos de concomitância que coocorrem nos verbos representativos de fenômenos meteorológicos.

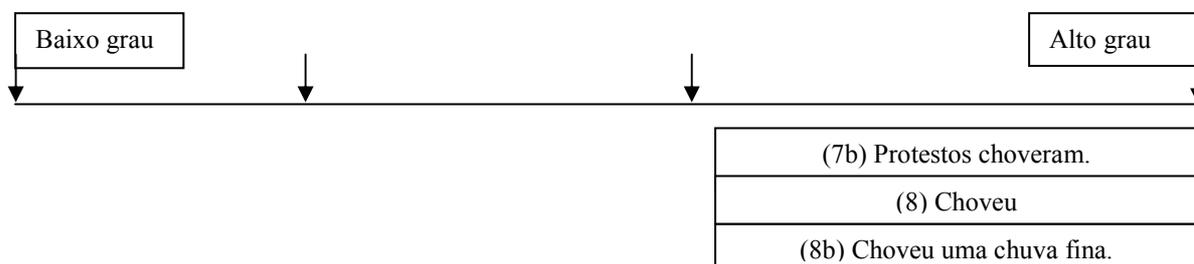
Vejamos a escala de integração do SN ao verbo:



Nesta escala, observamos que cada uma dessas sentenças ocupa diferentes posições, de acordo com a intensidade do desmembramento estabelecido. Além disso, observamos que, mesmo havendo desmembramento, nenhuma delas ocupa o grau mais baixo, porque este desmembramento é parcial. Finalmente, além do desmembramento, a razão pela qual (8a)

ocupa a posição mais baixa é que esta é a única da escala em que “chover” não se apresenta como condensativo, mantendo a autonomia do lugar de objeto.

Por sua vez, vejamos a escala de convergência:



Segundo esta escala, as ocorrências de (7a) a (7c), de (8) a (9) e de (8b) a (9b) estariam alocadas no máximo grau de uma escala de concomitância, porque não há possibilidade de as duas categorias sintáticas, que constituem o SN, desmembrarem-se.

Portanto, observamos que sentenças como “Choveu”, diferentemente de “João martelou o prego” e de “André gritou”, podem ser analisadas a partir dos dois fenômenos de concomitância que as constituem: não só a integração do SN ao verbo, mas também a convergência.

Em suma, partimos de um eixo teórico segundo o qual a dimensão simbólica é constitutiva da dimensão orgânica. Entretanto, elas nem sempre têm uma correspondência entre si (DIAS, 2002, p. 52). Esta assimetria entre as duas dimensões reflete-se na concomitância. Trata-se de um conceito que apreende a ocorrência simultânea de categorias gramaticais. Esta simultaneidade é determinada em diferentes graus, segundo a possibilidade de desmembramento destas categorias. Por exemplo, a integração do SN ao verbo apresenta um grau alto. Contudo, devido à possibilidade de desmembramento, como em “Pedro bateu o prego com um martelo”, este fenômeno não apresenta grau máximo. Diferentemente, a convergência apresenta grau máximo, pois as categorias de sujeito e objeto convergem no SN e não são desmembráveis.

Assim, compreendemos a concomitância como um fato lingüístico que revela, em diferentes graus, a discrepância existente entre as “modulações do representável” e as “formas de representação” (DIAS, 2002, p. 52). Nesse sentido, casos de integração e convergência superam os limites do próprio encadeamento lingüístico e ganham visibilidade apenas quando se levam em conta as contingências da ordem do simbólico. Sendo assim, propomo-nos, para o doutorado, a tarefa de explicitar quais são as injunções do simbólico na configuração da concomitância.

## CONCLUSÃO

Nesta seção, apresentaremos os resultados de nossa pesquisa e as contribuições dela originadas para os estudos lingüísticos, em especial, para uma sintaxe de bases enunciativas.

A partir de um arcabouço teórico da enunciação, analisamos sentenças como “Houve reclamações” e “Ocorreram reclamações”, propondo que, nestes casos, os lugares de sujeito e objeto direto convergem em um mesmo SN. Nesse sentido, definimos convergência como a ocorrência concomitante dos lugares sintáticos de sujeito e objeto. Ela pode se realizar não apenas em um SN explicitamente presente na sentença (“**havia** essa proteção”), mas também em uma categoria vazia (“às vezes a gente chegava assim na porta do hotel... dava meia-volta... e **entrava**”) ou em um SN integrado (“quando **chove** tem que fechar tudo”).

O conceito de convergência possui duas implicações que merecem ser destacadas: trata-se de sentenças constituídas pelo lugar de sujeito e pelo lugar de objeto, e estes lugares sintáticos não são realizados separadamente na linearidade da sentença. A seguir, apresentaremos algumas considerações sobre estas implicações no sentido de demonstrar quais contribuições teóricas elas podem engendrar. Posteriormente, apresentaremos algumas considerações sobre os critérios que definem a convergência e quais contribuições teóricas eles podem engendrar.

A primeira implicação vai de encontro à idéia segundo a qual o verbo “haver” é impessoal. Conforme definido, a flexão demarca a articulação entre lugar de sujeito e verbo, e a anterioridade (ponto de partida que projeta o lugar de sujeito) força a busca pela pessoalidade (participação na cena descrita). Em “Houve reclamações”, por exemplo, “haver” está acionado na terceira pessoa do singular, evidenciando o lugar de sujeito nesta sentença. Havendo lugar de sujeito, instaura-se uma força de busca pela pessoalidade. Vimos que, neste caso, a pessoalidade ocupa um grau baixo na escala, pois a sentença foi construída para se produzir um efeito de constatação, silenciando-se a participação de uma personagem na cena descrita. No entanto, a pessoalidade está instalada no SN “reclamações”. Nesse sentido, a pessoalidade não se vincula a um traço animado e humano, trata-se de um conceito abrangente, que determina a participação de uma personagem na cena descrita.

Por sua vez, a segunda implicação vai de encontro à idéia segundo a qual “ocorrer” é um verbo “intransitivo”, dentro dos moldes tradicionais, ou “inacusativo”, dentro dos

moldes formalistas. Conforme explicitado, os verbos possuem um potencial de projeção do lugar de objeto. Este potencial não é operado somente pela atualização autônoma do lugar de objeto, como em “O menino comeu uma maçã” (primeiro modo de operação). Ao contrário, o lugar de objeto, ao se condensar com o lugar de sujeito, perde sua autonomia (terceiro modo de operação), mas esta condensação é, ainda assim, um modo de operação com o potencial de projeção. Logo, “ocorrer” também é um verbo que projeta o lugar de objeto, mas favorece apenas o terceiro modo de operação.

Assim sendo, o conceito de pessoalidade, vinculado ao conceito de anterioridade, e o conceito de potencial de projeção, vinculado aos modos de operação, são determinantes para a compreensão dos lugares de sujeito e objeto direto, respectivamente. Nesta perspectiva, os conceitos de sujeito e objeto se desvinculam de concepções amplamente difundidas segundo as quais verbos como “haver” são impessoais e verbos como “ocorrer” não têm objeto.

Além disso, a elaboração destes conceitos parte de um deslocamento de análise do suporte distributivo para o suporte atributivo. Este deslocamento nos permite conceber tais categorias sintáticas não como itens lexicais, mas como espaços de constituição de referência. Portanto, nem a anterioridade, constitutiva do lugar de sujeito, nem os modos de operação, constitutivos do lugar de objeto, dependem de um item léxico para serem identificados.

Então, no âmbito da configuração dos lugares sintáticos, uma das contribuições conceituais deste trabalho foi delinear os pontos de contraste e de interseção entre os conceitos de pessoalidade, anterioridade e morfema pessoal, todos eles pertencentes à esfera do lugar de sujeito. Outra contribuição foi refinar a proposição segundo a qual os verbos guardam uma memória de projeção do lugar de objeto. Para isso, retomamos os conceitos de predicação dirigida (ocupação do lugar de objeto) e predicação centrada (não-ocupação do lugar de objeto) e os aliamos ao conceito de condensação dos lugares sintáticos.

Ao reunirmos estes conceitos, sistematizamos os três modos de se operar com o potencial de projeção. Esta sistematização permitiu dar sustentação à hipótese segundo a qual os verbos projetam o lugar de objeto. Até então, esta hipótese não tinha argumentos suficientes para explicar por que verbos como “acontecer”, que não ocorrem com atualização dos lugares de sujeito e objeto separadamente, projetam o lugar de objeto.

Quanto à configuração sintática de sentenças com convergência, definimos dois critérios: primeiro, o fundamento referencial destas sentenças é insensível a alterações na

posição do SN e na concordância verbal; segundo, a convergência se realiza apenas com verbos que se apresentam como condensativos. A seguir, faremos a um comentário acerca destes dois critérios.

O conceito de fundamento referencial parte da necessidade de perceber uma dimensão estável e uma dimensão variável na significação de sentenças como “Houve reclamações” e “Reclamações houve”. Assim, ao alterar a posição do SN, o sentido é afetado, afinal, enfocam-se informações diferentes quando, em uma sentença, o SN está topicalizado, e, em outra, não está. Entretanto, algo permanece estável na significação destas sentenças, mesmo havendo alteração na posição do SN. Esta dimensão estável do referente foi designada “fundamento referencial”.

Este conceito é basilar na identificação de sentenças com convergência, pois, neste tipo de configuração, o fundamento referencial é insensível à alteração na posição do SN ou na concordância. Este critério não é peculiar às sentenças com convergência, mas a define na medida em que, somente nas ocorrências com convergência, esta variabilidade na posição do SN e na concordância é irrestrita. Nota-se ainda que estes critérios são constituídos na relação entre aspectos semânticos e sintáticos, já que a alteração na posição ou na concordância, aspectos sintáticos, é autorizada pela integridade do fundamento referencial, aspecto semântico.

Também o conceito de verbos condensativos se constitui na relação entre o plano do enunciável e o plano da organicidade. No plano do enunciável, trata-se de verbos que possibilitam a condensação dos lugares sintáticos em um mesmo campo de referência. No plano da organicidade, trata-se de verbos que possibilitam a instalação dos lugares de sujeito e objeto em um mesmo SN.

Estes verbos se subdividem em dois grupos, aqueles que favorecem apenas ocorrências com convergência (grupo A) e aqueles que favorecem tanto ocorrências com, quanto ocorrências sem convergência (grupo B). Os verbos do grupo B podem ocorrer com os lugares sintáticos de sujeito e objeto atualizados de modo autônomo, como em “Essa câmera sai som”. Além disso, eles podem ocorrer com os lugares de sujeito e objeto atualizados de modo condensado, como em “As pessoas saíram da sala”. Por outro lado, os verbos do grupo A só apresentam este último tipo mencionado, como em “O casal de gêmeos nasceu hoje”. Entretanto, um verbo pode migrar de um grupo para outro, caso haja evidências que justifiquem sua mudança. Por exemplo, se encontrarmos alguma realização do verbo “nascer” com atualização autônoma dos lugares sintáticos, ele passará do grupo A para o grupo B.

Esta possibilidade ilustra o caráter contínuo da tipologia proposta, que não se constitui a partir de enquadramentos fixos. Trata-se de um espectro formado por camadas mais salientes, quais sejam, os grupos A, B e C. O grupo C é composto por verbos que não favorecem ocorrências com convergência, porque têm fundamento referencial sensível à alteração na posição do SN ou na concordância verbal e porque só ocorrem com atualização autônoma dos lugares sintáticos de sujeito e objeto.

Com esta tipificação, dispensamos de nossa análise classificações como as seguintes: verbos existenciais *versus* verbos não-existenciais; verbos que atuam intransitivamente *versus* verbos que atuam transitivamente; verbos inacusativos *versus* verbos inergativos; verbos com SN predominantemente anteposto *versus* verbos com SN predominantemente posposto; verbos com SN ativo, + humano ou + animado *versus* verbo com SN inativo, - humano ou - animado; etc.

Assim sendo, acreditamos que este trabalho apresenta contribuições tanto para conceitos que serviram de base na análise da convergência, como os acima mencionados, quanto para conceitos paralelos, como os que serão apresentados a seguir.

Na análise da convergência, deparamo-nos com ocorrências, que, à primeira vista, causaram-nos muita dúvida, por exemplo, na determinação do tipo de sujeito ou do estado do verbo, se finito ou infinito.

Assim sendo, ampliamos o sujeito tipo projeção, que não previa ocorrências como as seguintes: “**chegou** nos três últimos dias... nós dormimos no trabalho...” e “a varanda como é feita no Brasil hoje, ela é uma espécie de um mirante. Você sabe que, eu tô tendo essa experiência? Nessa rua que eu moro atualmente, **eles** construíram uma série de prédios novos, com essas varandinhas que tão na moda.”. No primeiro caso, a oração, com verbo em destaque, pode receber a seguinte paráfrase: “chegou-se nos três últimos dias”. No segundo caso, a oração, com o pronome em destaque, pode ter a seguinte paráfrase: “Construiu-se uma série de prédios”. Portanto, o lugar de sujeito destas orações é atualizado no tipo projeção de identidade, pois sua referência se dá em um domínio de referência indeterminado.

Por sua vez, definimos parâmetros para a análise do infinitivo. Caracterizamos o infinitivo sem flexão tanto a partir da organicidade do enunciado onde ele ocorre quanto a partir de injunções da textualidade. Em relação à organicidade, o infinitivo será sem flexão quando a estrutura sintática não permitir que um pronome seja alocado adjacente ao verbo. É o caso de “desde o momento que você se disponha a **entrar** numa loja dessa”. Em relação à textualidade, pode haver casos em que, mesmo sendo possível alocar um

pronome adjacente ao verbo, haverá injunções semânticas que barram a interpretação do infinitivo com flexão. É o caso de “L2 não é porque os outros vão falar que você vai ficar chateado e não vai chegar atrasado não... você chega atrasado... L1 por que **chegar** atrasado”. Esta sentença pertence a uma enunciação generalizadora, pautada por uma cena que não tem como foco a personalidade.

Por outro lado, caracterizamos “infinitivo com flexão” casos em que, estruturalmente, é possível alocar um SN adjacente ao verbo e, textualmente, tem-se um enfoque na personalidade da cena descrita. Por exemplo, “não é o problema de **existir** ou não o dinheiro” ou “muitas vezes vão chegando aqueles barcos de turismo e ficam ali parados, trinta, quarenta, cinquenta, esperando que o mar se acalme pra poder **entrar**.”. Nestes casos, a personalidade tem enfoque nos SNs “o dinheiro” e “aqueles barcos de turismo”, e o infinitivo é flexionado por um morfema zero.

Na definição destes parâmetros, ressaltamos que nem sempre é possível decidir, definitivamente, pelo infinitivo sem flexão em detrimento do infinitivo com flexão ou vice-versa. É preciso considerar uma dupla possibilidade de leitura. Tal fato não aponta para uma fragilidade da teoria, nem muito menos para uma anomalia dos dados. Ao contrário, revela que o “equivoco” (PÊCHEUX, 1990) é constitutivo do dizer. Assim, diante de uma sentença como “em casa... então tinha possibilidade de **ter** bichinho... **ter** galinha... **ter** pombinho... **ter** cachorrinho... essas coisas todas...” [n. 43, *terx.cnc*], duas leituras são possíveis. Em uma delas, não se evidencia a personalidade, atribuindo ao texto uma leitura genérica: o fato de morar em casa, e não, em apartamento, possibilita ter bichinho, galinha, pombinho, etc. Em outra leitura, evidencia-se a personalidade: “então tinha possibilidade de (eu) **ter** bichinho... (eu) **ter** galinha... (eu) **ter** pombinho...”.

Assim sendo, nosso trabalho também contribui, de modo paralelo, para a ampliação do tipo sujeito projeção e para a delimitação de parâmetros na análise do infinitivo, reconhecendo-se os casos com dupla possibilidade de interpretação.

Sobre os desdobramentos deste trabalho, propomos uma análise de outros fenômenos, além da convergência, que desencadeiam uma concomitância de categorias gramaticais. Acreditamos que esta análise nos auxiliará a desenvolver reflexões no sentido de apontar em que medida fatores da ordem do simbólico interferem na constituição das categorias lingüísticas. Na convergência, vimos que a condensação do campo de referência e a integridade do FR diante de alterações sintáticas são fatores determinantes. Entretanto, faz-se necessário avançar esta reflexão no sentido de explicar quais relações se estabelecem entre o plano do enunciável e o plano da organicidade. Esta, no entanto, não é

uma tarefa deste trabalho, em especial, mas de todos aqueles que se constroem na perspectiva de uma sintaxe de bases enunciativas.

Sendo assim, em um breve balanço, nosso trabalho não contempla uma reflexão, mais sistematizada e aprofundada, sobre as injunções do simbólico na configuração da convergência. Devido aos limites cronológicos do mestrado, foi possível desenvolver, de modo mais acurado, apenas os aspectos orgânicos que compõem a convergência. Entretanto, em nosso projeto de doutorado, investiremos em um trabalho mais detido sobre este aspecto, abrangendo a análise da convergência para a concomitância.

Apesar disso, acreditamos que a pesquisa desenvolvida é um passo importante para estudos que concebem as categorias lingüísticas no limiar entre o simbólico e o material, pois a convergência é um fenômeno que supera os limites da cadeia lingüística e evoca o simbólico para sua compreensão. Nesse sentido, afirma Dias (2002, p. 52),

Apesar de operar numa relação constitutiva, as duas dimensões são discrepantes: nem todas as modulações do representável (dimensão simbólica) encontram correspondência nas formas de representação (dimensão material) (...).

Na convergência, esta discrepância se evidencia, pois há duas categorias lingüísticas, no plano simbólico, e apenas um ponto, no plano material, para acolhê-las, fato que nos leva a buscar, no simbólico, a explicação para o modo como as categorias concomitantes se articulam.

Assim, finalizamos este trabalho com uma reflexão de Pêcheux (1998, p. 27-28) da qual um excerto já foi introduzido na epígrafe desta dissertação:

Tentar pensar a língua como espaço de regras intrinsecamente capazes de jogo, como *jogo sobre as regras*, é supor na língua uma ordem de regra que não é nem lógica, nem social: é fazer a hipótese de que a sintaxe, como espaço especificamente lingüístico, não é nem uma máquina lógica (um sistema formal autônomo, exterior ao lexical, ao semântico, ao pragmático e ao enunciativo), nem uma construção fictícia de natureza metalingüística (...).

Nessa perspectiva, a sintaxe seria, ao contrário, o que toca de mais perto no próprio da língua enquanto ordem simbólica, com a condição de dissimetrizar o corpo de regras sintáticas (...).

A leitura deste fragmento nos permite sintetizar a proposta deste trabalho afirmando que a língua oferece um “corpo de regras” dentro do qual há um arcabouço composto por sujeito, objeto, verbo, etc. Entretanto, o “jogo sobre as regras” determina que tipo de configuração este arcabouço manifestará, ainda que, organicamente, sujeito e objeto tenham de se condensar. Neste caso, a convergência estaria dissimetrizando o corpo de regras, pois estes lugares sintáticos deixam de ter representação autônoma na linearidade sintática e só ganham visibilidade no domínio simbólico de sua constituição.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, J. L. Performativo-Constativo. In: OTTONI, P. R. (Org.). *Visão performativa da linguagem*. Campinas: UNICAMP, 1998. p. 109-144.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 22. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 110-113.

\_\_\_\_\_. *Moderna Gramática Portuguesa: revista e ampliada*. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Lingüística Geral*. Campinas: Pontes, 1991. p. 284-293.

\_\_\_\_\_. O aparelho formal da enunciação. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Lingüística Geral II*. São Paulo: Pontes, 1989. p. 81-90.

BORBA, F. da S. (Coord). *Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Unesp, 1991.

CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1977.

CANÇADO, M. *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CONTE, M. E. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTI, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do Português Contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 135-140.

DECAT, M. B. N. Concordância verbal, topicalização e posposição de sujeito. *Ensaio de Lingüística: cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura*, Belo Horizonte, n. 9, ano 5, p. 09-48, dez. 1983.

\_\_\_\_\_. Verbal agreement differences in spoken and written Brazilian Portuguese and their consequences for the teaching of composition. MAGRO, M. C. & DUTRA, R. (Orgs.). *Ensaio de Lingüística: Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura*, Belo Horizonte, n. 5, ano III, p. 25-39, Dez. 1981.

DIAS, L. F. & BEZERRA, M. A. Gramática e Dicionário. In: GUIMARÃES, E. & ZOPPI-FONTANA, M. (Orgs.). *A palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006. p. 11-37.

DIAS, L. F. & PEREIRA, B.K. Da concomitância à convergência sintática: bases para uma análise da relação entre semântica e sintaxe. *Caderno Seminal Digital*, v. 7, n. 7, p. 206-226, jan./jun. 2007. Disponível em: <[http://www.dialogarts.uerj.br/arquivos/seminal\\_VII.pdf](http://www.dialogarts.uerj.br/arquivos/seminal_VII.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2007.

DIAS, L. F. A sintaxe em novas dimensões. In: TOLDO, C. S. (Org). *Questões de Lingüística*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003. p. 57-69.

\_\_\_\_\_. Enunciação e gramática: o papel das condições de emprego da língua. *Letras*, Santa Maria, n. 33, p. 51-67, jul./dez. 2006.

\_\_\_\_\_. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, A. (Org). *Ensaio: relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002. p. 47-63.

\_\_\_\_\_. Modos de enunciação e gêneros textuais: em busca de um novo olhar sobre gêneros de texto. In: FONSECA-SILVA, M. C & LESSA-DE-OLIVEIRA, A. C. (Orgs). *Em torno da língua (gem): questões e análises*. Vitória da Conquista: UESB, 2007. p. 317-329.

\_\_\_\_\_. Novas perspectivas no ensino de gramática na escola: o estatuto do exemplo em questão. In: OLIVEIRA, S. E. & SANTOS, F. J. *Mosaico de linguagens*. Campinas: Pontes, 2006a. p. 43-53.

\_\_\_\_\_. Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal. In: SARAIVA, M. E. F.; MARINHO, J. H. S. R.C. (Orgs.). *Estudos da língua em uso: relações inter e intra-sentenciais*. Belo Horizonte: PosLin, 2005. p. 101-122.

\_\_\_\_\_. *Sintaxe e enunciação: o lugar do sujeito*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007a. Não publicado.

DUCROT, O. Argumentação e “topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989. p. 13-38.

\_\_\_\_\_. Enunciação. *Enciclopédia Einaudi*, v. 2. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984a. p. 368-373.

\_\_\_\_\_. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: \_\_\_\_\_. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987. p. 161-222.

\_\_\_\_\_. Referente. *Enciclopédia Einaudi*, v. 2. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. p. 418-438.

DUTRA, R. The hybrid S-category in Brazilian Portuguese: some implications for word order. *Studies in Language*, Philadelphia, v. 11, n. 1, p. 163-180, 1987.

FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio eletrônico - Século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. CD-ROM. (Lexikon Informática Ltda).

FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1994 - 1999. CD-ROM.

FRANCHI, C.; NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. Sobre a gramática das construções existenciais com TER/HAVER. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 14, n. especial, p. 105-131, 1998.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978. cap. 2, p. 59-86.

GONÇALVES, C. A. *Blends* lexicais em português: não-concatenatividade e correspondência. *Veredas*, Juiz de Fora, v.7, n.1 e n.2, p. 149-167, jan./dez. 2003.

GUIMARÃES, E. As formas de indeterminação do sujeito. In: ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 45-77.

\_\_\_\_\_. Enunciação e acontecimento. In: \_\_\_\_\_. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2005. cap. 1, p. 11-31.

\_\_\_\_\_. Enunciação, língua e memória. *Revista da ANPOLL*, n.2, p. 27-33, 1996.

\_\_\_\_\_. Historicidade do sentido. In: \_\_\_\_\_. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2005a. cap. 9, p. 65-75.

HOPPER, P. & TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOPPER, P. & THOMPSON, S. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, Baltimore, v. 56, n.2, p. 251-299, 1980.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD-ROM. (FL GAMA DESIGN Ltda).

LIMA, R. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 13.ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia Editores, 1968.

\_\_\_\_\_. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 32. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p. 235-236; 401-402.

MACIEL, M. *Grammatica Descriptiva: baseada nas doutrinas modernas*. 12. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931. p. 276; 389-398.

MIOTO, C.; SILVA, M.C.F; LOPES, R.E.V. *Novo Manual de Sintaxe*. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005.

NASCIMENTO, M.; KATO, M. A. O estatuto dos nominais pós-verbais dos verbos inacusativos. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, ano 4, v.1, n.3, p. 31-74, jan./jun. 1995.

OLIVEIRA, R. P. Noções básicas para operar um Sistema Formal. In: \_\_\_\_\_. *Semântica Formal: uma breve introdução*. Campinas: Mercado de Letras, 2001. cap. 4, p. 129-264.

PÊCHEUX, M. *O discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

\_\_\_\_\_. Sobre a (des-)construção das teorias lingüísticas. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, Tradução de Celene M. Cruz e Clémence Jouët-Pastré. Campinas, Pontes, n.2, p. 7-31, 1998.

\_\_\_\_\_. Sur la (dé-) construction des théories linguistiques. *DRLAV*, n.27, p. 1-23, 1982.

PEREIRA, B. K. Convergência dos lugares sintáticos de sujeito e objeto direto: um enfoque enunciativo. *Estudos Lingüísticos*, Araraquara, v. 1, n. XXXVI, p. 133-142, jan./abr. 2007a. Disponível em: <<http://gel.org.br/4publica-estudos-2007/sistema06/14.PDF>>. Acesso em: 16 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. O potencial de projeção do lugar de objeto e seus modos de operação. *Anais do IV CLUERJ-SG*, São Gonçalo, v. único, n.3, ano 4, 2007b. CD-ROM. Disponível em:<<http://www.filologia.org.br/ivcluerj%2dsg/anais/iv/completos/comunicacoes/bruna%20karla%20pereira.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2007.

\_\_\_\_\_. O status sintático duplo do SN em construções impessoalizadas: um paralelo entre abordagem funcionalista e abordagem enunciativa. *Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Lingüística: Linguagem e Cultura: Intersecções*, Uberlândia, 2006. No prelo.

\_\_\_\_\_. Referência: da exterioridade autônoma para a dimensão simbólica da língua. *REVELE*, Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, 2007c. No prelo.

PERINI, M. A. & FULGÊNCIO, L. Notas sobre a transitividade verbal. In: CLEMENTE, E. & KIRST, M. H. B. *Lingüística aplicada ao ensino de português*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 63-82.

PERINI, M. A. *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 1995.

PEZATTI, E. G. A ordem de palavras e o caráter nominativo/ergativo do português falado. *Alfa*, São Paulo, n. 37, p.159-178, 1993.

SCHERRE, M. M. P. Preconceito Lingüístico: “Doa-se lindos filhotes de poodle”. In: HORA, D. & CHRISTIANO, E. *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia, 1999. p. 13-54.

SEARLE, J. R. Expressions, meaning and speech acts. In: \_\_\_\_\_. *Speech Acts: an essay in the philosophy of language*. London: Cambridge University, 1932. cap. 2, p. 22-53.

SEILER, H. Le principe de concomitance. In: KRISTEVA, J.; MILNER, J.C.; RUWET, N. (Orgs). *Langue, discours, société*. Paris: Éditions du Seuil, 1975. p. 166-207.

VILELA, M. *Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do discurso*. 2.ed. Coimbra: Almedina, 1999. p. 97-98; 328-364.

ANEXOS

(Em CD-ROM)